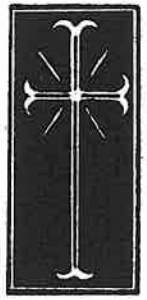
OBRAS COMPLETAS DO

P.e LEONEL FRANCA S.J.

VI

CATOLICISMO E PROTESTANTISMO

2.ª EDIÇÃO



AGIR

http://www.obrascatolicas.com

"OBRAS COMPLETAS" DO Pe. LEONEL FRANCA S. J.

TOMO

I — *Noções da História da Filosofia*
II — *A Igreja, a Reforma e a Civilização*
III — *Polêmicas*
IV — *Divórcio*
V — *Alocuções e Artigos*
VI — *Catolicismo e Protestantismo*
VII — *O Protestantismo no Brasil. Lutero e o Sr. Frederico Hansen*
VIII — *Psicologia da Fé*
IX — *A Crise do Mundo Moderno*
X — *O Método Pedagógico dos Jesuítas*
XI — *O Livro dos Salmos*
XII — *Liberdade e Determinismo*
XIII — *O Problema de Deus*
XIV — *A Imitação de Cristo*

OBRAS COMPLETAS DO
Pe LEONEL FRANCA S.J.

VI

CATOLICISMO E PROTESTANTISMO

"Roma, a Igreja e o Anticristo"
do Sr. ERNESTO LUÍS DE OLIVEIRA
à luz da crítica

(2.ª EDIÇÃO)

RIO DE JANEIRO
Livraria AGIR Editôra
1952

http://www.obrascatolicas.com

Copyright de

ARTES GRÁFICAS INDÚSTRIAS REUNIDAS S. A. (AGIR)

PODE-SE REIMPRIMIR

Pe. JOSÉ DA FROTA GENTIL, S. J.

Ex commissione Emm. Cardinalis Archiepiscopi.

Rio de Janeiro, 16 de julho de 1952.

as.) Pe. JOSÉ DA FROTA GENTIL, S. J.

Livraria AGIR *Editôra*

Rio de Janeiro —— Rua México, 98-B —— Caixa Postal 3291
São Paulo — Rua Bráulio Gomes, 125, loja 2 — Caixa Postal 6040
Belo Horizonte — Avenida Afonso Pena, 919 — Caixa Postal 733

ENDERÊÇO TELEGRÁFICO "AGIRSA"

SIGLAS E ABREVIAÇÕES

ML — MIGNE, J. P. *Patrologiae cursus completus,* Séries *latina,* Parisiis 1844 ss. 221 vol. O número romano indica o volume; o arábico, a coluna.

MG — MIGNE, J. P. *Patrologiae cursus completus,* Séries *graeca,* Parisiis 1857 ss. 161 vols. Citações como acima.

Weimar, D. MARTINS LUTHERS, *Werke.* Kritische Gesamtsausgabe, Weimar, 1833 ss. É a edição crítica mais recente das obras de Lutero, ainda incompleta.

Erl. M. LUTHER, *Saemtliche Werke,* Erlangen 1826 ss.

DE WETTE, LUTHERS M., *Briefe, Sendschreiben und Bedenken* vollstaendig gesammelt von W. M. L. DE WETTE, Berlin, 1825 - 28.

ENDERS, Dr. MARTIN LUTHERS *Briefwechsel* bearbeitet und mit Erlaueterungen versehen von Dr. M. Ernest Ludvig Enders, Frankfurt a. M. 1884 ss.

IRC. A IGREJA, A REFORMA e a CIVILIZAÇÃO por Leonel Franca S. J. 2.ª edição, Rio, 1928.

http://www.obrascatolicas.com

PREFÁCIO

No mundo das idéias há poucos espetáculos tão belos como o de uma polêmica sincera. A luta de duas inteligências, que se desembaraçam nobremente das influências perturbadoras das paixões, e, estimuladas pelo amor desinteressado da ciência, multiplicam os argumentos, aprofundam a erudição, aguçam a perspicácia da análise, representa um esfôrço digno do homem, coroado dos mais certos e sólidos resultados. Das discussões elevadas beneficia sempre a verdade.

O prazer de um espetáculo assim, de par com as vantagens de um progresso real no esclarecimento de grandes questões, foi o que, por um momento, esperamos ao vermos, com o subtítulo: "Réplica ao livro 'A Igreja, a Reforma e a Civilização' do Rev. LEONEL FRANCA S. J.", a obra do Sr. ERNESTO LUÍS DE OLIVEIRA sôbre "Roma, a Igreja e o Anticristo". Depois do meu modesto trabalho sôbre os pontos fundamentais que separam católicos e protestantes, um estudo alentado de crítica a estender-se por mais de 370 páginas in 8.º prometia cerrar mais de perto o debate, eliminar de vez as argumentações provadamente inoperantes e firmar para sempre algumas conclusões definitivas.

Foi uma ilusão. A realidade mentiu às esperanças. O livro do Sr. ERNESTO não adianta um ponto à controvérsia; repisa apenas, em mau português, velhos lugares-comuns mil vêzes refutados no próprio estudo a que o autor pretendia replicar.

http://www.obrascatolicas.com

Antes de tudo, notamos que a defesa d'"O Problema religioso na América Latina" de EDUARDO CARLOS PEREIRA, que dera ocasião ao meu livro, foi posta à margem. Havíamos demonstrado como o falecido pastor presbiteriano no seu assalto contra a Igreja falseara citações, mutilara textos, inventara estatísticas, multiplicara afirmações contraditórias, etc., etc. Com a exceção de uma só tentativa — e veremos mais tarde quão desastrada — o novo advogado do protestantismo desamparou, de todo em todo, o seu correligionário. Mais. O prefaciador do trabalho recente, o Sr. E. W. KERR, confessa-nos que o livro de EDUARDO PEREIRA se "ressente de uns poucos saltos violentos na urdidura e seqüência da matéria... a documentação escassa além de protestante quase tôda, e sem pormenores quanto às fontes; finalmente, a manifesta vontade de chegar ao fim, isto é, a pressa latina", p. 7. Arquivemos a confissão. O livro do professor paulista que, a seu tempo, se havia inculcado como o melhor trabalho do protestantismo brasileiro, é hoje declaradamente julgado insuficiente, obra de fancaria, feita às pressas, atabalhoada, sem contato com as fontes, unilateral, incoerente. É bom que o digam agora; melhor fôra se o houvessem dito antes. *Haec olim meminisse juvabit*.

E o novo livro? Valerá mais que o outro? Infelizmente, nem tanto. Salvo no volume da mole, ERNESTO LUÍS DE OLIVEIRA fica abaixo de EDUARDO CARLOS PEREIRA.

A primeira impressão que para logo fere o leitor, ao chegar cansadamente à última página, é a de uma desordem geral, de uma ausência completa de plano e de unidade na arquitetura do livro. Os capítulos vão-se sucedendo, sem nexo, com "saltos violentos na urdidura e seqüência da matéria." Lá, por meia altura da obra, de improviso, abre-se um estudo com o título "horas eucarísticas", e sôbre a missa, a transubstanciação, a eucaristia na história, seguem-se quase 70 infindáveis páginas, decalcadas sôbre um artigo de

la Grande Encyclopédie française. Quem tal crera? Tomar como guia de um estudo sôbre a Eucaristia, no ano de 1930, um artigo da *Grande Encyclopédie*, é arrôjo científico singular! Mas a que propósito esta digressão que representa quase 1/5 do livro? É a resposta a pequeno artigo publicado num semanário religioso de Campinas. Evidentemente êste "ensaio crítico e histórico" poderá ser o que quiserem, mas está fora de lugar: *non erat his locus*.

A esta digressão já chegara o leitor, fatigado por outra, pouco menos extensa. Mais de 50 páginas emprega o Sr. ERNESTO LUÍS DE OLIVEIRA, para demonstrar com DANIEL, NEWTON, S. PAULO e o Apocalipse na mão, que a Igreja de Roma é, nem mais nem menos, do que a Babilônia, a grande Prostituta do Apocalipse e o Papa em pessoa, o Anticristo dos profetas. Prova evidente aos seus olhos é que o Sumo Pontífice em Roma é *"adorado"*, (p. 146) (1) que a Lei canônica denomina o Papa "Senhor Deus Papa", (!!) p. 148; que os "característicos da grande Apostasia dos últimos tempos são claramente vistos no frontispício da Igreja de Roma: a proibição do casamento e a do uso de carnes", (p. 150). Tôdas estas admiráveis descobertas, o ilustre professor as vai enunciando com uma seriedade aruspicina, sem

(1) Apenas eleito o Sumo Pontífice, os cardeais, reunidos em conclave, lhe prestam repetidas vêzes a homenagem de sua veneração e obediência. A êstes atos o cerimonial pontifício designa com o têrmo "adoração", que, não só na linguagem clássica, mas ainda no uso bíblico e eclesiástico tem freqüentemente o significado de tributo de veneração, respeito, acatamento. Abraão *"adora"* os filhos de Heth (Gên. XXIII, 7); Jacob "adora" Esaú (Gên. XXXIII, 3); Moisés "adora" o seu sogro Jetro (Êxodo XVIII, 7); David "adora" Jônatas (I Sam. XX, 41), e Saul (I Sam. XXIV, 9) e em infinitos outros lugares. Assim, como Abraão, Moisés, David, "adoram" os cardeais o Papa recém-eleito. Que faz o Sr. Ernesto? Dá ao têrmo "adoração" a significação estrita de "culto latrêutico", e acusa os cardeais (não sei que idéia faz êle do sacro colégio) de idolatria e o Papa de usurpar as honras da Divindade. Evidentemente, é o Anticristo. — Ignorância ou má fé?

http://www.obrascatolicas.com

suspeitar sequer o ridículo a que se expõe aos olhos de qualquer leitor, não digo altamente instruído, mas simplesmente sensato.

As acrobacias hermenêuticas com que o engenheiro-exegeta tenta identificar o Papa com a Anticristo do Apocalipse dariam, se nos sobrasse espaço, para distrair amenamente os leitores por algumas horas. Um exemplo só. Numa visão do Apocalipse aparece a grande Bêsta com dez cornos que representavam dez reis, etc. Comenta o Sr. Ernesto: "Em outros têrmos: êsses dez reis reinarão contemporâneamente com o Anticristo. É interessante notar-se que não só se dividiu o império Romano do Ocidente em dez reinos, quando foi da invasão dos Bárbaros [quando ainda não havia começado o reinado fatídico, cfr. p. 141], como ainda, dentro do mesmíssimo território existem agora as seguintes nações: 1.ª Inglaterra; 2.ª França; 3.ª Bélgica; 4.ª Portugal; 5.ª Espanha; 6.ª Suíça; 7.ª Itália; [a 8.ª i. e. a Áustria foi esquecida por lapso tipográfico] 9.ª Hungria; 10.ª Iugoslávia. Eis aí os dez reis reinando contemporâneamente com o Papa Rei de Roma", pp. 161-2. Todo absorvido pelas dificuldades do labor exegético o professor esqueceu a geografia. E a Romênia? E a Alemanha? e a Grécia? e a Turquia? e a Tchecoslováquia? e S. Marinho? e Andorra? Onde estão os dez reinos? E quantos eram quando os Habsburgo sob a sua coroa reuniam tantas nações hoje independentes? E quantos eram quando a Itália, a Alemanha e Espanha se achavam divididas entre tantos pequenos soberanos independentes? Quantas infantilidades ridículas!

Uma vez embrenhado nas profecias escatológicas, o crítico do Paraná não resistiu à tentação de vaticinar o fim do Papado. "Se o reinado do Anticristo tem de durar 1260 anos e se só no ano de 774 apresentou-se êle com as insígnias do seu poder temporal e espiritual, temos que no ano 2034 da nossa era terá fim êsse fatídico reinado" (p. 141). — Já havíamos indicado no nosso livro (p. 188) êsse fraco que Lutero transmitiu nos seus descendentes: "On

sait qu'une maladie du protestantisme aussi ancienne que lui, fut la manie de prédire la chute de la puissance pontificale. Les erreurs, les bévues les plus enormes, le ridicule le plus solennel, rien n'a pu le corriger; toujours il est venu à la charge". De Maistre, *Du Pape*, Paris- Lyon 1819, p. 669. Para Carlos Pereira o pontificado de Pio IX assinalava a data "da suprema decadência." O Sr. Ernesto de Oliveira teve também o ânimo de afrontar "le ridicule le plus solennel," mas foi prudente, recuou "a data fatal" para um futuro discretamente distante. Só os netos da geração presente poderão ter o consôlo de saudá-lo profeta.

Nestas perspectivas apocalípticas que lhe turvam a serenidade da visão, o professor da Escola Politécnica de Curitiba vê, de Roma, se espalharem pelo mundo "duas sortes de clérigos, os seculares, como nuvens de gafanhotos, e os regulares, como exércitos de cavalaria... sêres infernais com suas doutrinas venenosas (que) podem danificar apenas a quem as adote e pratique", p. 164.

Êstes "sêres infernais" "organizaram um sistema de moral destinado a tornar fácil o perdão dos pecados *sem contrição nem arrependimento*, de tal modo que o que não se excusa pelo fim que justifica os meios, escapa pela compensação oculta," etc., etc. (p. 164). As provas vai pedi-las o nosso erudito autor à casuística. Pascal ou Paul Bert ressurgem inesperados. Dir-se-ia que as "Provinciais" saíram ontem do prelo, que sôbre elas a crítica até hoje não pronunciou nenhuma sentença definitiva, que sôbre as suas citações truncadas, falseadas, malsinadas nada até hoje existe de provado. O Sr. Ernesto vive ainda na beatífica ignorância de todo êste trabalho de erudição, de análise, de história séria. Alguns casinhos de moral bem escabrosos e bem adulterados poderiam arrepiar os cabelos de seus leitores e provocar-lhes a mais justificada indignação contra moralistas

http://www.obrascatolicas.com

tão degenerados? Isto lhe basta. São mutilados os textos? É inteiramente desfigurado o sentido? que importa? O fim é bom; os meios estão justificados (1).

A esta primeira impressão de um livro mal arquitetado, sem unidade nem coerência, indigesto e desordenado, se vêm

(1) Não entra no nosso plano examinar êstes casos. Citaremos apenas, por amostra, o primeiro. Trata-se de investigar até que ponto o dever obriga a consciência a dizer a verdade. *Gury*, a fim de concretizar a doutrina, pergunta se uma mulher, que teve a infelicidade de cair em adultério, é obrigada a confessá-lo ao marido se a interrogar sôbre o ponto. E responde, com a quase totalidade dos moralistas, que não, como não é obrigado o réu a confessar o crime ao juiz. Dêste caso, quem tal crera? infere o Sr. Ernesto que "A Igreja de Roma sanciona o adultério", p. 165. Já não me admira a perspicácia intelectual de quem encontra a doutrina sôbre o adultério num caso que trata dos limites da sinceridade. Maravilha-me a coragem moral de quem não trepida em assacar à Igreja católica a mais grave das acusações sôbre a inconsistência de tais fundamentos. Queria o Sr. Ernesto saber sinceramente o que ensina o P. *Gury* sôbre a fidelidade conjugal? Era abrir a sua "Teologia moral" *no capítulo em que trata ex-professo da questão*. Ali veria, sob o título geral de "Pecados de luxúria" que o "adultério, além de ser pecado contra a castidade, inclui também uma violação da justiça, como o evidencia não só a razão mas vários trechos da Sagrada Escritura". *Comp. Theol. Moralis*", Romae, 1887, t. I, pp. 413-414. Eis o que, sôbre o assunto, doutrina o P. Gury. Mas era necessário incomodar um grande moralista para saber o que ensina a Igreja, em matéria tão elementar? Por que não abriu o ilustre professor um dos catecismos que andam pelas mãos dos nossos meninos? Aí veria entre "as principais obrigações dos que se unem pelos laços do matrimônio cristão" a de "guardarem um ao outro *inviolável a fidelidade conjugal*". E se lhe parecia ainda excessivo êste trabalho de documentação para fundar requisitório tão momentoso, era sair à rua e interrogar à queima-roupa o primeiro católico que lhe cruzasse os passos: "A Igreja católica sanciona o adultério?" O professor, estou certo, teria uma resposta verdadeira. Mas o catedrático da Escola de Curitiba teve por desnecessárias estas informações e, com processos análogos ao que acabamos de ver, afirma desassombradamente que a Igreja romana não só legitima o adultério mas ainda "patrocina a corrupção das senhoras honestas e das

ajuntar outras observações que lhe tiram todo o crédito e valor científico.

A primeira e mais elementar exigência de qualquer trabalho dessa natureza é a exatidão e rigor das citações. Em se tratando então de obra polêmica esta é condição absolutamente indispensável, é a primeira regra de um *fair play*, da atitude leal dos que se batem pela verdade. No meu modesto trabalho que deu origem ao debate timbrei de severidade neste ponto; de todos os trechos aduzidos indiquei minuciosamente a proveniência; onde — raras vêzes — não me foi possível ir à fonte primeira, indiquei com lisura o autor de segunda mão que me subministrara a cita. Qualquer leitor, adversário ou não, achava-se assim habilitado a confrontar imediatamente as minhas afirmações e averiguar, por si, o valor das fontes e a fidelidade na sua interpretação.

moças honestas", "sanciona a prática de todos os pecados, inclusive o da mentira e da blasfêmia", "sanciona o roubo", etc., etc. — Logo no limiar dêsse estudo afirma o Sr. Ernesto que no "intuito de adquirir influência política, os romanistas organizaram um sistema de moral destinado a tornar fácil o perdão dos pecados *sem contrição nem arrependimento...*", p. 164. Ou o Sr. Professor está gracejando ou abusa indignamente da ingenuidade dos seus leitores. Esta doutrina de perdão sem arrependimento é *especificamente luterana* e explicitamente *condenada pela Igreja Católica* (Concílio de Trento, sess. XIV, cân. 4). Ao escrupuloso apologista do protestantismo esqueceu citar o texto oficial em que os católicos ensinam a doutrina que lhes assaca. Não o tratarei da mesma forma. As palavras de Lutero aqui ficam exaradas textualmente: "Se um sacerdote vos deu a absolvição e credes firmemente que estais absolvidos, estais na realidade... *seja qual fôr a vossa contrição... E serão condenados os que se não quiserem crer verdadeiramente absolvidos, antes de estarem certos de ter contrição*". WERKE, Ed. Weimar, t. I, p. 323. — E neste estilo e com êstes fundamentos continua o terrível requisitório. Que muito depois que êle mimoseie o clero católico, secular e regular, com as amabilidades de "sêres infernais", a envenenarem o mundo com as suas doutrinas? Só folgaria eu de saber como é que na moral puritana se qualificam certos processos de polêmica.

http://www.obrascatolicas.com

Ao meu adversário não pareceu bem corresponder-me com igual gentileza. São sem conta os casos em que citações capitais para a argumentação e sôbre cuja autenticidade pode nascer no ânimo do leitor a mais legítima suspeita, se apresentam, sem a menor referência às fontes onde foram bebidas. É a omissão de um dever grave.

Omissão que se torna tanto mais lamentável quanto, em outras ocasiões, o Sr. ERNESTO revela o mais completo e total desconhecimento dos autores que alega. À p. 257, por exemplo, é citado um trecho de S. Tomás com estas indicações: *Summa,* 3:O, 11. C, Não há tomista capaz de deslindar êste logogrifo. Visìvelmente, as obras do grande escolástico, não as conhece o politécnico curitibano sequer pela lombada. (À p. 242 repetem-se as mesmas algaravias, mas desta vez ficam por conta do seu prefaciador E. W. KERR.) Sôbre a Eucaristia alega-se na p. 227 como de S. EUSÉBIO, um trecho, com a indicação *Ecc. Theol.,* III, 1. Ora, EUSÉBIO, *santo,* a patrologia conhece um bispo de Vercelli, no séc. IV, do qual, porém, não nos restam senão três epístolas. EUSÉBIOS, que não são canonizados, apontam-se pelo menos 6, que se distinguem pelo nome da cidade em que nasceram ou de que foram bispos: de Alexandria, de Cesaréia, de Doriléia, de Êmeso, de Nicomedia, de Tessalônica. Muito provàvelmente o Sr. ESNESTO queria citar o *De ecclesiastica theologia* de EUSÉBIO de Cesaréia, que não é santo, mas a falta de prática lhe baralhou as noções mais elementares de patrística. Na p. 173 lêem-se estas palavras "sob a autoridade de *Lugonis,* Bon, Spor," etc. Já o leitor terá advertido que êsse LUGONIS, irreconhecível à primeira vista, é um genitivo latino do célebre jurista DE LUGO, cujo nome soou tão novo aos ouvidos do nosso professor que o transcreveu tal qual para o português, como quem falasse nas Catilinárias de CICERONIS.

E o mal é ainda mais grave. O apologista do protestantismo não só apela para autores que nunca viu, mas atreve-se a criticar despachadamente doutrinas que não se deu ao trabalho de estudar sequer pela superfície. É doloroso dizê-lo, mas a verdade impõe-se. Não há talvez um dogma ou um ensinamento católico que o Sr. ERNESTO exponha com fidelidade objetiva. O que nós cremos sôbre o primado e a infalibilidade do papa, sôbre a tradição, os sacramentos, as indulgências, a justificação — tudo, passando pela entrosagem de sua exposição, sai completamente desfigurado. Não é penoso ver assim um crítico dispensar-se da obrigação óbvia de informar-se exatamente do que pretende julgar e condenar? Escrever um livro nestas condições representa, sem contestação, uma notável economia de trabalho intelectual, mas, com esta vantagem, acarreta o pequeno inconveniente da perfeita nulidade dos resultados. O Sr. ERNESTO, com o seu descaso pelas exigências positivas da metodologia científica, deixou-se levar para o reino das quimeras; inventou, modificou, deformou a seu talante as teorias que critica, esgrimiu bravamente contra êstes fantasmas criados pela sua imaginação apaixonada, e... venceu-os heròicamente (1). Mas a doutrina católica, essa nem sequer foi atingida. A balística do engenheiro mirou outros alvos irreais.

Não menos ainda que as citações aéreas e as deformações doutrinárias, são as inúmeras contradições, são os erros

(1) Um exemplo entre muitos, e êste de mais responsabilidade porque feito sôbre uma doutrina cuja exposição se achava sob os olhos do autor. Tratando da conciliação da liberdade com a graça, disséramos que a Igreja católica reconhecia no homem o livre arbítrio diminuído mas não destruído pelo pecado original. Assim, "o homem é ainda senhor de seus atos, e, pela liberdade, o artífice dos seus destinos. A graça eleva, fortifica, sôbrenaturaliza a vontade, mas no segrêdo insondável de sua ação nas almas, respeita-lhe sempre a independência nativa. A felicidade suprema da glória será conquista dos nossos esforços, prêmio das nossas virtudes, triunfo de nossa liberdade sôbre o mal. As palavras de S. Paulo: *gratia*

http://www.obrascatolicas.com

palmares, a enxamearem por tôda a obra, desvirtuando-lhe e anulando-lhe todo o valor.

Logo na *Carta Prefácio* p. 16 lê-se: "Donde concluímos reta e necessàriamente que até S. Revma. se acha contaminado pelo terrível vírus protestante, o do livre exame individual!... E ao diante demonstraremos isso mais amplamente." Idêntica afirmação às pp. 76 e 87. Pouco adiante: "E, por essa forma, temos em S. Revma. o mais bem acabado campeão da fé cega, sob o céu dêstes Brasis" (p. 19. — "Três páginas bastam para metamorfosear um 'contaminado pelo livre exame', no 'mais bem acabado campeão da fé cega'."

Fora de alusões pessoais, sempre desagradáveis, abra o leitor a p. 22: "A mesma calúnia se levanta (pelos católicos) quanto aos livros de que se compõe o Velho Testamento das Bíblias protestantes, os quais se acham todos integralmente conformes com os das Bíblias católicas e com as dos hebreus." Bem claro; nós católicos *caluniamos* os protestantes, quando afirmamos mutilado o Antigo Testamento de suas Bíblias; os livros que o compõem *"se acham integralmente conformes"* com os das nossas Bíblias. Continue o leitor: "A diferença vem de ter o concílio de Trento, em 1631, mandado incorporar ao Velho Testamento os livros apócrifos, ou sejam, de Judith, Tobias, Baruque, Sabedoria, Eclesiástico e Macabeus." — Aí está; o A. T. das Bíblias protestantes é "integralmente conforme" com o das nossas

Dei mecum, resumem admiràvelmente tôda a economia da predestinação divina. Deus e eu: Deus com a graça, eu, com a minha livre cooperação: eis os elementos essenciais e inseparáveis da nossa glorificação sôbrenatural. Não se poderia melhor conciliar a *gratuidade das generosidades divinas* com a grandeza da dignidade humana" (p. 424). Que faz o Sr. Ernesto? Cita-me o trecho até "liberdade sôbre o mal;" dá-lhe um sentido pelagiano *inteiramente incompatível com os períodos seguintes discretamente subtraídos à verificação dos seus leitores,* e sôbre esta escamoteação constrói todo o seu capítulo sôbre a Justificação pela fé!!

Bíblias; mas apesar desta onímoda identidade, há, pelo menos (o Sr. ERNESTO calou outras diferenças), *6 livros* no nosso A. T. *que não se acham no protestante.* E nós católicos... *caluniamos* quando afirmamos haver diferença!! — Leia à p. 40: "Foi sob a autoridade do Velho Testamento que se fundou a Igreja, pois foi pelo testemunho dêle que S. Pedro justificou a sua primeira prédica da qual resultou a fundação da Igreja." Não critiquemos a argumentação; registremos apenas que a fundação da Igreja resultou da primeira prédica de S. Pedro. A memória não lhe foi propícia. Vinte páginas depois, se nos diz que "S. Pedro, por sua apostasia, espiritualmente deixou de pertencer à Igreja", p. 61. — Como! deixou de pertencer à Igreja que ainda não havia sido fundada! Afinal, Sr. ERNESTO, quando foi fundada a Igreja? Pela pregação de S. Pedro, ou antes de suas pregações? Ponha-se de acôrdo consigo mesmo e depois discutiremos.

Os erros numerosos, visíveis, palmares vão formigando, sem economia nem pudor, pelo livro a fora. Na citação acima já o leitor terá advertido o primeiro, de cronologia elementar "O Concílio de Trento *em 1631,* mandou incorporar ao Velho Testamento os livros apócrifos", p. 22 (1). Um con-

(1) Quanto aos livros *"apocrifos"* que o concílio de Trento "mandou incorporar ao Velho Testamento", o ilustre catedrático não se informou bem. O cânon do Antigo Testamento, definido dogmàticamente em Trento, no ano de 1546 (eis a verdadeira data, meu caro senhor) poderá encontrá-lo reproduzido no chamado *Decretum Gelasii* (492-496), na carta de Inocêncio I (405) e Exupério bispo de Tolosa, no Concílio Romano, reunido em 382 sob o pontificado de S. Dâmaso, no Concílio de Hipona (393) e nos de Cartago (419 e 397), no célebre *Codex Claromontanus* que remonta provàvelmente ao século III, na versão grega dos LXX que foi a Bíblia de que se serviram quase sempre os Apóstolos. O concílio de Trento não fêz portanto nenhuma adição arbitrária, "mandando incorporar apócrifos;" definiu apenas a tradição católica, suprimindo dúvidas que existiram em alguns escritores eclesiásticos e foram perfilhadas pelo

http://www.obrascatolicas.com

cílio de Trento *em 1631* é uma espécie de independência do Brasil em 1880. Quem é que ignora que a célebre assembléia ecumênica da cidade subalpina se reuniu em 1545 e, depois de várias interrupções, se encerrou em 1563?

Fiquemos ainda em cronologia. "Os frades de S. Domingos, porém, ainda não tinham atingido à perfeição a que chegaram com "São Torquemada" e por isso o *Santíssimo* Papa Pio V, com suma caridade mais que evangélica, julgou que devia correr em auxílio à inexperiência dêles: no ano *1235 convocou o concílio de Narbona,* de cujos decretos extraímos as seguintes notas", p. 312 — Maravilhoso! De S. Pio V conhecíamos vários milagres, mas não sabíamos que, na "sua caridade mais que evangélica" tivesse chegado a reunir um concílio *três séculos antes de vir a êste mundo!!* S. Pio V, senhor, governou a Igreja de 1566 a 1572. Não abuse de nossa credulidade.

À p. 223, o autor desejando "mostrar como os grandes santos *da primitiva Igreja* entenderam" as palavras eucarísticas, rompe corajosamente a lista com o nome de S. Bernardo. — Pôr o grande abade de Claraval que *viveu no século* XII entre os santos da *primitiva igreja* é um tanto ousado.

E a cronologia da história profana não é mais feliz que a da história eclesiástica, p. 314: "Exatamente dêsse tom são as leis de São Luís VIII, rei de França. Imagine-se se não fôsse santo." — Ilustre catedrático da Escola Politécnica de Curitiba, chame o primeiro preparatoriano aprovado em história para lhe lembrar que Luís VIII rei da França não era santo, e que o Luís, rei de França, que era santo não era VIII.

protestantismo nascente. É esta, precisamente, a missão do magistério eclesiástico instituído por Cristo. Os protestantes nunca terão uma autoridade infalível que lhes possa garantir o caráter inspirado de nenhum livro santo. O seu princípio de fé é uma antinomia irredutível.

À p. 48: "Para multiplicarem as cópias dêsse Livro (a Bíblia) os *protestantes inventaram a arte de imprimir;* e hoje todos os departamentos da cultura humana são abençoados por essa descoberta." — Afirmação despachada que vem revolucionar a cronologia das descobertas. Até aqui se julgava que a arte de imprimir havia sido inventada por Gutenberg *em meados do século XV*. De 1462 a 1500, só na Alemanha conservam-se os nomes de mais de mil impressores. No período ainda dos incunábulos, Mogúncia e Colônia, que eram governadas pelos seus arcebispos eleitores, possuíam respectivamente 5 e 21 tipografias. Os padres e religiosos foram em quase tôda a parte os pioneiros da nova arte e muitos dentre êles se fizeram compositores. Oficinas de tipos instalaram nos seus mosteiros os cônegos regulares de Bouromuster em 1470, os beneditinos de Augsburgo em 1472, de Bamberga em 1474; de Blaubeuren em 1475, os Premonstratenses de Schussenried em 1478, os Augustianos de Burenberg em 1479. Em 1487, Adolfo Occo, médico do arcebispo de Mogúncia escrevia a um impressor que a nova arte "iluminara realmente o século pela misericórdia do Onipotente. É sobretudo a Igreja católica que lhe é particularmente obrigada; a recente descoberta lhe deu nova glória e dotou-a de tantos livros cheios de ciência divina" (1). Na França e na Itália, na Espanha e na Inglaterra, na Polônia e na Suécia, à sombra dos mosteiros e sob a proteção e estímulo das altas autoridades eclesiásticas multiplicaram-se ràpidamente as oficinas tipográficas. Em 1476 já se imprimia em Paris a primeira Bíblia *francesa;* no ano seguinte, aparecia em Valença, uma versão da Escritura *em dialeto valenciano,* feita por Bonifácio Ferrer, irmão de S. Vicente Ferrer. De 1470 a 1500 Veneza teve mais de 200 tipografias e em 1500 cêrca de 50 trabalhavam simultâneamente. Lutero portanto ainda não havia nascido e a arte

(1) Cfr. Jansen, *Geschichte des deutschen Volkes,* t. I_{17-18}, Freiburg i. B. 1897, c. 1.

http://www.obrascatolicas.com

de Gutenberg, acolhida e abençoada pela Igreja se espalhara por tôda a Europa. Como é que o Sr. ERNESTO DE OLIVEIRA vem ensinar aos seus clientes que "os protestantes inventaram a arte de imprimir" para vulgarizar a Bíblia? Só falta agora atribuir-lhes a glória de haverem descoberto também a América e inventado a pólvora.

Entre êstes homéricos cochilos nos conhecimentos mais rudimentares da história eclesiástica ou profana, merece ainda ser contada a imprevista canonização de um grande escritor eclesiástico que não só nunca teve essa honra mas provàvelmente morreu fora da Igreja. Abrindo-se a p. 37, os olhos admirados caem em "S. TERTULIANO", realçado em versalete. O apologista africano acaba de receber da generosidade do professor paranaense a nunca possuída auréola da santidade. E o S. inoportunamente canonizador obstina-se teimoso em acompanhar o desacostumado nome. À p. 226, S. TERTULIANO aparece-nos ainda uma vez santificado pelo nosso autor, pouco exigente na distribuição da glória excepcional. Às pp. 207 e 256 é CLEMENTE ALEXANDRINO que indevidamente vem distinguido com a mesma honra.

Nugas de pouco valor, dirá alguém, ninharias sem importância. Talvez; mas altamente significativas. Tôdas estas cincadas, incompreensíveis em quem tenha o menor traquejo pessoal dos documentos, revelam no catedrático de Curitiba, um escritor de todo em todo hóspede nos assuntos que versa. Quem quer que tenha manuseado os antigos autores ou folheado, ainda que por alto, os anais do cristianismo não envolve uma citação de S. Tomás naquela confusão de cifras ininteligíveis nem canoniza Tertuliano nem situa o concílio de Trento em 1631. O Sr. ERNESTO DE OLIVEIRA evidentemente não compulsou nunca os grandes autores dos séculos de fé (1). As fontes históricas da vida e da doutrina

(1) Não há talvez um S. Padre ou Doutor da Igreja, citado pelo Sr. Ernesto de Oliveira, cujas doutrinas não sejam por êle inteiramente desfiguradas. Se nos sobrar tempo e paciência, e, sobretudo, se o exigirem as necessidades da polêmica, daremos, um dia, dêste asserto a mais minuciosa e documentada demonstração.

cristã são para êle fechadas com sete sigilos. Como esperar, pois, de um homem que nunca entrou em contato direto com os escritos, os monumentos e a mentalidade de uma época, a interpretação justa e crítica de um ou outro trecho violentamente arrancado ao seu ambiente natural? Falece-lhe a primeira e mais indispensável condição para qualquer trabalho, de índole histórica, sério e consciencioso: a familiaridade com as fontes. Não temos, portanto, pela frente um investigador que, na sinceridade de uma pesquisa científica, tenha formado o seu juízo sereno sôbre o assunto e no-lo venha expor desapaixonadamente. Resta apenas o compilador, o compilador que, servindo-se de outros compiladores, respiga, aqui e ali, no seu restolho, o que lhe parece conveniente à confirmação de idéias preconcebidas.

Em qualquer outro país do mundo, de cultura religiosa mais apurada, os próprios protestantes teriam sido os primeiros a julgarem com justiça um livro que tanto lhes vinha comprometer a reputação científica (1). O "Anticristo" do Sr. ERNESTO DE OLIVEIRA, seguindo então o curso de

(1) Últimamente, depois dos primeiros entusiasmos de propaganda artificial, já começa a ouvir-se alguma nota discordante dentro dos próprios arraiais protestantes. *"O Jornal Batista"*, órgão da Convenção Batista Brasileira começou no seu n.º de 26 de nov. de 1931, uma série de notas críticas "ao livro de polêmica protestante... pois seus erros são muitos e graves a nosso ver", p. 13. O próprio Emílio Kerr, que, numa espécie de prefácio, quis servir de paraninfo ao trabalho do seu correligionário, não parece ainda muito satisfeito com a sua execução. "Um livro tão simples, diz êle, à p. 9, que apenas acena para o passado, talvez não vise merecer o título de resposta oficial e definitiva à obra de Leonel Franca." — O Autor, já se vê, é mais indulgente em julgar a própria obra. Ao depor a pena exclama consolado: "Cremos haver dado plena satisfação à

http://www.obrascatolicas.com

seus destinos naturais, passaria, inofensivo e despercebido. Aqui não. Mal saiu o livro a lume, os pastôres embocaram a "tuba sonora e belicosa" e, numa porfia de ênfase, proclamaram-no "colossal", "estupendo", "esplêndido", "argumentação fulminante", "argumentação matemática", "a mais notável obra da atualidade". E, com êste ruflar de caixas, começou a sua propaganda nos arraias "evangélicos".

Não há para o protestantismo brasileiro sintoma tão grave e doloroso. O estalão intelectual, por onde se aferem os valores da ciência religiosa, é realmente de tipo inferior. Mais; um juízo dêstes atraiçoa uma atitude de lastimável hostilidade ao catolicismo. Se a obra do Sr. ERNESTO foi saudada com tão desproporcionadas expressões de regozijo, foi apenas porque vulgarizou uma meia dúzia de objeções contra a Igreja, objeções sediças, exaustas, mil vêzes refutadas — da casuística a Galileu — mas que impressionam sempre as massas irrefletidas e indefesas. Nas 370 páginas do novo in 8.º os pastôrezinhos do interior encontrarão material abundante para alimentar o desrespeito, a animosidade, o ódio incompreensível ao catolicismo, que parece ser o fito único da atividade protestante no Brasil.

Pareceu-nos, por isto, conveniente dar duas palavras de resposta à "Réplica" ao meu modesto trabalho sôbre a *Igreja, a Reforma e a Civilização*. Resposta: não nos exprimimos talvez com exatidão. Nada ou quase nada há de novo a responder. Trata-se apenas de mostrar que a pretendida "Réplica" mente às suas promessas e não corresponde ao seu nome. Não replica, mas repisa os mesmos erros já confutados e cuja refutação não foi levada em conta. É processo de polemizar tão econômico quão ineficiente. Todos conhecemos a psicologia dos leitores comuns. Não haverá

parte bíblica e à parte histórica do livro do Rev. L. F. e sem o menor receio confiamos no julgamento dos espíritos desapaixonados", p. 373. — Em óptica, não são infreqüentes as ilusões e os erros de perspectiva.

talvez 1 sôbre 100 que se dê ao trabalho de confrontar serenamente os dois textos a fim de julgar, sôbre êste cotejo completo, com quem fica definitivamente a vitória da razão. Contando com esta inércia mental da maioria, o meu adversário repetiu um sem-número de argumentos que já haviam sido eliminados e omitiu discretamente outros, decisivos na controvérsia. Minha tarefa será, portanto, restabelecer o estado verdadeiro da questão e pôr assim de manifesto a inocuidade de uma réplica sem consistência. Daí a necessidade indeclinável de citarmos longamente o nosso livro anterior. Fá-lo-emos indicando apenas o número da página, com as iniciais IRC, como as referências do Sr. ERNESTO LUÍS DE OLIVEIRA, sem outras indicações, são tiradas do seu livro *"Roma, a Igreja e o Anticristo"*, S. Paulo, 1931.

Cingiremos o nosso trabalho aos pontos fundamentais, tratados mais desenvolvidamente n'"A Igreja, a Reforma e a Civilização". Acompanhar as intermináveis e inoportunas digressões do meu adversário fôra ampliar inùtilmente a controvérsia. Hoje o Sr. ERNESTO divaga sôbre a transubstanciação, o Anticristo, a justificação pela fé; amanhã, o seu provável sucessor embrenhará pela confissão, pelo culto das imagens, pela veneração aos santos, pelo Purgatório, etc., etc. E como não há verdade católica que alguma seita protestante não tenha pôsto em dúvida, teríamos aberto um debate sem fim sôbre todo o cristianismo. Ficaremos firmes no campo escolhido; a questão que nêle se discute é fundamental; havemos de liquidá-la, com rigor e serenidade.

http://www.obrascatolicas.com

LIVRO I

INTRODUÇÃO

A Igreja é o prolongamento de Cristo na terra. Dos bens divinos que Êle trouxe ao homem, — luz da fé para as inteligências, graça de regenração para a vida sobrenatural das almas — ela é a depositária fiel e incorruptível. Sociedade dos redimidos, destinada a perpetuar através das gerações os benefícios da Redenção, Cristo confiou-lhe o poder de magistério infalível que preservasse os seus ensinamentos das corrupções humanas; organizou-a de modo visível a tôdas as consciências sinceras que buscassem luz e paz; e estabeleceu-a inamovìvelmente sôbre uma autoridade indestrutível que lhe assegurasse, com um centro de unidade, a duração, a vida, a fôrça, a integridade da fé na disciplina da ordem. Magnìficamente S. AGOSTINHO: "na cátedra da unidade pôs Deus a doutrina da verdade, *in cathedra unitatis doctrinam posuit veritatis*" (1).

Rasgar a túnica inconsútil desta sociedade santa, tecida pelas mãos divinas, erguendo soberbamente o próprio individualismo, frágil e oscilante, contra a unidade, preservadora da fé e do amor, é atentar voluntàriamente contra a obra de

(1) *S. Agostinho, Epist.*, CV, 16.

http://www.obrascatolicas.com

Cristo e colocar-se fora do seu plano redentor. As vestiduras da fé cristã, já dizia o grande bispo de Cartago, S. CIPRIANO, não poderá possuí-las quem divide e dilacera a Igreja de Cristo. *Possidere non potest indumentum Christi qui scindit et dividit Ecclesiam Christi"* (1).

Eis o pecado inexpiável do protestantismo e a fonte originária de tôdas as suas desgraças. As paixões dos grandes revoltados do século XVI obscureceram os esplendores incompreendidos desta economia divina e, num gesto fatal, destruíram, quem sabe por quanto tempo, a unidade religiosa do Ocidente, que trazia em germe a unidade espiritual da inteira família humana. O Cristianismo assim diminuído entrou ràpidamente a desintegrar-se, preparando nas almas desamparadas de certezas superiores o caminho ao ceticismo, à indiferença, à ausência de vida religiosa, sólida e profunda, a êste vazio indescritível que aflige tanta parte do nosso mundo contemporâneo. Quem se der ao trabalho de comparar o símbolo de Nicéia com a *Essência do cristianismo* de HARNACK poderá medir a distância percorrida e sondar os abismos de negação, abertos pelo protestantismo na sua marcha destruidora do Evangelho.

Aqui está, com a grande culpa, o êrro fundamental dos Reformadores. As discussões sôbre imagens ou relíquias, transubstanciação ou consubstanciação, purgatório ou invocação dos santos, são secundárias em confronto da questão fundamental que decide da própria existência de todo e qualquer protestantismo. Cristo mandou escrever um Evangelho e atirá-lo, indefeso, ao capricho de tôdas as interpretações individuais, ou fundou uma instituição permanente, conservadora fiel da sua doutrina e transmissora autorizada de sua vontade, baluarte da verdade revelada, e cidade visível

(1) *S. Cipriano,* M. L. IV, 504.

às almas que O procurassem? (1). Na hipótese da religião cristã identificar-se com um livro, que cada indivíduo interpreta a seu talante, Cristo teria fundado uma religião, sem organização social, sem unidade nem autoridade, teria dividido em lugar de unir, dispersado em vez de concentrar, semeado entre os homens, não os benefícios da paz, mas os germes de discórdias infinitas e inevitáveis, abandonando as almas a tôdas as angústias e torturas da dúvida a respeito de todos os ensinamentos e preceitos, cuja observância, no entretanto, Êle proclamara indispensável à salvação. Nesta hipótese o protestantismo teria razão, e, apesar de suas antinomias internas, teria encontrado no século XVI o segrêdo do cristianismo perdido havia 1500 anos. Se, porém, o divino Salvador fundou uma instituição permanente; se lhe prometeu a assistência infrustrável de seu Poder a fim de que continuasse a ensinar pelos séculos a fora o que Êle houvera ensinado, sem que nunca, contra ela, pudessem prevalecer as fôrças do mal, se Jesus fundou uma Igreja, a *sua* Igreja, *Ecclesiam meam,* depositária de sua fé e de sua graça, então o protestantismo está fora desta Igreja e portanto do caminho da verdade. Como S. CIPRIANO no século III, podemos hoje repetir-lhe: "não pode possuir a Cristo quem dilacera e divide a Igreja de Cristo."

Eis por que, no nosso trabalho anterior acêrca do protestantismo, concentramos o debate sôbre êste ponto fundamental, confrontando a regra de fé estabelecida por Cristo na instituição do magistério vivo e infalível da sua Igreja

(1) *Leibniz:* "Cum igitur Deus O. M. Ecclesiam constituerit in terris, tanquam civitatem sacram super montem positam, sponsam suam Immaculatam, et voluntatis suae interpretem, cujus unitatem per totum orbem caritate colligandam usque adeo commendavit, et quam audiri jubet ab omnibus qui ethnicis aut publicanis aequiparari nolunt, consequens est ut modum constituerit quo *voluntas Ecclesiae,* interpres voluntatis divinae, *cognosci possit." Systema theologicum,* § LXI, Ed. Lov. 1845, p. 176.

http://www.obrascatolicas.com

com o princípio disperviso e dissolvente do livre exame introduzido pela Reforma. Não nos arrependemos agora; ao primitivo plano conservaremos ainda a mesma fidelidade, discutindo as objeções que a um ou outro dos argumentos então aduzidos julgou poder opor o Sr. Luís Ernesto de Oliveira.

CAPÍTULO I

O PRIMADO DE S. PEDRO NO NOVO TESTAMENTO

§ 1. *O Primado de Pedro no Evangelho.*

Logo no princípio da vida pública de Cristo se vão esboçando os primeiros lineamentos da futura Igreja. Em tôrno do Salvador se agrupam alguns discípulos que o seguem mais de perto; é uma pequena sociedade de "irmãos"; dentre êles, Jesus escolheu "Doze" que denominou apóstolos e a cuja formação consagrou especial solicitude. Naturalmente os Apóstolos começaram a pensar de um "Primeiro", no Colégio dos Doze. Tal era a organização da Sinagoga, onde um Pontífice presidia religiosa e civilmente ao Sinedrim. Se estivera na intenção de Cristo estabelecer o igualitarismo deveria propô-lo manifestamente. Que faz Jesus? Recomenda a humildade, mas não destrói a autoridade. Quando os apóstolos, rudes ainda, disputavam entre si sôbre a primazia, o Salvador poderia cortar cerce por tôdas as contendas, dizendo simplesmente — se esta fôra a sua vontade — "sereis todos iguais". Não; Jesus insiste sôbre a modéstia mas afirma um primado: "*O maior* entre vós seja como o último e o *que governa* como o que serve" (Luc. 22, 26). E aduz a comparação consigo mesmo: Êle, o Mestre e o Senhor, estava entre os discípulos como quem servia.

http://www.obrascatolicas.com

A promessa, porém, explícita e majestosa do primado, fê-la Cristo num dos momentos mais solenes da sua vida. Terminado o ministério da Galiléia, pouco antes de subir a Jerusalém, reuniu Jesus os seus discípulos em Cesaréia de Filipe, para lhes fazer a grande revelação de sua divindade e lhes declarar os planos de fundação da sua Igreja sôbre Pedro. "Que dizem os homens do Filho do homem?" Os apóstolos referem as diferentes opiniões que corriam entre o povo. "E vós que dizeis de Mim?" pergunta ainda Jesus. Toma, então, Pedro, a palavra, e iluminado do Alto: "Tu és o Cristo, Filho do Deus vivo." "Bem-aventurado és, Simão Barjona, responde Jesus, porque não foi a carne e o sangue que a ti o revelou, mas sim o meu Pai que está nos céus. E eu te digo que tu és Pedro e sôbre esta pedra edificarei a minha Igreja e as portas do inferno não prevalecerão contra ela. E eu te darei as chaves do reino dos Céus. E tudo o que ligares na terra será ligado também nos céus e tudo o que desligares na terra será desligado também nos Céus" (*Mat.* XVI, 16-19).

Não repetiremos aqui o comentário, já feito, desta passagem magnífica. Os argumentos então desenvolvidos para mostrar como elas encerram a promessa de um primado de jurisdição conferido a Pedro na Igreja de Cristo *conservam intata tôda a sua fôrça primeira*. O Sr. Ernesto de Oliveira, conforme um louvável costume que havemos de pôr em evidência inúmeras vêzes, repete as mesmas objeções já resolvidas e cala discretamente as soluções apresentadas. Senão, vejamos.

Tu es Petrus. — O argumento tirado do primeiro versículo não colhe, diz o Sr. Ernesto, porque a pedra sôbre a qual Cristo diz há de construir a sua Igreja não é o Apóstolo mas o próprio Cristo. "Em resumo: nosso Salvador não disse a S. Pedro: "tu és *pedra* e sôbre esta *pedra* edificarei a minha Igreja", mas disse-lhe: tu és um fragmento da pedra (e isto é o que significa o seu nome), da pedra que

confessaste; e sôbre esta pedra, que sou eu, edificarei a minha Igreja; em outros têrmos: "edificarei a minha Igreja sôbre mim e não sôbre ti." E fragmentos da mesma pedra são todos os santos que constituem a Igreja", p. 53.

O leitor confrontando a paráfrase do Sr. Oliveira com o texto evangélico já percebeu tudo o que lhe enxertou desastradamente a sua exegese tendenciosa, "fragmento da pedra *que confessaste*... sôbre esta pedra *que sou eu*" não existem absolutamente em tôda a perícope evangélica onde Jesus Cristo não fala uma só vez de si, mas só *de* Pedro e *a* Pedro. Ora tôda esta interpretação visìvelmente apaixonada já nós havíamos excluído nestes têrmos: "Quem quer que leia despreocupadamente o passo de S. Mateus para logo se persuadirá que, em todo êle, Cristo só se dirige a Pedro: *tibi* dico, *tu* es, *tibi* dabo, quidquid *ligaveris*. Não há como isolar um inciso em que o Salvador entrasse a falar de si. Todos os membros do texto se articulam, se compaginam num todo, cuja continuiddae não é possível interromper sem lhe quebrar as harmonias divinas." IRC. p. 15.

— Mas entre *Petrus* e *petra,* há diferença que passa entre seixo e rocha, fragmento de pedra e pedra. — Não há tal. Esta diferença só existe na versão grega. O nome *Petra,* feminino, não se adaptava à designação de um homem. O tradutor grego, helenizando o original Kefas preferiu a forma *Petrus*. Tôdas as outras versões, onde não havia êste inconveniente, conservaram, como pode conservar o francês moderno, a identidade da forma verbal nos dois incisos do versículo. Pode verificar-se na versão armena, etiópica, cóptica, persa, caldaica, siríaca, arábica e eslava. Tudo isto já havia sido dito... debalde.

"Cristo falava aramaico. Ora em aramaico nenhuma diferença verbal entre Pedro e pedra. Traduzindo à letra, o texto original de S. Mateus dizia: tu és Pedra (*Kefa*) e sôbre esta Pedra (*Kefa*) edificarei a minha Igreja. Desfaz-se assim a última aparência de arrimo a que se abordoa, de-

http://www.obrascatolicas.com

sesperada, a exegese protestante. Como poder, com efeito, afirmar razoàvelmente a diversidade na significação de duas palavras *idênticas,* usadas na *mesma frase,* e referindo-se uma à outra por um *demonstrativo* enfático? (1) IRC. p. 15.

Mais. Reduzir o nome de Kefas a um fragmento de pedra, e "fragmentos da mesma pedra são todos os santos que constituem a Igreja", p. 53, é falsear todo o sentido do Evangelho. "Se não era Simão esta pedra fundamental da Igreja por que lhe mudou Cristo o nome em Pedra? Tu te chamarás Cefas, isto é, Pedra, disse-lhe Cristo no primeiro dia que o viu (*Joan.* 1. 42); *tu és Pedra* (2), repete-lhe Cristo agora. Porventura os nomes impostos por Deus são palavras vazias, figuras sem significado, sombras sem realidade?... Como! tanto aparato de circunstâncias, tanta gravidade de palavras, tanta solenidade de fórmulas (*Bem-aventurado és tu... E eu te digo: tu és Pedro*), para dizer

(1) Note bem o Sr. ERNESTO: a palavra *pedra,* no 2.º membro, é precedida do demonstrativo *esta,* super *hanc* petram; êste demonstrativo refere-se a uma pedra *de que já falara Cristo*. Ora, não há no texto outra senão o Cefas, a pedra do *tu és Petrus*. A "confissão" de S. Pedro só existe na fantasia dos protestantes; e o *esta* exige *gramaticalmente uma outra pedra de que já se houvesse falado* e a que o demonstrativo se reporta. A frase é do mesmo feitio que esta outra: "O Corcovado é um rochedo e sôbre êste rochedo se elevou o monumento a Cristo Redentor." Se nesta proposição, como na proposição evangélica, rochedo não significa a mesma coisa num e noutro inciso, quebremos a pena e ponhamos um cadeado nos lábios, que não haverá meio de manifestar com fidelidade o nosso pensamento. — Quando, portanto, chamamos de ilógica e antigramatical a distinção injustificada dos primeiros protestantes na sua luta contra Roma, exprimimos apenas a mais simples e inegável das realidades.

(2) Note-se a fôrça da expressão de Cristo. Não lhe diz: tu te chamas, mas *tu és* Pedra; não é uma metáfora acidental, é um nome a indicar a essência de sua missão, que será lembrada tôdas as vêzes que o designarem. Simão Barjona será sempre na Igreja de Deus conhecido com o nome de Cefas, Pedra, Rocha. Ao investi-lo na dignidade suprema do seu Reino, Cristo lhe muda o

que Pedro será um "fragmento", uma pedrinha no grande edifício do reino de Deus! Mas "fragmento", pedrinha são todos os fiéis, todos os membros da sociedade cristã. E qual seria, neste caso, o significado desta cena, uma das mais graves, das mais majestosas, das mais solenes do Evangelho? Algo parecido com o *parturiunt montes!!* Não! não! ante a exegese protestante revolta-se a consciência cristã num brado da mais justificada indignação." IRC. p. 16. Como vê o leitor, o Sr. ERNESTO não faz senão repisar o que já havia sido refutado.

E a falta de originalidade continua. — Pedro não podia ser a pedra fundamental porque em vários pontos da Escritura, Cristo é designado como a pedra fundamental da Igreja. "Se nestes passos Jesus se nos apresenta indiscutìvelmente como a pedra fundamental da Igreja, com o testemunho do próprio S. Pedro, o texto de Mateus não pode levar a entendimento diferente", p. 55. — Sempre o mesmo equívoco impenitente. Como se uma dignidade *conferida por Cristo* derrogasse às prerrogativas essenciais do Salvador. Por que antes de escrever esta objeção o Sr. ERNESTO não passou os olhos pela p. 17 da IRC? Aí já encontraria tudo explicado. "Quem jamais contestou que Cristo era a pedra viva, a pedra angular do cristianismo? Não é êste o objeto da controvérsia: trata-se de saber se o pescador da

nome como, no Antigo Testamento, Deus mudara o de Abraão, ao constituí-lo pai de muitos povos (*Gên.* XVII, 5) e o de Jacob ao fazê-lo chefe do seu povo eleito (*Gên.* XXXV, 10). Reduza-se agora o alcance do nome impôsto pelo Salvador ao de um simples fragmento de pedra como o são "todos os santos que constituem a Igreja," e estas palavras evangélicas perdem tôda a sua significação. Pedro ou Cefas, poderia chamar-se tanto Simão como André e Tiago, João e Bartolomeu. As solenes e majestosas expressões de Cristo não teriam razão de ser; seriam uma superfluidade incompreensível.

http://www.obrascatolicas.com

Galiléia foi *também por Cristo* designado como pedra da sua Igreja. Aqui bate o ponto. Abro o Evangelho e leio que de si afirma o Salvador: "eu sou a luz do mundo" (*Joan* VIII, 12). Consoante à regra do novo exegeta concluiremos sem hesitar: logo nenhum apóstolo é, ou pode ser luz do mundo. Abro nòvamente o livro sagrado e caem-me os olhos sôbre estas outras palavras proferidas igualmente pelo Salvador: "vós sois a luz do mundo" (*Mat.* V, 15) (1). Contradição? nenhuma. Há luz e luz, como há pedra e pedra. Luz, Cristo, por essência, por natureza, por brilho próprio como a do sol. Luz, os apóstolos, por missão, por participação, por viva reflexão de alheios resplendores, como a dos planêtas. Assim, pedra Cristo, pedra fundamental, pedra primária, sôbre cuja solidez divinamente inconcussa repousa inabalável todo o edifício religioso do cristianismo. Pedra Simão, por vontade de Cristo (tu és Pedra), pedra Simão, também ela inquebrantável e inamovível por fiança divina (as portas do inferno não prevalecerão). Cristo, pedra invisível; Simão pedra visível, porque tôda a sociedade externa e visível deve apoiar-se num poder supremo também visível e externo." Bem a talho S. Jerônimo: "Assim como [Cristo] comunicou luz a seus apóstolos para que se chamassem a luz do mundo, do mesmo modo a Simão que tinha fé na pedra-Cristo deu o nome de Pedra; e segundo a metáfora da pedra com razão lhe é dito: edificarei a minha Igreja *sôbre ti*" (1).

(1) Outro exemplo mais relacionado com o nosso. Abro S. Paulo, 1 Cor. III, 11; "Ninguém pode pôr outro fundamento senão o que já está pôsto que é Cristo Jesus." Continuo a ler o Apóstolo, escrevendo aos Ef. II, 20: "sois... membros da família de Deus, edificados sôbre o fundamento dos apóstolos e dos profetas, de que Jesus Cristo é a pedra angular." O último inciso de S. Paulo explica tudo: fundamento Cristo, fundamentos os apóstolos, mas êstes entanto fundamentos enquanto firmados em Cristo e por vontade sua. Assim pedra Cristo, e pedra Simão, estabelecida e posta por Cristo.

A evidência da exegese tradicional, serenados os estos das polêmicas apaixonadas, acabou impressionando os protestantes mais autorizados. Schelling já dizia: "Estas palavras de Cristo são decisivas para o primado de S. Pedro entre os apóstolos; só *tôda a cegueira do espírito de partido* poderia desconhecer o valor demonstrativo destas expressões, ou atribuir-lhes outro significado" (2). H. J. Holtzmann: "A célebre perícope da Pedra (XVI, 17-18), apesar de tôdas as *exegeses tendenciosas de antigos e novos protestantes,* deve referir-se à pessoa do apóstolo" (3). H. A. W. Meyer: "*Sem dúvida* aqui se atribui a Pedro o primado entre os apóstolos... O *expediente nascido tantas vêzes da polêmica contra Roma* que o próprio Pedro não seja a pedra... é *falso*" (4). Numa das obras mais recentes de exegese, o Dr. H. D. Wendland assim comenta o texto célebre de S. Mateus: "Na previsão de sua morte Jesus dá ao grupo dos discípulos uma forma de mais consistência que precedentemente. Declara a sua vontade de construir a sua Igreja e de dar-lhe *Pedro como fundamento*. A Pedro, depositário do

(1) S. Jerônimo, *In Mat.* 16 (*ML.* XXVI, 117).

(2) "*Diese Worte Christi* sind ewig entscheidend fuer den Primat des h. Petrus unter den Aposteln; es gehoerte die ganze Verblendung des Parteigeistes dazu, das Beweisende dieser Worte zu verkennen. oder den Worten einen anderen als diesen Sinn unterzulegen." Schelling, *Philosophie der Offenbarung,* p. 301.

(3) "Die beruehmte Felsenrede XVI, 17-18 ist trotz aller alt und neuprotestantischen Tendenzexegese auf die Person des Apostels zu bezchen." — H. J. Holtzmann, *Lehrbuch der neutestament. Theologie,* Leipzig, 1897, p. 430.

(4) "Ohne Zweifel wird uebrigens hier dem Petrus der Primat unter den Aposteln zuerkannt... Die oft von der Polemik gegen Rom ergriffene Auskunft, mit dem Felsen sei nicht Petrus selbst... gemeint, is unrichtig." H. A. W. Meyer, *Kritisch-exegetisches Handbuch ueber das Evangelium des Matthaeus,* 6.ª ed. Goettingen, 1876, p. 351.

http://www.obrascatolicas.com

Evangelho, confere, com a condenação e o perdão, o poder e o meio de fixar as fronteiras da Comunidade e de a separar de qualquer outra. Está Comunidade realiza o verdadeiro Israel, casa e povo de Deus" (1).

Em França os professôres da faculdade de teologia protestante não falam de outro modo. Para P. F. JALAGUIER o terreno em que se colocaram os católicos "est à nos yeux le seul vrai" (2). A interpretação protestante é aos olhos de H. MONNIER: "par trop alambiquée et tendancieuse" (3), e citações dêste teor poderiam aduzir-se ainda de J. S. ROSENMUELLER, KUINOEL, TH. KEIM, K. v. HASE, O. PFLEIDERER, WELLHAUSEN, JUELICHER, WEISS, KEIL, MANSEL, BLOOMFIELD, THOMPSON, ALFORD e outros muitos sem mais esfôrço de erudição que o de consultar as obras críticas dos principais heterodoxos modernos. Muitos dêstes autores alegamos no nosso trabalho, mas por aqui o Sr. ERNESTO Luís julgou melhor passar em discreto silêncio. Escrevendo há poucos anos na Alemanha, um dos mais notáveis exegetas nossos, KNABENBAUER, dizia serenamente: "Outrora aos intérpretes católicos incumbia a tarefa, aliás fácil, de provar que *super hanc petram* se referia àquele que pouco antes tinha sido chamado Pedra... Hoje podemos omitir êste trabalho. Finalmente neste ponto cederam os protestantes aos sãos princípios da razão e às leis do falar humano" (4). Feliz de quem por lá combate! O que nos centros cultos do Velho Mundo é armadura carcomida e oxidada, esquecida entre a imprestabilidade dos ferros velhos, é a panóplia com que sai ainda à estacada, muito denodado, ancho e lampeiro, o protestantismo cá da terra.

---

(1) H. D. WENDLAND, *Die Eschatologie des Reiches Gottes bei Jesus*, Guetersloh, 1931.

(2) P. F. JALAGUIER, *De l'Eglise*, Paris, 1899, p. 219.

(3) H. MONNIER, *Notion de l'Apostolat*, p. 133.

(4) KNABENBAUER, *Comment. in Matt.*, in h. locum, t. II, p. 55.

As chaves do reino dos Céus. Na perícope de S. MATEUS, o versículo anterior não está isolado; o pensamento de Cristo continua a desenvolver-se sob outras formas que se confirmam e se iluminam recìprocamente. Continuando a dirigir-se a Pedro, diz o Salvador: *Dar-te-ei as chaves do reino dos céus.* — Dar a alguém as chaves de um reino ou de uma casa significa conferir-lhe o poder neste reino ou nesta casa. "A entrega das chaves, escreveu WISEMAN, foi sempre o símbolo da transmissão da autoridade soberana do govêrno" (1). Pedro, portanto, em nome e por vontade do Mestre invisível exercerá na sua Igreja o poder das chaves, isto é, comenta o insuspeito LOISY, "de uma maneira geral todo o exercício da autoridade eclesiástica no que se refere ao tratamento das pessoas" (2).

Que opõe o Sr. ERNESTO à evidência da exegese clássica? — "As chaves que nosso Salvador deu a S. Pedro... de maneira alguma podêm designar a suprema autoridade no Reino de Deus, porque as chaves nesse sentido continuam na sua própria mão (*Apc.*, II. 7)... Como poderia dizer que a chave do Reino de Deus continuava na sua própria mão, se tivesse cometido essa autoridade a S. Pedro?" p. 55. — Parece incrível! Dir-se-ia que Jesus dera ao apóstolo um molho de chaves, que, uma vez no bôlso de Simão, já não podiam achar-se nas mãos de Cristo! As chaves, senhor, significam a autoridade, e esta autoridade continua em Cristo como em seu princípio e fonte, e em Pedro como no seu representante, delegado e vigário. Sempre o mesmo êrro pueril de julgar que Deus fica privado de um atributo porque o comunica às suas criaturas. Cristo constitui a S. Pedro, pastor do seu rebanho, *pasce oves meas?* logo, já não é pastor. Cristo confere aos seus apóstolos o poder de per-

---

(1) WISEMAN, em MIGNE, *Démonstrations evangéliques*, 1852, t. XV, pp. 918-919.

(2) LOISY, *Les Évangiles synoptiques*, t. II, p. 11.

http://www.obrascatolicas.com

doar os pecados (*Joan.* XX, 23)? logo Cristo já não pode perdoar pecados. Na ordem natural, comunica Deus a tôda a autoridade a indispensável jurisdição para o exercício de suas funções (*omnis potestas a Deo, Rom.* XIII, 1)? logo Deus já não tem jurisdição sôbre as suas criaturas. Ao Chefe da família, Deus (ex quo omnis paternitas, *Ef.* III, 15) comete os direitos e os deveres da paternidade? logo Deus já não é Pai. Quanta puerilidade a nascer de um preconceito tenaz! Não, Sr. ERNESTO. Na ordem sobrenatural, Pedro é chefe visível da sociedade espiritual das almas sem nada derrogar à autoridade soberana de Cristo, como na ordem da natureza o chefe da sociedade civil exerce a sua autoridade suprema sem com isto ferir a soberania absoluta de Deus.

Continua o crítico. "Se é incabível a interpretação romana (1), não vemos que outro entendimento se possa dar à metáfora empregada por nosso Salvador, senão que por ela se concedeu a S. Pedro o insigne privilégio de abrir o reino de Deus aos judeus e aos gentios, o que realizou êste Apóstolo por sua ardente pregação no dia de Pentecostes, e depois, na casa de Cornélio", p. 55. — Interpretação inteiramente gratuita; não há uma só palavra no texto que a insinue. Só a podia inspirar o propósito acirrado de excluir de Pedro qualquer autoridade. Gratuita, só? não; incompatível com o contexto. Cristo não está predizendo êste ou aquêle fato histórico particular; expõe a organização de sua Igreja (*aedificabo ecclesiam meam*), a organização estável e duradoura, que lhe há de conferir a sua indestrutibilidade na luta contra as fôrças dissolventes do mal, que "não hão de prevalecer contra ela." Uma alusão a uma pregação de S. Pedro ou a algum fato particular de sua vida seria de todo descabida. — A incompatibilidade com o versículo seguinte pô-la-emos logo em relêvo (1). — "Tanto assim é que jamais encontramos o apóstolo no exercício de um ato sequer que denote a autoridade que se lhe atribui", p. 56 (2). — A afirmação é històricamente falsa e lògicamente defeituosa. A verdade histórica, iremos logo apurá-la. Lògicamente, o adversário confunde uma *questão de direito* com uma *questão de fato*. Suponhamos, por um instante, que nenhum fato houvesse na história da igreja primitiva que nos mostrasse a S. Pedro no exercício de sua autoridade. Que inferir daí? Duas conclusões seriam possíveis. Primeira: S. Pedro, tratando-se de apóstolos, escolhidos por Cristo e por êle investidos do carisma excepcional da infalibilidade, não julgou conveniente ou não teve ocasião de exercer os poderes que lhe havia Cristo confiado. Segunda possibilidade: Pedro exerceu de fato o primado, mas a história da igreja primitiva não nos conservou memória dêste exercício normal de sua jurisdição. Que sabemos com efeito da Igreja apostólica? O que nos conservam os *Atos*, um pequeno livro, de 28 capítulos que não enchem 40 páginas de um in 8.º. E dêstes apenas os 12 primeiros são consagradas à nascente igreja. A começar do cap. XIII, S. LUCAS restringe a narração às viagens de S. PAULO de quem fôra o companheiro fiel. Que sabemos pelos Atos da atividade dos outros apóstolos e das suas relações com Pedro? Muito pouco. Ainda assim, como veremos, mais que suficiente para mostrar em Simão o chefe do Colégio apostólico. Esta, porém, como dissemos, é uma questão de fato, de cuja solução é independente a questão de direito. Cristo conferiu ou não a um dos seus discípulos a dignidade de chefe supremo da sua Igreja?

(1) Inverificada a condição, como acabamos de ver, rue, por si, todo o condicionado. Mas ainda assim o discutiremos.

(1) Será mister dizer que a dificuldade do Sr. ERNESTO DE OLIVEIRA é uma reedição imutada da que havia proposto EDUARDO CARLOS PEREIRA, e já fôra uma vez refutada? (Cfr. I. R. C. p. 29).

(2) O que não impede ao Sr. ERNESTO de escrever 10 páginas depois que S. Pedro "representou o papel preponderante nos primórdios do Reino de Deus", p. 65.

http://www.obrascatolicas.com

Eis o ponto essencial. Sim? então êste primado existe e existirá sempre, quaisquer que sejam os nossos conhecimentos ou as nossas ignorâncias acêrca do modo com que se exercitou neste ou naquêle período da vida da Igreja. Continuemos a ouvir a voz divina de Cristo.

— "*Tudo o que ligares na terra será ligado* também nos céus e tudo (1) o que desligares na terra será desligado também no céu." Comentamos êste texto, aliás tão evidente: "A autoridade liga e desliga com leis, preceitos e penas. Tôda a lei impõe uma obrigação e tôda obrigação (*ob-ligatio*) é um ligame de consciência. A Pedro promete Cristo a *plenitude* do poder soberano (*quodcumque, tudo*) e, a fim de realçar a eficiência dêste poder soberano, acrescenta que Deus *confirmará* e *ratificará* nos céus as sentenças do Apóstolo. Não se podia de maneira mais peremptória e decisiva significar a amplitude, a eficácia, a independência relativa a qualquer outro poder humano, da suprema magistratura do chefe da Igreja. Suas sentenças são decisões autoritativas e jurídicas, engendram o direito e o dever, não podem ser revogadas por nenhuma potestade terrena. No reino de Cristo, e em tôdas as coisas que são da alçada da sociedade religiosa, Pedro é autoridade suprema, universal e inapelável." IRC, p. 25.

Visìvelmente agastado, o Sr. ERNESTO, depois de transcrever o texto acima, comenta: "O vício dêsse arrazoado do

(1) Aí tem o Sr. ERNESTO a nova incompatibilidade entre a sua interpretação anterior e êste versículo. O protestante diz: Com pregar S. Pedro duas vêzes por primeiro, aos gentios e aos judeus, estão verificadas as promessas evangélicas. Cristo diz: "*tudo* o que ligares na terra será ligado no céu", sem nenhuma restrição nem de tempo nem de espaço. — E não é isto submeter a palavra sagrada às torturas indizíveis de uma exegese cegamente apaixonada?

campeão católico está em tomar um texto isoladamente (1) e sôbre êle exercitar, com a maior desenvoltura, o abuso das ampliações (2); pois êsse mesmo poder de ligar com a respectiva sanção no Céu, que nosso Salvador conferiu a S. Pedro, foi por êle mesmo conferido e nos mesmíssimos têrmos, a todos os apóstolos, a qualquer igreja particular e até "a dois ou três congregados em seu nome" (3). — Que o Salvador tivesse conferido ao Colégio apostólico a mesma plenitude de poderes que a Pedro, já o sabíamos; não é novidade descoberta pelo Sr. ERNESTO que à p. 27 da I R C poderia ler como "não há nenhuma incompatibilidade entre estas duas verdades. Um soberano diz a um general: "General, confio-te todo o meu exército. Tens plenos poderes

(1) Isoladamente? Não, ilustre senhor; a exegese exposta articula êste versículo com os outros precedentes já tão torturados pela hermenêutica protestante; articula-o com o Evangelho de S. Lucas, onde Cristo confia a Pedro a missão de confirmar os seus irmãos na fé, prometendo-lhe para que esta não desfaleça, o apoio infrustrável de sua oração teândrica; articula-o com o Evangelho de S. João, onde Cristo de novo comete a S. Pedro a missão de pastorear o seu rebanho; articula-o com a história de 20 séculos da Igreja que saúdam em S. Pedro e nos seus quase trezentos sucessores o Vigário de Cristo e o seu representante na terra. Isoladamente? Não; nós inserimos o versículo capital em todos os seus contextos, imediatos e mediatos, evangélicos e post-evangélicos. E os protestantes? Riscam-no simplesmente dos seus textos sagrados. Uma disposição capital de Cristo na organização da sua Igreja fica para êles inoperante, letra morta.

(2) Como assim, senhor? Por que afirmar, sem provar? Destaque do comentário transcrito uma só frase que não seja conseqüência lógica e incontrastável do "*tudo* o que ligares na terra *será ligado nos céus*."

(3) Lá isso não! O texto evangélico diz assim: "Onde dois ou três estiverem reunidos em meu nome, estarei no meio dêles (MAT., XVIII, 20). — Onde é que diz o Salvador "nos mesmíssimos têrmos" que tudo o que ligarem "dois ou três congregados em seu nome" será ligado também nos céus? Manifestamente, o Sr. ERNESTO DE OLIVEIRA, perturbado com o texto inoportuno, ficou com a visão

http://www.obrascatolicas.com

para dirigir enèrgicamente a campanha e levar a pátria à vitória. Tudo o que fizeres para defender a nação desde já o sanciono como se por mim fôra feito. Dias depois fala o mesmo soberano ao estado-maior no meio do qual se acha o generalíssimo escolhido: "Confio-vos o meu exército. Tendes plenos poderes para dirigir enèrgicamente a campanha, etc." Que hermeneuta sofista haverá aí que pretenda inferir das últimas palavras do soberano que já não há generalíssimo no exército e que a plenitude do comando foi estendida a *cada* um dos oficiais presentes? Quem poderá sustentar sensatamente haver incompatibilidade entre os poderes do Estado-Maior e a chefia de um só? Ninguém. Ambas as expressões são, na só conciliáveis, mas apresentam jurìdicamente tôda a exatidão desejável. Diz-se em rigor de direito que um *corpo moral* possui todos os poderes de que se acha investido o seu chefe. Por que esquecer esta regra de senso comum quando se trata de interpretar o Evangelho para fantasiar contradições que não existem", etc., etc. Como vê, Sr. Ernesto, a sua objeçãozinha já havia sido considerada e resolvida. Por que repeti-la teimosamente como se nada se houvéra dito? É isto discussão sincera? desejo real de conhecer a verdade ou obstinação de preconceitos irredutíveis?

Não, tratemos a palavra de Deus com mais submissão e reverência. Em S. Mateus, c. 16, diz Cristo *só a Pedro:* "tudo o que ligares na terra será ligado no céu..." Logo, *Pedro* só tem a plenitude dos poderes na Igreja de Deus. Em S. Mateus, c. 18, diz Cristo *aos seus apóstolos com Pedro:* tudo o que ligares na terra será ligado nos céus..." Logo, no Colégio apostólico com Pedro, reside também a plenitude dos poderes eclesiásticos. Eis o Evangelho. E o catolicismo ensina que no Papa só, sucessor de S. Pedro, reside

ofuscada e viu no Evangelho o que no Evangelho não se encontra. Segundo texto, e êste sacro, que encontramos falseado.

a plenitude dos poderes, e que no corpo episcopal em união com o Papa — sucessão do Colégio apostólico com Pedro — se acha igualmente a mesma plenitude de jurisdição. Eis a *Igreja* católica. Entre a palavra de Cristo e a constituição da sua Igreja fiel, a equação é perfeita. Que fizeram os protestantes das duas grandes palavras do Senhor? Atiraram uma contra a outra e destruíram ambas. No protestantismo não há nem uma pessoa nem um corpo moral com plenitude de poderes delegada por Cristo para ligar e desligar. Evidentemente, não nos achamos em face da Igreja fundada pelo Salvador.

Ainda neste ponto, termina o Sr. Ernesto citando um comentário de A. Pereira de Figueiredo, ao c. 18 de S. Mateus, passo do qual o teólogo regalista de Pombal pretende inferir a tese galicana da sujeição do Papa ao Concílio. Transcrita a inócua citação, termina o protestante: "Está então fragorosamente refutado o Rev. Franca por outro membro do magistério infalível (1) da sua própria Igreja", p. 60. — Notável maneira de argumentar! Só a Bíblia, só a Bíblia! clamam a cada passo os protestantes. Aperta-se-lhes o cêrco com a Escritura nas mãos; êles escapam pela tangente e vão procurar qualquer teólogo galicano e semijansenista que tenha escrito alguma incoerência apaixonada contra o primado de Roma, e gritam satisfeitos: Refutação fragorosa!!! Não, Sr. Ernesto, vamos ao Evangelho que é infalível e deixemos Antônio de Figueiredo que não é infalível. No *Evangelho* está escrito que Cristo disse a Pedro: tudo o que ligares na terra será ligado nos céus e tudo o que

(1) Cada vez que o Sr. Ernesto tem o ensejo de opor um a outro dois teólogos ou escritores católicos de opinião diversa, lá vem o inseparável apôsto: "o membro do magistério infalível." Se o ilustre engenheiro julga assim frisar alguma contradição no ensino católico engana-se redondamente; dá apenas mais uma prova de não haver compreendido migalha da doutrina que estuda e critica. E esta ignorância não é muito meritória.

http://www.obrascatolicas.com

desligares na terra será desligado nos céus! E da palavra de Cristo não há refutação fragorosa: *manet in aeternum!*

Mas o trecho de S. MATEUS não é isolado. Passemos ràpidamente por S. LUCAS para chegarmos logo a S. JOÃO. Em S. LUCAS, XXII, 31 sgs., disputavam os apóstolos sôbre o primado. Toma Cristo a palavra e dirigindo-se a S. PEDRO: "Simão, Simão, Satanaz *vos* pediu com instância para vos joeirar como trigo; mas eu roguei *por ti*, para que a tua fé não desfaleça, e tu, uma vez convertido (1) confirma os teus irmãos." Muito poderíamos dizer sôbre êste texto notável, mas seremos breve salientando sobretudo o admirável paralelismo com o outro *logion* do Senhor em S. MATEUS. Cristo fala *só* a Pedro. Simão, roguei por *ti*... tu confirmas os teus irmãos. Dá-lhe portanto uma missão relativa aos outros apóstolos — teus irmãos. Que missão é esta? Satanaz *vos* tenta; o Colégio apostólico é ameaçado na sua fé; as portas do inferno impugnam. Qual o meio de preservar o tesouro divino e impedir que o pequenino colégio não seja disperso ao sôpro do ventilabro que joeira? Cristo ora *por Pedro*, para que, não desfalecendo *à sua fé*, pudesse confirmar os seus irmãos. A unidade, a estabilidade, a vida da Igreja descansam na pureza intangível da fé; a pureza e a integridade da fé, defende-as Pedro assistido pela oração infrustrável de Cristo: *Ego rogavi pro te ut non deficiat fides tua*. Pedro é pelo Salvador instituído o seu ministro para confirmar na

(1) Uma vez, ποτε é fórmula indeterminada, sem nenhuma restrição de tempo, "em se oferecendo ocasião." Convertido, ἐπιστρέψας pode significar "arrependido de tua culpa" ou, talvez melhor, "por tua vez." A frase poderia pois traduzir-se e "tu, por tua vez, em se apresentando a ocasião, confirma os teus irmãos."

fé os seus irmãos contra os assaltos de Satã (1). Esquemàticamente poderemos salientar esta harmonia entre S. MATEUS e S. LUCAS no seguinte quadro (2):

PERIGO:	As portas do inferno impugnarão a Igreja.	Satanaz quer joeirar-vos como trigo.
REMÉDIO:	Eu te digo que tu és Pedro e sôbre esta pedra edificarei a minha Igreja.	Eu roguei por ti para que não desfaleça a *tua* fé e *tu*, uma vez convertido, confirma os teus irmãos.
EFEITO:	*As portas* do inferno não prevalecerão.	Satanaz não dispersará.

Vamos logo à investidura do primado na cena admirável narrada por S. JOÃO XXI, p. 15 e sgs. Ainda uma vez o Senhor dirige-se a Pedro e só a Pedro, chamando-o pelo nome próprio com a solenidade das outras ocasiões já referidas e salientando-o entre os outros. "Simão, filho de Jonas, tu me amas, *mais* que êstes?" Por três vêzes com ligeira modificação repete o Senhor a pergunta e, por três vêzes, à resposta humildemente afirmativa de S. Pedro lhe diz: "Apascenta os meus cordeiros, apascenta as minhas ovelhas." Prestes a deixar a terra, Cristo confia ao Apóstolo, já tantas vêzes por êle distinguido, a guarda de seu rebanho, de tôdas

(1) Contestando que dêste trecho se possa inferir o dom da infalibilidade conferido por Cristo a S. Pedro, escreve o Sr. ERNESTO à p. 124: "E naquela mesma noite caiu Pedro fragorosamente sem que de nada lhe valesse a intercessão de Jesus Cristo." Mas, ilustre senhor, Cristo não orou para que Pedro não caísse, mas para que a sua fé não desfalecesse. Não confundir impecabilidade com infalibilidade; são coisas muito distintas. — Que significam então as palavras do Senhor? Ouvi a admirável exegese: "Trata-se neste texto não da infalibilidade mas precisamente da sua falibilidade", p. 125. — Cristo diz: Roguei por ti para que a tua fé não desfaleça. ERNESTO DE OLIVEIRA comenta: minha oração não terá efeito porque serás falível como qualquer outro. Notável poder hermenêutico!

(2) Cfr. M. D'HERBIGNY, *Theologica de Ecclesia*, Paris, Beauchesne, 1921, t. I, 2.ª ed., pp. 261-264.

http://www.obrascatolicas.com

as suas ovelhas, sem nenhuma exceção, oves *meas*, agnos *meos*. Cordeiros ou ovelhas que Pedro não apascenta não são de Cristo.

Desenvolvemos amplamente esta prova. Que lhe opõe de novo o Sr. ERNESTO? Nada, nada. — A cena de S. João, diz êle, tem apenas para S. Pedro o alcance de uma simples restauração no apostolado de que havia sido destituído. A prova *evangélica* de que S. Pedro decaíra da sua dignidade apostólica, essa ficou no tinteiro de ERNESTO DE OLIVEIRA, como já havia ficado no de CARLOS PEREIRA. Mas, ainda assim, dado que Pedro "tivesse decaído, até ali não havia sido reintegrado no múnus apostólico? Não foi Pedro o primeiro dos apóstolos a quem Jesus resuscitado honrou com uma aparição singular? Mais. Antes da cena que narramos, descrita por S. João no cap. 21, conta o mesmo evangelista, no capítulo anterior, a aparição de Cristo a todos os apóstolos (exceto Tomé) na tarde do dia de sua Ressurreição e as palavras que então lhes dirigiu: "Como o meu Pai me enviou, assim *eu vos envio a vós*... Recebei o Espírito Santo, a quem perdoardes os pecados lhe serão perdoados, a quem os detiverdes lhe serão detidos" (*João*, XX, 21-23). Pedro favorecido por Cristo de uma visita particular, Pedro investido do poder de perdoar os pecados, Pedro ainda não havia sido restaurado na sua dignidade de apóstolo? inadmissível!" I R C, p. 31.

Isto já havia sido escrito. Não, retoma o Sr. ERNESTO: "Uma comissão geral, conferida a uma reunião de pessoas, não entende com algum estranho que entre elas se ache; porque então teríamos igualmente de admitir que várias promessas de eterna assistência feitas por Jesus a seus apóstolos em conjunto, couberam também a Judas de Kerio", p. 61. Afirmar que S. Pedro, já distinguido por Jesus com uma aparição singular era um "estranho" no Colégio Apostólico e a quem Cristo não falava, não comunicava o Espírito Santo, não enviava como o Pai O enviara; estabelecer

uma comparação entre S. Pedro, que logo depois de sua queda recebera um olhar misericordioso de Jesus e chorara amargamente a sua culpa com Judas, o empedernido de quem Cristo havia dito que melhor lhe fôra não houvesse nascido — é muito, é demais, Sr. ERNESTO! É preciso depor as escamas de um preconceito tenaz para ler o Evangelho com olhos mais puros, mais sinceros, mais de ver (1).

Mas que seja. Que S. Pedro tivesse decaído da sua dignidade apostólica, que nela ainda não tivesse sido reintegrado. Foi-o nesta ocasião. Em que têrmos? Em têrmos tais que lhe restituem não só o apostolado *mas o primado prometido* em S. MATEUS. "Que inconveniente, comenta S. AGOSTINHO, se Pedro depois dêsse pecado (da negação) é

(1) Ao comentar esta cena admirável de beleza e profundidade, a petrofobia do Sr. ERNESTO desvaira-lhe o juízo a ponto de dar cincadas no grego mais elementar. "Nem sequer ousa S. Pedro dizer que o amava e muito menos que o amava mais do que os outros; pretende apenas o último lugar na escala dos afetos que podem vincular um homem a outro: estima-o!" p. 63. — A razão filológica ou semântica desta portentosa conclusão é, diz o professor, que S. Pedro não emprega o verbo ἀγαπάω que significa amo, mas φιλέω tenho em grande conta, estimo. O grego do Novo Testamento deve ser um livro fechado com 7 sigilos para o preclaro helenista do Paraná. A diferença precisa entre os dois verbos é que φιλέω indica um amor mais afetivo e mais terno, como o que nos liga aos parentes e amigos íntimos. Cfr. F. ZORELL, *Novi Testamenti Lexicon graecum*, p. 603. Com êste amor, Deus ama o seu Filho Unigênito (S. João, V, 20). Com êste amor, Jesus amava Lázaro (S. João, XI, 3, 36), a João, o discípulo predileto (*Ibid.* XV, 2). Com êste amor, diz Cristo que o amavam os seus discípulos (*Ibid.* XVI, 27); com êste amor, amavam os primeiros cristãos a S. Paulo (*Ad Titum* III, 15), ets., etc. Vem o Sr. ERNESTO e corrige magistralmente: φιλέω indica o último lugar na escala dos afetos!! Não seria mais prudente estudar melhor e não querer rebaixar S. Pedro à custa de tantas heresias filológicas e teológicas!

http://www.obrascatolicas.com

constituído *pastor da Igreja,* como Moisés, depois de ferir o egípcio foi feito Chefe da Sinagoga" (1). Constituído pastor da Igreja, S. Pedro é, como Moisés, o chefe escolhido por Deus para o govêrno do seu povo. Insistamos nas *palavras de Cristo*. O poder que lhe confere o Salvador é amplíssimo. Sua fonte imediata é o próprio Cristo; seu objeto, contido na latitude de significado do têrmo *apascenta,* ποίμανε, empregado na Escritura para designar a potestade real e a dignidade messiânica (*Ps.* 2, 9; *Mat.* II, 6; *Is.* XLIV, 28, etc., etc.); sua extensão, tão ilimitada quanto as ovelhas e os cordeiros de Cristo, sem nenhuma exceção. "Nada se excetua, onde nada se distingue", diz S. Bernardo (2). S. João faz-nos aqui realmente assistir à investidura do primado em tôda a amplitude com que havia sido prometido em S. Mateus.

— "Pastor de tôdas as ovelhas e de todos os cordeiros, embarga o nosso adversário... mas não pastor dos outros pastôres, a menos que não tenhamos de entender por cordeiros, as ovelhas, e por ovelhas, os pastôres", p. 65. — O anti-romanismo do Sr. Ernesto impede-lhe de ler serenamente a palavra divina. Nos Evangelhos só Cristo é designado *pastor;* êste título não é dado a nenhum dos discípulos (3). O colégio apostólico constitui o *pequenino rebanho,*

(1) "Quid ergo incongrunm si Petrus post hoc peccatum factus est pastor Ecclesiae, sicut Moyses post percussum aegyptium factus est rector illius synagogae?" *Contra Faustum,* XXII, 7, (*ML,* XLII, 445). Muito freqüente e muito expressiva na arqueologia cristã é esta aproximação entre o chefe eleito por Deus para legislador e condutor do seu povo e o supremo jerarca da nova sociedade nascida do Segundo Pacto entre Deus e a humanidade. Cfr. Garrucci, *Storia dell'arte cristiana,* Prato, 1879, vol. V; Knelder em *Stimmen aus Maria Laach,* 1901, 1, 237-257.

(2) "Nihil excipitur ubi distinguitur nihil." S. Bernardo, *De consideratione,* II, 15.

(3) Mais tarde, já constituída a Igreja, os apóstolos ou bispos são chamados *pastôres,* mas sempre com uma restrição que lhes limita a função a uma determinada parte do rebanho. "Cuidai de vós e de tôda a grei *na qual* (igreja de Éfeso) *o Espírito Santo vos estabeleceu bispos* para governar a Igreja de Deus." *At.* XX, 28; "Apascentai o rebanho de Deus que *vos foi confiado,* qui in vobis est." I *Petr.* V, 2. Pastor imediatamente constituído por Cristo e sôbre tôdas as suas ovelhas, Pedro e só Pedro. É a Bíblia, Srs. Protestantes.

pusillus grex (*Lc.,* XII, 31); Cristo é o único pastor, que dá a vida pelas suas ovelhas προβάτων (*Joan.* X, 15), (o mesmo têrmo que se encontrará depois na cena do primado); há ainda outras ovelhas, diz Jesus "que não são dêste redil (dos Judeus), é preciso aduzi-las para que ouçam a minha voz e se faça um só *rebanho* e *um só pastor.*" Eis o que nos apresenta o Evangelho: Cristo, único pastor, todos os demais, cordeiros e ovelhas suas (oves *meas*) a constituírem o seu rebanho. Ao sair dêste mundo, Cristo não o deixará órfão de pastor; quer legar-nos, no dizer de S. Ambrósio, "um vigário de seu amor" (1). A Pedro e só a Pedro, confia o múnus de apascentar, em seu nome e com sua autoridade, sem nenhuma restrição, suas ovelhas e seus cordeiros.

"Mas também S. Paulo era pastor de *tôdas* as igrejas (II *Cor.* XI, 28) e de todos os homens! (*At.* XXII, 15). Donde, etc." — O Sr. Ernesto está truncando de falso a Escritura. Por que não citou os textos a que alude? Fiado na inércia de 99 sôbre 100 dos leitores que não tomariam o trabalho de averiguar as citações, o puritano autor embarcou-lhes uma mercadoria avariada. Leamos os passos indicados. II *Cor.* XI, 28: "Sem falar de tantas outras coisas lembrarei os meus cuidados de cada dia, a solicitude de tôdas as igrejas?" Cuidados e solicitude, eis o de que fala S. Paulo. Solicitude é preocupação, zêlo, carinho, cuidado. Solicitude de tôdas as igrejas, pode ter e tem todo o apóstolo, sem que isto implique nenhuma jurisdição e menos ainda jurisdição

(1) S. Ambrósio, *In Luc.* LX, c. 24 (*ML.* XV, 1848).

http://www.obrascatolicas.com

suprema. *"Pastor"* de tôdas as igrejas, é pura invenção do Sr. ERNESTO. Mais um texto falsificado; é o *terceiro*.

At. XXII, 15. Ananias diz a S. Paulo convertido: "Tu lhe (a Cristo) *servirás de testemunho diante de todos os homens,* das coisas que viste e ouviste." Servir de *testemunha,* isto é, atestar, dizer o que se viu e ouviu, transforma-se na exegese escamoteadora do Sr. ERNESTO em *"pastor... de todos* os homens." Se isto não é, que será falsear a expressão de um autor? Subimos a *quatro*.

Resumamos a admirável harmonia e concatenação dos textos evangélicos, estudados até aqui, com as palavras sintéticas de FRANZELIN: "Em tôda a parte é a mesma pessoa que atesta e institui, Cristo, fundador da Igreja; a mesma pessoa à qual, singularmente, se referem o testemunho e a instituição, Simão Pedro; o mesmo têrmo, isto é, as mesmas pessoas, sôbre as quais Pedro é constituído, a saber, o colégio apostólico e a Igreja universal designada sob nomes diversos: *minha Igreja, o reino dos céus, os teus irmãos, minhas ovelhas, e meus cordeiros;* o mesmo objeto real, isto é o mesmo poder prometido e instituído sob diferentes figuras: *pedra* da Igreja, *chaves* do reino, *firmamento* da fé, *pastorado* do rebanho de Cristo; por último, o mesmo fim, na promessa e na instituição, a própria organização, a segurança indefectível, a unidade visível da Igreja" (1).

Tal a constituição de Igreja, como a estabeleceu Cristo e como ressalta do exame direto, sereno e imparcial, do Evangelho. Mas o Evangelho não é um pergaminho morto

(1) FRANZELIN, *De Ecclesia Christi,* th. 10, Romae 1887, p. 126.

que nos chegou embalsamado no pó das bibliotecas. É um livro vivo e que começou a ser vivido pelos primeiros cristãos e foi sempre vivido na Igreja. Como entenderam os nossos primeiros pais na fé êstes textos evangélicos? Qual a interpretação que lhes deram e como, em harmonia com êles, organizaram a sociedade religiosa das almas batizadas?

Para respondermos a esta pergunta fizemos uma sondagem na história e mostramos, citando textos e mais textos, como, pelo primado de Pedro, está o testemunho solene, irrefragável da Igreja universal. Citamos padres e escritores isolados; entre os *latinos,* TERTULIANO, S. CIPRIANO, S. AGOSTINHO, S. AMBRÓSIO, S. JERÔNIMO, S. MÁXIMO, S. OPTATO DE MILÉVIO, S. LEÃO MAGNO; entre os *gregos,* ORÍGENES, S. EPIFÂNIO, S. GREGÓRIO DE NAZIANZO, S. GREGÓRIO NISSENO, S. CIRILO DE ALEXANDRIA, S. NILO, TEOFILACTO, S. CRISÓSTOMO; entre os *orientais,* S. EFRÉM e S. AFRAATES. Quem quer que não seja de todo leigo na literatura dos 5 primeiros séculos da nossa era terá saudado nestes nomes os príncipes da ciência e da santidade cristã. — Citamos os testemunhos coletivos, e por isso infinitamente preciosos, das diferentes igrejas, cristalizados nos seus livros oficiais de orações, reproduzindo alguns trechos da liturgia *grega, siríaca e eslavo-russa,* justamente as mais afastadas de Roma. — Citaremos por último a afirmação solene e majestosa da Igreja reunida nas suas assembléias universais. Os concílios ecumênicos de Éfeso, Calcedônia, Nicéia (2), Lião, Constança e Florença proclamam unânimes o primado de Simão Pedro, a que por último as recentes descobertas arqueológicas vieram trazer ainda a confirmação de seu depoimento insuspeito (Cfr. I R C, pp. 35-39; 529-532).

A nossa exegese não é uma tortura de textos, improvisada para legitimar uma revolta de paixões mal dominadas. É o caudal sereno e tranqüilo da verdade que avança no correr dos séculos, avolumado contìnuamente pela contri-

http://www.obrascatolicas.com

buição dos maiores gênios e dos maiores santos de que se ufana a história do cristianismo.

A esta nuvem de testemunhos que opôs o Sr. ERNESTO DE OLIVEIRA? Não quis falar êle, deu a palavra a ANTÔNIO PEREIRA DE FIGUEIREDO: "Nas suas epístolas mostrou LAUNOY que pela interpretação que toma por esta pedra a pessoa de S. Pedro não se acham mais que dezessete padres; e os que se acham pela outra passam de quarenta e quatro", p. 67. — O honesto Sr. OLIVEIRA tinha diante dos olhos a *prova provada da falsidade desta asserção*. Sem pretender absolutamente ser exaustivo eu havia citado 21 *padres e* 6 *concílios ecumênicos,* além dos documentos *litúrgicos* e *arqueológicos*. No entanto, citado FIGUEIREDO, prossegue despreocupadamente: "À lista de dezenove Doutores (1) que S. Revma. apensou ao seu volume, em abono da interpretação católica, podemos opor uma outra, superior a quarenta e quatro (2) de doutores tão canônicos e tão ecumênicos

(1) Aliás 21. E por que calar os 6 *concílios ecumênicos?* Por que omitir tôda a demonstração monumental da *arqueologia?* por que passar em silêncio o testemunho precioso das *mais antigas liturgias orientais?* — Já que a lista dos 21 não satisfaz ainda ao Sr. ERNESTO, elevemo-la ainda. EUSÉBIO de Cesaréia, *Demonstratio evang.* 1. 3, c. 5 (*MG.* XXII, 216, 220); S. EPIFÂNIO, *Ancor.*, c. 9. (*MG.*, XLIII, 33); ASTÉRIO de Amaséia, *Hom. 8 in Petrum et Paulum* (*MG.* XL, 268); MACÁRIO de Magnésia, *Apocriticus,* I, 3, c. 27; PROCLO, bispo de Constantinopla, *Or. in transfig.* n. 2. (*MG.*, LXV, 767); S. CIRILO de Jerusalém, *Cat.* 17, n. 4; 11, n. 3. (*MG.*, XXVIII, 997, 693); VITORINO, *In epist. ad Gal.*, 1. 1, p. 9. (*MG.*, VIII, 1155); GAUDÊNCIO, bispo de Bréscia, *Sermo* 20. (*ML.*, XX, 995); *Cassiano Contra Nestorium,* 3, c. 12. (*ML.*, L, 67); S. MÁXIMO, de Turim, *Hom.* 54, (*ML.*, LVII, 333); FIRMILIANO, de Cesaréia, *Epist. ad Cipr.* n. 17, Ed. Hartel, p. 821. Aí tem o Sr. ERNESTO mais 11 nomes a acrescentar à lista anterior.

(2) Como folgaríamos de conhecer *44 nomes* de SS. Padres e doutores, que, *nos cinco primeiros séculos* (a êstes reduzimos o nosso inquérito) negaram o primado de Pedro! — Uma pergunta, à margem da questão presente. Se assim é, se para a interpretação de

como os outros em abono da interpretação de S. AGOSTINHO, pos nós adotada e defendida", p. 68. — Por que então não opôs? Se o Sr. ERNESTO já tinha "44 doutores tão canônicos e tão ecumênicos" como os já citados, por que não os alegou no seu livro, com as referências exatas? Simples trabalho de copista. E a ocasião era tanto mais azada, quanto havíamos escrito textualmente: "Entre os Santos Padres não há *um* só que *negue* ter Cristo concedido a Pedro o primado de jurisdição na Igreja universal." IRC, p. 35. Que magnífica oportunidade de opor 44, onde se negava a existência *de um só!* Mas que faz o Sr. ERNESTO? A esta minha frase que êle qualifica de "afirmação ousada," responde: "Conhecemos um. E é quanto basta para destruir a proposição aventada", p. 71. E cita depois S. Paulo. O que diz o Apóstodo das Gentes, veremos logo. Mas a resposta é de todo descabida. Havíamos pedido um S. Padre, e o Sr. ERNESTO cita um Apóstolo. S. Paulo não é Santo Padre, senhor; esta expressão é técnica, tem o seu significado preciso, só se aplica aos escritores não inspirados. A autoridade de S. Paulo, se existisse, seria, sem dúvida, superior a de qualquer doutor da Igreja; mas não era disto que se tratava. E se é exato que na Epístola aos Gálatas "não se podia negar o primado de S. Pedro em têrmos mais explícitos", p. 17, como explicar que *nenhum S. Padre* tivesse visto e repetido esta negação tão manifesta de S. Paulo? Como entender que, num ponto fun-

S. Mateus se podem citar, de um lado e de outro, autoridades de grande pêso, por que impugnar a interpretação católica? Se o princípio fundamental do protestantismo é o livre exame das Escrituras. por que não poderão os católicos livremente interpretar S. Mateus como o entenderam S. Ambrósio ou S. Jerônimo, S. Gregório ou S. Cirilo, o concílio de Éfeso ou de Calcedônia, e, em harmonia com esta interpretação, organizar a estrutura social da sua Igreja? Como explicar, na lógica das próprias doutrinas adversárias, esta propaganda do protestantismo em país católico? Por que êste antagonismo acirrado, êste ódio mal contido contra tudo o que é romano?

http://www.obrascatolicas.com

damental para a constituição da Igreja, o Apóstolo das gentes fôsse contrariado por todos os doutores e concílios durante 15 séculos de cristianismo?

Está, portanto de pé, a "afirmação ousada"; "entre os Santos Padres não há *um só* que *negue* ter Cristo concedido a Pedro o primado de jurisdição na Igreja universal." A posição dos reformadores do século XVI, contrasta, em antítese completa, com tôda a história do cristianismo. — O leitor já terá notado os têrmos da proposição acima; com ela não negamos a existência de interpretações alegóricas e práticas do *Tu és Petrus*, que se encontram, essas sim, com freqüência nos SS. Padres. Quem quer que se ache familiarizado com a literatura patrística, sabe distinguir a exegese literal e dogmática da parenética. Nas suas homilias ou escritos destinados à edificação dos fiéis, suposto o sentido literal e próprio do texto de S. Mateus — *absolutamente incontestado e universalmente admitido* — freqüentemente desenvolvem os Padres os sentidos *acomodatícios* ou as *aplicações morais*. Não era necessário fazer de antemão polêmica anti-protestante ou antigalicana em tôdas as práticas dominicais. Respigar êstes tópicos como argumentos em favor de uma tese — como fizeram os protestantes e os regalistas galicanos tipo Launoy ou A. de Figueiredo — é dá-la como desesperada. Que o diga o insuspeito Loisy: "semelhantes interpretações poderão ter sido propostas pelos antigos comentadores em vista das aplicações morais e relevadas pela exegese protestante com interêsse polêmico. Mas se quisermos transformá-las em sentido histórico do Evangelho, não passam de *distinções nulas que fazem violência ao texto*" (1).

Se contra a nossa "última afirmação ousada," o Sr. Ernesto, apesar de ter entre mãos 44 carabinas embaladas não disparou uma só, tentou todavia afastar de combate duas das grandes autoridades, que havíamos alegado em favor da exegese clássica: a de S. Agostinho e a de S. João Crisóstomo, pretendendo haviam êstes dois grandes gênios afirmado proposições contraditórias que se entredestruíam. Ao exame pausado da eclesiologia de S. Agostinho que o Sr. Ernesto, por nunca o haver lido, chama "o grande protestante do século V," consagraremos um estudo especial em excursus a êste Livro I.

De S. Crisóstomo havíamos lembrado o texto em que se afirma, era "Pedro o corifeu daquêle côro (apostólico), a bôca de todos os apóstolos, o chefe daquela família, o prefeito de todo o orbe, o fundamento da Igreja" (1). — Não, embarga o Sr. Ernesto, S. Crisóstomo escreveu também: "Jesus não disse que edificou a sua Igreja sôbre Pedro, porque êle não edificou a sua Igreja sôbre um homem, mas, sôbre a fé. Que significa, então, 'sôbre esta pedra'? Significa: sôbre a confissão contida em suas palavras. E eu te digo que tu és Pedro e sôbre esta pedra edificarei a minha Igreja. *Sôbre esta pedra,* isto é, sôbre a fé contida em tua confissão." *Hom.* LIV, 2, sôbre *Mat.*, XVI, 18" (p. 70). — Havendo, pois, contradição entre as duas citações, devemos

(1) A. Loisy, *Les évangiles synoptiques*, t. II, pp. 7, 8. A existência, portanto, destas interpretações patrísticas, não era necessário que o Sr. Ernesto se desse ao trabalho de ir procurá-la em Launoi ou Pereira de Figueiredo; já a havíamos indicado anteriormente, IRC, p. 36.

(1) *Hom. in* illud: *"Hoc scitote"*, n. 4, *MG.* LVI, 275. — O Sr. Ernesto traduz "chori illius coryphaeus," "conforme a voz unânime dos companheiros." Engano de latim, ilustre professor. S. Crisóstomo não alude à opinião dos companheiros; diz que S. Pedro era "o corifeu do côro apostólico" (o corifeu, era o chefe do côro; a palavra χορυφαῖος, entre os padres gregos, é empregada freqüentemente para designar comando, govêrno, autoridade). A metáfora de "corifeu do côro apostólico" é paralela às que se seguem; sob diversas figuras exprime-se invariàvelmente a qualidade de superior, de jerarca supremo.

http://www.obrascatolicas.com

preferir esta última; "a primeira não passa de uma expressão hiperbólica, colhida em um discurso cheio dos seus característicos arrebatamentos; ao passo que a segunda consta de um comentário calcado sôbre o próprio texto em debate", p. 70. — Equívoco, ilustre professor, um e outro texto são tirados igualmente de homilias. O pior, porém, é que S. Crisóstomo repete, à saciedade, a sua interpretação tanto nos discursos arrebatados quanto nos frios e ponderados comentários. Vê-se que as obras do Santo não são familiares ao catedrático paranaense. Pedro é *"a base da Igreja"* (in illud.: Vid. Dom. hom. 4. n. 3; *MG.* LVI, 123) e *"o fundamento da fé"* (C. lud. et theat. *MG.* LVI, 265). Comentando S. Mat. XVIII, 15: "Enquanto Cristo assim falava aos seus discípulos... Pedro, príncipe do côro apostólico, bôca dos discípulos, coluna da Igreja, fundamento da fé, fundamento da confissão, pescador de todo o orbe... disse, etc." (*Hom. de decem mill. tal.* n. 3; *MG.* LI, 20). A Pedro confiou Cristo: "o govêrno efetivo de tôda a Igreja" (*De paenit. Hom.* 5, n. 2), "a administração do universo" (*In Joan. hom.* LXXIII, n. 1).

Como conciliar então esta exegese, inúmeras vêzes repetida, com o trecho alegado pelo Sr. Ernesto? Nada mais simples. O que o Santo quer sublinhar é que o Senhor fundou a sua Igreja não sôbre Pedro, como homem, como indivíduo particular, mas sôbre Pedro, *confessor* da fé, e, como tal, fundamento da Igreja que sôbre a fé repousa. Excluir de Pedro, com estas locuções, um primado de verdadeira jurisdição, nunca passou pelo espírito de Crisóstomo (1). Senão é continuar a ler *esta mesma homilia* citada pelo Sr. Ernesto, que, não sei por que motivo, subtraiu aos olhos do leitor os tópicos mais interessantes e decisivos. "Passa então [Cristo] a declarar como muitos hão de crer, animar-lhe [a Pedro, trata-se da sua fé] a coragem e o *constitui pastor.*" Se falara da fé em absoluto e em abstrato, estas conclusões não se seguiriam das palavras de Cristo. Pouco adiante: "O que é próprio de Deus, a saber, perdoar pecados, tornar a Igreja inconcussa no embate de tantas ondas, tornar um pescador mais *firme que a pedra* no meio dos assaltos de todo o mundo, tudo isto [Cristo] promete dar-lhe [a Pedro]." Se a estas expressões tão inequívocas quisermos acrescentar o comentário vivo dos fatos, lembraremos ainda que o santo patriarca de Constantinopla, duas vêzes injustamente condenado por dois sínodos reunidos no Oriente e exilado pelo imperador, *apelou para Roma,* para Inocêncio I, a fim de que declarasse a nulidade (*nullum habere robur*) das sentenças contra êle pronunciadas. Assim entendia o primado de Pedro e de seus sucessores um dos maiores, talvez o maior dos Padres gregos. Crisóstomo contra Crisóstomo? Não: a doutrina e a vida do Santo apresentam a coerência da verdade e a simplicidade da linha reta.

(1) O mesmo se diga de S. Cirilo e S. Hilário que o Sr. Ernesto lembra sem lhes citar os textos. Quando êstes vierem, discuti-los-emos.

§ 2. *O primado de S. Pedro na Igreja primitiva.*

Contra o primado de S. Pedro, tão evidentemente atestado nos Evangelhos, julgam os protestantes poder tirar da história primitiva da Igreja dois grupos de argumentos: a existência de alguns fatos incompatíveis com esta primazia, a ausência absoluta de vestígios do seu exercício.

Entre os fatos do primeiro gênero avultam a missão de S. Pedro à Samaria e o incidente de S. Paulo com S. Pedro em Antioquia.

Missão à Samaria. "Quando os apóstolos que estavam em Jerusalém ouviram que a Samaria havia recebido a palavra de Deus enviaram para lá Pedro e João." *At.* VIII, 14.

http://www.obrascatolicas.com

— Daí inferem os protestantes que Pedro, mandado, pelos outros apóstolos, não lhes podia ser superior. Respondi que, no texto, o têrmo empregado ἀποστέλλειν, enviar, não implica nenhuma relação de igualdade ou superioridade entre quem envia e quem é enviado. Enviar, é obter eficazmente que outro vá, mandando, aconselhando ou pedindo. É linguagem corrente: o capítulo enviou o bispo a Roma, os irmãos enviaram ao pai o irmão mais velho; o exército enviou o general ao soberano. Tratava-se de uma missão difícil, como a de agregar os samaritanos, odiados pelos judeus, à igreja nascente. Os apóstolos que se achavam em Jerusalém reuniram-se, e, em deliberação comum à qual certamente não podia ser alheio o próprio S. Pedro, enviaram para lá, com S. João, o príncipe dos apóstolos, cuja autoridade podia resolver definitivamente as dificuldades da missão espinhosa e cortar cerce pelas murmurações do nativismo estreito de certos judaizantes. O Sr. ERNESTO não ficou contente com esta explicação óbvia. Lendo-se "enviar", diz êle "agrava-se muito mais" a posição católica. E arma, solene, o silogismo seguinte: *"Maior:* Disse nosso Salvador: 'Não é o servo maior do que o seu Senhor, nem o enviado maior do que aquêle que o enviou.' *João* XIII, 16. *Menor:* Ora S. Pedro, diz a Santa Escritura, foi *enviado* pelos apóstolos... *Conclusão*. Logo, S. Pedro não era maior do que os apóstolos", p. 77.

O silogismo majestoso do Sr. ERNESTO DE OLIVEIRA... tem apenas... 4 têrmos. É muito para uma conclusão lógica, senhor. O "enviou" da maior, não é o mesmo da "menor". No original de S. João, no capítulo citado, o "enviou" traduz o verbo grego πέμπω, que, entre outras significações, tem a de enviar ou acreditar uma embaixada. O contexto precisa-lhe o significado "não é o servo maior que o seu senhor," e, no texto paralelo de *S. Mat.* X, 24, "não é o discípulo maior do que o seu mestre." Cristo estabelece a sua superioridade acima dos discípulos. Neste sentido, é perfeitamente exato dizer-se que o "enviado não é maior do que aquêle que o enviou," como o embaixador não tem mais autoridade do que o chefe de estado que lhe deu as credenciais. Outras são as expressões verbais, outro o contexto que emoldura a perícope dos *Atos*. Aqui não é um soberano que dá credenciais a um embaixador; são os apóstolos que se reúnem para deliberar qual dêles convém vá resolver pessoalmente o caso delicado dos samaritanos. Não há, portanto, maneira de extrair do "enviaram" de S. LUCAS um argumento contra o primado de S. Pedro. — É digno de atenção como os protestantes, quando se trata de diminuir o Príncipe dos apóstolos, se contentam de semelhantes ninharias, êles, que resistem obstinadamente à evidência das majestosas e singulares expressões dirigidas por Cristo ao humilde pescador da Galiléia (1).

— O argumento Aquiles, do Sr. ERNESTO, é a atitude de S. Paulo em relação a S. Pedro, qual nos é descrita principalmente na Epístola aos Gálatas. — É triste e doloroso; tratamos êste ponto com especial cuidado, resolvendo sinceramente tôdas as dificuldades protestantes. Tudo debal-

(1) Citáramos, em abono da nossa interpretação, outros textos da Escritura, em que o "enviaram", longe de implicar uma autoridade, é usado para exprimir relações de inferior a superior. Assim: "os israelistas enviaram Finéias e os príncipes das tribos a Galaad." Comenta o Sr. ERNESTO: "Não lhe acode o exemplo; a nação é maior do que os que foram enviados", p. 77. O ilustre professor tem o segrêdo crítico de interpretar as expressões de um regime teocrático de há 3.000 anos com a mentalidade da soberania popular do *Contrato Social* de ROUSSEAU. — Dizíamos ainda: "os fiéis de Antioquia enviaram Paulo e Barnabé aos apóstolos de Jerusalém". — Não, embarga o Sr. ERNESTO, o verbo empregado é τάσσω, o que fizeram foi "assentar que sôbre esta questão subissem Paulo e Barnabé com alguns outros, aos apóstolos e presbíteros de Jerusalém", p. 77. — Foi, precisamente, o que sucedeu no nosso caso: os apóstolos assentaram entre si que Pedro e João descessem até a Samaria.

http://www.obrascatolicas.com

de. O professor volta a martelar automàticamente as mesmas objeções do Sr. EDUARDO PEREIRA como se nada houvera sido explicado. Refaçamos brevemente ainda uma vez o trabalho já feito tantas outras.

Os primeiros convertidos à nova fé vinham do judaísmo. Na igreja mãe de Jerusalém, os apóstolos por não romperem violentamente com os seus antigos correligionários, continuaram com fidelidade as práticas e ritos antigos; subiam ao templo a fazer oração às horas do costume, submetiam-se às purificações legais, etc. Foi S. Pedro quem, por uma revelação do céu, abriu as portas da Igreja à gentilidade, batizando o centurião Cornélio; foi ainda S. Pedro, com S. João, que agregaram à nova igreja os cismáticos e odiados samaritanos. — Eram as primeiras afirmações do universalismo cristão sôbre o particularismo judaico. A perseguição que sobreveio depois da morte de S. Estêvão veio oferecer o ensejo de alargar estas conquistas. Alguns cristãos fugitivos que se retiraram para a Fenícia, a ilha de Chipre e Antioquia, começaram a pregar o nome do Senhor Jesus aos gregos, convertendo grande número. O ruído dêstes acontecimentos chegou até à igreja mãe de Jerusalém, que para lá enviou logo a Barnabé. Vendo êle o imenso campo que se abria às esperanças da nova fé, foi a Tarso e de lá trouxe consigo Paulo e ambos trabalharam, durante um ano, em Antioquia, onde se fundou, assim, a primeira igreja mista, composta de elementos judaicos e gentios, e onde pela primeira vez os discípulos se denominaram cristãos. *At.* c. XI.

As dificuldades iam começar. De volta a Antioquia, após uma excursão missionária pela ilha de Chipre, pela Panfília e pela Frígia, encontraram os apóstolos a nova cristandade em efervescência. Alguns elementos vindos de Jerusalém haviam inculcado a necessidade da circuncisão mosaica como cláusula essencial para a salvação. Grande foi a perplexidade e a agitação dos ânimos. Para acalmá-los e

resolver definitivamente a questão foi deliberado que se consultassem os apóstolos. Paulo e Barnabé subiram a Jerusalém. S. Paulo diz-nos expressamente ter sido uma revelação que o levara a empreender esta viagem. Partiu para expor à igreja mãe o Evangelho que pregava e de modo particular "aos principais a fim de que vissem se não corria ou não tinha corrido em vão." *Gál.* II, 2 (1). Os principais, continua Paulo, qualquer que fôsse a sua autoridade, nada ajuntaram, nenhuma observação me fizeram (2); antes, vendo, como a mim houvera sido confiada a evangelização

---

(1) Os δοχοῦντες são os chefes da Igreja e provàvelmente os que são nomeados pouco abaixo Tiago, Pedro e João, as colunas da igreja. "A tradução da Vulgata *qui videbantur esse aliquid* (II, 2-6) pode dar a impressão falsa que Paulo lhes contesta a superioridade real, mas a locução grega nada disto sugere e os padres gregos nem mesmo o suspeitaram. Para êles, como para os clássicos, οἱ δοχοῦντες ou οἱ δοχοῦντες εἶναι τι significa simplesmente os principais, os chefes, as personalidades em evidência". F. PRAT, *La théologie de S. Paul*, Paris, Beauchesne, 1927, t. I, 14.ª ed., p. 54. LIGHTFOOT, uma das mais abalizadas autoridades da exegese anglicana cita a frase de HERODIANO, historiador do 2.º século: "os membros do senado que eram considerados (τους δοχοῦντας) e os mais veneráveis pela idade." CORNÉLIO SCHREVEL, no seu *Lexicon graeco latinum* traduz δοχοῦντες, *qui sunt in aliqua existimatione*. — Inútil dizer que para o Sr. ERNESTO: "não deixa de ser calculadamente pejorativo dizer S. Paulo que os apóstolos S. Tiago, S. Pedro e S. João eram *reputados por alguma cousa* na Igreja", p. 81. Ver o que já foi dito em I R C, p. 46, em exclusão desta esdrúxula e impossível exegese.

(2) "Quelle que pût être d'ailleurs leur autorité (ὁποῖοί ποτε ἦσαν) *qualescumque essent*, plutôt que *quales aliquando fuerint* cela m'importe peu, cela n'a rien à faire à la question. Pour ce qui me concerne, ils ne m'ajoutèrent rien, ils ne me donnèrent *de leur cru* (sens propre de la voix moyenne) que je n'eusse déjà: nihil mihi contulerunt." F. PRAT, *op. cit.*, p. 55.

http://www.obrascatolicas.com

dos incircuncisos como a Pedro a dos judeus (1), Tiago, Pedro e João me estenderam a destra em sinal de comunhão fraterna.

Até aqui nada contra o primado de S. Pedro. Surge uma discussão numa igreja fundada por Paulo; para resolvê-la, o grande Apóstolo, movido por uma *revelação do céu,* vai consultar as colunas da Igreja; "a fim de não correr em vão"; expõe-lhes o seu Evangelho; os apóstolos não fa-

(1) Dêste passo infere o Sr. ERNESTO: "os campos jurisdicionais dêsses dois apóstolos eram separados: o apostolado de S. Pedro confinava-se aos judeus e o de S. Paulo aos gentios. Mas como poderia ser assim se S. Pedro era o Supremo Pastor universal?" p. 82. Esta repartição do campo de evangelização não foi exclusiva; S. Pedro como S. Paulo nunca a consideraram como tal. Citamos (p. 47) pelo menos 11 passos tirados dos Atos e das Epístolas do Apóstolo das gentes em apoio desta afirmação. Mas que montam demonstrações da Escritura contra a obstinação da petrofobia protestante? O nosso autor não só continua a repetir impàvidamente a mesma objeção *provadamente insubsistente,* mas chega a afirmar que "de caber a S. Pedro o apostolado dos judeus e a S. Paulo o dos gentios, segue-se *necessàriamente* que S. Paulo e não S. Pedro foi efetivamente o pastor da Igreja de Roma", p. 83. Não sabíamos que a história se constrói com o apriorismo de silogismos claudicantes. Todos os testemunhos apontam-nos S. Pedro como fundador da Igreja de Roma. O *próprio S. Paulo,* antes de lá ir, já atesta a existência de uma igreja "cuja fé era conhecida em todo o mundo." *Ad Rom.,* I, 8; cujos fiéis "estavam cheios de caridade e de ciência." (XV, 8), com superiores eclesiásticos a quem prestavam "obediência notória em tôda a parte" que alegrava o Apóstolo. Mas que importam os fatos? S. Pedro não podia ter fundado a Igreja de Roma porque assim o exige a hermenêutica preconcebida dos protestantes, da qual *"se segue necessàriamente"* que todos os fatos que se lhe opõem, ainda atestados por S. Paulo, são inexistentes. — "A divisão jurisdicional dos campos, insiste o professor, só se deu depois dos fatos assinalados pelo Rev. Franca (*Gál.* II, 9)", p. 82. Falso! Os fatos por mim alegados vão até o último capítulo dos Atos, isto é, até o cativeiro de S. Paulo em Roma. — Ainda: "O fato de pregar um eventualmente em campo de outro não quer dizer que exercitasse atos jurisdicionais. Por

zem nenhuma advertência; antes lhe estendem a mão, em sinal de solidariedade e comunhão fraterna e, êste gesto aprobativo, S. Paulo opõe-no vitoriosamente aos detratores do seu apostolado (1).

Vamos ao episódio da Antioquia. Achavam-se nesta cidade os dois grandes apóstolos; Pedro costumava (συνήσθιεν, imperfeito de hábito) comer com os Gentios sem nenhuma atenção às pretensões do rigorismo fariseu. Senão quando

suas cartas vemos que êles só as dirigiram às igrejas que se achavam dentro da órbita que lhes traçou a divina investidura", p. 82. Falso! S. Paulo escreveu aos *hebreus*. S. Pedro dirigiu a sua epístola aos cristãos "do Ponto, da Galacia, da Capadócia, da Ásia e da Bitínia" isto é, de quase tôda a Ásia Menor, onde havia pregado e fundado numerosas igrejas precisamente S. Paulo, que escreveu também êle uma carta aos Gálatas. Manifestamente o Sr. OLIVEIRA está com a visão perturbada; não enxerga as coisas mais visíveis, e deixa cair irrefletidamente no papel tôdas as afirmações que lhe vêm ao bico da pena, contanto que sejam contra o primado de S. Pedro.

(1) Dêste apêrto de mãos a lógica poderosa do Sr. ERNESTO tira conclusões mirabolantes, "deram-lhe as destras de parceria" isto é, receberam-no em pé de perfeita igualdade", p. 71. — Uma aplicação contemporânea desta conseqüência. Um interventor estadual é acusado de irregularidades na gestão do seu cargo. Vai ao Rio, expõe ao Chefe do Govêrno provisório os seus atos; o presidente com o seu ministério aprova-o e, em sinal da identidade de orientação e de procedimento, aperta-lhe cordialmente as mãos. Ah! intervém o professor curitibano, estas "destras de parceria" suprimiram tôdas as gradações na autoridade; o chefe do Govêrno recebeu o interventor estadual "em pé de perfeita igualdade." Tôdas as jerarquias anteriores, suprimiu-as o gesto taumaturgo. — Mas S. Paulo declara aos coríntios que "em cousa alguma foi inferior aos mais eminentes apóstolos." — Perfeitamente, na dignidade apostólica que lhe contestavam os seus adversários. Como os Doze, S. Paulo foi enviado imediatamente por Cristo, também êle vira a Cristo. "Também êle recebera a sagração divina do seu Apostolado. Apóstolo era-o também no sentido pleno e genuíno da palavra,

http://www.obrascatolicas.com

sobrechegam de Jerusalém alguns judeus-cristãos, dos que viviam na roda de Tiago. Temendo talvez escandalizá-los, S. Pedro retraiu-se e já não tomava as refeições com os batizados vindos da gentilidade. O exemplo do chefe dos apóstolos fêz impressão profunda em todos; o próprio Barnabé deixou-se levar e também êle se retirou da mesa dos gentios. S. Pedro julgara talvez que o oportunismo adotado na igreja de Jerusalém, seria também inofensivo em Antioquia. Não o era; S. Paulo, que tantas lutas já sustentara contra os judaizantes, viu logo tôda a vantagem que os seus adversários poderiam tirar dêste *exemplo do Chefe da Igreja*. O apóstolo das gentes conhecia a humildade generosa e a grandeza d'alma de Simão. Não hesitou, pois, para o bem geral, de o admoestar em pública assembléia (1) do seu

---

apóstolo era-o tão legìtimamente como os eleitos da Galiléia e não inferior a nenhum dêles na *dignidade apostólica*. Sua igualdade aos Doze na missão evangelizadora do mundo — eis o que Paulo pretende demonstrar aos coríntios nesta epístola. Haverá, porém, no Colégio apostólico uma autoridade superior, um primaz investido por Cristo na suprema jurisdição da Igreja. S. Paulo não o afirma nem o nega. Era aqui uma questão descabida, era assunto de todo *alheio ao seu intento*. Paulo passa por cima e vai direito ao âmago da *controvérsia que fervia em Corinto*." IRC, p. 43. Também hoje os bispos não são, no poder da ordem episcopal, em nada inferiores ao Papa. Tudo isto, já havia sido escrito. Como de costume, o Sr. ERNESTO fêz vista grossa e requentou as dificuldades já resolvidas de EDUARDO C. PEREIRA.

(1) "O grego *κατὰ πρόσωπον* significa simplesmente em presença, face a face, sem nenhuma intenção hostil e sem o ar de desafio que o latim *in faciem* poderia sugerir." F. PRAT, *op. cit.*, p. 59. E mais ainda o vulgar de E. DE OLIVEIRA "eu lhe resisti na cara", p. 80. Com mais impropriedade trivial de têrmos, o incidente de Antioquia é intitulado pelo professor "*Briga* providencial de S. Paulo com S. Pedro." Não houve briga nenhuma, senhor. Briga importa contenda de desavindos que se reciprocam doestos e insultos. Nada disso se passou. S. Paulo repreendeu em público a S. Pedro *et hic finis*. Mas os farejadores de escândalo gostam de armar a efeito

procedimento incoerente. Pedro aquiesceu; S. Paulo triunfara contra os rigoristas que já não poderiam apelar para a autoridade irrefragável do Príncipe dos Apóstolos.

Há, em todo êste incidente, algo que se oponha ao primado de S. Pedro? Nada, absolutamente nada.

S. Paulo discordou de *uma doutrina ensinada* por S. Pedro? Não. O acôrdo de princípios entre os dois apóstolos era completo. A universalidade do cristianismo já havia sido *definida por S. Pedro* em Jerusalém; a prática da doutrina já havia sido atuada *pelo próprio S. Pedro* em Antioquia.

S. Paulo desobedeceu a *alguma ordem ou preceito* do Príncipe dos Apóstolos? Tampouco. Nada havia êle ordenado. Que houve? Apenas uma *atitude pessoal* de S. Pedro, que, dada a influência de sua autoridade e as circunstâncias do lugar em que se achava, era repreensível, porque poderia causar sérios embaraços à causa da evangelização dos gentios. Achamo-nos, portanto, em face de um êrro de procedimento sôbre que S. Paulo julgou dever advertir pùblicamente a S. Pedro, para vantagem da Igreja universal.

---

e com uma falta completa do senso de reverência nos querem pintar os dois santos a brigarem, isto é, a trocarem injúrias diante da assembléia dos fiéis. Contanto que se humilhe S. Pedro! — Que contraste no comentário delicado de S. Agostinho, onde soa inconfundível o acento cristão: "Pedro aceitou com santa e piedosa humildade a *observação* que ùtilmente lhe fizera Paulo inspirado pela liberdade do amor, deixando destarte aos pósteros o raro exemplo de se não dedignarem de ser corrigidos pelos *inferiores* onde quer que se desviassem do reto caminho: exemplo mais raro e mais santo que o deixado por Paulo aos inferiores que, por defender a verdade evangélica ousarem resistir confiadamente sem lesar a fraterna caridade. Em Paulo louvemos a justa liberdade, em Pedro a santa humildade." *Epist.* 82, n. 22. (*ML.*, XXXIII, 285-6). Eis como fala o que o Sr. ERNESTO chama "o grande protestante do século V", "o maior dos doutores que a Igreja de Roma honra entre os seus santos, mas de cujos ensinos se esqueceu", p. 224. Quem esqueceu que S. Paulo era inferior a S. Pedro?

http://www.obrascatolicas.com

Tudo isto nada, nada envolve que importe num desconhecimento da autoridade do príncipe dos apóstolos. Atitudes como estas em face dos Papas tomaram inúmeros santos em circunstâncias análogas. S. Irineu com S. Vítor; S. Catarina de Sena, com os Papas de Avinhão, S. Bernardo com Eugênio III. Amanhã o Sr. Ernesto armará todos êstes santos, como armou quixotescamente a S. Paulo em "campeões antipapais."

Já tivemos ensejo de mostrar até como do exame minucioso do episódio de Antioquia resulta mais uma confirmação da supremacia de S. Pedro na Igreja primitiva. Não nos repetiremos. Cfr. IRC, p. 50. Aí também explanamos desenvolvidamente como S. Paulo, em tôdas as ocasiões que se lhe ofereceu de referir-se a Pedro, insinua inequìvocamente o alto conceito em que tinha a sua dignidade singular; "chama-o quase sempre Cefas, o nome aramaico que lhe impusera Cristo, como que a relembrar a alta função de pedra fundamental da Igreja. Com exceção de um só lugar, — exceção explicável pela oportunidade de salientar o nome de Tiago, — tôdas as vêzes que menciona os apóstolos a Pedro cede sempre o lugar de honra (ver os lugares citados e comentados à pág. 51). Na epístola aos Gálatas diz que três anos depois de sua convérsão subiu a Jerusalém para *ver a Pedro* e com êle passar quinze dias. Por que em Paulo esta solicitude de ver a Pedro e não aos outros apóstolos? Responde Crisóstomo: "Depois de tantas e tão preclaras façanhas...: foi visitar a Pedro *como a superior* e mais antigo." E notai a energia intraduzível do original grego já sublinhada pelo mesmo Crisóstomo: "Não disse ἰδεῖν senão ἱστορῆσαι que se costuma empregar no sentido de quem vai visitar as grandes e esplêndidas metrópoles dignas de ser admiradas e conhecidas (1)." IRC, p. 52.

(1) S. João Crisóstomo, *Comment. in epist. ad Gal.*, I, 11. (*MG.*, LXI, 631).

Tudo isto foi necessário esquecer e deixar numa sombra injusta para que pudesse avultar, mal engonçado, pelo protestantismo, o manequim do "campeão antipapal."

Tais os fatos, que se alegam, como incompatíveis com a primazia de S. Pedro. Bagatelas, exegeses contorcidas e apaixonadas de trechos bíblicos conhecidos e comentados por 15 séculos de cristianismo que nêles nada encontraram contra a autoridade de S. Pedro e dos seus sucessores.

O outro argumento a que já nos referimos é tirado *do silêncio.* — Na igreja primitiva não aparecem vestígios de exercício desta jurisdição suprema de S. Pedro. — Êste silêncio, se fôsse real, nada provaria contra o direito existente. S. Pedro, investido por Cristo, na dignidade de Chefe da Igreja, conservaria a plenitude dos seus direitos ainda que *de fato* não os exercitasse. A questão de *fato* explicar-se-ia ou pela condição excepcional dos apóstolos, sôbre os quais não se fazia sentir a necessidade de uma intervenção superior, ou pela escassez dos nossos documentos relativos à história da igreja primitiva.

Esta advertência, apenas para precisar o valor lógico dos argumentos; porque não é esta a situação real em que nos encontramos. Só não vêem em S. Pedro a primeira figura da igreja primitiva os que estiverem com os olhos obnubilados por uma antipetrite incurável. É S. Pedro quem prega por primeiro o Evangelho (*At.* I, 14), quem batiza os primeiros gentios (II. 41; X, 9); os ouvintes compungidos dirigem-se *"a Pedro* e aos outros Apóstolos"; Pedro lhes responde e promulga a lei da recepção na Igreja aceitando novos fiéis que Jesus Cristo não recebera (II, 37-39).

Pedro é o primeiro taumaturgo; ao lado de S. João excele; só êle fala, só êle opera o milagre; e os prodígios multiplicam-se tanto que, outrora como a Cristo, se levavam

http://www.obrascatolicas.com

os enfermos nas praças para que *veniente Petro,* ao menos a sua sombra os atingisse.

Pedro é quem promulga de modo autoritativo a *lei da sucessão apostólica,* no preenchimento da vaga de Judas (1).

Pedro é quem fala em nome do colégio apostólico e o defende perante o Sinedrim (2).

S. Pedro ainda, quem inflige terríveis castigos aos primeiros violadores dos bens eclesiásticos; quem condena o primeiro herège simoníaco (V, 4; VIII, 20).

S. Pedro, ao reunir-se o concílio de Jerusalém para decidir a controvérsia dos ritos judaicos e da admissão dos gentios, é quem dirime autoritativamente a questão (XV,7). — "Não sabemos como possa afirmar isto sem manifesta torcitura dos fatos, diz o Sr. ERNESTO; porque na Bíblia está bem claro que foi S. Tiago quem falou por último, quem resumiu as opiniões de todos e quem disse: "a vista do que eu julgo", p. 85. — Na Bíblia está o que obstinadamente não

(1) "Todo o primado de jurisdição de S. Pedro nessa conjuntura, embarga o Sr. ERNESTO, limitou-se a uma proposta. Bem se vê que indica antes falta de jurisdição", p. 84. — O Sr. ERNESTO leu distraìdamente a sua Bíblia. S. Pedro não propõe, impõe, Δεῖ, *oportet, é necessário, deve fazer-se* (*At.* I, 21), são verbos que indicam uma determinação moral, uma obrigação. Mas onde S. Lucas emprega uma expressão que implica um exercício de autoridade, o livre exegeta traduz para uso dos seus leitores numa simples "proposta" de S. Pedro. Como o preconceito cega!

(2) "Quando muito, comenta chatamente o Sr. ERNESTO, isso prová que S. Pedro era bom advogado", p. 85. — Não; S. Pedro não era causídico, era um simples pescador da Galiléia. Se êle tomou a palavra em nome dos Doze, ante as autoridades religiosas do seu país, é porque era o *primeiro,* responsável pela comunidade cristã nascente. Falou em defesa dos outros apóstolos, como fala um chefe de família em defesa dos seus, como fala o presidente de uma sociedade em nome dos seus membros. "Bôca dos apóstolos, chefe da família apostólica," comentou, com outra elevação, a perspicácia de CRISÓSTOMO.

se quer ver, isto é, que depois da discussão, S. Pedro toma a palavra e impõe a sua sentença: "Sabeis irmãos, que desde os primeiros dias ordenou Deus entre nós que *por minha bôca* ouvissem os gentios a palavra de Deus" (V, 7). Em seguida *define:* "Cremos que somos salvos pela graça do Senhor Jesus Cristo assim como êles também o foram" (V, 11). E a controvérsia terminou, e as dúvidas cessaram e a assembléia acolheu com religioso silêncio a decisão definitiva de Pedro: *omnis multitudo tacuit.* — Mas S. Tiago falou ainda. — Falou; para discordar de Pedro? para modificar-lhe a sentença? para "resumir opiniões?" como diz o Sr. ERNESTO treslendo a sua Bíblia? Não; para *aderir* à sua sentença, para confirmá-la com a Escritura: "Simão tem contado como Deus primeiro visitou aos gentios a fim de formar dêles um povo para o seu nome. *Com isto concordam* as palavras dos profetas, etc., v. (14-15) (1).

(1) Tudo isto já havia sido pôsto a limpo; mas o Sr. ERNESTO fechou os olhos e continuou a repetir o mesmo estribilho. Pouco antes da frase que comentamos no texto, escreve ainda com gramática duvidosa: "Diz o Rev. Franca que nesse concílio foi S. Pedro quem primeiro tomou a palavra. Nós o felicitaríamos por essa descoberta, se não tivéssemos lido na Bíblia católica que S. Pedro levantou-se (*sic*) para falar depois de forte discussão", p. 85. — Para dificuldade já resolvida reimprima-se a resposta já dada: "Pedro não toma a palavra senão "após largo debate." — Mas é natural, nem podia deixar de assim ser [Queriam que êle falasse sem saber do que se tratava?] Os enviados da igreja de Antioquia expuseram os seus pareceres. Alguns que haviam pertencido à seita dos fariseus opuseram-se-lhes propugnando a necessidade da circuncisão. Eis a controvérsia. Quem a julga? quem a decide?" IRC, p. 57. O que ressalta de tudo isto é a falta absoluta de senso histórico, de inteligência desta evolução material das formas acidentais e contingentes em que se encarna, no tempo, a plasticidade dos princípios eternos e essenciais da vida e da verdade. Na página precedente, o Sr. ERNESTO contestava o papel de S. Pedro na escolha do sucessor de Judas, porque S. Matias não fôra nomeado "como nomeia os Papas os seus cardeais sem eleição e sem sorteio." Agora, não vê a primazia da ação de Pedro na assembléia

http://www.obrascatolicas.com

Pedro ainda quem percorre as igrejas da Judéia, da Galiléia e da Samaria, visitando e consolando a todos (IX, 32, 38, 43), "como um general, comenta CRISÓSTOMO, que passa revista às suas tropas" (1).

E que opinião tinham os outros apóstolos de supremacia de S. Pedro? Abramos os Evangelhos, escritos durante esta época. *Todos* os evangelistas, *sem exceção de um só, tôdas as vêzes* sem exceção de uma só, em que falam dos Doze ou tecem o catálogo dos seus nomes *dão sempre* a Pedro o primeiro lugar, e o dizem explìcitamente: *"Primeiro,* Simão que se chama Pedro" (*Mat.* X, 2). Disputaram antigamente entre si sôbre quem era o primeiro; o primeiro, ei-lo, Simão Pedro (1).

---

de Jerusalém, porque a ordem dos debates não obedece materialmente a um regimento interno de câmara dos Deputados do século XX. Amanhã S. Pedro não será o primeiro dos Papas, porque não afixou bulas nos portais da basílica Vaticana nem enviou à cristandade as suas mensagens nas asas do éter. Infantilidades; o que importa não é a materialidade da indicação cronológica de quem falou às 9 horas e quem às 10. O que importa é a realidade viva. E a realidade é que, surgindo sôbre matéria doutrinal uma forte divergência entre elementos de duas comunidades cristãs, a causa foi levada ao *magistério vivo e autêntico da Igreja*. (Não foram interpretar individualmente à Escritura, única regra de fé para o protestantismo.) S. Pedro, no Colégio apostólico toma a palavra, decide e a sua decisão é acatada por todos. S. Tiago confirmou-a com as Escrituras, a assembléia acatou-a com a submissão do silêncio. E a palavra de Pedro passou a ser lei universal da Igreja.

(1) *Hom.* 21, *in Act.* n. 2. (*MG.*, LX, 165). Sôbre êste fato o Sr. ERNESTO passou em silêncio discreto.

(1) Visìvelmente agastado por êste fato incômodo diz o Sr. ERNESTO: "Estas ampliações, pleonásticas um tanto, são simplesmente ridículas depois do "Tiago, Pedro e João" que acabamos de ler em S. Paulo, precisamente quando falava dos que "eram reputados por

Eis os inúmeros fatos que nos mostram S. Pedro por tôda a parte e sempre, na promulgação de suas leis, no exercício do poder judiciário, na defesa da fé e dos costumes, na tutela da liberdade cristã, na iniciativa e na direção dos atos comuns do colégio apostólico — à frente de todos, exercendo visìvelmente uma função de primeiro (1).

Dentre êstes fatos havíamos dito lealmente que não pretendíamos, "tomado isoladamente, cada um dêles fôsse suficiente para estabelecer a suprema jurisdição do príncipe dos apóstolos." Na sua crítica, o Sr. ERNESTO calou honestamente esta importante advertência preliminar; se-

---

alguma cousa", p. 83. — *Pleonasmo* nenhum, ilustre professor, realidade pura, matemàticamente exata. Não retiro uma vírgula da frase anterior: *todos os evangelistas... tôdas as vêzes...* sempre o *primeiro lugar*. A única exceção, não nos Evangelhos, mas em S. Paulo, é a que nós mesmos já havíamos indicado e explicado à p. 51, onde, depois de indicarmos as dúvidas críticas que pairam sôbre essa lição, dizíamos: "A preferência dada aqui a Tiago explica-se naturalmente pelo alto aprêço em que o tinham os judaizantes que do nome do bispo de Jerusalém tanto abusavam contra a autoridade de Paulo. Para confutá-los frisa aqui S. Paulo, como por Tiago, também por Tiago, primeiramente por Tiago fôra reconhecido por apóstolo legítimo." IRC, p. 51. Fora dêste caso singular, fàcilmente compreensível pelas circunstâncias, também S. Paulo, como os evangelistas, dá *invariàvelmente a Pedro o primeiro lugar*. Incomoda? são fatos. Quando os católicos, portanto, defendem o primado de S. Pedro, não fazem senão dar outra forma gramatical (o abstrato em vez do concreto) ao que ensinava S. Mateus à Igreja primitiva: *Primeiro,* Simão, que se chama Pedro. É a Bíblia, senhor.

(1) Por aí verá o leitor a diferença enorme entre a eminência de S. Pedro, agindo no Colégio Apostólico e as prerrogativas de S. Paulo, que o Sr. ERNESTO, parodiando a argumentação anterior, acumulou para mostrar como "com êsses processos ampliativos" se poderia igualmente concluir o primado do Apóstolo das Gentes. Os mais sérios dos títulos reunidos (eleição imediata de Cristo, testemunho prestado diante de todos os povos, atividade de zêlo conquistador) demonstram que S. Paulo era *apóstolo, como o eram os*

http://www.obrascatolicas.com

parou os fatos; omitiu alguns, torturou outros, como já vimos, e sôbre os restantes exerceu a sua crítica fàcilmente triunfante: não provaram um primado de jurisdição: "jamais encontramos o apóstolo no exercício de um ato sequer que denote a autoridade que se lhe atribui", p. 56. Menos obcecado pelo preconceito, e mais instruído por 4 séculos de estudos bíblicos, WEIZSAECKER, um dos exegetas mais abalizados do protestantismo contemporâneo, é de parecer que "Pedro, sem contestação, é o *primeiro homem da cristandade primitiva*" (1). Os fatos, a razão e a Escritura estão evidentemente com WEIZSAECKER.

Tal a estrutura da Igreja, delineada nos Evangelhos e atuada já nos primórdios de sua existência histórica. Comparando o plano divino com as pulverizações do desagrega-

---

Doze da Galiléia, também êles imediatamente escolhidos pelo Salvador e por Êle enviados para atestarem o seu nome a tôdas as nações da terra (*Lc.* XXIV, 47; *At.* I, 8). Aos outros títulos, quando não falsos, falece-lhes todo o valor probativo. — "Quem fundou a Teologia sistemática? S. Paulo. Quem fundou a Teologia apologética? S. Paulo", p. 86. *Quid inde?* Lavoisier fundou a química moderna, logo... é presidente da República francesa.

(1) "Petrus ist ohne Frage der erste Mann in der Urgemeinde." *Das apostolische Zeitalter,* p. 12. Outro protestante KATTENBUSCH mais recente, comentando precisamente um texto da epístola aos Coríntios (I *Cor.* XV, 5 et segs.) observa que para Paulo "tôdas as autoridades da *Ecclesia* atestam a ressurreição de Cristo e entre elas Pedro aparece como a primeira e a mais considerável." É mais uma confirmação do papel protagonista que foi prometido só a Pedro. "Pedro, escreve ainda, realmente deveu possuir uma *autoridade singular.*" O interessante estudo de KATTENBUSCH encontra-se na *'Festgabe von Fachgenossen und Freunden A. von Harnack'*, 1921, pp. 143- 172. É um volume de estudos vários dedicado a Harnack por ocasião do seu 70.º aniversário. O nosso curitibano adoece ainda desta enfermidade que o célebre reitor da

mento protestante salientamos o contraste que salta aos olhos mais distraídos. No cristianismo oriundo da reforma do século XVI não se encontram os elementos essenciais, estabelecidos por Cristo para a conservação e vida da sua Igreja. Sob o título de "mais pedras para o ar," o Sr. ERNESTO quis responder a estas interrogações incômodas. Transcreveremos para aqui as suas respostas, acrescentando-lhes uma ligeira crítica: são um espécimen precioso da sua maneira de argumentar.

"*a*) *Pergunta*. "Que é feito destas magníficas promessas?"

Resposta: A promessa de que a Igreja de Deus, representada pelos seus dois ramos históricos, havia de ficar, durante 1.260 anos, reduzida à condição de dois cadáveres insepultos nas ruas da Babilônia, a Grande, ou seja nas ruas de Roma, como bem o demonstrou S. Rvma. (1) infelizmente se cumpre a nossos olhos", p. 65.

— O Sr. ERNESTO não é gramático como o seu antecessor EDUARDO PEREIRA e por isso esqueceu a regrinha que reza: pelo mesmo caso por que se faz a pergunta, se dá a resposta. Sôbre a promessa inventada pela sua fantasia ardente, em suas divagações apocalípticas, não me quero ocupar. Lembro só que as "magníficas promessas" da minha pergunta eram as do Evangelho de S. MATEUS e de S. João. Essas *ficaram sem resposta.* — A um devedor insolvente, no dia do vencimento de uma letra, aparece o credor e: "Amigo, diz, que é

Universidade de Berlim diagnosticava "nos exegetas e historiadores protestantes inclinados a depreciar o lugar de Pedro entre os apóstolos e na comunidade primitiva." A. HARNACK, *Entstehung und Entwickelung der Kircheverfassung und des Kirchenrechts in der zwei ersten Iahrhunderten,* Leipzig, 1910, p. 6.

(1) Para evitar equívocos, lembro aos leitores que a minha demonstração visava apenas provar que na I Epístola de S. Pedro o Príncipe dos Apóstolos designava Roma sob a metáfora de Babilônia. O mais é do Sr. ERNESTO.

http://www.obrascatolicas.com

da tua promessa de saldares hoje a tua dívida." "Como, atalha o outro, a promessa de tomar contigo um sorvete? essa se cumprirá imediatamente aos nossos olhos. Vamos à rua Gonçalves Dias." — A saída do Sr. ERNESTO não vale mais.

"*b*) *Pergunta:* "Onde a pedra fundamental?"

Resposta: A resposta vem-lhe da própria bôca de S. Pedro: "Chegai-vos para Jesus como para a Pedra viva que os homens tinham sim rejeitado, mas que Deus escolheu e honrou", p. 66.

— Não era esta a pergunta, distraído senhor. Sôbre Jesus Cristo, pedra viva e anular da Igreja, não havia dúvida, como não havia também sôbre o passo alegado do discurso de S. Pedro. A pedra de que se tratava era a de que fala S. MATEUS, quando Jesus, impondo a um dos seus apóstolos o nome de pedra, acrescentou "sôbre *esta* pedra, edificarei a minha Igreja." Eis a pergunta, a que cumpria dar uma resposta.

"*c*) *Pergunta:* "Onde o grande edifício?"

Resposta: O grande edifício, a Igreja dos escolhidos, é a *Nova Jerusalém,* que tem doze fundamentos, em cada um dos quais se lê o nome de um dos doze apóstolos do Cordeiro, em pé de perfeita igualdade", p. 66.

— Ainda uma vez, senhor, não era esta a pergunta. Não interpretávamos, aqui, o Apocalipse; perguntávamos onde está a Igreja que Cristo afirmou, *edificaria sôbre S. Pedro:* super hanc petram aedificabo Ecclesiam meam. E porventura a "Nova Jerusalém" construída sôbre os doze apóstolos é esta babel protestante levantada por LUTERO, CALVINO e ZUÍNGLIO em pé de perfeita, contínua e crescente discórdia?

"*d*) *Pergunta:* "Onde as chaves?"

Resposta: As chaves estão nas mãos do Santo, do Verdadeiro, do que abre e ninguém fecha e fecha e ninguém abre", p. 66.

— E o Santo, o Verdadeiro, afirmou que daria estas chaves a Pedro, a fim de que, sem restrição de tempo nem de espaço, tudo o que êle ligasse na terra fôsse ligado nos céus. São estas chaves, que, segundo a palavra infalível de Cristo, se deviam achar nas mãos de Pedro e que debalde procuramos no protestantismo. Esta era a pergunta, senhor; também ela ficou sem resposta.

"*e*) *Pergunta:* "Onde o cajado do Supremo Pastor? Talvez com LUTERO, com CALVINO, com HENRIQUE VIII? Com quem estava antes que nascesse o monge apóstata?"

Resposta: Conquanto qualquer dos nomeados, com exceção do catolicíssimo HENRIQUE VIII (*sic*), por pior que tivesse sido, jamais possa sofrer confronto com um GREGÓRIO VIII, com um BÓRGIA, com um JOÃO XII ou com um JOÃO XXIII, nenhum dêles teve a pretensão de empunhar o cajado do Supremo Pastor que nosso Salvador deixou nas mãos do Divino Espírito Santo", p. 66.

Mais uma empalmação infeliz. Não confrontávamos os costumes individuais desta ou daquela pessoa, fôsse ela um Papa; tratávamos de instituições estabelecidas por Cristo. Cristo nunca afirmou que deixava o cajado de Pastor ao Espírito Santo. A função do Paracleto é inteiramente outra: invisível, no interior das almas. Nós pergutávamos onde estava o cajado do Pastor que Jesus, ao deixar a terra, *confiou a S. Pedro,* dizendo-lhe "apascenta os meus cordeiros e as minhas ovelhas." Eis a pergunta. E a resposta?

"*f*) "Pobres protestantes, exclama S. Revma., apelam para a Bíblia e é a Bíblia que os condena irremissìvelmente. Como outrora Cristo aos fariseus pode hoje a Igreja católica dizer aos seus adversários: Examinai as Escrituras, vós julgais ter nelas a vida eterna e elas são as que dão testemunho de mim." Não sabemos como possa o Rev. Franca escapar à excomunhão. Na página 231 cita êle próprio êsse mesmo texto e demonstra que a lição da Bíblia católica: *"Examinai as Escrituras..."* a despeito de tôdas as aprovações

http://www.obrascatolicas.com

da Igreja está errada; a lição é esta: *Vós examinais as Escrituras*... Ora é precisamente assim que se lê na Versão Brasileira, a dos protestantes", p. 66.

— Custamos a acreditar. Mas é um fato. Tôdas as vêzes que na interpretação de um texto recorremos à lição original das Escrituras ou ao confronto dos códices de mais autoridade, o Sr. ERNESTO nos sai pela proa com o costumado estribilho. De uma feita, com gôsto muito discutível, chegou mesmo a escrever que "dada a infalibilidade do Papa que sancionou o texto da Vulgata, proibindo alterá-lo, duma vírgula sequer, sob pena de excomunhão maior, só nessa página por duas vêzes incorreu o Rev. Franca, nessa penalidade... duas vêzes excomungado com excomunhão maior, pp. 81-82. — Estas puerilidades, que não têm resposta, provam, porém, um fato doloroso: o Sr. ERNESTO nunca, na sua vida, abriu um Tratado de Teologia católica ou um manual elementar de exegese. E êste homem sai a público com um in 8.º de 370 páginas para criticar a doutrina da Igreja! E' triste, mas é real. No entretanto já repararam os leitores que também aqui o ilustre professor escamoteou desairosamente a questão. Esperávamos que o Sr. ERNESTO nos viesse mostrar como tôdas as promessas de Cristo estudadas anteriormente se verificaram, pe a pa Santa Justa, no protestantismo. Qual! Quando procuramos o homem, tinha fugido. A propósito ou despropósito de um texto, que não tinha nada que ver com o debate presente, êle está discreteando, com a competência que acabamos de ver, sôbre a infalibilidade das versões bíblicas e distribuindo amàvelmente excomunhões à direita e à esquerda. E, assim também esta questão ficou por solver, como sem resposta ficaram tôdas as perguntas precedentes. — A êste capítulo, o ilustre polemista, visìvelmente satisfeito de sua obra, pôs o cabeçalho vitorioso "Mais pedras para o ar."

Voltemos ao Evangelho e concluamos.

A Igreja que Jesus fundou, depositária de suas promessas, guarda infalível de seus ensinamentos, *a sua Igreja*, Ecclesiam meam, aparece-nos com sinais inconfundíveis que a tôdas as almas sinceras permitirão identificá-la com certeza.

É um *edifício* sólido, construído sôbre a rocha, contra a qual não prevalecerão as potências do mal. A rocha é Pedro.

É uma *cidade real*, posta sôbre o monte, a todos visível. Suas chaves estão nas mãos de Pedro.

É um reino, o *reino de Deus*. O exercício divino do poder supremo é cometido, primeiro, singularmente a Pedro e, depois, coletivamente, a todo o Colégio dos Doze. Quem a Pedro não se submete, não é cidadão dêste reino.

É um *rebanho*, o rebanho das ovelhas de que o Messias é, por direito essencial, o Supremo Pastor. A Pedro, confia Jesus o múnus de apascentar tôda a sua grei. Cordeiros ou ovelhas que Pedro não apascenta tresmalharam do redil, não são cordeiros ou ovelhas *de* Cristo.

Cantemos com a velha liturgia russa: "Oh, S. Pedro, Príncipe dos Apóstolos!... pedra inamovível da fé, em recompensa da tua confissão, fundamento eterno da Igreja... clavígero dos céus, eleito entre os apóstolos para ser, depois de Jesus Cristo, o primeiro fundamento da Santa Igreja, alegra-te; alegra-te coluna inabalável da fé ortodoxa, chefe do colégio apostólico."

http://www.obrascatolicas.com

CAPÍTULO II

O PRIMADO DE S. PEDRO NA HISTÓRIA

§ 1. *O sucessor de S. Pedro.*

A sua Igreja, Cristo fundou-a para a imortalidade das gerações. A autoridade por Êle instituída deveria assegurar-lhe por entre as vicissitudes da história, a vida, a unidade, a duração indefectível.

É condição essencial de todo agrupamento humano a de se não poder conservar na ordem sem um princípio de unidade harmonizadora. A biologia, a psicologia, a sociologia aí estão a mostrá-lo com uma evidência que deslumbra. Desenvolvemos mais amplamente estas considerações em trabalho anterior. O Sr. ERNESTO não julgou conveniente discuti-las. Às demonstrações mais elementares e mais incontestáveis das ciências naturais e sociais chamou-as desembaraçadamente de "sofismas." O Rev. Franca "tira os seus sofismas da "ordem física", da "harmonia do corpo humano," da "ordem na sociedade civil", da "necessidade civil", da "exigência da razão", p. 88. Estigmatizar um argumento com o ferrête de sofisma e dispensar-se, com isto, de o refutar é um dos processos mais econômicos... e mais inofen-

sivos de discussão. Continua o Professor: "esquecido de que tôdas essas alegações se tornam mais apropriadas quando tomamos Jesus Cristo pelo Cabeça da Egreja e o Divino Espírito Santo pelo seu eterno sucessor na Terra", p. 88. Ou o Sr. ERNESTO não leu "essas alegações," ou as leu tão distraìdamente que lhes não percebeu a fôrça demonstrativa. Tôda a sua eficácia tendia precisamente a pôr em evidência que não pode existir nenhuma sociedade *de homens* sem uma autoridade *humana,* não se pode conservar nenhuma ordem, nenhuma coerência, nenhuma harmonia na multiplicidade sem um princípio de *unidade visível*. O Sr. ERNESTO passa os olhos desatentos e conclui ao avesso das premissas: tudo isto se verifica melhor com o govêrno do Espírito Santo, *sucessor de Cristo na Terra!* (*sic!*). Veremos logo a verdade do princípio na admirável unidade e harmonia do protestantismo.

Se a razão exige, como condições essenciais da ordem nas inteligências e nas vontades, a existência ininterrupta de uma autoridade espiritual, humana e visível, Cristo não podia deixar de instituí-la. As obras de Deus não podem ser contrárias às exigências da razão, reflexo da luz divina nas nossas almas. Lançai agora os olhos ao Evangelho. Pedro é o fundamento sôbre o qual Jesus há de levantar a sua igreja, que será indestrutível, não obstante os assaltos de todos os poderes do mal. Imperecível a Igreja? logo inabalável o fundamento que a sustenta; a perpetuidade de um edifício é essencialmente condicionada pela solidez estável de seus alicerces.

Pedro é Pastor a quem Cristo confia o cuidado dos seus cordeiros e de suas ovelhas. Pelos séculos além, continuará o rebanho de Cristo? Não faltará quem o pastoreie. As ovelhas e os cordeiros de Cristo nunca andarão tresmalhadas pelo mundo, sem o Guia infalível que as alimente, conduza e defenda contra a rapacidade das feras agressivas.

Pedro continuará, portanto, a viver imortal nos seus su-

http://www.obrascatolicas.com

cessores. Entre a duração da sua existência e a da vida da Igreja há uma equação perfeita. A solidariedade é tão indestrutível como a que une a conservação de um rebanho à vida do seu Pastor, a estrutura de um edifício à resistência dos seus fundamentos. Eis a lição dos Evangelhos.

Abramos agora a história e procuremos os sucessores de Pedro. EDUARDO PEREIRA, reimprimindo sem crítica negações apaixonadas de outrora, contestara a vinda do Príncipe dos Apóstolos a Roma e a fixação da sua sede episcopal na Capital do império. Foi mister restabelecer a existência incontestável do fato. O Sr. ERNESTO não sei se se deu por convencido; é certo, porém, que não voltou a insistir sôbre a negação inconsistente.

A demonstração histórica da existência do Papado fica assim mais desembaraçada. Ora, que o bispo de Roma, desde os primórdios do cristianismo, fôsse reconhecido como sucessor de S. Pedro e como tal — note-se, como tal, não por motivos políticos de ser Roma a capital do império — chefe espiritual de tôda Igreja é um dêstes fatos tão imponentes, tão majestosos, tão visíveis que a sua demonstração completa quase que se identificaria com a existência histórica do próprio cristianismo. Era mister limitarmo-nos. Limitamo-nos, de fato, quase exclusivamente aos cinco primeiros séculos, e neste período, resumimos em 30 páginas, não todos, mas alguns dos testemunhos mais importantes.

Testemunhos dos próprios papas, a exercerem na consciência tranqüila de sua dignidade, a missão que lhes fôra confiada por Cristo: S. CLEMENTE, S. VÍTOR, S. CALIXTO, S. ESTÊVÃO, JÚLIO I, S. SIRÍCIO, INOCÊNCIO I, ZÓSIMO, BONIFÁCIO I, CELESTINO I, S. LEÃO MAGNO, SIMPLÍCIO, FÉLIX II, etc., etc.

Testemunhos dos grandes Padres, Doutores e Santos da Igreja: S. INÁCIO, S. IRINEU, S. CIPRIANO, S. AGOSTINHO, S. JERÔNIMO, S. OPTATO DE MILÉVIO, etc., etc.

Testemunhos da voz universal da Igreja reunida nas

suas grandes assembléias ecumênicas de Éfeso, Calcedônia, Constantinopla (3.º e 4.º) e Nicéia (2.º).

Testemunhos de tôda a vida ordinária e extraordinária da Igreja que no Papa viu a sua primeira autoridade indiscutível para a qual apelam os bispos e fiéis, do Oriente e do Ocidente, como o seu centro de unidade, em cuja comunhão está a pedra de toque da ortodoxia.

Era a justificação indiscutível da frase de DE MAISTRE: "Rien dans toute l'histoire ecclésiastique n'est aussi invinciblement démontré, pour la conscience surtout qui ne dispute jamais, que la suprématie monarchique des Souverains Pontifes" (1).

Em face de um debate de importância decisiva o Sr. ERNESTO, encolheu-se discretamente. Ante a massa imensa e esmagadora de documentos e fatos não se atreveu a uma contestação fundada e muito menos a uma discussão crítica da sua existência e do seu valor demonstrativo. Apenas acêrca do testemunho de S. INÁCIO, de S. CLEMENTE e a presidência do concílio de Nicéia fêz algumas observações, que não poderemos deixar de discutir lealmente.

O depoimento de S. INÁCIO apresenta um interêsse especial. O grande bispo de Antioquia, martirizado sob Trajano (107 ou 117) é um contemporâneo e discípulo imediato dos Apóstolos. Entre as várias epístolas que dêle ainda se conservaram, há uma, endereçada a Roma, que desde a dedicatória contrasta singularmente no tom e nas expressões com as dirigidas a outras Igrejas. INÁCIO dirige-se "à igreja amada e iluminada pela vontade d'Aquêle que quer tudo o que é, segundo o amor de Jesus Cristo, nosso Deus (à Igreja), que preside também no lugar da região dos romanos, digna de Deus, digna de honra, digna de bênção, digna de

(1) DE MAISTRE, *Du Pape*, l. I, c. 6. Ed. 1819, p. 44.

http://www.obrascatolicas.com

ser atendida, digna e casta; presidente do amor, de posse da lei de Cristo, decorada com o nome do Padre," etc. (1).

Comenta o Sr. ERNESTO: "Ao transcrever uma versão latina dêsse trecho de Santo Inácio, onde no texto está: *quae etiam praesidet in loco regionis romanorum,* o Rev. Franca traduziu: que preside à comunhão universal dos fiéis!... E por certo não o fêz por ignorância do latim (2). Em face dêsse texto de S. INÁCIO, vemos que a Igreja de Roma já tinha uma *"presidência de amor"* sôbre as igrejas da Itália: "no país da região dos romanos," era o que logo passou a chamar-se "igreja metropolitana;" mas podemos demonstrar que não era a única", p. 92 (3).

---

(1) "Ignatius... ecclesiae dilectae et illuminatae voluntate ejus qui vult omnia quae secundum caritatem Jesu Christi Dei nostri; quae etiam *praesidet* in loco regionis Romanorum, digna Deo, digna decore, digna quae sancta praedicetur, digna laude, digna quae voti compos fiat, digne casta et universo caritatis coetui praesidens, Christi legem habens, Patris nomine insignita etc." *Ad Rom. Patres Apostolici,* Ed. Funk, I, 2.ª ed., p. 213.

(2) Não; não foi por ignorância do latim. Foi porque o trecho de que dei o sentido (não traduzi, porque não estava entre aspas) não é o que o Sr. ERNESTO citou: *Praesidet in loco regionis Romanorum;* mas, o que vem pouco depois, e que o Sr. ERNESTO tinha debaixo dos olhos e não quis ver: *et universo coetui caritatis praesidens* que dá o sentido do προχαθημένη τῆς ἀγάπης, sem restrições de lugar, do original grego.

(3) A demonstração que o Sr. ERNESTO dá, em seguida, é o cânon 6 do concílio de Nicéia; prova, segundo êle, de que "a jurisdição da Igreja de Roma era apenas provincial." Já o Sr. EDUARDO PEREIRA havia asseverado a mesma cousa. A refutá-lo consagramos uma página inteira (IRC, p. 119); o Sr. ERNESTO não se dá por entendido. Repete a mesma dificuldade, sem tirar nem pôr, nem se incomodar com o que já foi dito. Para o ilustre professor de Curitiba replicar é repisar e discutir é obstinar-se, como criança amuada, na repetição das mesmas impertinências. — A refutação da exegese dêste cânon 6, encontrá-la-á o leitor, além da página indicada, nos testemunhos seguintes de Inácio e Clemente que atestam a supremacia do Papa nas igrejas da Grécia e do Oriente.

— A presidência era de simples amor, o seu âmbito era apenas a Itália — duas evasivas, duas falsidades.

A palavra ἀγαπη, caridade, é várias vêzes empregada por S. INÁCIO no sentido de igreja, comunhão dos fiéis unidos pelos vínculos da caridade (*Fil.* XI, 2; *Esmir.* XII, 1; *Tral.* XIII, 1; *Rom.* IX, 3). E neste trecho *não pode ter outra significação,* porque o verbo προχάθημαι presidir, de origem militar e implicando jurisdição, só se constrói com um complemento que indique o lugar em que se preside ou a coletividade a que se preside. A frase do santo mártir afirma, portanto, que a Igreja de Roma presidia, isto é, exercia uma jurisdição sôbre a Igreja ou comunhão dos fiéis.

Qual o âmbito desta jurisdição? Só a Itália, diz o Sr. ERNESTO. Não; no primeiro inciso INÁCIO diz o lugar onde preside: Roma ou o lugar da região dos romanos, como nas outras epístolas diz em *Éfeso,* etc.; no último inciso, porém, diz "à comunhão dos fiéis" sem nenhuma restrição de tempo ou de lugar. Roma é, pois, simplesmente "a que preside" ou "a que preside à comunidade do amor." Continuemos a ler o Santo. "Vós *ensinastes as outras igrejas.* E eu quero que permaneçam firmes as cousas que vós *prescrevestes* nos vossos ensinamentos" (III, 1). Da igreja romana já haviam partido para outras igrejas *ensinamentos e preceitos;* a sua autoridade é de magistério e de jurisdição. E INÁCIO quer que fiquem firmes, na sua igreja, o que Roma ensinara ou prescrevera: *illa volo, firma sint.* Mais. Com o próprio martírio ficará a sua igreja viúva de seu pastor: Roma é quem há de regê-la como bispo. Aos seus cuidados confia S. INÁCIO a sua longínqua Antioquia: "Só Jesus Cristo e a vossa caridade a regerão como bispos ἐπισχοπήσει. "IX, 1. O grande mártir e contemporâneo dos apóstolos confia, ao morrer, a sua querida igreja, *situada nos confins do Oriente* à invisível providência de Jesus Cristo e *aos exclusivos cuidados de Roma.* Como estava êle lembrado do Pastor visível a quem o divino Pastor, antes de deixar a terra, dissera um

http://www.obrascatolicas.com

dia: pasce agnos meos, pasce oves meas (1). — Como é que o Sr. ERNESTO, que tinha todos êstes textos debaixo dos olhos, nos vem dizer que Roma só exercia uma presidência de amor *"sôbre as igrejas da Itália."*? Por certo não o fêz por ignorância do latim ou da geografia!

— S. INÁCIO entrega a sua igreja da Ásia Menor aos cuidados de Roma. Roma a intervir numa igreja da Grécia, eis o que nos mostra, ainda no primeiro século do cristianismo, a epístola de S. CLEMENTE. Do testemunho que dêste documento se podia tirar em favor da estadia de S. Pedro em Roma, havíamos falado à p. 70. Sôbre a prova do primado escrevemos à p. 103: "Estamos na idade apostólica. O espírito turbulento de alguns jovens suscita em Corinto distúrbios e desavenças. A paz dos fiéis é sèriamente ameaçada. Quem a restabeece? O Bispo de Roma. S. CLEMENTE, terceiro sucessor de S. Pedro, escreve aos coríntios palavras afetuosas e paternas sim, como convém ao pastor comum, mas, ao mesmo tempo repassadas de fôrça e autoridade como só as pudera escrever um superior (2). Com a carta envia

(1) O leitor já terá notado como S. INÁCIO: 1.º) alude a várias intervenções de Roma em outras igrejas: *alias docuistis;* 2.º) não prende esta supremacia à dignidade política da capital do Império mas a motivos religiosos: Roma é a Igreja "segundo a caridade de Jesus Cristo," "de posse da lei de Cristo." Assim escrevia um discípulo imediato e coetâneo dos apóstolos!

(2) "Os que não obedeceram *do* que êle [Cristo] *por nosso órgão diz*, saibam que hão de *incorrer em falta* e *envolver-se em não pequeno perigo;* nós seremos inocentes dêste pecado." *Epist. ad Corinth.* c. 59. (Ed. Funk, I, 135.) Abertamente declara S. Clemente: 1.º) que *Cristo fala pelos seus lábios;* 2.º) que os renitentes serão *réus de grave culpa.* Haverá modo de afirmar menos ambìguamente a própria autoridade? S. IRINEU referindo-se a esta epístola chama-a "potentissimas litteras, ad pacem eos (coríntios) congregans et reparans fidem eorum." *Adv. Haeres.* III, 3, 3. (*MG.* VII,

também o papa os seus legados para compor o dissídio. A eficácia da intervenção não se fêz esperar. Restabelecida a harmonia, por muitos anos continuaram os coríntios a ler pùblicamente nas suas igrejas, durante o ofício divino, a epístola do sucessor de Pedro. Êste fato, em que Roma intervém autoritativamente numa igreja distante, de origem apostólica, em vida de S. João, a quem fôra mais pronto e natural o apêlo, é testemunho de tanto pêso que os próprios protestantes não lhe podem obscurecer a importância." Seguiam-se ainda algumas considerações sôbre uma frase de EDUARDO PEREIRA.

Ouçamos agora o Sr. ERNESTO: "Transcreve o Rev. Franca um trecho da epístola de S. CLEMENTE de Roma, companheiro dos apóstolos S. Pedro e S. Paulo, levanta um enorme escândalo por haver o pastor protestante feito apenas uma transcrição resumida dêsse mesmo passo. Sucede, porém, que comparando-se as duas, nada de essencial para o argumento existe na integral que não esteja na resumida, *lana caprina!*... (1). O que, porém, sobremaneira nos in-

850). Até aqui a nota já se achava em IRC. Acrescentamos agora, já que o Sr. ERNESTO tem a epístola nas mãos e não a lê, mais êstes tópicos: "Vergonhosas, irmãos meus, muito vergonhosas e indignas de costumes cristãos são as notícias que de vós ouvimos", c. 47. Seguem-se as prescrições: "Vós que fôstes a causa das sedições *sujeitai-vos obedientes* aos presbíteros e recebei a correção por penitência", c. 57. — E adiante: "Grande consolação nos dareis se *obedecendo ao que vos escrevemos* no Espírito Santo, cortardes pelo partidarismo ilegítimo", c. 63. Seguem legados do Papa: "Assim fizemos para que saibais que todo o nosso cuidado tem visado e visa reconduzir-vos, quanto antes, à paz", c. 63.

(1) O autor refere-se ao passo de S. Clemente aduzido à p. 70 IRC, para provar a existência de S. Pedro em Roma, e onde confrontávamos a versão de EDUARDO PEREIRA com a original. Sucede, porém, que comparando-se as duas, verifica-se que o falecido gramático havia *mutilado um período de cinco linhas, em que precisamente se fazia alusão ao martírio de S. Pedro em Roma,* para depois concluir que o documento nada provava em favor da tese

http://www.obrascatolicas.com

teressa é colhermos dêsse importante documento dos tempos apostólicos, se o bispo de Roma Clemente tinha consciência de sua supremacia, de seu primado universal, da sua infalibilidade, em suma se já era Papa. Sôbre êste ponto limita-se o Rev. Franca a uma notinha ao pé da p. 70: "Note-se de passagem a solicitude pastoral que da Igreja de Corinto mostra o sucessor de S. Pedro!" (1). Temos essa carta diante dos olhos (2). O caso resume-se nisto: A Igreja de Corinto, logo depois da morte dos apóstolos S. Pedro e S. Paulo, ignorava ainda que em matéria de jurisdição devia obediência a Roma e, sem a menor cerimônia, destituiu os seus bispos e os diáconos. O fato ocasionou enorme dissensão. Clemente escreve uma carta a essa Igreja aconselhando-lhe (?) o restabelecimento da paz. Longe de fazê-lo, porém, em seu nome, o faz em nome da Igreja de Roma: é a Igreja de Roma que aconselha (?) à Igreja irmã. Era a ocasião de pronunciar-se o Supremo Pastor sôbre o caso de disciplina, de aprovar e reprovar o ato da Igreja em destituir as autoridades eclesiásticas. Mas sôbre isto nem uma palavra! E por quê? Porque naquele tempo tinha a Igreja de Corinto o direito de eleger ou diminuir os seus bispos, sem interferência de ninguém. Eis por que S. Clemente limita-se apenas ao que es-

---

que se discutia. — Cortar de um texto o período que alude a um fato, e afirmar em seguida que dêste fato não há alusão no texto parece à consciência puritana do Sr. ERNESTO uma bagatela desprezível: lana caprina. Uma falta desta gravidade que, só ela, praticada voluntàriamente, bastaria para lançar na reputação de um polemista uma nódoa indelével, não faz mossa no catedrático curitibano. Será que, neste gênero de proezas, o ilustre catedrático já se habituou a áfricas de tanto vulto que estas mutilações criminosas lhe parecem brinquedos de crianças?

(1) Engano, professor. Consagro-lhe *quase duas páginas inteiras:* em vez de duas, cinqüenta linhas! Mais um autor visìvelmente falseado pelo Sr. ERNESTO: são 5. *Lana caprina!*

(2) Note o leitor; o texto de S. Clemente está sob os olhos do Sr. ERNESTO.

tava em sua alçada: aconselha!... (1). E o faz, não em seu nome, mas em nome da Igreja de Roma. LIGHTFOOT encontra aí uma primazia, não do Papa, pois pela carta nem ao menos se poderia saber que Roma tivesse Papa, mas da Igreja de Roma. Nem isso! Para aconselhar não é necessário ter primazia; basta simplesmente mais experiência", p. 95 (2). — Depois de tôdas estas façanhas críticas o preclaro professor entoa satisfeito o hino da vitória: "O Rev. Franca lê nessa carta "a solicitude pastoral do sucessor de S. Pedro," dêsse sucessor que nem ao menos fala em seu

---

(1) Aconselha!! O leitor acaba de ler na nota da p. 61 o texto em que S. Clemente exige claramente *obediência* dos coríntios *sob pena de incorrerem em falta*. Já sabe, como ao lado das cartas, o bispo de Roma enviou seus legados aos quais se submeteram os rebeldes, voltando a Igreja de Corinto à paz (S. Irineu). Se o Sr. ERNESTO não nos dissera que tinha o texto clementino sob os olhos, acusá-lo-íamos apenas de escrever história sem conhecer as fontes. Uma vez, porém, que nos declara estar com o documento ao alcance da vista, só nos resta o doloroso dever de elevar a meia dúzia o número dos autores visìvelmente falseados pelo advogado do protestantismo. Coisinhas de nada. Lana caprina!

(2) O texto de LIGHTFOOT diz: "Undoubtedly... the first step towards *papal* comination." S. Clement of Rome, London 1890, I, p. 70. — Mas não é só LIGHTFOOT, protestante, que encontra aí um testemunho em favor da primazia. São todos os que tiveram a carta de S. Clemente sob os olhos e... a leram. HARNACK, também protestante: "Êste escrito prova que já no fim do 1.º século a comunidade romana possuía uma robusta organização interior, zelava com solicitude materna pelas *comunidades distantes* e entendia falar uma linguagem que fôsse simultâneamente expressão de dever, de amor e de autoridade." *Dogmengeschichte*, t. 1, 3.ª ed., 444. SOHM, outro protestante, através de suas teorias, enxerga na intervenção de S. Clemente: "o acidente mais considerável em tôda a evolução da Igreja." KIRCHENRECHT, 1892, p. 160. — O Sr. ERNESTO não descobre nada disto nos trechos que lhe desfilam ante a retina. "Nem isso!... Para aconselhar... basta ter experiência." Enfim, *cada uno estornuda como Dios le ayuda*.

http://www.obrascatolicas.com

próprio nome (1). É um cúmulo de boa vontade. Sem dúvida é milagre tirar um cavaleiro de um argueiro, mas é maravilha mais estupenda tirar uma montanha donde nem um argueiro existe", p. 96. — E que portento será falsear dois autores em menos de uma página?

Resta-nos examinar o concílio de Nicéia, em que, segundo o Sr. Ernesto de Oliveira, o Papa não desempenhou nenhum papel de importância; não convocou nem presidiu a assembléia. Duas partes a analisar.

"Assevera o Rev. Franca: "É o papa que convoca, preside e confirma todos os concílios desde o de Nicéia." Tal não se deu; e podemos assinalar os passos desta escamoteação histórica. Na sua excelente História dos Concílios diz o bispo católico romano, Héfele: 'O imperador (Constantino) talvez por sugestão de Osio, julgou não haver melhor meio de restabelecer a paz na Igreja do que convocar um concílio ecumênico. Conta-nos Eusébio como por mui respeitosas cartas convidou os bispos de cada país para irem a Nicéia, tão logo como pudessem.' E assim não resta a menor dúvida de que quem convocou o concílio de Nicéia foi o imperador e não o Papa... Três séculos mais tarde assim se exprimiu o sexto concílio ecumênico: 'Levantou-se Ario como adversário da doutrina da Trindade e Constantino e Silvestre convocaram o concílio de Nicéia.' Em vista do que, já nesse século se aliava o Papa ao Imperador na convocação do concílio. Vem agora o Rev. Franca e diz que quem convocou aquêle concílio foi o Papa. É evidente o processo", pp. 93-94.

---

(1) Porque Roma se achava sob a ameaça de perseguição, preclaro senhor. Mas que S. Clemente estava em Roma e de lá escreveu a carta, sabe-o tôda a antiguidade cristã e tôda a modernidade cristã e não cristã. A história não se reconstrói com um só documento.

— Refaçamos o processo para pôr em boa luz a sua evidência. Quem o fará será o próprio Héfele, que o Sr. Ernesto cita, conforme o seu louvável e crítico sistema, sem nenhuma referência, adulterando-lhe tôdas as afirmações. Eis textualmente o que diz Héfele: "Não é possível determinar se o imperador Constantino, convocando os bispos agiu ùnicamente em seu nome ou de concêrto com o Papa; Eusébio e os documentos mais antigos falam só da iniciativa do imperador, *sem negar positivamente a participação do Papa*. O 6.º concílio ecumênico, celebrado em 680, diz pelo contrário: "Levantou-se Ario, etc.". O *Liber Pontificalis* afirma o mesmo fato. Desde esta data, se foi mais e mais propagando a opinião que o imperador e o papa se haviam entendido para convocar juntos o concílio; por maior que seja a vivacidade com que alguns autores protestantes se elevaram contra esta suposição, é verossímil que para uma medida tão grave, o imperador julgasse necessário não agir sem o consentimento e a cooperação daquele que era reconhecido como o primeiro bispo da cristandade. Acrescente-se que Rufino já dissera expressamente (H. E. 1. I. c. 1. ML. XXI, 467) que o imperador convocou o sínodo *ex sacerdotum sententia*. Se consultou vários bispos sôbre o alvitre que tinha em vista, consultou evidentemente o primeiro dentre êles; e a parte que teve êste na convocação do concílio foi certamente maior que a dos outros bispos. Do contrário, o 6.º concílio se teria expresso de outro modo. O testemunho dêste concílio tem aqui verdadeira importância. Se êle fôra celebrado no Ocidente ou na própria Roma, estas afirmações poderiam parecer suspeitas a certos críticos; mas reuniu-se em Constantinopla, numa época em que os bispos desta cidade começavam a afirmar-se como rivais do de Roma e como os gregos constituíam a grande maioria dos membros do Concílio, *o seu testemunho* em favor de Roma, mais especialmente em favor da cooperação de Silvestre,

http://www.obrascatolicas.com

pode considerar-se como irrecusável" (1). Assim falava HÉFELE na sua "excelente história dos Concílios."

À questão da *presidência,* ERNESTO DE OLIVEIRA: "Ainda foi êsse mesmo imperador (Constantino) quem presidiu a sua primeira sessão, "passando depois a cadeira, diz HÉFELE, aos *presidentes!...* Se nenhuma dúvida pode existir sôbre quem convocou o concílio de Nicéia, informa-nos o douto ANTÔNIO PEREIRA DE FIGUEIREDO que foi o imperador quem presidiu a tôdas as sessões e conta-nos ainda como os ultramontanos adulteraram os originais das atas dando o imperador como *presente* quando nelas estava *presidente*... (2). Eis a falsidade que o Rev. Franca encampa e lança-nos aos olhos", p. 94.

— Que os Padres do Concílio, à chegada do primeiro imperador cristão, lhe houvessem cedido a *presidência de honra* é o que há de mais natural e compreensível (3). Que tivesse CONSTANTINO exercido a *presidência efetiva,* nada mais falso. Já o Concílio estava funcionando regularmente

(1) HÉFELE, *Conciliengeschichte,* tr. fr. t. I, pp. 404-407. Mais um autor cujas opiniões falseia o nosso engenheiro: 7!

(2) Não foram os ultramontanos, senhor! foi *Eusébio, testemunha ocular* do que se passou no Concílio de Nicéia e muito ligado a Constantino; êle foi quem escreveu textualmente: "Depois disto (isto é, do discurso de abertura) o imperador cedeu a palavra aos presidentes do Concílio." *De Vita Constantini,* 1. III, c. XIII. *MG.* XX, 1069. Mas o Sr. ERNESTO tem, em história, uma metodologia tôda sua. O que se passou em Nicéia, não o sabem as fontes de primeira mão, as testemunhas presenciais ou imediatas dos acontecimentos narrados. Quem o há de informar é o galicano-regalista A. P. DE FIGUEIREDO que viveu 1.500 anos depois, e, *de ciência própria,* sabe tanto do que se passou no 1.º concílio ecumênico como o Sr. ERNESTO das façanhas de Tutancâmon.

(3) Num concílio pode distinguir-se: a presidência efetiva que exerce o govêrno da assembléia e a direção dos debates; a *presidência de honra* que consiste em sinais externos de particular deferência e respeito, e a *presidência de proteção,* que toma sôbre si a manutenção da ordem, da disciplina e da liberdade entre os membros da assembléia.

com os seus presidentes, quando o imperador chegou a Nicéia. Houve então a sessão solene em que o monarca, no lugar de honra, foi saudado por um dos membros do concílio; terminado o discurso, diz-nos EUSÉBIO, o imperador cedeu a palavra aos *presidentes que já haviam guiado as discussões anteriores* a fim de que continuassem a dirigir as seguintes. E quando alguns bispos lhe apresentaram queixas contra outros membros da assembléia, o imperador mandou queimar os seus escritos, declarando "que não lhe pertencia decidir sôbre os sacerdotes" (1).

E quem exerceu a *presidência efetiva?* Já havíamos escrito sôbre o assunto: "O concílio de Nicéia foi presidido por OSIO, bispo de Córdova, e VITO e VICENTE, presbíteros romanos — *como legados do papa Silvestre.* É ler não os autores protestantes de 12 ou 15 séculos mais tarde, mas as fontes diretas onde se bebe a verdade que germina da história. Que OSIO tivesse presidido ao Concílio afirma-o S. ATANÁSIO, contemporâneo de fato (2), afirmam-no implìcitamente os próprios arianos escrevendo que êle "publicara o sínodo de Nicéia" (3). Que OSIO fôsse legado do Papa, di-lo expressamente GELÁSIO de Cízico, historiador do Concílio: "Ipse etiam Hosius ex Hispanis... qui Sylvestris episcopi maximae Romae locum obtinebat una cum romanis presbyteris Bitone et Vicentio cum aliis multis in consessu illo affuit" (4). Mais. SÓCRATES, na sua história eclesiástica, enumerando os bispos do concílio cita, em primeiro lugar, OSIO, depois VITO e VICENTE e, a seguir, os demais presentes (5). Os antigos catálogos que indicam a ordem em que os padres subscreveram o símbolo niceno dão sempre o lugar de primazia a OSIO, VITO e VICENTE. Como explicar esta

(1) SOZOMENO, *Hist., Ecle.* 1. I, c. XVII. *MG.* t. LXVII, 912.
(2) *Apol. de fuga sua,* c. 5. (*MG.,* XXV, 650).
(3) Ap. *Athânas,* Hist. arian. c. 42 (*MG.,* XXV, 743).
(4) *Hist. Conc. Nic.* 1. II, c. 5 (*MG.,* LXXXV, 1230).
(5) SÓCRATES, *Hist. Ecl.* I, 13 (*ML.,* LXVII, 110).

http://www.obrascatolicas.com

preeminência dada a um bispo espanhol e a dois sacerdotes romanos num congresso reunido no Oriente e no qual assistiam os mais autorizados bispos de Antioquia, de Jerusalém e do Egito, senão porque representavam o bispo de Roma, cuja *autoridade era universalmente* reconhecida na Igreja, assim oriental como ocidental, como consta de textos explícitos anteriores ao concílio? Ainda. Se o Papa não houvera presidido ao primeiro concílio ecumênico, com que verdade poderia o legado pontifício asseverar em Calcedônia, diante de 600 bispos orientais: "synodum facere nisi auctoritate Sedis apostolicae... *Nunquam factum* est nec fieri licuit (1). Como poderia escrever SÓCRATES: "ecclesiastica regula interdictum est, ne praeter sententiam Romani Pontificis quidquam ab ecclesis decernatur?" (2). I R C, p. 119.

Aí têm os leitores mais uma amostra do estilo polêmico do Sr. ERNESTO. Uma questão já havia sido tratada, minuciosamente e à *luz das fontes;* o professor curitibano fecha voluntàriamente os olhos, ou finge não ver; repete os mesmos erros refutados, sem recorrer a um *só documento histórico,* apoiando-se num autor parcialíssimo... que *viveu 15 séculos depois dos fatos e fala em demonstrada oposição com tôdas as fontes primárias*. É isto sinceridade? É isto desejo leal de conhecer a verdade? (3)

Eis a que miséria esquálida se reduzem as poucas tentativas de crítica desastradamente ensaiadas pelo defensor do protestantismo. A nossa tese, intata, aí está de pé. Tôda a

(1) MANSI, VI, 582-B
(2) *Hist. Eccles.* II, 17. (*ML.*, LXVII, 219).
(3) Ainda neste capítulo escreve o Sr. ERNESTO: "O mesmo HÉFELE (*in loco*) informa-nos que o segundo concílio ecumênico reunido em Constantinopla foi convocado e confirmado pelo imperador Teodósio I e presidido por Melito, bispo de Antioquia. Por morte dêste, continuou sob a presidência de S. Gregório Nazianzeno. Só por abuso da nossa ignorância pode o Rev. Franca dizer sem mais aquela que "foram os papas de Roma que convocaram e presidiram todos os concílios ecumênicos desde o de Nicéia", p. 94. — Pobre Héfele, em que mãos caíste! Citemos literalmente o autor torturado impiedosamente pelo engenheiro paranaense: "Êste sínodo do ano 381 *não foi originàriamente considerado como ecumênico,* só foi elevado a esta categoria mais tarde *depois de ter sido reconhecido pelos ocidentais*. Foi convocado como concílio geral da *Igreja grega oriental* e se o Papa não tomou parte na sua convocação *nada se pode daí inferir contra o seu direito radical de convocar os concílios ecumênicos.*" HÉFELE, op. cit. I. p. 15. E à p. 62: "Foi precisamente por *causa da aprovação do Símbolo pela S. Sé* que no século VI, os papas VIRGÍLIO, PELÁGIO II e GREGÓRIO MAGNO declararam formalmente que o concílio que o *formulara era ecumênico.*" — Mais um autor falsificado pelo Sr. ERNESTO: são já 8!

igreja antiga, desde os tempos apostólicos, foi romana; venerou e acatou no bispo da cidade eterna a autoridade do sucessor de S. Pedro, constituído por Cristo, Pedra fundamental de sua Igreja e Pastor supremo do seu rebanho (1).

Esta demonstração é decisiva. O Salvador fundou a sua Igreja, assegurando que "as portas do inferno não prevaleceriam contra ela;" enviou os seus discípulos a fim de *que ensinassem aos povos* tudo o que Êle lhes havia ensinado, e para que a malícia dos homens não adulterasse a integridade dos seus ensinamentos lhes prometeu: "estarei convosco até a consumação dos séculos" (*Mat.* XXVIII, 20). A Igreja de Cristo não pode portanto prevaricar, não pode trair

(1) A vitória definitiva do catolicismo no campo da crítica, confessou-a lealmente o próprio HARNACK: "Que *Romano* seja igual a *católico* já o expus, na qualidade de historiador protestante há 22 anos no meu *Manual de história dos dogmas*... Desde então a tese foi ainda mais acentuada (por exemplo no trabalho bem conhecido de WERNLE)... É possível estabelecer com provas impressionadoras que a concepção católica da Igreja nascente *é historicamente a verdadeira,* isto é, cristianismo, catolicismo e romanismo formam uma identidade histórica perfeita." *Theologische Literaturzeitung,* 19 jan. 1909.

http://www.obrascatolicas.com

o seu mandato divino, e esta Igreja é a igreja católica, é a igreja de Pedro.

"Quem o duvida! exclama aqui o Sr. ERNESTO, mas seria incrível que se perpetuassem (os sucessores dos apóstolos) nos que apostataram; mormente depois que S. JERÔNIMO e S. AGOSTINHO nos advertiram de que o Anticristo havia de manifestar-se dentro da Igreja. Fartos estamos de saber que o apóstolo se perpetua no ministério evangélico fiel; o que S. Revma. ainda não demonstrou foi que se perpetua até nos que apostataram, que comporta um papa Rei, que é compatível com a idolatria, etc., etc.", p. 87.

Apostataram! Então a Igreja dos grandes mártires, a igreja dos Inácios, dos Irineus e dos Clementes, igrejas de apóstatas! A igreja dos grandes doutores, de S. Agostinho e de S. Ambrósio, de S. Jerônimo e S. Crisóstomo, de S. Atanásio e de S. Cirilo, igreja de apóstatas! A igreja universal reunida nos primeiros grandes concílios ecumênicos, antes da cisma de Fócio, onde todo o Oriente e o Ocidente representados pelos seus bispos aclamavam no Papa o sucessor de S. Pedro, igreja de apóstatas! A igreja que converteu a Inglaterra com S. Agostinho, a Alemanha com S. Bonifácio, a Escandinávia com S. Ascário, os povos eslavos com S. Cirilo e S. Metódio, a Igreja que cristianizou e civilizou tôda a Europa, a Igreja de S. Bernardo e S. Tomás de Aquino, de S. Bento, de S. Bernardo e de S. Domingos, de S. Francisco e de S. Boaventura, igreja de apóstatas!

E onde estão os que não apostataram? Onde se oculta esta igreja, em que segundo a palavra infalível de Cristo se deve conservar íntegra a sua doutrina e incorruptível a sua organização divina? Onde é que se "perpetuou êste ministério evangélico fiel" de que nos fala o Sr. ERNESTO? Que nos mostre êste prodígio desconhecido, esta igreja, que fora da igreja católica se vá entroncar nos apóstolos e, daí por uma sucessão ininterrupta, vá transmitindo até LUTERO o tesouro das verdades cristãs. Onde se encontra esta igreja genuìnamente cristã, em que terras, em que mares se esconde, embuçada na história? Onde estava o cristianismo antes de LUTERO?

"A resposta é simples, acode o Sr. ERNESTO: o Protestantismo não prega um *novo êrro,* mas uma *velha verdade,* nem foi a primeira nem a única reforma que se realizou na igreja de Deus", p. 38. — Miserável subterfúgio! Afirmações aéreas! Mas onde estava esta *velha verdade* que ninguém conhecia? Que nos demonstre o professor curitibano a existência histórica de uma só igreja que ensinasse contìnuamente esta *velha verdade* dos apóstolos ao século XV. Vamos além. Já não pedimos a existência de uma comunidade; contentar-nos-íamos com a de *um só homem em cada geração,* que houvesse admitido o que mais tarde pregaram LUTERO e CALVINO (1). Que venha esta demonstração

(1) No livro anterior havíamos pedido que se nos demonstrasse a continuidade histórica de *um só dos artigos* fundamentais do protestantismo. "Nada tão fácil para nós" acode prazenteiro o Sr. ERNESTO. E com 4 textos, — 4 apenas — tirados das espístolas de S. Paulo, — demonstra que o Apóstolo das gentes ensinara "a guerra ao primado de S. Pedro," "o livre exame," a justificação pela fé," e "a negação do sacrifício da Missa", p. 104. Não é para aqui o evidenciar a inconsistência dessa exegese cerebrina. Não é esta a questão. Nós tínhamos pedido a demonstração da *continuidade,* etc. — Nada mais fácil, replica o Sr. ERNESTO, começa bravamente por S. Paulo... e mais não disse. De S. Paulo a Lutero, *ilustre matemático, vão 15 séculos. E onde está, nestes 1.500 anos* a *continuidade* tão fácil de demonstrar? Se o protestantismo está nas epístolas paulinas tão à flor da terra, que, com 4 textinhos, o Sr. ERNESTO o reconstituiu integralmente, como é que não o viram nem o gênio nem a ciência, nem a santidade de S. Jerônimo, de S. Agostinho ou de S. Crisóstomo? Sôbre o só artigo da justificação pela fé, LUTERO mais competente que o Sr. ERNESTO escrevia: *"Agostinho* fala pouco da fé; *Jerônimo,* nada. *Nenhum entre os doutores antigos* expôs a pura e verdadeira doutrina da fé." Ed. Walch. t. IX. p. 1.054. A tarefa não era tão fácil como a julgava o Sr. ERNESTO; e por isso... nada mais fácil... e ficou-se em S. Paulo torturado... para concluir depois ovante: "Quem nos censurará por preferirmos

http://www.obrascatolicas.com

almejada. Que nos apareçam êstes augustos solitários, perdidos na apostasia geral, a transmitirem fielmente, de geração em geração, o patrimônio do cristianismo autêntico, que *quasi cursores vitae lampadas tradunt* perpetuavam a chama da vida. Que o erudito catedrático de Curitiba nos dê esta obra original ainda na literatura protestante. Um livro breve, conciso, documentado com *citações exatas* e opiniões criticamente indiscutíveis. Um trabalho dêstes seria uma obra nova e teria um valor demonstrativo imensamente maior de que o pesado in 8.º de 370 páginas, que não tem nenhum. Recozimento de velhas infusões inofensivas, *'Roma a Igreja e o Anticristo'* não ficará na história senão como um documento psicológico de quanto o sectarismo estreito pode acanhar uma inteligência que Deus fizera para a luz da verdade.

§ 2. *O magistério infalível.*

A infalibilidade do magistério eclesiástico é um corolário inevitável da Encarnação do Verbo. Uma doutrina revelada por Deus à humanidade não pode ficar ao arbítrio das discussões e fraquezas humanas. De que nos valeria legar-nos Cristo um patrimônio de verdades indispensáveis à salvação, se a sua luz não pudesse chegar inalterada às inteligências ávidas de certeza e de paz? Confiá-las a um livro, sem haver quem o interprete com autoridade infalível, é o mesmo que atirá-las à dissipação de todos os individualismos incoercíveis. Não há obra alguma, HOMERO ou VIRGÍLIO, PLATÃO ou ARISTÓTELES, sôbre cuja interpretação não discutam os comentadores.

---

a água pura colhida na própria fonte, à zurrapa apodrecida (leiam-se sob a delicadeza desta expressão os nomes de S. Inácio, S. Irineu, S. Agostinho, S. Jerônimo, S. Atanásio, S. Crisóstomo e S. Tomás d'Aquino) pelas paulatinas adulterações seculares?", p. 105... E a continuidade, ilustre professor?

Esta relação necessária entre uma revelação divina e a infalibilidade de um magistério que a defenda, evidenciou-a nìtidamente um racionalista moderno, vindo do protestantismo, W. H. MALLOCK. Um dos primeiros caracteres, exigidos por uma revelação, escreve êle numa obra célebre, é a necessidade de uma infalibilidade absoluta. "Tôda a religião que neste ponto renuncia a esta pretensão, confessa, por isto mesmo, que é *uma religião mutilada*. É uma coisa híbrida, meio natural, meio sobrenatural; na prática não passa de uma religião natural... Não poderá haver uma revelação infalível, ou, em outros têrmos, uma revelação obrigatória para todos e para cada um, senão na medida em que, para interpretar êste testamento, houver um poder de autoridade igual ao do próprio testamento" (1).

Cristo não podia deixar a sua obra incompleta. A Igreja continua a Encarnação do Verbo Redentor. Demonstramos amplamente, com o Evangelho na mão, a existência dêste magistério vivo, autêntico e infalível (I R C. 140-143) instituído por Cristo e reconhecido pela igreja primitiva. Mostramos ainda, como, ao lado da Igreja, é infalível também o seu chefe e esta infalibilidade se acha implícita e explìcitamente afirmada no Evangelho, em todos os passos

---

(1) W. H. MALLOCK, *Is life worth of living*, tr. fr. de F. R. Salmon, pp. 278-9. E a seguir: "Esta experiência [que não nos permite enganar sôbre esta verdade] é a do protestantismo e a da situação a que chegou visìvelmente depois de três séculos... Começamos a ver enfim no protestantismo não já a reforma de uma revelação corrompida nem a corrupção de uma revelação verdadeira, mas *a negação prática de tôda a revelação*... Vêde a Inglaterra, a Europa, a América, considerai a condição do protestantismo no mundo inteiro. Encontramos nêle ainda uma religião, mas uma religião na qual não só desaparece o elemento sobrenatural mas o próprio elemento natural se torna nebuloso."

http://www.obrascatolicas.com

em que se fala da promessa e da instituição do primado (1).

"Poucos dogmas católicos, dissemos então, foram, como êste, falseados, deturpados, malsinados pela crítica míope e malévola de incrédulos, liberais e protestantes", p. 159. Convencidos de que, para dissipar equívocos, nas almas sinceras, bastaria uma explicação verdadeira do dogma católico tentamos expô-lo com a clareza que nos foi possível. O Sr. ERNESTO fêz-nos a honra de transcrever duas páginas inteiras desta explicação, mas tão distraìdamente que incorreu *em todos os falseamentos e deformações da doutrina católica* que nela denunciávamos. Veja o leitor.

— "Reuniu-se o Concílio de Constança "para reformar a Igreja (de Roma) em sua cabeça e em seus membros." Ora uma Igreja que necessita de reforma em sua cabeça e em seus membros é falível da cabeça aos pés! Tal é o caso confessado da Igreja de Roma", p. 98. — Confusão palmar entre *infalibilidade* e *impecabilidade*. A Igreja nunca afirmou que eram impecáveis os seus membros e o seu chefe, e portanto, irreformáveis. Reforma, prega ela contìnuamente em todos os seus sermões, em todos os seus livros, em todos os seus concílios. A vida da Igreja outra cousa não é senão esta reforma contínua da nossa pobre natureza humana, decaída e inclinada ao pecado. O que ensinou a Igreja é a sua infalibilidade na interpretação autêntica e autorizada da revelação divina. Um homem que assim confunde voluntàriamente duas noções, de todo em todo, diferentes, êsse sim, é inconvencível da cabeça até aos pés (1).

(1) IRC, pp. 182-184. No entretanto o Sr. ERNESTO afirma que "o texto único invocado pelo Rev. Franca" foi o de S. Lucas XXII, 32. Pedimos ao leitor curioso queira reler tudo o que já escrevemos sôbre a infalibilidade; será conveniente antes de entrarmos no exame das novas dificuldades.

— "A infalibilidade que se atribui ao Papa romano nada menos é que um capítulo da secular deificação dessa personagem, predita por S. Paulo (!)", p. 125. — É a repetição literal do que já dissera EDUARDO PEREIRA. Não havíamos já respondido? IRC, p. 165: "Deificação por quê? A infalibilidade é um atributo exclusivamente divino? Sim, mas a infalibilidade absoluta, onímoda, imparticipada. Assim também a inteligência, a vontade e a liberdade são atributos exclusivamente divinos. Dirá o Sr. E. PEREIRA (repetirá agora o Sr. ERNESTO DE OLIVEIRA) que o homem é Deus, porque possui inteligência que é atributo divino? Oporá talvez que a infalibilidade é incomunicável. Quem lho disse? *Na ordem natural, todos os homens são infalíveis acêrca dos primeiros princípios*. Ninguém erra a ponto de dizer que 1 + 1 = 3, que o todo é menor que cada uma de suas partes, que uma cousa pode ser e não ser ao mesmo tempo. Aí está a infalibilidade natural, dom comum a todo o gênero humano. Assim o quis Deus, a fim de que os primeiros princípios, alicerce e fundamento de tôdas as construções científicas, não vacilassem nas flutuações da dúvida. Na ordem sobrenatural dispôs Cristo que o Pastor supremo da Igreja não errasse ao ensinar-nos a sua fé e moral a fim de que não caísse em ruína todo o edifício espiritual de nossa salvação." Não comunicou Deus, por inspiração, aos escritores sagrados a sua infalibilidade ao redigirem os livros santos? Por que não poderia comunicar, por assistência providencial, a mesma infalibilidade aos intérpretes autênticos e autorizados da sua revelação? Por que escreveram livros infalíveis, foram talvez deificados Moisés ou S. Mateus? — Mas o Sr. ERNESTO continuará a falar, impávido e impassível, de

(1) Sôbre a pecabilidade, e, portanto, a reformabilidade dos Papas, ver o que escrevemos à p. 167. Leu-o talvez o Sr. ERNESTO?

http://www.obrascatolicas.com

deificação, como EDUARDO PEREIRA falara de apoteose do Papa.

— São, porém, os erros dos Papas infalíveis que lhe subministram o tema para maiores desenvolvimentos. O estudo dêstes exemplos é precedido dêste aparato solene: "Só encontramos uma dificuldade: entre tantos, escolher um exemplo para dum golpe, lançar por terra todo êsse castelo de cartas. Ensina a Lógica que uma proposição universal afirmativa como esta do Rev. Franca: 'Todos os Papas são infalíveis quando...' se refuta como uma particular negativa: 'certo Papa não foi infalível quando...'! E com efeito. Se *um* não foi não se pode afirmar que *todos* foram. E' uma questão de fato: basta um", p. 100. — De acôrdo: contanto que se nos demonstre a contradição entre *duas definições dogmáticas*. Acompanhemos de perto o Sr. ERNESTO, nesta demonstração, e veremos, se na originalidade das suas pesquisas conseguiu o que até agora não logrou alcançar nenhum crítico, teólogo ou historiador. Examinaremos ainda que brevemente todos os seus exemplos.

— *Primeiro exemplo*. Sixto V publicou em 1590 uma edição da Vulgata, prefaciada pela bula *Aeternus ille* em que se dizia "esta é a atual Vulgata, prescrita e decretada como autêntica pelo concílio de Trento e que deve ser usada em tôdas as igrejas do mundo cristão por verdadeira, legítima, autêntica e indubitada, em tôdas as lições públicas e privadas, controvérsias, pregações e exposições." Pouco depois CLEMENTE VIII publicou outra edição emendada de novo em mais de dois mil lugares. Contradição manifesta. Cfr. pp. 111-112.

Dois erros num só exemplo: um de história, outro de teologia. A bula *"Aeternus ille" não foi promulgada;* esta bula *não contém nenhuma definição dogmática*.

Na variedade de bíblias existentes (manuscritos com inevitáveis variantes) o concílio de Trento decidiu que se publicasse uma edição da Vulgata, quanto possível, sem erros. O trabalho já havia sido começado sem nunca se poder conduzir a têrmo. Sixto V, com o seu temperamento enérgico e decidido, assentou levá-lo a cabo. Nomeou para isto uma comissão de cardeais e êle próprio quis mais tarde tomar parte ativa e pessoal na tarefa. Infelizmente a edição saiu inçada de erros, devidos em parte ao tipógrafo, em parte à precipitação do temperamento do Papa. Os cardeais fizeram-lhe ver então as imperfeições do trabalho e a impossibilidade de o apresentar como edição definitiva. Sixto V, apesar de contrariado, convenceu-se e *assentou não promulgar* a bula que já havia de antemão preparado. Seu desejo era recomeçar o trabalho e dar uma nova edição, expurgada quanto possível, de qualquer imperfeição. A morte sobreveio, neste ínterim, e Clemente VIII levou a cabo o que não pudera fazer o seu predecessor. A bula sixtina, *Aeternus ille,* redigida e impressa *não foi promulgada,* nem se acha registrada na Cancelaria apostólica nem foi incluída no Bulário. É um documento *sem valor oficial* (1).

Ainda que fôsse promulgada, a bula não encerra *nenhuma definição dogmática*. O Papa nunca teve a intenção de apresentar o seu trabalho com um valor absoluto e defi-

---

(1) Quando o embaixador de Veneza, Badoer, por encargo do Senado, representou ao Papa as dificuldades da aplicação das disposições da Bula, que o seu Inquisidor queria urgir, Sixto respondeu que não havia mandado a ninguém executar a sua Bula e que o Inquisidor agira com precipitação. Insistindo o embaixador em outra ocasião, tornou a acentuar o Papa que se acalmasse, que não se inquietasse por causa da Bula, que o Inquisidor não devia executá-la; ela não exprimia mais que uma "espécie de desejo." Resposta de Badoer, a 21 de julho de 1590, ap. F. AMAN, *Die Vulgata Sixtina* von 1590. "Eine quellenmaessige Darstellung ihrer Geschichte, Freiburg i. B. 1912. — O leitor que desejar tôdas as provas históricas de que a Bula não foi promulgada, além de AMAN, pode consultar: LE BACHELET, *Bellarmin et la Bible Sixto-Clémentine,* Paris, 1911; J. B. COURDERC, *Le Vénérable Cardinal Bellarmin,* Paris, 1893, t. I; L. VON PASTOR, *Geschichte der Paepste,* Freib. i. B. t. X.

http://www.obrascatolicas.com

nitivo. Queria dar uma edição correta conforme permitiam as condições científicas do tempo: *prout optime fieri potuit emendatam,* diz a Bula. Volvidos séculos, aumentado o tesouro de manuscritos antigos e aperfeiçoados os métodos de crítica textual, Pio X confiou à erudição e paciência dos beneditinos a difícil tarefa de nos dar uma edição mais perfeita da antiga versão jeronimiana da Escritura. Depois de anos e anos de investigação acurada começaram a aparecer os primeiros frutos dêste imenso lavor. Só a edição do Gênese apresenta cêrca de mil variantes novas. Que dirá agora o Sr. Ernesto? tôdas as rodas científicas, católicas, ou não, acolheram com aplauso o esfôrço monumental... e ninguém se lembrou de avisar ao universo que se achava comprometida a infalibilidade do Papa. Nem Sixto V, nem Clemente VIII, nem Pio X definiram cousa alguma acêrca das edições da Vulgata. E "ensina a lógica" que não pode haver contradição entre definições dogmáticas onde não existem definições dogmáticas.

— *Segundo exemplo.* O concílio de Constança, "com a sanção de Martinho V", diz o Sr. Ernesto, decretou como dogma a superioridade do Concílio sôbre o Papa. O concílio do Vaticano definiu o contrário. Cfr. pp. 113-114.

— Outra falsificação histórica. O concílio de Constança reunira-se para pôr têrmo ao doloroso cisma do Ocidente. Já obtivera dos que simultâneamente se julgavam papas legítimos que, para o bem universal da Igreja, renunciassem espontâneamente à sua dignidade a fim de se proceder à eleição de um novo Papa, incontestado em tôda a cristandade. Senão quando, após um incidente desagradável com o bispo de Salisburg a quem Segismundo pareceu dar razão, João XXII, abandonou improvisamente Constança, indo para Schaffhausen e deixando o concílio acéfalo. Foi grande a perturbação na assembléia. A fim de evitar uma dispersão dos membros reunidos, procurou-se então dar um fundamento teórico aos trabalhos que se seguissem. No

convento dos franciscanos reuniram-se a 29 de março os representantes da França, da Alemanha e da Inglaterra e redigiram 4 artigos, dos quais o segundo afirmava a superioridade do concílio sôbre o Papa, doutrina recentemente defendida pelos regalistas franceses, ascendentes imediatos do galicanismo do século XVII. No dia seguinte êstes artigos foram aprovados na assembléia geral à qual não haviam comparecido os representantes da Itália. Dos cardeais presentes em Constança 4 não vieram e os outros 11 declararam explìcitamente assistir à sessão para evitar escândalos, não para aprovar o que nela se passava. Os que a votaram eram quase todos prelados de segunda ordem, muitos dos quais não tinham regularmente direito de voto. Assim, atabalhoadamente, foi aprovada a sessão V, que nunca foi considerada conciliar. As sessões consideradas como ecumênicas em Constança foram ùnicamente as últimas (da 41.ª à 45.ª) inclusive), depois que o concílio começou a deliberar regularmente sob a direção de Martinho V, eleito posteriormente. Numa destas assembléias regulares (na 45.ª) o novo Papa aprovou nas sessões anteriores o que havia resolvido o Concílio "in materiis fidei *conciliariter et non aliter nec alio modo.*" Assim se excluíam explìcitamente da aprovação pontifícia tôdas as irregularidades da sessão V. Não era conciliar uma sessão, 1.º) da qual se ausentaram voluntàriamente 4 cardeais e os outros protestaram; 2.º) contra a qual se levantou notável parte da assembléia; 3.º) cujos votos sem sufrágios expressos foram dados tumultuosamente; 4.º) em cuja votação participaram indivíduos que para isto não tinham direito. Confirmações desta conclusão temos ainda no fato de Martinho V proibir com uma bula de março de 1408, qualquer apelação da sentença do Papa para o Concílio; proibição incompreensível se êle houvera sancionado os artigos da sessão V. Mais. O cardeal d'Ailly, aliás favorável à opinião dos regalistas franceses, publicando 17 meses mais tarde o seu tratado sôbre a "autoridade da Igreja, dos con-

http://www.obrascatolicas.com

cílios gerais e do Papa," não cita em apoio da sua opinião os decretos da sessão V, esperando ainda uma decisão posterior do Concílio.

Quando, portanto, o Sr. ERNESTO nos diz que o concílio de Constança, *com a sanção de Martinho V,* decretou, etc., torce visìvelmente os fatos para ajustá-los a um preconceito. E no entanto fôra tão fácil conhecer a verdade. Não era mister para isto manusear os grandes tratados de teologia. Bastaria folhear qualquer curso de história eclesiástica bem informado. HÉFELE, por exemplo, "na sua excelente história dos Concílios," escreve: "Martinho V, com efeito, não confirmou senão o que o concílio decretara *in materiis fidei conciliariter et non aliter nec alio modo*. Ora, no seu modo de ver e no de todo o Sacro Colégio, refere-nos D'AILLY (1), não se consideraram como decretadas *conciliariter* as decisões votadas pelas simples maioria das nações, *sem o assentimento dos cardeais,* como era precisamente o caso" (2). HERGENROETHER: "Era aquêle o decreto de uma assembléia sem chefe, feito sem intervenção da igreja romana, antes com oposição dos cardeais, com uma forma de votação contrária ao uso dos antigos concílios, por uma maioria de pessoas quase tôdas incapazes de votar e que das três obediências não podiam representar mais que uma" (3). Mas ao Sr. ERNESTO não lhe convinha apurar a realidade objetiva dos fatos.

— *Terceiro exemplo*. Para refutá-lo basta citar as mesmas palavras do Sr. ERNESTO: "O terceiro exemplo vamos respigá-lo no próprio arrazoado do Rev. Franca: João XXII

(1) J. GERSON, *Opera,* ed. E. du Pin, t. II, p. 940. Acêrca da opinião do cardeal D'Ailly que não considerava os decretos da 4.ª e 5.ª sessão como expressão autêntica da vontade geral do concílio, cfr.: L. SALEMBIER, *Le Cardinal Pierre D'Ailly,* Tourcoing, 1932.

(2) HÉFELE, *Conciliengeschichte,* tr. fr. t. XII, p. 211.

(3) *Hergenroether-Kirsch, Kirchengeschichte,* tr. ital. V, p. 167. Cfr. ainda PASTOR, *Geschichte der Paepste,* Freib. i. B. t. I. L. I, c. III.

condenou como Papa o que sôbre a visão beatífica sustentara como teólogo particular!' Êste infalível subiu à cátedra de S. Pedro e pregou que, após a morte, os santos não gozam imediatamente da visão beatífica de Deus; heresia notória que provocou enorme escândalo, à vista do qual retratou-se o Papa de que ensinara. Confessa o Rev. Franca que nesta retratação agiu o Papa com a infalibilidade inerente ao seu cargo; e não vemos como furtou-se a essas condições quando, do púlpito sagrado, alimentava o rebanho de Deus com a divina palavra. Agiu como Papa? Sem dúvida nenhuma pois que o era (1). Quis ensinar a tôda a Igreja? Sem nenhuma dúvida, pois o sermão foi público (2). Pregou *ex-cathedra?* E como poderia pregar senão ex-cathedra (3)? Concluímos então que João XXII falou infalìvelmente quando errou", pp. 114-115. — Concluímos então que o Sr. ERNESTO não en-

(1) Quem por tal esperara? O Presidente da República chama o seu mordomo e ordena-lhe: "De hoje em diante não quero carnes na refeição; os médicos prescreveram-me o uso exclusivo de verduras." Salta o exegeta de Curitiba: Agiu como Presidente da República? Sem nenhuma dúvida, pois *que o era.*" — E conclui-se que o país inteiro está pelo novo decreto obrigado ao regime vegetariano.

(2) E como todos os sermões são públicos segue-se que em todos os sermões se ensina à Igreja inteira. Ensinar à Igreja inteira, preclaro senhor, significa propor à Igreja universal uma doutrina como revelada e que, como tal, por todos deve ser admitida. Ora João XXII, interpretando como teólogo particular um texto do 2.º concílio de Lião, apresentava explìcitamente a sua opinião como cousa discutível: "Propusemos e alegamos sem nenhuma intenção de determinar, decidir ou crer alguma cousa." DENIFLE, *Chartularium,* II, p. 435. — O Papa a afirmar declaradamente que não pretende definir cousa alguma; e o professor de Curitiba a reclamar: definiu, definiu.

(3) Quase não acreditamos aos nossos olhos; mas é um fato: O Sr. ERNESTO escreveu estas palavras textualmente. Tôda a gente sabe que *ex-cathedra* é uma expressão jurídica que indica um complexo de condições a que deve satisfazer um ato pontifício para constituir uma definição dogmática. Um ato dêstes, o papa pode

http://www.obrascatolicas.com

tendeu o abc da doutrina que se pôs a criticar com tanta desenvoltura.

— *Quarto exemplo*:

Papa Gelásio I (942)

"Certamente que o sacramento do corpo de Cristo que recebemos é cousa divina, porque por meio dêle participamos da natureza divina. Todavia a *substância ou natureza do pão e do vinho,* não muda, e não resta a mais pequena dúvida de que a *imagem e semelhança* do corpo de Cristo se celebram na ação dos mistérios."

Papa Paulo III (1561) (1)

"Se alguém disser que no SS. Sacramento da Eucaristia a substância do pão e do vinho permanece juntamente com o corpo e o sangue de N. S. J. C. e negar aquela *maravilhosa e singular conversão de tôda a substância de pão no corpo e de tôda a substância de vinho no sangue,* ficando sòmente as espécies de pão e de vinho, será anatematizado."

"Basta o confronto. Uma infalibilidade define a Eucaristia nos têrmos da transubstanciação; define-a outra como perfeito zuingliano. Se um estiver certo o outro será necessàriamente herético. E ambos são infalíveis", p. 115.

Não o são; porque o Professor de Curitiba não tem poder para decretar infalibilidades a seu talante ou a capricho de seus preconceitos. A coluna à direita é uma definição dogmática do concílio de Trento. E a da esquerda? Do Papa Gelásio, diz o Sr. Ernesto. Definição dogmática, também ela? De modo algum. O professor calou discretamente a sua origem. As palavras citadas são de um tratado teológico escrito pelo papa Gelásio, *De duabus naturis adversus Eutychen et Nestorium.* Ora, com a mesma pena com que o Sr. Ernesto transcreveu estas palavras, cinco minutos antes,

escrevê-lo na sua mesinha de trabalho. Para o ilustre professor paranaense, *ex-cathedra* equivale a um púlpito material, de madeira ou de mármore, e como não se costuma pregar senão no púlpito, tôdas as vêzes que o Papa sobe ao púlpito, define *ex-cathedra.* — É com esta rara profundidade e perspicácia que se pretende pôr em terra "os castelos de cartas" da doutrina católica?

(1) Em 1561, havia 12 anos que Paulo III descansava na paz dos mortos!

tinha copiado estas outras: "Como homem o Papa pode ser erudito como Bento XV, moralista como Gregório Magno, eloqüente como Pio IX. O teólogo, o escritor, o pregador são tão falíveis com a tiara, como sem ela." Como explicar que esta advertência se houvesse tão depressa varrido da memória do diligente professor? Dêste passo, na próxima edição de seu trabalho o Sr. Ernesto nos apresentará como infalíveis as poesias de Leão XIII! Reconhecemos ao professor a liberdade de criticar a doutrina católica; o direito de adulterá-la sistemàticamente, não. Deixe êste ignóbil mister para os libelistas que escrevem sob o impulso de paixões cegas ou se assoldam incondicionalmente aos interêsses de um partido (1).

— *Quinto exemplo.* O concílio de Trento, com a sanção de Paulo III, proíbe, sob anátema, dar a comunhão sob as duas espécies. O papa Gelásio III, ordena o contrário. Mais duas infalibilidades em conflito. Cfr. pp. 115-116.

— Parece incrível. O Sr. Ernesto não pode tocar num documento eclesiástico sem falseá-lo, mutilá-lo, desnaturá-lo inteiramente. O que passa pela entrosagem de sua crítica apaixonada sai irreconhecìvelmente desfigurado. O alegado decreto do Concílio de Trento não existe. O que acêrca da comunhão sob as duas espécies definiu a assembléia triden-

(1) Não há portanto duas definições dogmáticas, em contradição: eis o que por ora nos basta. Para entender bem à justa, porém, o texto de Gelásio é necessário continuar a lê-lo, nas linhas seguintes, omitidas naturalmente pelo Sr. Ernesto: "ut sicut in hanc, scilicet, divinam transeunt, Sancto Spiritu perficiente, substantiam, permanentes tamen in sua proprietate naturae. Thiel, *Epistolae romanorum pontificum genuinae,* Braunsberg, 1868, pp. 541, 542. — Aqui Gelásio afirma uma *"transformação* na substância divina" (transeunt in divinam substantiam) e uma permanência, nos elementos eucarísticos, das suas *propriedades* naturais (in sua proprietate naturae). É sob uma linguagem ainda não aperfeiçoada pela disciplina escolástica, a permanência dos acidentes ou espécies sacramentais, de que falará mais tarde o Concílio de Trento.

http://www.obrascatolicas.com

tina foi a inexistência de um preceito divino obrigando os simples fiéis a comungarem sob as duas espécies. Nestas condições a concessão da comunhão é, de fato, uma questão de *mera disciplina eclesiástica*. A Igreja poderá outorgá-la ou não, conforme a prudência o sugerir. Ainda hoje, em alguns ritos orientais, os católicos comungam sob as duas espécies. Em 1564, Pio V, à instância do imperador Fernando, concedeu aos bispos alemães a faculdade de introduzirem o uso do cálice entre os fiéis, se verificadas certas condições, assim o julgassem conveniente. Foram tantos e tão graves os inconvenientes que no ano seguinte houve de revogar a concessão. Quanto a Gelásio III, só existiu êste Pontífice na imaginação criadora do politécnico de Curitiba. Papas dêsse nome, a história só conhece dois e nenhum dêles *definiu* cousa alguma acêrca da comunhão sob duas espécies. — Ainda uma vez não pode haver contradição entre definições dogmáticas onde definições dogmáticas não existem.

— *Sexto exemplo*. "O papa Honório I foi condenado pelo concílio de Calcedônia, porque em uma carta a Sérgio confessou a heresia dos monotelitas", p. 116 (1).

A dificuldade não é nova, nem mesmo nesta polêmica. Proposta por EDUARDO PEREIRA, já lhe havíamos respondido, observando: 1.º) que as epístolas de Honório são perfeitamente ortodoxas; 2.º) que não constituem nenhuma definição dogmática. O Sr. ERNESTO não se deu por entendido. Citou um trecho contrário de A. P. DE FIGUEIREDO e acrescentou: "assevera o Rev. Franca que examinou as cartas de

(1) Só por antecipação profética. O concílio de Calcedônia reuniu-se em 451. Como poderia condenar Honório que foi papa *quase dois séculos depois*, de 625 a 638? O Sr. ERNESTO queria referir-se ao concílio de Constantinopla (681). Anacronismos dêstes, tão freqüentes no nosso autor, estão a revelar o noviço, de todo em todo inexperiente em semelhantes matérias. Mas o professor de Curitiba é corajoso; anima-se por estas regiões inexploradas com um desembaraço de pasmar.

Honório e achou-as ortodoxas. Ou não as examinou ou foi tragado pela heresia dêle", p. 117. — Depois de uma afirmação dêste porte, quem não esperaria por um exame interno das epístolas de HONÓRIO, comprobativo desta asserção? Era o dever elementar de qualquer escritor honesto. Não. O Sr. ERNESTO, habituado a inteirar-se do que se passa no século VII, pelas informações de escritores do século XVIII, dispensou-se destas formalidades de críticos exigentes (1). Mas não esmiucemos esta questão teológica; não é necessário (2). Erradas ou não, as epístolas não constituem de modo algum uma definição *ex-cathedra*. "Di-lo expressamente o Pontífice: non nos oportet unam vel duas operatio-

(1) Pois aqui vai a afirmação textual de Honório I: *"Utrasque naturas* in uno Christo unitate naturali copulatas cum alterius communicatione *operantes* atque operatrices confiteri debemus, et *divinam* quidem quae Dei sunt, operantem, et *humanam*, quae carnis sunt, exsequentem: non divise, neque confuse, Dei naturam in hominem et humanam in Deum conversam edocentes: sed *naturarum differentias integras confitentes."* (*ML.*, LXXX, 475). Aí está explícita a confissão das *duas naturezas*, cada qual com *as operações que lhe são próprias*. E as citações poderiam ainda multiplicar-se. Êste ainda o sentido que às epístolas de Honório deu o mais autorizado dos seus intérpretes, o abade João *Samponi, secretário de que se servira o Papa para escrevê-las* (*MG.*, XCI, 327). Mas que montam documentos originais e contemporâneos? O que ensinou Honório, não o dizem as suas cartas; sabe-o com segurança indiscutível Ant. Pereira de Figueiredo. Sôbre a sua fronte colocou o Sr. ERNESTO a auréola da infalibilidade que para êle já não fulge nos sucessores daquele a quem disse Cristo: orei para que a tua fé não desfaleça; confirma os teus irmãos.

(2) A imprudência de Honório, ilaqueado na sua boa fé por uma carta astuta de Sérgio, patriarca constantinopolitano, foi não querer que se empregassem as expressões explícitas: duas operações, duas vontades, que lhe pareciam, no momento, de somenos importância. Desta atitude pouco firme serviram-se depois os monotelitas para propagar os seus erros. Esta falta de energia e de prudência em reprimir um êrro nascente foi o que mais tarde havia de recriminar o concílio de Constantinopla contra Honório *qui pravis eorum assertionibus fomentum impendit*.

http://www.obrascatolicas.com

nes *definientes praedicare*" (ML., LXXX, 475). O Papa a declarar que não entende definir, o Sr. C. PEREIRA a obstinar-se em querer ver definições em todos os atos pontifícios". IRC, 168. — O Sr. ERNESTO tinha diante dos olhos êste texto, tinha as palavras formais de Honório — e no entanto, calando-as discretamente, escreveu: "No caso vertente não há escusa possível para o êrro da infalibilidade *ex-catedra* em matéria de fé", p. 117. Como explicar e como qualificar semelhante procedimento?

— *Sétimo exemplo*. E' o caso de Galileu, ao qual o Sr. ERNESTO consagra 7 páginas, pp. 117-124.

Já estava tardando. Como é que se deixaria de explorar ainda uma vez contra a Igreja a condenação de Galileu? O professor de Curitiba entra no assunto com uma ingenuidade de criança que desconhece tudo o que se escreveu em resposta a tôdas as dificuldades sérias. A sua objeçãozinha, êle a repete com a satisfação colombiana de quem acaba de revelar ao mundo civilizado um novo continente.

Não entrando nos outros aspectos da questão, aqui descabidos, limitemo-nos a examinar o ponto da infalibilidade do Papa, que se pretende comprometida. Galileu foi condenado pela *Congregação do Índice* em 1616 e pela *Congregação do Santo Ofício* em 1633; isto é, por *duas congregações romanas*, e ninguém nunca afirmou serem estas congregações infalíveis. Mais. Apesar de considerandos de ordem doutrinal, ambos os decretos são *disciplinares* e decretos *disciplinares* não vão ao âmago das questões doutrinais, exigem apenas uma submissão que a autoridade julga conveniente para a defesa do bem comum dos fiéis.

A assinatura do Papa que geralmente acompanha êstes decretos é apenas um penhor de que os processos correram com regularidade. No caso da aprovação *in forma communi* tôda a responsabilidade jurídica do ato incumbe à congregação. No caso mais raro de uma aprovação *in forma specifica*, a decisão das Congregações se transforma num ato pontifício, de que é jurìdicamente responsável o Papa, mas que nem por isso é ainda uma definição *ex-cathedra*. As deliberações que condenaram a Galileu foram aprovadas *in forma communi*. Achamo-nos, portanto, diante de simples *decretos das Congregações*, decretos *disciplinares* aprovados na *forma do costume*. Nêles não se acha empenhada não só a infalibilidade do Papa mas nem mesmo a autoridade doutrinal da Igreja. Estamos, apenas, na presença de erros de exegese cometidos por alguns teólogos do S. Ofício, que, esquecidos dos princípios exegéticos já estabelecidos por S. Agostinho e S. Tomás, julgaram incompatível com a Bíblia uma opinião que mais tarde (Galileu, como é sabido, anteviu, não demonstrou a teoria heliocêntica) deveria receber a chancela da ciência. Há nisto matéria para grandes escândalos! Qual é a Academia científica que não tenha cometido, não digo um, senão muitos erros dêste gênero?

Nem se diga que a explicação, dada acima, é um subterfúgio inventado posteriormente para cortar um nó gordiano. Não; os contemporâneos de Galileu, teólogos ou não, viram nos decretos romanos o que êles eram na realidade: medidas disciplinares, e reformáveis, nunca decisões infalíveis da Igreja ou do Papa. Em 1631 (antes portanto do 2.º decreto) Libertus FROMONT, professor de teologia em Lovaina e adversário de Galileu, declarava explìcitamente que a teoria copernicana não havia sido definitivamente condenada "a menos que eu não veja algo mais preciso emanando do próprio Chefe da Igreja" (1). "Como sôbre a matéria não houve nenhuma definição do Papa, nem dum concílio por êle dirigido e aprovado, escrevia em 1651 outro adversário de Galileu, o P. RICCIOLI, teólogo e astrônomo, não é de modo algum de fé que o sol gira e a terra fica imóvel" (2). Poucos anos depois, em 1660, escrevia outro teólogo, o P. FABRI: "Aos partidários de Galileu perguntou-se muitas

(1) *Anti-Aristarchus*, 1631, Antuerpia, p. 17.
(2) *Almagestum novum*, Bolonha, 1651, t. I, p. 52.

http://www.obrascatolicas.com

vêzes se poderiam dar uma demonstração do movimento da terra; nunca ousaram responder afirmativamente. Nada, pois, se opõe a que a Igreja tome e mande tomar no sentido próprio os textos da Escritura *até que se demonstre a opinião contrária*. Se se achar esta demonstração, o que eu acho difícil, *nenhum obstáculo fará a Igreja* em reconhecer que êstes textos se deverão tomar em sentido metafórico e impróprio" (1).

E esta opinião não era só comum entre os teólogos, por ofício especialistas na interpretação dos documentos eclesiásticos. Cousa tão elementar, não a ignoravam igualmente os sábios e os fiéis instruídos. Citaremos apenas dois grandes nomes. "Êstes passos (da Escritura), escrevia GASSENDI, pouco depois da condenação de Galileu, foram interpretados de outro modo, por homens de grande autoridade na Igreja... Não julgo contudo que seja artigo de fé; não me consta que os cardeais assim o tenham declarado nem que o seu decreto tenha sido promulgado e recebido em tôda a Igreja" (2). Interessante a atitude de DESCARTES que nesta ocasião preparava para a imprensa o seu *Système du Monde*. De Amsterdam assim escrevia êle, em 1634, a MERSENNE: "Ne voyant point encore que cette Censure ait esté authorisée par le Pape, ny par le Concile, mais seulement par une Congrégation particulière des Cardinaux Inquisiteurs ie ne perds pas tout á fait esperance qu'il en arrive ainsi que des Antipodes qui avoient esté quasi en mesme sorte condamnez autresfois, et ainsi que mon Monde ne puisse voir le jour avec le temps" (3).

(1) *Brevis annotatio in systema saturninum Cfr. Hugenii*, Roma, 1660, p. 32.

(2) *De motu impresso a motore translato tres epistolae*, Paris, 1643, t. III, p. 471.

(3) DESCARTES, *Oeuvres*, Ed. Paul et Tannery, Paris, 1897 e sgs. t. I, p. 288. É a melhor edição crítica das obras de Descartes, publicada sob os auspícios do Ministério da Instrução Pública de França.

Eis o que especialistas e profanos viram nos célebres decretos contra Galileu. Invocá-los, hoje ainda, contra o dogma católico, como um "êrro da infalibilidade *ex-cathedra*... demonstrado matemàticamente e experimentalmente", p. 124, é desconhecer o que é demonstração matemática e experimental, é falsear deliberadamente a história e a doutrina da Igreja pelo simples prazer de a expor à desconsideração das massas irrefletidas e intelectualmnte indefesas.

Aí fica quanto conseguiu formular contra o ensino católico acêrca da infalibilidade o professor de Curitiba. Nenhuma originalidade, nenhuma sinceridade no argumentar. O Sr. EDUARDO PEREIRA havia confundido infalibilidade com impecabilidade, havia denunciado no decreto do Vaticano uma apoteose ou deificação do Papa, havia coligido meia dúzia de exemplos históricos, nos quais para mostrar o Papa em êrro, dava como definições *ex-cathedra* atos que nunca tiveram êste caráter. Uma por uma, rebatemos tôdas estas objeções. Volvidos 8 anos, o Sr. ERNESTO DE OLIVEIRA, como se não houvera escrito uma linha sôbre o assunto, volta ainda a encher-nos os ouvidos de deificações do Papa, de faltas morais na Cabeça e nos membros da Igreja, de erros palmares, refutados em todos os bons manuais de Teologia, mas para êle matemàticamente e experimentalmente definidos *ex-cathedra* pelos sucessores de S. Pedro. Se alguma diferença há entre o gramático e o engenheiro, esta é moralmente em favor do gramático. EDUARDO PEREIRA, ainda que sem justificativa, podia desconhecer o ensino da Igreja; ERNESTO DE OLIVEIRA acabava de ler-lhe a exposição, transcrevera-lhe uma parte com o próprio punho, e, dez minutos depois, o falseia inteiramente. Nenhuma consideração com as respostas já apresentadas, nenhum esfôrço leal para compreender

Sôbre os sentimentos íntimos de Descartes nesta conjuntura. Cfr. H. Gouthier, *La pensée religieuse de Descartes*, Paris, Vrin, 1924, pp. 84-88.

http://www.obrascatolicas.com

a doutrina católica; nenhuma preocupação de informar-se exatamente sôbre os fatos indo-lhes às fontes históricas, genuìnas e de primeira mão. Esta é precisamente a tática de quem argumenta sectariamente e escreve ou fala para sustentar um partido, não para conhecer a verdade. Assim é que se perpetuam, com imenso prejuízo das almas, as infinitas controvérsias estéreis.

Não; ao protestantismo brasileiro cumpre mudar inteiramente de processos polêmicos. Exige-o, nos seus representantes, a consciência da probidade profissional; exigem-no, nos seus leitores, as regras da metodologia científica. O amor da verdade e o amor do bem unem-se para condenar a indignidade de semelhantes métodos de apologia.

EXCURSUS A

O "protestantismo" de S. Agostinho

Em favor do primado de S. Pedro citaramos entre muitas outras autoridades da Igreja antiga, a de S. Agostinho. O Sr. Ernesto discorda; eis a sua crítica: "Pedimos vênia ao Rev. Franca para não darmos o qualificativo merecido (1) à transcrição que S. Revma. apensou ao seu volume, de três passos de S. Agostinho, nos quais êste *Grande Protestante da Velha Escola* afirma que S. Pedro é a pedra fundamental da Igreja; caso fôsse assim, teríamos S. Agostinho contra S. Agostinho. Os textos de S. Agostinho; citados pelo Rev. Franca em latim, são os seguintes: "Que há de incongruente se Pedro, depois dêste pecado, foi constituído Pastor da Igreja, tal como Moisés, depois de sua fuga do Egito, foi constituído chefe da Sinagoga dêles?" "A sé de Roma é a própria sé de Pedro a quem não vencerão as soberbas portas do Inferno." "Pedro que momentos antes confessara ser êle o Filho de Deus e que na mesma confissão foi qualificado de Pedra sôbre o qual se edificou a Igreja."

Entretanto êsses passos não exprimem o verdadeiro sentimento de S. Agostinho e não deixa de ser improbidade a citação dêles. Porque, S. Agostinho, exemplo único nas letras, ao têrmo de sua carreira escreveu sob o título de — *"Retratações"* — um tratado destinado a corrigir os próprios erros,

(1) Note o leitor a insinuação malévola dêste exórdio.

http://www.obrascatolicas.com

esparsos em suas numerosas obras (1). E eis que entre as opiniões erradas de que se retratou, figura a de haver ensinado em certo lugar que no texto de S. MATEUS XVI, 18, se devia entender pela Pedra a pessoa de S. Pedro. Aqui estão as suas próprias palavras: "Em certo passo, disse eu do apóstolo S. Pedro, que a Igreja fôra fundada sôbre êle, como sôbre uma pedra, sentido êsse que celebra o mui espalhado hino do bem-aventurado Ambrósio nestes versos do "Canto do Galo": Hoc ipsa petra ecclesiae Canente culpam diluet." Mas lembro-me de que, depois, e por muitas vêzes tenho explicado esta sentença do Salvador: "Tu és Pedro e sôbre esta pedra edificarei a minha Igreja", neste sentido: que a pedra é Aquêle que Pedro tinha confessado quando disse: "Tu és o Cristo, o Filho do Deus vivente". Assim foi que Pedro, derivando o seu nome desta Pedra figurava a pessoa da Igreja que sôbre ela foi edificada e que recebeu as chaves do Reino dos Céus. Com efeito: Não diz êle: Tu és a Pedra (petra), mas tu és Pedro (Petrus); porque a Pedra era o Cristo e Simão, tendo-o confessado, como tôda a Igreja o confessa, foi por isso chamado Pedro. Que escolha o leitor destas duas interpretações a que lhe parecer mais provável!" pp. 69-70.

Decididamente o Sr. ERNESTO não sabe ler. Onde é que S. AGOSTINHO inclui "entre as opiniões erradas de que se retratou", a primeira exegese? O que diz o Santo é que em diferentes ocasiões dera do mesmo texto duas interpretações diversas, uma, *conforme a antiguidade e que andava nos lábios das multidões cristãs — Canitur ore multorum* — outra

(1) Não é rigorosamente exato. A palavra 'Retractationes' significa mais *revisão* do que *correção*. S. Agostinho quis com êste trabalho dar um guia seguro para as suas numerosas obras. Por isso enumera-as tôdas (eram já 94), com indicação de título, da finalidade, ocasião e idéia dominante de cada uma, retificando ou precisando o seu pensamento onde é mister. Cfr. F. CAYRÉ, *Précis de Patrologie*, Paris, 1927, t. I, p. 643.

que êle excogitara partindo de uma filosofia que sabemos hoje inteiramente errônea (1). Condena alguma delas em benefício exclusivo da outra? De modo algum. Ambas foram suas, suas são ambas ainda; dentre elas escolha o leitor a que lhe parecer mais provável. Onde, Sr. ERNESTO, a inclusão da exegese comum "entre as opiniões erradas?"

Mais. Com aventar outra exegese, a seus olhos plausível, do texto de S. MATEUS, o grande Doutor nunca pretendeu negar o primado de S. Pedro; e esta *observação é capital*. Há outros lugares evangélicos que estabelecem com certeza a primazia do Príncipe dos Apóstolos. Foi ponto êste sôbre o qual nem de leve suscitou S. AGOSTINHO a mais tênue sombra de dúvida (2). Entre os textos que citamos, o primeiro reconhece a Pedro o primado na Igreja, tal como Moisés, na *Sinagoga*, não sôbre o fundamento da metáfora Pedra, mas sob a figura de Pastor constituído por Cristo, como se lê em S. João. Desta convicção explìcitamente declarada *um sem-número de vêzes* está cheia a obra de S. AGOSTINHO, como veremos logo. Incluindo, portanto, a autoridade do grande Doutor, entre os que afirmavam "O primado de S. Pedro na antiguidade cristã", cumprimos escrupulosamente o dever do crítico mais respeitoso das opiniões alheias. Ao Sr. ERNESTO concedemos desassombradamente tôda a vênia

(1) S. Agostinho que não sabia aramaico e conhecia pouco o próprio grego, pensava que *Petrus* era uma forma adjetiva derivada de *Petra*, e pela diversidade existente *no texto latino* entre *petra* e *petrus*, foi levado — velho professor de retórica — a concluir que no texto de S. Mateus os dois têrmos designavam cousas diversas. Exegetas de valor que hoje o acompanhem nesta exposição, não sei se haverá um só.

(2) O próprio texto das "Retratações" o demonstra. Se para S. Agostinho, como para o protestantismo, o primado de S. Pedro fôra um êrro, uma usurpação, uma tirania, como poderia deixar êle, ainda que só como provável, a escolha de uma exegese que o estabelece irrefragàvelmente?

http://www.obrascatolicas.com

para dar às nossas citações "o qualificativo merecido". Antes, porém, leia o *excursus,* até ao fim.

Não é êste o único lugar do seu livro, em que o crítico paranaense, injuriando a memória de S. AGOSTINHO, o chama de Grande Protestante. É esta expressão um estribilho que lhe vem periòdicamente à memória e daí passa inconsideradamente à pena. "S. AGOSTINHO, o grande protestante do quinto século", p. 277. "S. Agostinho o grande protestante antigo", p. 231. "S. Agostinho o grande protestante do século V", p. 238, idem a p. 272. — Ou o Sr. ERNESTO nunca leu S. AGOSTINHO ou falseou-lhe, de todo em todo, a doutrina.

Não nos é possível demonstrar aqui todo o dogma católico com trechos de S. AGOSTINHO, mas podemos esboçar as suas idéias sôbre as questões fundamentais, dentro de cujos limites restringimos a nossa polêmica com o protestantismo.

Para chegarmos a Cristo, *a grande via é a Igreja Católica,* que remonta a Cristo e há de durar pelos séculos a fora. "Segue o caminho da disciplina católica que, de Cristo, chegou até nós, por meio dos apóstolos e há de estender-se à posteridade" (*De utilit. credendi,* 20). "Por aí podes ver quanto vale a autoridade da Igreja católica que se firma na sucessão ininterrupta dos bispos até às sedes fundamentais dos Apóstolos" (*Contra Faustum,* XI, 2; Cfr. *Ibid.* XXVIII, 2; *Epist.* CCXXXII, 3 etc.). Só esta Igreja é a *depositária indefectível da verdade;* "Verdadeira espôsa do verdadeiro Cristo, só tu possuis a verdade" (*Contra Faustum,* XV, 3).

E esta verdade da fé, indispensável para agradar a Deus e chegar ao Cristo, onde vai a Igreja hauri-la? Nas Escrituras, já se vê, primeira fonte escrita da doutrina revelada. "As Escrituras são santas, e verazes" (*Sermo* XXIII, 3).

Bastam, porém, as Escrituras? Basta o senso individual, independente da autoridade da Igreja, para interpretá-las?

De modo algum (1). Antes de tudo o próprio cânon dos livros sagrados não se pode estabelecer sem a autoridade da Igreja. Que Fausto "no-lo demonstre não com quaisquer escrituras, mas com as *eclesiásticas, canônicas, católicas*. Outras, entre nós, não têm para êsse fim pêso algum de autoridade" (*Contra Faustum,* XXIII, 9). "A esta escritura é-nos lícito não crer, porque *não está no cânon católico*" (*De Serm. Domini in monte,* I, 65). "Eu não acreditaria no Evangelho, se a isto *me não levara a autoridade da Igreja católica*" (*Contra Epist. Fundament.* 5). Nenhum livro, portanto, pode apresentar-se-nos com o caráter de inspirado, se a Igreja lhe não garante a inspiração com a sua autoridade infalível. Notável modo de falar o dêste "Grande Protestante!" "O Senhor ensina as turbas da barca... o Senhor ensina os povos *pela autoridade da Igreja*" (*Quaest. evang.* II. 2).

Na interpretação das Escrituras, nada de livres exames, nada de individualismos destruidores da unidade cristã. O ensino e a autoridade da Igreja são ainda aqui a *regula fidei*. "E como muitos hereges costumam torcer a exposição das Escrituras em favor de suas opiniões, *contrárias à fé do magistério católico,* antes dêste tratado convém expor brevemente a fé católica" (*De Gen. ad litt.* lib. imp. 1). As Escrituras cheias de grandes cousas que se impõem à fé "não te poderão ser úteis se não as entenderes corretamente" (*Epist.* CXX, 13). E não se entendem corretamente quando

(1) Algumas vêzes fala o Santo Doutor, como outros Santos Padres, na suficiência da Escritura para fundar a fé, mas em sentido muito diferente do protestantismo. A escritura basta com efeito para estabelecer a instituição divina do magistério eclesiástico, a infalibilidade do Papa, a existência de tradições divinas não escritas. Nesta acepção, é exato afirmar-se que sôbre a palavra dos livros sagrados descansa todo o edifício do cristianismo.

http://www.obrascatolicas.com

se interpretam contra o sentir antigo da Igreja. A JULIANO recrimina AGOSTINHO: "Não queres interpretar as palavras do Apóstolo *como as interpreta a Igreja*" (*Contra Julianum* II, 87; Cfr. ainda II, 104; II, 12; III, 137; III, 61).

A Escritura, porém, *não é a fonte única da fé*. Os apóstolos não confiaram ao livro a totalidade da mensagem divina. Os ensinamentos de Cristo nos chegaram igualmente autênticos e igualmente irrecusáveis através do magistério vivo dos seus enviados. "Entre os dois erros (dos Sabelianos e dos arianos) conservou a verdade a fé católica, que vem do ensino dos apóstolos a nós comunicado e por nós recebido *através da série da sucessão que o transmitirá íntegro aos pósteros*" (*In Joan. Tract.* XXXVII, 6). Muitas cousas há, observadas em tôda a Igreja e que por isso com razão se crêem prescritas pelos apóstolos, *ainda que se não encontrem escritas*" (*De bapt.* V, 31). "Creio que êste costume remonta à tradição apostólica, como muitas outras cousas que *não se encontram em seus escritos* nem nos concílios posteriores, e *no entanto são tidas por instituições apostólicas porque observadas pela Igreja universal*" (*De bapt.* II, 12). A propósito do sufrágio pelos mortos: "Ainda que se não lesse em nenhuma Escritura antiga, neste uso não é pequena a autoridade da Igreja universal, que nas orações rezadas pelo Sacerdote ante o altar inclui também o sufrágio pelos mortos" (De *cura pro mort. ger.* 3). E o apêlo à tradição recorre freqüente nas obras de S. AGOSTINHO (Cfr. *De bapt.*, IV, 30, *Epist.* LIV, 1; etc.).

Mas na interpretação tanto das Escrituras como das tradições antigas podem surgir dúvidas. Como resolvê-las? Pelo exame individual das mesmas Escrituras, responde em círculo vicioso, o protestante. Não, corrige AGOSTINHO, pelo magistério vivo e autoritativo da Igreja a quem Cristo prometeu a sua assistência infalível para conservar intato o depósito da verdade revelada. A Igreja exerce a sua autoridade, antes de tudo, pelos concílios plenários e universais, que podem corrigir os erros dos indivíduos ou mesmo dos concílios regionais. Estas decisões definitivas são chamadas por S. AGOSTINHO "universae Ecclesiae statuta" (*De bapt.*, II, 2), "universi orbis auctoritas" (Ibid. 5), "universalis Ecclesiae concordissima auctoritas" (Ibid. II, 5). Diante da sua autoridade soberana devem inclinar-se os fiéis e os bispos, fôssem êles embora doutos e santos como S. CIPRIANO. Já não há então liberdade de controvérsia. "Ainda que sôbre o ponto em questão as *Escrituras canônicas não tenham exemplo,* observaremos ainda assim a verdade das mesmas Escrituras *submetendo-nos ao que foi sancionado por tôda a Igreja, garantida pela autoridade das próprias Escrituras*. E como é infalível a Escritura, quem quer que receie enganar-se em tão obscura questão, *consulte* sôbre ela a *Igreja* demonstrada com tôda a evidência pelas Sagradas Escrituras" (*Contra Cresc.* I, 39). — Nada de livre exame; onde a Escritura não fôr clara, onde surgissem controvérsias, o árbitro supremo, inequìvocamente constituído pela própria Escritura, é a Igreja. Às suas decisões supremas deve submeter-se quem quiser ficar com a verdade. *In Ecclesia manebo securus*. O que a Igreja universal crê é conforme à verdade garantida por Deus; "na sua universalidade a Igreja é perfeita e infalível" (De *Gen. ad litt. imp.* 4). "No seio da Igreja permanece a verdade; *quem quer que dêle se separe necessàriamente cai no êrro*" (*Enarr.* LVII, 6). "Esta é a autoridade da Madre Igreja; *quem contra ela se revolta, quem ataca êste muro inexpugnável, será esmagado, ipse confringitur*" (*Sermo* CCXCIV, 17).

Mas nem sempre é possível convocar concílios ecumênicos. Há na Igreja um meio mais simples e mais pronto de defender a integridade da doutrina revelada. "Deus colocou a doutrina da verdade no centro da unidade" (*Epist.* CV,

http://www.obrascatolicas.com

16). O Centro da unidade católica é a sé de Pedro, é Roma. Pedro recebeu o primado "propter primatum quem in discipulos habuit" (*Enarr.* in Ps. CVIII, 1); cfr. *Sermo* XLVI, 30; CCXCV, 2). Por isto a Igreja Romana, a sé de Pedro, "a quem o Senhor depois da ressurreição confiou as suas ovelhas" (*Contra Epist. Fund.* 5), é a Igreja "in qua semper apostolicae cathedrae viguit principatus" (*Epist.* XLIII, 7). Estar em comunhão com ela é estar em comunhão com os apóstolos, é estar na verdadeira Igreja (*Epist.* XLIII, 7; 2; *Cont. epist. fund.* 5). Pela sucessão dos seus bispos ela remonta à *sedes apostolica;* sua autoridade é a mais alta: "columen auctoritatis obtinuit"; *"resistir-lhe é suma impiedade e arrogância ruinosa"* (De *util. cred.* 35).

Uma ocasião magnífica de mostrar com os fatos o conceito que tinha S. Agostinho da missão singular de Roma na defesa da fé, ofereceu-lhe a questão com Pelágio. Dois concílios africanos reunidos em 416, um em Cartago, outro em Milévio, haviam-lhe condenado os erros. A fim, porém, de evitarem que a heresia nascente se disseminasse por tôda a Igreja, *os bispos africanos resolveram pedir a condenação de Roma,* só válida para tôda a Igreja. Possuímos ainda estas cartas sinodais enviadas, diz a de Milévio, *Domino beatissimo meritoque venerabili et in Christo honorando papae Innocentio* (Inter Aug. *Epist.* CLXXVI). S. Agostinho com mais alguns colegas julgaram ainda dever acrescentar mais outra epístola em que pediam também a condenação de Pelágio; uma resposta de Inocêncio viria consolá-los e mostrar que o tênue fio de doutrina (que corre na África) sai da mesma fonte que se expande em Roma (*Epist. CLXXVII,* 19). Os bispos africanos querem a aprovação de Roma "hoc a te probari volumus"; só a voz do sucessor de Pedro trará a paz a tôda a Igreja angustiada, "Familia Christi... suspenso corde, cum timore et tremore, adjuntorium Domini etiam per caritatem tuae venerationis exspectat."

Inocêncio I responde, e Agostinho anuncia aos seus fiéis a sentença do papa nestes têrmos: "Sôbre esta causa foram enviados dois concílios à Sé Apostólica. Chegou-nos a resposta; *está terminada a causa*. Oxalá acabe também o êrro: Causa finita est, utinam aliquando finiatur et error" (*Serm.* CXXXI, 10). Eis o que valem as decisões dos sucessores de S. Pedro para S. Agostinho: são decisões definitivas, inapeláveis, infalíveis, válidas para a Igreja Universal. Quem contra elas se revolta, sai do seio da Igreja de Cristo, naufraga na fé, desgarra da verdade salvadora. A Igreja Católica é a vinha; ai do ramo cortado! A vinha verdadeira, a Igreja que Cristo plantou está na comunhão com a *Petri sedes* (*Ps. contra Partem Donati*). "Só a Igreja Católica é o corpo de Cristo. Fora dêste corpo a ninguém vivifica o Espírito Santo os que estão fora da Igreja" (*Epist.* CLXXXV, 50).

E que será dêstes infelizes ramos que já não vivifica a seiva da graça porque se separaram da verdadeira vinha plantada por Cristo? Serão condenados à perpétua divisão; inimigos da unidade, já não conhecerão a paz; só se unirão como os conjurados, por um ódio comum à unidade de que se destacaram. "Os que se separam trazem em si a espada da divisão, espada de que morrem, espada de que vivem... Vêde-os, irmãos, os que se separaram da unidade, em quantos pedaços se dividiram, "in quot frusta precisi sunt" (*Sermo.* IV, 34). "Discordam entre si, concordam contra a unidade, dissentiunt inter se, contra unitatem omnes consentiunt" (*Sermo* XLVII, 27).

Através destas lutas, os cismas e as heresias passarão; a Igreja permanecerá invencível; tôdas as provações não a conseguirão destruir; ela resistirá até ao fim dos séculos. "Non vincetur Ecclesia, non eradicabitur, nec cedet cujuslibet tentationibus, donec veniat hujus saeculi finis" (*Enarr.* LX, 6).

Se queremos ser de Cristo, permaneçamos na sua Igre-

http://www.obrascatolicas.com

ja; In Ecclesia manebo securus. "Amemos Deus, Senhor Nosso; amemos a sua Igreja, a Êle como Pai, a ela como Mãe" (*Ibid.* LXXXVIII). Mas não sejamos avaros da grande graça. Oremos para que também as ovelhas dispersas voltem ao redil de Pedro; venham também elas, reconheçam e amem. "Orate et pro dispersis ovibus: veniant et ipsi, agnoscant et ipsi, ament et ipsi." *Sermo.* CXXXVIII, 6.

Assim falava o "grande Protestante do século V!"

LIVRO II

A REFORMA PROTESTANTE

CAPÍTULO I

Origens da Reforma

Corpus sumus de conscientia religionis et disciplinae unitate et spei foedere. Eis como, no segundo século, definia TERTULIANO a Igreja católica: uma sociedade visível, *corpus*, cujos membros eram vinculados pela unidade da disciplina e da fé. Cristo, que a fundara para a imortalidade das gerações, dera-lhe uma estrutura sólida e plástica, capaz de durar e de adaptar-se a tôdas as vicissitudes da história. Uma autoridade suprema, pedra fundamental da Igreja, centro da unidade, com plenos poderes de ligar e desligar; um colégio episcopal, repartido pelo orbe e encarregado de assegurar em cada igreja a unidade da fé e da disciplina. Tal, nos seus elementos imutáveis, a estrutura social da Igreja, como saiu das mãos do Salvador; tal a encontramos realizada pelos apóstolos desde os primeiros tempos; tal subsistiu até às origens da Reforma, numa existência quinze vêzes secular. O próprio Oriente, quando se separou de Roma, não tocou na sua organização fundamental. Se a evo-

http://www.obrascatolicas.com

lução inevitável de quantos se separam da Sé de Pedro multiplicou, com o tempo, as igrejas autocéfalas, nos primórdios do cisma, Fócio não negara o primado de jurisdição; cedendo às suas ambições políticas queria transferi-lo das margens do Tibre para o Bósforo.

Foi a Reforma protestante que, levantando a mão sacrílega contra a estrutura divina da Igreja, introduziu, nos países que a abraçaram, o agente interior mais corrosivo do cristianismo. Antes de estudar-lhe os princípios doutrinais era justo que lhe examinássemos as origens históricas. Em algumas páginas, quase exclusivamente documentadas com citações contemporâneas da época estudada, esboçamos um perfil dos protagonistas do movimento religioso do século XVI. Sôbre nenhuma daquelas frontes foi-nos possível ver refulgir a auréola da santidade cristã. Homens, naturalmente bem dotados, sim, mas escravizados às mais violentas e ignóbeis paixões, eis o que nos mostrou a história fiel.

O Sr. Ernesto de Oliveira quis reabilitar a memória dos seus heróis. Não podemos deixar de acompanhá-lo nesta emprêsa de Sisifo.

Lutero — O patriarca da Reforma era um "grande servo de Deus". Se o acusamos de entregar-se à crápula e à embriaguez foi por *"odium theologicum* e de jesuíta" (1),

(1) "Mas nem todos os católicos são jesuítas" acrescenta o Sr. Ernesto, e cita um trecho inofensivo de Lacordaire em que o grande dominicano põe em relêvo as qualidades naturais de eloqüência e ardor de Lutero, o seu caráter de religioso e de sacerdote que o talhavam para grandes cousas... se não se houvera transviado deixando-se levar pelas paixões mal dominadas, de que precisamente o acusamos. O Sr. Ernesto parece não perceber o alcance das palavras que cita. Mas por que não continuou a ler o grande conferencista? "Deixemo-lo terminar a sua obra. Terminou... onde o encontro? não já no lugar sagrado da tenda cenobítica, mas no átrio de uma casa vulgar, os pés estendidos sôbre o fogo doméstico, com uma mulher ao lado. Êle, duas vêzes consagrado virgem pela unção do sacerdócio e pelos juramentos do

p. 316. O capítulo é até encimado com estas palavras evangélicas: "dirão contra vós tôda a sorte de calúnias por minha causa." Depois de uma acusação desta gravidade tôda a gente esperaria que o autor, consciente das responsabilidades que assumia, trouxesse provas esmagadoras destas calúnias forjadas pelo *odium theologicum*. Acreditais? *nem uma só prova de uma só falsidade!*

Mas enfim o Sr. Ernesto tenta justificar Lutero, e para bem impressionar os leitores, reduz muito metòdicamente a três os capítulos de acusação, seguidos das respectivas respostas.

Primeira acusação. É o casamento de Lutero: um sacrilégio em quem duas vêzes, como sacerdote e como religioso, prometera a Deus o sacrifício de sua castidade.

O Sr. Ernesto não vê a desordem moral dêste ato, e para justificar o seu herói cita alguns exemplos de padres infiéis ao celibato. A série abre-se com uma citação de Lutero relativa à historieta de S. Ulrico, bispo de Strasburgo, que narra haver-se encontrado, certa vez, num tanque situado nas proximidades de um convento de religiosas, nada menos de 6.000 esqueletos de criancinhas. — Lemos uma e outra vez o trecho, porque não nos resignávamos à evidência do que viam os olhos, mas à realidade. Tôda a gente que lê, sabe, foi esta uma das muitas fábulas exploradas pelo protestantismo nos primeiros tempos de sua ignóbil campanha de difamação contra Roma. Ao lado da história da papisa Joana, da fábula de la Casa e outras muitas, a in-

claustro... Sua palavra quebrou a porta dos velhos conventos da Alemanha; perturbou a castidade secular do ancião e a mais pura ainda do joven; excitou do túmulo tôdas as concupiscências da carne... Todo êste coração, todo êste gênio, tôda esta eloqüência, tôda esta fôrça d'alma, todos êstes planos de reforma a terminarem não no dilúvio, mas no casamento universal." *Conférences*, t. II. Paris, 1850, pp. 64-65. Assim falam os católicos que não são jesuítas, quando não deploràvelmente mutilados por aquêles que não são nem católicos nem jesuítas. — As deformações elevam-se a 9!

http://www.obrascatolicas.com

ventada carta (1) de S. Ulrico deu matéria para as mais inverossímeis declamações. "Êstes pecados infames e vergonhosos, declarava FLÁCIUS, esta horrenda impudicícia, a morte bárbara de tantas vítimas inocentes são ainda hoje acoroçoadas e aprovadas por Sua Santidade e pelos seus padres que continuam a difundir o seu ensino diabólico sôbre o casamento e persistem em persegui-lo e proscrevê-lo" (2). Quando algum predicante, principalmente se ex-padre, contraía casamento, a historieta então era tema obrigado no discurso de núpcias. Numa destas ocasiões MATIAS HOE já avaliava em 16.000 as cabecinhas de crianças encontradas no aquário. Irritado contra estas baixezas, escrevia em 1591 um polemista protestante: "Ouvi dizer a um honesto luterano, desgostado dessas narrações ignóbeis e escandalosas, que no espaço de um ano já ouvira a história das 6.000 cabecinhas contada por 6 predicantes e de maneira tão indecente que moços e moças haviam rido e zombado alto na igreja" (3).

Mas enfim a onda lodosa passou. Com o romance da papisa Joana, também a fábula de S. Ulrico desapareceu da circulação polêmica e entrou definitivamente na história, como mais um documento — ao lado das ignóbeis caricaturas de LUTERO que a crítica contemporânea acaba de desenterrar dos arquivos de Wittemberg, — dos processos inqualificáveis de propaganda de que se serviu a *"Reforma"* nascente. Senão quando, na ano da graça de 1931, o Sr. ERNESTO LUÍS DE OLIVEIRA, professor na Escola Politécnica de Curitiba, que tem horror à calúnia, galvaniza na sua obra

(1) Sôbre a origem e propaganda da fábula Cfr. PISTORIUS, *Epist. tres ad Pappum*, p. 116 sgs.; sôbre a falsidade da carta F. A. VEITH, *Bibliotheca Augusttana, Augustae*, Vindelicorum 1785 sgs., Alphabetum 4, pp. 225, 232.

(2) FLACIUS, *Etliche hochwichtige Ursachen*, etc., 1570, A. 3 b. A. 4, a.

(3) *Von newen calvinischen Giftsepinnen und Unflattern*, t. II. *Wolfsbach uber die 6.000 Kindskoepfe*.

o cadáver, secularmente sepultado, e o lança à edificação dos brasileiros!!!

E dêste mesmo teor são ainda outras acusações indignas, formuladas pelo professor curitibano sem o mínimo vislumbre de prova (1). Passa em seguida a diluir alguns lugares comuns contra o celibato (2) e julga com isto absolver o seu cliente.

Que tenha havido ou possa haver sacerdotes indignos, infiéis aos seus compromissos, é o que todos sabemos; não é necessário para êste fim falsificar a história e inventar contos da carochinha. A Igreja sempre os condenou, porque ela tem a coragem de dizer que o mal é mal. Mas a que vem tudo isto para a defesa de LUTERO? Na Igreja católica houve religiosos que prevaricaram... logo LUTERO... fêz muito bem em prevaricar também êle. Outra, bem outra foi a impressão produzida pela resolução do Reformador entre os próprios correligionários. A CAMERÁRIO escrevia MELANCHTON estas linhas tristes: "Será para ti uma surprêsa saber que em tempos tão calamitosos e no infortúnio de tanta gente de bem, LUTERO parece desinteressar-se das misérias públicas, mergulhar nos prazeres, rebaixar sua dignidade, justamente no momento em que a Alemanha mais precisa de

(1) De uma vez para sempre avisamos ao Sr. ERNESTO, ou a qualquer outro escritor protestante, que não levaremos em consideração alguma qualquer referência sem indicação exata das fontes, palavras textuais, livro, edição e página. Formular recriminações graves sem citações fiéis é de polemista desqualificado que ou não conhece os autores que cita, ou os altera voluntàriamente, omitindo as referências para despistar a polícia fiscalizadora da crítica.

(2) O celibato, diz êle cândidamente, concorre para o "decréscimo da fôrça viva da nação", p. 318. Ignora porventura o professor curitibano que o índice de natalidade é muito mais elevado nos países católicos que nos protestantes; e, nos países de população mista, é a fração católica que contribui com uma percentagem muito mais alta para o aumento das fôrças vivas da nação? As estatísticas já foram citadas. Como as esqueceu?

http://www.obrascatolicas.com

sua ciência e autoridade. Eis como, a meu ver, a cousa se passou: LUTERO era um homem extremamente leviano e as freiras [por êle soltadas dos conventos] que lhe armavam laços com grande astúcia acabaram por envisgá-lo... Espero que a nova existência o tornará mais sério e o fará renunciar *às chocarrices que tantas vêzes nêle censuramos*" (1). Como vê o Sr. ERNESTO, não se tratava só de um simples matrimônio; era uma vida inteira de desregramentos profundos que certamente não haviam disposto o frade de Eisleben para uma missão divina de reformador da cristandade. Onde estavam os olhos distraídos do professor paranaense que não caíram nestas terríveis confidências que havíamos salientado com tipos itálicos: *"famosus sum amator... toties... misceor feminis... tres simul uxores habui... carnis meae indomitae uror magnis ignibus... ferveo carne, libidine, pigritia, otio, somnolentia... peccatis immergor in hac solitudine... otiosus hic et crapulosus sedeo tota die* (2). Leu tudo isto o Sr. ERNESTO? E como não lhe doeu a consciência ao escrever que, ao dizermos: "em LUTERO a concupiscência carnal era estimulada pela embriaguez e pela crápula", nos deixamos arrastar pelo "odium theologicum... e de jesuíta?"

Segunda acusação. Transcreve o Sr. ERNESTO a frase acima acêrca da embriaguez e da crápula; acrescenta duas — apenas duas!! — das 6 citações com que comprováramos a afirmação, e passa a defender assim o seu cliente: "achava-se LUTERO fazendo uma estação de repouso no castelo de um amigo (em 1522? em 1531? em 1534? em 1540? em 1541? — tudo isto estava lá citado, esquecido professor!) e, nessas condições que outra cousa lhe cabia fazer senão comer, beber e gozar da ociosidade? Precisamente é isto o que êle

(1) MELANCHTON, *Brief an Camerarius uber Luthers Heirat* vom 16 Junii 1525. Dêste importantíssimo documento já demos notícia em IRC, p. 197, nota 3.

(2) Estas e outras muitas citações em IRC, pp. 196-198; 199.

escreve à sua espôsa e o faz por expressões em que há evidentes hipérboles... Naturalmente sua espôsa, conhecedora, em tôda a sua extensão, do caráter de seu marido, saberia ler na carta, não o que tresleu o seu adversário, mas simplesmente que êle gozava alegremente de merecido descanso", p. 319.

Não queremos vexar o Sr. ERNESTO comentando as indulgências desta moral puritana que não vê, para os "grandes servos de Deus", outra forma de repouso senão "comer, beber e gozar da ociosidade." A ascética cristã em que se formaram os santos era um pouco mais severa.

Consideremos em si mesma a atenuante alegada. Também esta lhe perdoamos ao preclaro professor, porque por ela se vê que nunca folheou uma obra de LUTERO nem manuseou nenhuma outra fonte contemporânea dos inícios da Reforma. Foi uma afirmação inocente que lhe caiu da pena pela urgência de exculpar o seu herói. A verdade histórica é outra. LUTERO bebeu, não só uma vez quando se achava numa estação de repouso no castelo de um amigo, mas muitas e muitas, bebeu sempre, bebeu muito, ultrapassando freqüentemente os limites da temperança mais tolerante e chegando aos excessos da mais completa embriaguez. Não há fato mais certo, mais comprovado, por amigos e inimigos, e pelas próprias confissões do reformador. O conde HAYER de Mansfeld escrevia em 1522: "LUTERO não passa de *um libertino que se embriaga à moda de Mansfeld* e gosta de se cercar de mulheres bonitas." ALEANDRO, legado pontifício em Worms: "Lasso a parte la *ebrietá*, alla quale detto Luther é *deditissimo*" (1). Eram adversários? Falem os amigos. A 19 de outubro de 1522 chegara a Erfurt LUTERO em companhia de vários amigos. MELANCHTON, presente à cena: não se fêz, diz, senão *"beber* e gritar, *como de costume"* (2).

(1) BRIEGER, *Aleander und Luther*, p. 170.

(2) C. R. I., 579.

http://www.obrascatolicas.com

Mas é sobretudo nas próprias obras de LUTERO que se podem colhêr a mancheias as confidências comprometedoras.

Em 1519, carta de 20 de fevereiro a STAUPITZ: "Sou um homem que me deixo levar pela sociedade, pela *embriaguez* (crápula), pelos movimentos da carne", etc. (1).

Em 1521, de Wartburgo: "Aqui estou *de manhã à noite ocioso* e *embriagado*" (2). No ano seguinte 19 de março (1522) êle nota que no momento em que escrevia estava em jejum, ainda não embriagado (3). Mais tarde dirá: "Não estou bêbado neste momento, estou de posse de meus pensamentos" (4). Por vêzes o reformador procura atenuar as suas responsabilidades pessoais invocando os costumes do seu povo: "Deus Nosso Senhor devera contar os nossos excessos no beber, entre os pequeninos pecados cotidianos; porque a êles não podemos renunciar... beber uns bons copos até à alegria é tolerável contanto que não se chegue à embriaguez" (5).

Em 1531, carta de 15 de janeiro, a LINK: "a dor de cabeça contraída em Coburgo por *causa do vinho velho,* ainda não foi debelada pela cerveja de Wittemberg" (6).

Em 1536, quando os protestantes se reuniram em Wittemberg para lançar as bases de um acôrdo, LUTERO estava de ordinário muito "alegre". No dia 29 de maio jantou na casa de MUSKULUS, que assim nos conta o incidente: "Terminada a refeição fomos juntos à casa de CRANACH e aí *bemos de novo*. Ao sair, *conduzimos* LUTERO à casa dêle, onde, ainda uma vez, à boa moda saxônia, *bebemos a valer*. LUTERO estava maravilhoso de "alegria" (1). Em 1540, à sua Catarina: "Vou comendo como tcheco e bebendo como alemão" (2).

(1) "Homo sum expositus et involutus societati, crapulae, titillationi, negligentiae, aliisque molestiis praeter et quae ex officio me premunt." DE WETTE, I, 232.

(2) "Ego otiosus et crapulosus sedeo tota die." DE WETTE, II, 6.

(3) "Sobrius haec scribo et mane." ENDERS, III, 317.

(4) Erl. XXIX, 363.

(5) "Ebrietudo est ferenda non ebriositas". MATHESIUS em G. LOESCHE, *Analecta lutherana et melanchtoniana,* Gotha, 1892, p. 100, n. 100. — Distinção sutil e interessante, não acha Prof. ERNESTO? Ebrietudo, sim; ebriositas, não.

(6) DE WETTE, IV, 213.

Finalmente na manhã seguinte à morte repentina do reformador, o farmacêutico de Eisleben administrou-lhe ainda uns remédios por ordem dos médicos e verificou que... "pelo *excesso do comer e beber* o seu corpo estava cheio de sucos corrompidos. LUTERO tivera uma mesa ricamente preparada e *abundância de vinhos doces e estrangeiros*. Conta-se que bebia cada dia no almôço e no jantar um sestário de vinho doce e estrangeiro" (3).

Quão longe estamos das explicações de um excesso excepcional, "numa estação de repouso na casa de um amigo"!

Lá ia LUTERO beber "como merecido descanso após os ingentes trabalhos que caracterizaram a sua afanosa vida", p. 319. — Ainda aqui a piedosa interpretação do Sr. ERNESTO está em aberto contraste com os documentos da história. Outros eram os motivos que levavam "o grande servo de Deus" à inconsciência das alegrias de Baco. "Por que pensas, escrevia êle a WELLER (6 de nov. 1530), que eu bebo assim com mais largueza, cavaqueio com mais liberdade e banqueteio-me com mais freqüência, senão para vexar e ridicularizar o demônio que me quer vexar e ridicularizar a mim?" (4) LUTERO era com efeito assaltado por freqüentes crises interiores de remorso, de inquietude, de angústias indizíveis. Da sua alma atribulada partem então gritos lancinantes que comovem e excitam a piedade. Ouçamo-lo: "Ninguém é capaz de imaginar quanto custa e que suplício

(1) TH. KOLDE, *Analecta Lutherana,* Gotha, 1883, p. 229.

(2) *Buskardt Dr. M. Luthers Briefwechsel,* Leipzig, 1866, p. 357.

(3) O documento todo em PAULUS, *Luthers Lebensende und der Eislebener Apotheker Johann Landau,* Mainz, 1896, p. 5.

(4) *De Wette,* IV, 188.

http://www.obrascatolicas.com

é para um homem ensinar e crer uma doutrina que não admitem os Padres da Igreja. Que agitações no seu coração pensar que tantos homens excelentes, esclarecidos, doutos e por assim dizer a maior e melhor parte do mundo cristão acreditaram e ensinaram tal e tal artigo e, com êle, tantas almas santas, os Ambrósios, os Jerônimos, os Agostinhos! Parece-nos ouvi-los, em gritos de angústia, repetir em côro: A Igreja! A Igreja! E a alma se confrange de dor suprema! Oh! é na verdade uma prova rude... separar-se de tantos personagens santos... romper com a própria Igreja e *não ter nem fé nem confiança nos próprios ensinamentos...* Não posso negar a angústia e a perturbação que me causam muitas vêzes êstes pensamentos" (1). "O que me enche de espanto é *não ter eu mesmo plena confiança na minha doutrina!* Por ela tornei-me o *inimigo de mim mesmo,* enquanto os meus discípulos pensam sabê-la na ponta dos dedos" (2). Por vêzes êstes combates interiores, estas depressões profundas sugeriam-lhe o pensamento do suicídio. Uma vez contava-lhe um predicante que o maligno lhe havia insinuado a tentação de pôr têrmo à vida com uma facada. LUTERO exclama: "É o que me aconteceu muitas vêzes. Quando tenho uma faca entre as mãos, salteia-me êste mau pensamento que muitas vêzes me impediu completamente de orar" (3). "Conheço alguém que quase se poderia lamentar tanto quanto Job e Jeremias e repetir como êles: "desejaria nunca ter nascido" (4). "Eu também sou tentado algumas vêzes de bradar: por que vim a êste mundo? por que publiquei meus livros? Não pedi a vida! sem pesar veria os meus livros aniquilados" (5). E as citações dêste gênero poderiam multiplicar-se sem dificuldade. Elas nos revelam um estado

(1) *Erl.* XLVI, 226-229; LX, 82.
(2) *Erl.* LXII, 122.
(3) *Erl.* LX, 61.
(4) *De Wette,* V, 153.
(5) *De Wette,* III, 189.

d'alma um pouquinho diverso de quem "gozava alegremente de bem merecido descanso", na cândida frase do ingênuo professor curitibano.

Terceira acusação. Chamáramos a atenção do leitor sôbre o papel importante que desempenhou o diabo na vida íntima do heresiarca que mais de uma vez declarou que a sua vida fôra uma *"série de duelos"* com Satã. — O Sr. ERNESTO cortou por aqui a citação e retrucou triunfante: "O Rev. Franca acusa pelo prazer da acusação!! Êste sentimento das tentações do Diabo todos os santos o têm tido", p. 320. — Evidentemente a análise psicológica não é o forte do nosso engenheiro. Uma cousa é sentir a tentação do demônio, estar sôbre si e aparelhar-se para vencê-la: o que fizeram os santos; — outra, o estar contìnuamente preocupado com uma verdadeira obsessão do diabo; o dormir com êle mais vêzes do que com a sua Catarina; o vê-lo por tôda a parte, nas fôlhas do livro, nas môscas, nas nozes; o encher as páginas de seus escritos com o nome do maligno (15 vêzes em 4 linhas; 146 no Opúsculo contra Henrique de Brunswick); o dizer que os seus adversários tinham o "coração satanizado, persatanizado e supersatanizado." Eis o que precisamente não fizeram os santos. Mas o Sr. ERNESTO defende pelo prazer de defender! Parece até ignorar que se trata de um fato tão singular e tão estranho que sôbre a demoniomania de LUTERO existe já uma verdadeira literatura.

E aqui fêz ponto final o ilustre advogado de Fr. Martinho. Seus olhos cansados não viram as páginas em que se falava do seu orgulho imenso, da instabilidade de sua teologia, das contradições contínuas de suas doutrinas, das suas atitudes de profeta, de sua linguagem grosseira, vulgar, cínica, descabelada (1), dos seus apelos para a intolerância e a violência, das suas mudanças de opinião decididas por

(1) "Pasmosa grosseria, ungeheure Grobheit, "escreve um dos seus modernos biógrafos, HAUSRATH, *Luthers Leben,* Berlim, 1905, II, 424.

http://www.obrascatolicas.com

uma questão de despeito, do seu ódio implacável (1). — Sôbre todos êstes pontos êle deslizou serenamente sem dizer palavra. Estas bagatelas não impressionaram a austeridade de sua moral puritana nem lhe pareceram destoar no perfil moral de um reformador evangélico.

Acêrca de CALVINO não há por que nos determos. O Sr. ERNESTO concede a procedência das nossas acusações.

CALVINO foi dos mais intolerantes teocratas que registra a história. Quem quer que ousasse divergir num ápice das suas doutrinas: multa, cadeia, fogueira. — "Não há a menor dúvida sôbre êsse êrro de CALVINO," concorda o professor.

Mais. Ao govêrno temporal, o chefe reformador transportou tôda a violência dos seus processos e instituiu em Genebra um código penal digno dos tiranos mais cruéis. — "Calvino instituiu leis de uma extrema severidade! É um fato!", p. 321. Consente também aqui o advogado, sem defesa possível (2).

---

(1) "Até o sepulcro quero afincar-me em injuriar e ultrajar êstes miseráveis [os papistas]! Nunca ouvirão de meus lábios uma boa palavra! Meu trovão reboará aos seus ouvidos, seus olhos serão ofuscados pelos meus relâmpagos, até que sucumbam. Uma vez que não posso orar, posso ao menos maldizer! Em lugar de dizer: santificado seja o vosso nome, direi: maldito, condenado e odiado seja o nome dos papistas. Em vez de repetir: venha a nós o vosso reino, direi: maldito, condenado e exterminado seja o papado. *É assim que na realidade eu rezo todos os dias sem descanso, com os lábios e de coração!" Erl.* XXV, 108. Ao nosso "odium theologicum," o Sr. ERNESTO oporia esta caridade evangélica do "grande servo de Deus." Que oração piedosa!

(2) Para distrair, porém, o leitor, acrescenta logo a seguir: "Depois de Roma era Genebra a cidade mais corrupta do mundo... Isso justifica o rigorismo transitório das leis de Calvino. Mas também nos dias de Calvino, ser cidadão de Genebra, valia por atestado de boa conduta e por carta de crédito ilimitado em Paris!" — Isto

A estas duas acusações reduziu o Sr. ERNESTO todos os capítulos do nosso requisitório; havia ainda outros. Mas não insistamos. Uma vez, porém, que entrara, com tanta generosidade, pela via das concessões, por que não ir lealmente até ao fim e concluir que um homem dêste porte não poderia ser providencialmente escolhido por Deus para reconduzir a Igreja à integridade primitiva do "puro Evangelho"?

Ao terminar, porém, o seu capítulo sôbre CALVINO, o Sr. ERNESTO, põe-lhe um pequenino fêcho de 5 linhas que não podemos deixar de submeter à análise. É mais uma prova da sua maneira de argumentar, feita da ignorância dos fatos históricos mais elementares e das regras de lógica mais comezinhas. "Graças a CALVINO, a Suíça tornou-se êsse país admirável, cujas instituições políticas e sociais vão os outros povos copiar para a sua felicidade. Donde veio para a América do Norte e de lá para o Brasil a idéia do sistema republicano federativo? Bau! Bau! Não me venha alguém dizer que do Sílabo de Pio IX", p. 322 (1).

Aos fatos. *Dois séculos antes que nascesse Calvino,* a Suíça, a Suíça católica, a Suíça integral e profundamente católica, organizava-se em república federativa e assentava em 1315 a sua primeira constituição que contém em germe

---

desejara que fôsse o Sr. ERNESTO; a realidade porém foi outra. Já a deixáramos insinuada por um autor protestante que se especializou no estudo dos documentos da época. "No fim da carreira do reformador... a imoralidade... *atingiu de um salto o seu apogeu.* O sistema de repressão malograra." J. B. GALIFFE, *Quelques pages d'Histoire exacte,* p. 95. E na página seguinte: "Nunca a *imoralidade secreta foi maior em Genebra* do que precisamente na época que deveria, mais que qualquer outra, servir de pedra de toque dêste sistema", p. 96. Tudo isto já havíamos dito. Cfr. IRC. pp. 204-205. Sempre em vão!

(1) Posso assegurar ao professor que ninguém lho dirá, pela razão muito simples que tôda a gente sabe que a Constituição norte-americana é de quase um século anterior ao Sílabo de Pio IX.

http://www.obrascatolicas.com

tôda a vida política e tôda a história das liberdades helvéticas (1). — Surge CALVINO, sôbre um país secularmente *livre e republicano,* estabelece a mais odienta das teocracias, reduz Genebra "à la plus infame servitude" (2); os cidadãos livres, os descendentes de Guilherme Tell são às dezenas e às centenas decapitados, esquartejados, queimados vivos, dilacerados com tenazes aquecidas ao rubro. O Sr. ERNESTO conclui triunfante: "Graças a CALVINO a Suíça tornou-se êsse país cujas instituições políticas e sociais vão os outros povos copiar para a sua felicidade." Não é assim que se trata a história, ilustre professor. Bau! Bau!

— Mas em nenhuma outra defesa foi talvez o nosso advogado mais desastroso do que na de ZUÍNGLIO. "De ZUÍNGLIO disse o Rev. Franca, não sei que; parece-me que tentou demonstrar ter sido êste reformador pior que o papa Bórgia ou que João XXIII!... Valerá a pena acompanhá-lo? Se houver insistência, fá-lo-emos. Que remédio?" p. 322. É ponto final. Como! Não sabe o Sr. ERNESTO o que dissemos de ZUÍNGLIO? Mas o livro estava debaixo dos seus olhos! Dissemos que ZUÍNGLIO fôra um pároco escandaloso, que apenas

(1) Interessante ainda notar que o movimento partiu, nos fins do século XIII, dos três cantões de Unterwald, Uri, Schwytz, precisamente os que ainda hoje se conservam fielmente católicos e nos quais o calvinismo não conseguiu nunca triunfar. Mais tarde em meio do século XIV, se lhe acrescentaram outros 5 cantões, Lucerna, Zurique, Glaris, Zug e Berna. Quando por um momento a guerra civil ameaçou perturbar a paz interna dos confederados foi um grande e santo eremita, Nicolau Flue, quem restabeleceu a harmonia periclitante. O *convênio de Stanz* é outro pacto célebre na história suíça, o complemento aperfeiçoado da constituição de 1315. Stanffacher, Furst, Melchtal e sobretudo Guilherme Tell, os grandes heróis da independência helvética, como Nicolau Flue que a consolidou, foram, porventura, calvinistas, Sr. ERNESTO?

(2) GALIFFE, *Notices généalogiques,* III, 538.

se fêz reformador casou logo, mas a sua casa era freqüentada por quem não era sua espôsa; que, aos seus irmãos, solícitos pelo bom nome da família, respondia o pregador do "puro evangelho" que não havia calúnia no que corria a seu respeito, que era de fato sujeito à intemperança e à libidinagem e a outros vícios. Dissemos em suma que ZUÍNGLIO *como todos os outros reformadores, sem exceção de um só,* antes de demolir o dogma havia feito tábua rasa do Decálogo e nenhum legou à posteridade o exemplo da dignidade de uma vida cristã irrepreensível. Mas ao Sr. ERNESTO interessa não saber o que dissemos!!

Por fim, parece que percebeu o advogado a inutilidade dos seus esforços na defesa de uma causa perdida e mudou de bordo. "Ainda que se demonstrasse que todos os reformadores foram grandes pecadores, que foram os maiores pecadores do mundo, não ficaria resolvida a tese que nos propusemos a discutir neste volume", p. 322. Uma questão de doutrinas não é uma questão de homens.

— Na sua generalidade não há observação mais exata, e só deploramos que dela tantas vêzes se houvesse esquecido o ilustre engenheiro que parece não perder ensejo de lembrar os desmandos de 2 ou 3 papas escandalosos. No nosso caso, porém, a questão da moral dos homens implica uma questão de doutrina. Não citamos exemplos pouco edificantes de pastôres ou crentes evangélicos; não seria difícil colhê-los a mancheias na história antiga e contemporânea, como é fácil a um predicante ou escritor "evangélico" explorar o escândalo de qualquer católico, leigo ou sacerdote (1).

(1) Desta miserável apologética estão cheias as fôlhas protestantes que circulam na grei dos crentes. Já TEODORO DE LA RIVE, um dos grandes protestantes suíços convertidos no século passado, nos falava desta "tendence protestante qui consiste à s'echapper aux

http://www.obrascatolicas.com

Sempre, na Igreja de Deus, o joio há de nascer ao lado do trigo.

Outro é o estado da nossa questão. LUTERO, CALVINO, ZUÍNGLIO e seus primeiros companheiros aparecem na história como investidos de uma missão divina: a de reformar a igreja e reconduzi-la à sua pureza primitiva, pureza de doutrina e pureza de costumes. Ora, todos os grandes reformadores enviados pela Providência, desde os antigos profetas até aos grandes santos que levaram a efeito a contra-reforma católica, comprovaram a autenticidade de sua missão com a austeridade de uma vida modelar. Leiam-se as vidas de S. VICENTE DE PAULO, de SANTA TERESA, de S. CARLOS BORROMEU, S. FRANCISCO XAVIER, S. PEDRO DE ALCÂNTARA, S. JOÃO DA CRUZ e ter-se-á idéia da grandeza moral a que pode o cristianismo elevar uma alma humana.

Ao invés, que vemos nos inícios da Reforma protestante? Todos os seus protagonistas — sem excetuar um, — oferecem-nos, no ponto de vista moral, o mais triste e degradante dos espetáculos. Não se trata destas inevitáveis fragilidades humanas de que nem os santos são livres, trata-se das paixões mais grosseiras e mais violentas a dominarem, desenfreadas, todos os heróis reformadores e a desencadearem, nos seus primeiros adeptos, uma das maiores crises morais da história (1). Eis o ponto nevrálgico da questão,

---

imperfections humaines et à ne vouloir voir l'Eglise qu'au travers des infirmités inévitables de ceux qui la répresentent sur la terre". De *Genève à Rome*, p. 212. E cita logo a seguir a sentença de LAMENNAIS: "C'est le propre des têtes étroites d'être extrêmement frappées des faiblesses des individus et fort peu de l'esprit général des institutions." *Essai sur l'indifference*.

(1) À demonstração desta tese histórica consagramos cêrca de 20 páginas do nosso livro anterior (439-458). São documentos contemporâneos do período estudado, quase todos dos próprios protagonistas da reforma, em que se afirma, não só de um modo geral a dissolução dos costumes, mas se acentua muito em particular a

indicado na frase com que terminamos êste estudo doloroso: "Se ainda se lhes (aos protestantes) não embotou de todo na consciência o senso cristão respondam lealmente: é possível que Deus, para reformar o cristianismo e reconduzi-lo à sua pureza primitiva, tenha escolhido por instrumentos êstes abortos de teratologia moral?" IRC., 209.

---

imensa diferença para pior entre a moralidade dos povos reformados, antes e depois da crise protestante. Pedimos ao leitor a paciência de reler estas páginas — 185-209; 419-439; 439-458 — para sentir, em tôda a sua eficácia, a fôrça do nosso argumento. — Inútil dizer que sôbre tôda esta documentação histórica o Sr. ERNESTO passou com o devoto recolhimento de um silêncio inviolável.

http://www.obrascatolicas.com

CAPÍTULO II

Princípio fundamental da Reforma

Depois da história edificante dos reformadores, a coerência doutrinal dos princípios da Reforma. Cristo, para perpetuar os seus ensinamentos na terra, fundara um organismo vivo e indefectível ao qual prometera a sua divina assistência. "Ide, ensinai a todos os povos, disse êle aos seus apóstolos, eu estarei convosco todos os dias até a consumação dos séculos" (*Mat.* XXVIII, 20). Não obstante tôdas as fraquezas individuais dos seus representantes, a Igreja, assistida sempre pela Providência infrustrável de Deus, será a guarda fiel e incorruptível do depósito das divinas revelações; será sempre, no dizer de S. Paulo, "columna et firmamentum veritatis". I *Tim.* III, 15.

LUTERO rompeu com esta Igreja de Cristo; no ardor violento de paixões irritadas não distinguiu a instituição divina dos abusos humanos; sob o pretexto de reformar, destruiu a estrutura intangível da organização a que o Redentor confiara a missão de perpetuar a sua obra iluminadora e purificadora das consciências. Para legitimar esta revolta abroquelou-se com a Escritura. A regra de fé já não era o magistério vivo e autêntico instituído por Cristo, mas o simples livro sagrado que os fiéis deviam interpretar, cada qual, com o seu juízo privado. O que a um crente lhe parecia não encontrar na Bíblia, assistia-lhe o direito de rejeitar como

"corrupção papista"; o que julgava ler no livro divino, só isto se lhe impunha à sua fé. Por nenhuma outra via lhe podia chegar a certeza de uma revelação sobrenatural. A palavra de Deus, se não a fixara a tinta e o pergaminho, cessava de ser palavra de Deus.

A Bíblia e só a Bíblia, individualmente interpretada — eis a nova regra de fé que o ex-frade substituía à concepção evangélica e tradicional da Igreja. Mas não se levanta impunemente a mão contra a sabedoria das instituições divinas. Falseando um dos pontos fundamentais do cristianismo, o livre exame individual iria, de conseqüência, devorar-lhe todo o conteúdo sobrenatural. Aí está a história de quatro séculos: o protestantismo não tem sido outra cousa senão o deslize, mais ou menos rápido, para o racionalismo integral. Antes de evidenciarmos, mais uma vez, esta verdade, examinemos em si mesmo o princípio fundamental da nova fé.

A primeira crítica que lhe fizemos foi a sua insanável contradição interna. Êste princípio, base de tôda a vida cristã *não se acha na Bíblia*. "Verdade capital, escrevemos anteriormente, fundamento de todo o cristianismo e que, por isso mesmo, se devera *encontrar expresso com clareza insofismável* na *própria Escritura*. No entanto abro a Bíblia, percorro-a de cabo a cabo e não a encontro *uma* só vez nem sequer acenada." IRC., p. 230. Levanta a luva o Sr. ERNESTO e começa, promissor: "Bem podemos duvidar de que alguma vez haja feito S. Rvma. o que consta de sua afirmação. Por essa causa vamos indicar-lhe alguns dêsses lugares", p. 24. Depois daquela afirmação categórica e desta promessa, quem não esperaria por uma demonstração exegética em regra, que, de uma vez para sempre, decidisse uma *questão primordial*. Pois acreditam os leitores? O professor curitibano que achou 50 páginas disponíveis para provar como a + b que o

http://www.obrascatolicas.com

Papa é o Anticristo do Apocalipse ou de Daniel, não encontrou mais que meia página — literalmente meia página — para assentar, na Escritura, os fundamentos doutrinais de que depende a própria existência do protestantismo. E que textos decisivos nos alega?

1.º — *Luc.* XVI. É a parábola de Lázaro e do mau rico. Condenado ao inferno o que tão mal usara na terra do dom da fortuna pede ao pai Abraão que, não sendo possível aliviar-lhe os tormentos próprios, ao menos mande quem avise aos seus para que não venham acabar na mesma desgraça. Não, retorquiu o santo patriarca, lá têm Moisés e os Profetas; que lhes prestem ouvidos. — Qualquer leitor desprevenido veria nestas palavras apenas o que elas na realidade contêm: Deus não salva, de regra, os homens, por vias extraordinárias, enviando-lhes almas de outro mundo; bastam os meios normais estabelecidos pela Divina Providência. O Sr. ERNESTO vê "na bôca dêste réprobo a doutrina dos católicos romanos... e na resposta do Patriarca... a doutrina protestante", p. 24. — É ver muito. Numa parábola vazada tôda nos moldes da antiga lei, o exegeta curitibano vê tôda *a regra de fé da futura Igreja de Cristo,* de que nem de longe se trata: esta regra é a Bíblia, só a Bíblia e esta interpretada individualmente pelos fiéis, sem nenhuma autoridade doutrinal. Nunca vimos, em matéria de demonstração exegética, tanta moderação de exigências.

O segundo texto de ISAÍAS, VIII, 19-20, no entretanto, ainda com menos despesa de provas, satisfaz o contentadiço professor. "Ou há de consultar os mortos acêrca dos vivos? À Lei e ao Testemunho é que se deve recorrer, porque se êles não falarem de conformidade com esta Palavra, não raiará para êles a luz da alma." — Neste trecho do Antigo Testamento, encontrou o Sr. ERNESTO tôda a sua doutrina protestante. Basta, no entretanto, abrir o profeta e ler o versículo anterior: "E quando vos disserem: interrogai os adivinhos e encantadores que nos seus encantamentos sibilam:

não perguntará o povo a seu Deus, interrogando aos mortos pelos vivos? À Lei e ao Testemunho", etc.? O sentido é de uma evidência meridiana. Prenunciando os castigos divinos contra o povo infiel, lembra o Profeta que não é nas superstições do paganismo, mas nos livros sagrados que se encontra a expressão da verdade e da vontade de Deus. Trata-se de regra de fé? Trata-se do magistério doutrinal da futura igreja de Cristo? Trata-se da interpretação da Escritura, individual ou autenticada por uma autoridade estabelecida por Cristo? Nem por sombra. O Sr. ERNESTO que se deslocou em esforços contra a evidência dos textos de S. Mateus, S. Lucas e S. João em que se afirma tão explìcitamente o primado de S. Pedro, contentou-se aqui com as ilusões de uma miragem. A doutrina protestante está-lhe no coração e no desejo; êle a projetou ingênuamente em trechos da Escritura onde olhos desapaixonados nada enxergam do que só êle vê.

E conclui satisfeito: "Dêstes lugares e de muitos outros (por que não os citar?) se infere reta e necessàriamente que às sagradas letras é que devemos recorrer, etc.", p. 25. É a segunda edição quase textual do que já dissera o seu cliente: "êstes passos e muitos outros (!!) da Sagrada Escritura importam um reconhecimento formal do direito e ainda do dever do livre exame e juízo privado." Cá e lá, as conclusões vão infinitamente além das premissas; e os "muitos outros" ficam sempre no tinteiro.

E aí fica tudo quanto o Sr. ERNESTO pôde alegar em favor de sua tese protestante. É muito pouco; melhor, é nada. São argumentos que nem se discutem, porque nem chegam a ser argumentos. Passando, porém, à ofensiva — é o expediente mais óbvio para furtar o corpo às necessidades de uma defesa impossível — consagrou um capítulo à "doutrina bíblica sôbre as tradições." Vejamo-lo.

— Em S. MARCOS, VII, 13, diz Nosso Senhor: "invalidais a Palavra de Deus por uma tradição de que vós mesmos

http://www.obrascatolicas.com

sois os autores." S. Paulo aos Colossenses II. 8. "Não vos engane alguém... com falazes sofismas, *segundo a tradição dos homens*, e não, segundo Cristo." — Os dois textos estão fora do assunto. Em ambos êles o que se condena é a *tradição dos homens* em oposição à palavra de Deus. Ora, o de que se trata é precisamente de uma tradição *divina*, palavra de Deus tão autêntica como a que se fixou com o estilo no pergaminho. Quiséramos um texto em que se dissesse que Deus não pode ensinar uma verdade aos homens ou impor-lhes um preceito, sem papel e tinta ao lado.

— A seguir, lembra a atitude dos judeus de Beréia diante da pregação de Paulo (*At.* XVII). Ao anunciar-lhes o Apóstolo a boa Nova, os judeus ouviram-no com atenção e prescrutaram as Escrituras a verificar se as cousas eram realmente assim. — Outro fato alegado fora de propósito. Os judeus de Beréia não pertenciam ainda à Igreja; a pregação de Paulo devia ser naturalmente uma *demonstração exegética do caráter messiânico de Cristo*. Investigar e inquirir da verdade das afirmações dos mensageiros de uma nova fé era para êles um direito e um dever. Se o Sr. Ernesto, antes de escrever sôbre a doutrina católica, se tivesse dado ao trabalho de consultar os nossos tratados, veria em qualquer manual de apologética que é êste o processo invariàvelmente seguido: demonstrar, mediante a Escritura examinada só à luz da razão, o caráter messiânico de Cristo, pela verificação na sua divina Pessoa, das antigas profecias. A esta primeira prova segue-se a da instituição da Igreja e da infalibilidade do seu magistério, também *ela feita com a exegese dos textos evangélicos*, considerados exclusivamente com a sua autoridade histórica (1). *Só depois* dêstes

(1) E aí tem o Sr. Ernesto a resposta ao pretendido círculo vicioso a que alude na sua carta-prefácio: "Por onde vemos que o ilustrado jesuíta, com tôda a sua sagacidade, deixou-se prender nas malhas de um perfeito círculo vicioso, demonstrando a autoridade, verdade e divindade da Igreja, pela autoridade, verdade e divindade

preâmbulos lógicos é que a inteligência aceita racionalmente a autoridade do magistério eclesiástico, já demonstrado, como divinamente infalível. Quando, portanto, a propósito dos judeus de Beréia, pergunta o Sr. Ernesto: "Que fizeram aquêles homens? Recorrer ao magistério infalível da Igreja?" p. 33. — Respondemos simplesmente: Não, preclaro professor; a sua interrogação não tem sentido. Para aquêles ouvintes de Paulo ainda não havia Igreja, nem, muito menos, sabiam êles que era infalível. A pergunta supõe uma *ignoratio elenchi*, e o fato alegado também êle está fora do debate. O que nós quiséramos era ver cristãos já batizados e admitidos na Igreja, a examinar individualmente as Escrituras, interpretando-as cada qual segundo o seu juízo privado contra o magistério dos apóstolos e, em conseqüência desta interpretação, formulando a sua confissão de fé, fundando a sua capelazinha de adeptos e tudo isto com a sanção de Cristo ou dos seus primeiros embaixadores.

E aqui parou o diligente professor. Acêrca da doutrina *bíblica* das tradições não encontrou mais uma palavra que

da Bíblia; e a autoridade, verdade e divindade da Bíblia, pela autoridade, verdade e divindade da Igreja. Temo-lo então de saída, prisioneiro. Para a nossa completa vitória, bastaria, se quiséssemos, lançá-lo da Igreja para a Bíblia e da Bíblia para a Igreja; e ei-lo na impossibilidade de estabelecer um argumento sequer", pp. 13-14. — Apenas um equívoco, que o professor teria fàcilmente dissipado se lhe ocorresse a lembrança feliz de abrir um compêndio elementar de apologética, onde, logo nas primeiras páginas, veria o seu argumento, enunciado aqui com o alvorôço de um *eureka*, classificado e resolvido lá como velho sofismazinho insignificante. A autoridade *histórica* do Novo Testamento prova-se com os argumentos racionais da *crítica histórica;* a instituição da Igreja por Cristo prova-se com a *autoridade histórica* do Novo Testamento; só então, da Igreja cuja instituição por Cristo já foi *històricamente demonstrada*, é que recebemos os Evangelhos, não como documentos históricos, mas como *livros inspirados*. Nenhum vício de argumentação circular, mas tôda a virtude de uma demonstração plenamente eficaz. Sr. Ernesto, é preciso ir devagar!

http://www.obrascatolicas.com

dizer. Notável! E, no entanto, é de presumir que o Sr. ERNESTO tenha lido o nosso modesto trabalhinho. E lá se achavam outros textos, que, por um interessante lapso de memória, escaparam à crítica alerta do professor. É bom relembrar esquecidas cousas. *Haec olim meminisse juvabit.*

S. João "termina as suas duas últimas epístolas dizendo expressamente que não quis confiar tudo à tinta e ao pergaminho, reservando-se para o comunicar *de viva voz, os ad os loquemur* (2. *Joan.* 12; 3 *Jo.* 14).

S. Paulo não se cansa de inculcar a necessidade da tradição oral. Aos *Tessalonicenses*: "Estai firmes, irmãos, e conservai as *tradições* que aprendestes ou *de viva voz* ou por epístola nossa" (2 *Tess.* II, 15). (Aí estão nitidamente discriminadas as duas fontes de transmissão do ensino apostólico: a escritura e a tradição.) Na mesma carta: "Nós vos prescrevemos... que vos aparteis de todos os irmãos que andem desordenadamente e não segundo a *tradição que receberam de nós*" (III. 6). A Timóteo: "O que de mim *ouviste por muitos testemunhos, ensina-o* a homens fiéis que se tornem idôneos para ensinar aos outros" (2 Tim. II. 2). Aí está claro, o ensino vivo, transmitido por tradição de uns a outros. O apóstolo já velho, nas vésperas do martírio, adverte a Timóteo a necessidade de prover quem continue o seu magistério. Nada de livre exame das Escrituras; sempre o ensino oral feito por mestres autorizados. Nas suas duas epístolas ao mesmo discípulo insiste ainda S. Paulo para que *conserve o bom depósito*: bonum depositum custodi (I Tim. VI, 20; 2 Tim. I. 14) (1). Com os coríntios, na sua primeira epístola congratula-se porque haviam conservado

(1) Concluindo a sua análise das epístolas Pastorais, HOLTZMANN, um dos mais conhecidos exegetas protestantes de nossos dias, declara que nelas se encontra a idéia de tradição, a idéia da Igreja visível onde se encontram, misturados, bons e maus, a idéia da Igreja como autoridade ensinante e como intermediária entre Cristo e cada um dos fiéis, enfim a Igreja considerada como objeto de fé,

as suas tradições orais: sicut *tradidi* vobis, praecepta mea sustinetis (I Cor. I, 14).

De todos êstes textos o Sr. CARLOS PEREIRA *nem uma palavra*. "IRC, p. 234."

De todos êstes textos o Sr. ERNESTO DE OLIVEIRA *nem uma palavra!!*

Como explicar êste sidêncio? Como conciliá-lo com a lealdade sincera de um polemista que procura desapaixonadamente a verdade? Aí estão os textos; não são todos (1); mas são muitos, claros, explícitos, são passos do Novo Testamento que se referem *ex-professo à Igreja cristã, ao modo de conservar nela a fé;* são as recomendações dos apóstolos, que, no têrmo de sua existência, insistem sôbre os seus ensinamentos acêrca da transmissão integral do depósito das divinas revelações. O Sr. ERNESTO DE OLIVEIRA que faz tanto alarde do respeito à Palavra de Deus, como é que despreza tôdas estas Palavras de Deus, levado por tradições humanas, introduzidas lá pelo século XVI na cristandade pelo interêsse de meia dúzia de revoltados!

Sim, porque a regra verdadeira da fé não podia ser uma descoberta de LUTERO; devia ser tão antiga como o cristianismo. Reconheceram os primeiros cristãos a existência de um magistério vivo, oral, autêntico, ao qual Cristo houvera confiado a missão de conservar na terra os seus ensinamen-

numa palavra, todo o catolicismo em germe "die ganze Katholicitaet in nuce." *Neutestamentliche Theologie,* t. II, p. 280. (Esta nota não se achava no livro anterior.)

(1) Cfr. ainda: Rom. XVI, 17; I Cor. VII, 17; XI, 23; XIV, 33; XV, 1; Fil., IV, 9; Coloss. II, 6, 7; 1 Tess. IV, 2; 2 Tess. II,15; 2 Tim. II, 2; Hebr. II, 3. Em todos êstes passos alude S. Paulo ao ensino oral como veículo de transmissão das verdades reveladas; nem *uma só* vez nos fala do livre exame individual das Escrituras. O Sr. ERNESTO foi obrigado a recorrer ao pai Abraão da parábola do mau rico ou às exortações de Isaías contra os adivinhos e feiticeiros!!

http://www.obrascatolicas.com

tos? ou, pelo contrário, sem igreja ensinante, dispersos e desagregados, não viram senão no exame livre da Bíblia o único meio de atingir a verdade divina? Eis uma questão capital. Para resolvê-la recorremos às fontes genuínas e imediatas do cristianismo primitivo. A começar da primeira geração, *contemporânea ainda dos apóstolos* (1), fomos se-

(1) Os mais autorizados entre os protestantes modernos já reconhecem o caráter absolutamente primitivo da idéia católica de tradição. SEBERG recolheu numerosos testemunhos do Novo Testamento para demonstrar que essa idéia remonta ao começo da pregação apostólica. Cfr. Lehrbuch der Dogmengeschichte, t. I, 3.ª ed., 1922, pp. 81-84. HARNACK é mais explícito. No seu célebre *Lehrbuch der Dogmengeschichte*, t. I, 4.ª ed., 1909, p. 184: "em conclusão afirmamos que o conceito característico de tradição (Θεός — Χριστός — οἱ δώδεκα ἀπόστολοι — ἐκκλησίαι) nas igrejas dos convertidos do gentilismo é antiguíssimo, *uralt* ist." Posteriormente, as suas afirmações ainda se tornaram mais precisas, como poderá o leitor verificar em *Das Schreiben der roemischen Kirche an die Korintische*, 1929, pp. 71-72; 75-76. O último escritor protestante que nos chegou ao conhecimento é E. GASPAR, autor de uma História do Papado, cujo 1.º vol. saiu à luz em 1930. Estudando a organização da cristandade primitiva de Jerusalém, conclui: "aqui ressalta a idéia de uma autoridade e de uma tradição apostólicas *como essenciais ao conceito da Igreja*". Passando à igreja de Roma no primeiro século: "é manifesto, diz êle, que a idéia de Igreja na carta de Clemente coincide com a que dominava na comunidade primitiva de Jerusalém. Autoridade e tradição, como propriedades essenciais da Igreja, aparecem também em Roma no primeiro plano... assim aparecem já manifestamente nesta carta os fundamentos do importante conceito católico de *Sucessão Apostólica*, como penhor de uma tradição ininterrupta da doutrina salvadora que remonta aos Apóstolos e ao próprio Cristo." Cfr. ERICH CASPAR, *Geschichte des Papsttums von den Anfaengen bis zur Hoehe der Wertherrschaft*, t. I, 1930, pp. 4-6. Sôbre a importância universal do princípio de tradição para conservar e transmitir todo e qualquer patrimônio religioso, pode consultar-se o trabalho recente de J. RANFT, *Der Ursprung des Katholischen Traditionsprinzips*, Wuerzburg, 1931. — Enquanto assim falavam os que estudam, os polemistas protestantes

guindo o desenvolvimento magnífico da doutrina católica através dos séculos. Citamos S. INÁCIO, mártir, S. POLICARPO, S. CLEMENTE, S. IRINEU, TERTULIANO e ORÍGENES, S. HILÁRIO, S. ATANÁSIO, S. BASÍLIO, S. GREGÓRIO NISSENO, S. JERÔNIMO, S. EPIFÂNIO, S. CIRILO ALEXANDRINO, S. AGOSTINHO, S. CRISÓSTOMO, S. VICENTE DE LERINS, S. JOÃO DAMASCENO, pelo menos 17 autoridades de primeira grandeza (1). Algumas destas

de 19.ª categoria, numa conjuração permanente contra a verdade, vão repisando as velhas e inconsistentes afirmações de quatro séculos atrás!!

(1) Algumas vêzes encontram-se nos SS. Padres expressões em que se afirma a suficiência da Escritura para o conhecimento da fé, mas num sentido muito diverso da doutrina protestante. Afirmam que basta a Escritura, porque de fato só com a Escritura se pode estabelecer, como já vimos, a fundação da Igreja, a instituição de um magistério vivo, autêntico e infalível, a autoridade divina da tradição como veículo dos ensinamentos revelados. Nada mais justo. Isolar, porém, êstes textos do seu contexto imediato e mediato é deformar inteiramente a doutrina dos seus autores. Foi o que mais uma vez praticou o Sr. ERNESTO com S. JERÔNIMO. No frontispício do seu livro vem êste trecho do Doutor Máximo: "Assim como aceitamos as cousas que estão escritas, também rejeitamos as que não estão escritas." *Adv. Helv.* À p. 32 vem citado outro trecho ainda mais inoportunamente, porque nêle diz o santo não receber "opiniões *diferentes* da Escritura." Quem, ao ler estas palavras, julgasse que S. JERÔNIMO era um precursor do protestantismo mostraria desconhecer de todo tanto a doutrina quanto a prática de sua vida. "Não sabes que é costume das igrejas que aos batizados se imponham depois as mãos e assim se invoque o Espírito Santo? Perguntas onde está escrito? Nos Atos dos Apóstodos. Mas *ainda que não houvesse a autoridade da Escritura, o consenso de todo o orbe tem nisto a fôrça de preceito. Muitas outras cousas há que por tradição se observam nas igrejas com a autoridade da lei escrita.*" *Dial. c. Lucif.* 8 ML, XXIII, 163. — Numa questão dogmática que dividia o Oriente, como procedeu S. Jerônimo? Decidiu-a só, consultando as Escrituras, êle que as conhecia melhor que nenhum outro contemporâneo? Não. Escreve ao *papa* S. Dâmaso: "Julguei meu dever *consultar a cátedra de Pedro... Vós só conservais incorrupta a herança de nossos pais... Decidi* vós e eu não hesitarei em afirmar

http://www.obrascatolicas.com

citações eram de uma evidência meridiana. ORÍGENES: "Só se deve crer na verdade que em ponto algum discorda da *tradição* eclesiástica e apostólica". "Tôdas as vêzes que êles (os herejes) nos citam as Escrituras canônicas nas quais consentem e crêem todos os cristãos, parecem dizer: aqui temos em casa a palavra da verdade. Nós, porém, não lhes devemos crer nem *afastar-nos da primitiva tradição eclesiástica,* sem crer de modo diverso do que nos foi ensinado *por tradição através das sucessões da Igreja de Deus.*" S. CRISÓSTOMO: "Os apóstolos *não ensinaram tudo por escrito,* mas muitas cousas *sem escrituras* e estas são igualmente dignas de fé. Tenhamos, portanto, como digna de fé, também a tradição da Igreja. *Há tradição? Basta.*" O Sr. ERNESTO leu todos êstes e muitos outros trechos análogos e depois, sem que lhe tremesse a mão, escreveu impávido: "Dos doutores da primitiva Egreja S. Tertuliano [a canonização de Tertuliano corre tôda por conta do engenheiro paranaense] *foi o único* que em *certo caso* julgou dispensável a Sagrada Escritura para convencer *certa classe* de hereges", p. 37. Que fazer? como argumentar com um homem cujas afirmações afrontam tão atrevidamente a mais incontestável das evidências? Que consciência tem um escritor assim do respeito intangível aos direitos supremos da verdade?

Em contradição manifesta com a Escritura, em aberta oposição a todos os ensinamentos da primitiva igreja de Cristo, a nova regra de fé, inventada à última hora pelos

três hipóteses" (ML, XXII, 355-6). Eis para JERÔNIMO a regra viva de fé (Cfr. outro texto, em situação análoga na IRC., p. 110). Quando, pois, afirma o Sr. ERNESTO: "Não podia êste santo ser mais canônico... nem mais protestante", p. 32, não faz senão acrescentar mais uma às suas já habituadas deformações de alheias doutrinas. São dez!!

Reformadores do século XVI a fim de legitimarem a sua revolta, encontra-se também em perfeita antítese com as exigências mais elementares da razão e do bom senso. É um critério contraditório e completamente inadequado à sua finalidade. Desenvolvemos longamente esta demonstração, sôbre a qual o nosso crítico resvalou ràpidamente fazendo apenas aqui ou ali alguma observação cuja inconsistência nos cumpre agora pôr em relêvo.

Antes de tudo, o exclusivismo estreito do critério protestante não permite estabelecer a mais importante das verdades: a própria existência da Bíblia como livro inspirado. A fim de que a Bíblia represente a Palavra infalível de Deus é preciso que saibamos com certeza *de fé divina* 1.º) que foi escrita sob a inspiração do Espírito Santo; 2.º) quais os livros que a constituem. Inspiração e canonicidade: duas questões que não se podem resolver com a própria Bíblia que, em nenhum lugar, traz um catálogo dos livros inspirados. Ora, como nenhuma verdade divina, segundo a doutrina protestante, nos pode chegar senão pelo veículo da palavra escrita, não há meio de chegarmos à posse tranqüila e certa da Escritura *como livro divino*. O excesso do biblismo acabou destruindo a própria Bíblia. É, a rigor, o que dizia um célebre protestante, que acabou deixando a religião abraçada, havia 3 séculos, pela sua família, uma das mais distintas de Genebra: "Queria ao mesmo tempo ser cristão e ser lógico. Ora, o protestantismo tem êste grande inconveniente: se quer conservar-se cristão, já não é lógico, e se timbra em ser lógico, cessa de ser cristão" (1).

São incríveis os esforços de acrobacia intelectual feitos pelos protestantes para se desvencilharem dêste círculo de ferro que os estrangula. O Sr. ERNESTO volta à carga reeditando antigualhas sem fôrça nem originalidade. "A nossa plena certeza da sua divina autoridade e infalível verdade

(1) TEODORO DE LA RIVE, *De Genève à Rome,* Paris, 1895, p. 73.

http://www.obrascatolicas.com

provém da operação interior do Divino Espírito Santo, dando testemunho com ela e por ela aos nossos corações", p. 43. Já o Sr. EDUARDO PEREIRA havia dito a mesma cousa e *já lhe havíamos respondido terminantemente*. O professor de Curitiba fechou os ouvidos e repetiu a mesma cantilena.

Em primeiro lugar, nada mais *arbitrário;* é um *deux-ex-machina* inventado para a solução de uma dificuldade inextricável. Onde é que o Espírito Santo prometeu esta operação interior *discriminatória de livros inspirados ou não inspirados?* Faça-se uma experiência decisiva. Imprimam-se em opúsculos semelhantes alguns livros da Bíblia (omitindo outros), uns mutilados, outros interpolados; ao mesmo tempo e no mesmo formato outros livros religiosos, por exemplo: a 1.ª epístola de S. Clemente, as epístolas de S. Inácio, de S. Policarpo, o pastor de Hermas, alguns capítulos da Imitação de Cristo, ao lado dos Provérbios uns aforismas de Confúcio ou alguns hinos sagrados dos Vedas, bem escolhidos; entregue-se esta coleção heteróclita aos crentes simples do Sr. ERNESTO, que ainda não conhecessem *aliunde* a Bíblia, e êles, consoante a sua doutrina, ao lerem tôda esta miscelânea, iriam separando, guiados por uma operação interior do Espírito Santo, os livros inspirados dos que o não são; nos primeiros iriam eliminando os elementos heterogêneos interpolados e exigindo os trechos mutilados, reclamariam depois, entre todos os livros do mundo, os que de indústria haviam sido excluídos da miscelânea mas de que êles sentiam falta e, guiados sempre por esta infalível operação interior, reconstruiriam o cânon exato e completo das Escrituras. Eis o processo para estabelecer o catálogo dos livros sagrados que preconiza o professor de Curitiba. Quem poderá capacitar-se de que êste foi o meio escolhido por Deus para autenticar a sua palavra entre os homens?

— Pràticamente todos nós sabemos como se faz entre os protestantes: qualquer sociedade bíblica, americana ou inglêsa, ou qualquer editor das Janelas Verdes de Lisboa lhes

envia, sob o nome de Bíblia, uma coleção de alguns livros e êles os acolhem piedosamente como se caíssem do céu. E esta Bíblia, êles a receberam da Igreja católica, cortando-lhe depois, por uma operação interior do Espírito Santo, alguns livros que julgaram apócrifos (1).

Mas, sôbre arbitrário, ridículo e inaplicável, o critério ernestiano é, em extremo, perigoso, abrindo a porta ao mais perfeito subjetivismo e a todos os excessos do fanatismo individual. Tôda a gente se julgará iluminada interiormente pelo Espírito Santo e agirá em harmonia com as suas luzes divinas inverificáveis e incontrastáveis. Tôda a história do protestantismo aí está a demonstrá-lo.

---

(1) "Nada menos verídico, protesta enèrgicamente o Sr. ERNESTO. Da Igreja de Roma só teríamos recebido uma Bíblia fulminada com um anátema... a Bíblia é a sua própria testemunha", p. 40. Como vê o leitor, o ilustre matemático gosta da retórica e do romance numa questão eminentemente positiva. A questão é esta, senhor. Quando LUTERO traduziu em alemão a Bíblia, introduzindo-lhe as falsificações que todos sabem e já apontamos, o original de que se serviu, onde o encontrou e donde o tirou? A Bíblia de que se servia CALVINO, onde estava e donde lhe chegou às mãos? Não foi da Igreja católica? (Nada menos verídico!!!) Então donde foi? Resposta positiva, clara, peremptória, sem retóricas insulsas e com documentos históricos à mão. LUTERO confessava mais sinceramente: "Quanto à Sagrada Escritura e ao púlpito, é dos papistas que os tomamos; sem os papistas que saberíamos nós?" Ed. de *Wirt,* 1551, t. IV, p. 2276. — Em seguida afirma que a leitura da Palavra de Deus é tão eficaz "que pode regenerar e converter os maiores ímpios." E esta afirmação abre-lhe o ensejo para contar a conversão de S. Agostinho e evitar assim uma questão que o incomodava. Ninguém nega que Deus se possa servir da Bíblia ou de outro livro bom para converter uma alma. A nossa questão era saber de quem receberam os protestantes a Bíblia e como, sem prestar fé na tradição católica, podem êles lògicamente organizar o cânon das Escrituras sagradas. *That is the question.*

http://www.obrascatolicas.com

Em Zwickau, excitados pelo zêlo do predicante Tomás Muenzer, alguns operários "divinamente chamados à missão santa" organizaram-se para implantar um "reino de Cristo," onde todos seriam iguais, os bens, comuns, nenhuma autoridade, todos os cidadãos, sacerdotes e reis. Foram escolhidos 12 apóstolos e 72 discípulos — segundo a Bíblia; Muenzer eleito "senhor e mestre." Pouco depois quando ia explodir a sedição, o conselho interveio e mandou 55 operários para as enxovias. Os chefes fugiram e com alguns companheiros entraram em Wittemberg onde começaram a pregar "que todos os padres deveriam perecer, mesmo os que já tivessem casado." Todos êstes profetas viam na Escritura a fonte única de tôda a ciência.

Na Suíça, mesmos excessos. Em S. Gall, em 1525, na presença dos pais, "para cumprir a vontade do Pai celeste," um irmão cortou a cabeça de seu irmão; em Esslingen numa "reunião fraterna" um homem calcou aos pés a própria mulher. Estas extravagâncias e crueldades multiplicaram-se tão assustadoramente que os magistrados se viram obrigados a proibir que "para o futuro ninguém tivesse a audácia de se dizer inspirado por Deus Padre nem se permitisse falar ou agir em seu nome." E fatos assim *enchem* a história das origens do protestantismo.

Dirão: excessos de fanatismo popular. Não; sob outra forma ainda nos chefes mais graduados. Lutero, lendo que os antigos patriarcas tiveram várias mulheres, não se desgostou da poligamia; a princípio não quis tomar a responsabilidade de a introduzir de novo entre cristãos. Uma boa oportunidade, porém, venceu os seus escrúpulos. Filipe, landgrave de Hesse, ofereceu-lhe para pôr a serviço do "Evangelho puro" e da pilhagem dos mosteiros, o prestígio do seu poder e a violência de sua espada, contanto que o autorizassem a ter uma segunda mulher, que o acompanhasse nas viagens, sem tantas despesas de deslocamento da côrte. O "grande servo de Deus" consultou as Escrituras, a operação

interior, e com 5 outros respeitáveis teólogos do cristianismo reformado anuiu aos legítimos desejos do piedoso landgrave. O exemplo edificante não ficou sem imitadores. São numerosos os príncipes protestantes que, pelos séculos adiante, *com autorização dos seus pastôres,* deram aos seus povos o alevantado exemplo da bigamia real.

Aplicando o critério individualista ao próprio assunto que estudamos, isto é, à discriminação dos livros sagrados, Lutero chegou a conclusões admiráveis. A epístola de S. Tiago não tem nenhum valor, é "uma verdadeira epístola de palha", *eine recht stroehern Epistel* (1). E esta epístola hoje os protestantes a incluem na sua Bíblia.

O Apocalipse não lhe agrada nem merece grande estima; "não é nem apostólico nem profético" (2).

Nos Profetas, em geral, há muita cousa boa, inspirada pelo Espírito Santo, mas nem tudo é ouro e prata, "há também muito feno, muita palha, muita madeira" (3).

Eis a que resultados levava a "operação interior" no chefe da Reforma. Mas a mesma maravilhosa "operação" orientava em outras direções os mais ativos dos seus discípulos. Muenzer apresentava também a sua doutrina como "o verdadeiro Evangelho," "a pura palavra de Deus" destinada a fundar "a verdadeira Igreja dos eleitos." Para implantá-la mais evangèlicamente exortava os príncipes a empunhar as armas e a exterminar com a espada "todos os inimigos do Evangelho." "Os que se opõem à revelação divina deverão ser assassinados sem misericórdia; foi assim que Ezequias, Josias, Ciro, Daniel e Elias mataram outrora os sacerdotes de Baal. Sem esta exterminação necessária, a Igreja cristã nunca poderá ser restituída à sua pureza primitiva." Todos os papistas deverão perecer: "Deus disse: sereis sem misericórdia com os adoradores de ídolos, quebra-

(1) Erl. LXIII, 115.
(2) Erl. LXIII, 169.
(3) Erl. LXIII, 379.

http://www.obrascatolicas.com

reis os seus altares, reduzireis a pó as suas imagens e os queimareis a fim de que não pese sôbre vós a minha cólera." Os ímpios não têm direito de viver" (1). Pura Escritura, Sr. ERNESTO!

Enquanto MUENZER exortava os príncipes a estas "grandes e divinas cousas," CARSLADT, descontente com LUTERO, sentia outras "operações interiores." Também êle, "levado pelo íntimo testemunho de sua alma," apoiado em "textos indubitáveis", começava negando a presença real. "Sustentar a presença real é contrariar a doutrina do sacerdócio de todos" (2). E para melhor pôr em evidência esta igualdade no sacerdócio universal, renunciou ao título "anticristão" de doutor, deixou o hábito talar para vestir um camisolão cinzento e começou a pregar, firmado no exame dos textos bíblicos, que "os pecados não desagradam a Deus" porque "os pecados foram criados e tôda a criatura é boa." LUTERO fulminava anátemas contra quem discordava de suas interpretações (3); mas CARLSTADT opunha que os seus discípulos eram "os únicos intérpretes fiéis da pura doutrina" e, Bíblia na mão, sustentava que ninguém era obrigado à menor deferência para com "o novo papa de Wittemberg", "o eclesiasta voraz de vida anticristã." — Contra os católicos, já se vê, não eram menores as violências.

---

(1) *Auslegung des andern Unterschieds Danielis,* Fl. C 2, D 4.

(2) E o Sr. ERNESTO com uma ingenuidade admirável: "Ao que nos conste nenhum protestante negou a presença real de Cristo na Eucaristia!" p. 105. É que da verdadeira história parece que nada consta ao ilustre professor.

(3) Diante da babilônia causada pelo livre exame que se defendia com "a operação interior," escrevia LUTERO em 1525: "Um doutor rejeita o batismo; outro quer um terceiro mundo entre o presente e o juízo final; uns ensinam que Cristo não é Deus; um diz isto, outro aquilo e tantas são as seitas e os credos quantas as cabeças. Há mais estultícia que acreditar um ser a revelação do Espírito Santo quanto lhe cruza pelo pensamento ou lhe acode em sonho." *De Wette,* III, 61.

Os anos passam. Em 1931, um professor de Curitiba, que, também êle, sente, com a "operação interior", "a plena certeza da sua [dos livros santos] divina autoridade e infalível verdade", julgou ver com evidência matemática que o Papa é o Anticristo do Apocalipse e de Daniel e como não há maior benemerência na cristandade do que livrá-la do Anticristo, sai a público com um volume de 370 páginas, onde na conclusão pede aos poderes públicos de um país quase totalmente católico, que os membros da Igreja romana sejam excluídos do direito comum e postos em regime de exceção: "o catolicismo romano, em certos países, necessita de ser severamente enquadrado num instituto legal." Enquanto não se puderem incendiar conventos, quebrar imagens e pilhar comunidades religiosas como nos belos dias de LUTERO, de CALVINO e de HENRIQUE VIII. "um severo instituto legal" que condene jurìdicamente o catolicismo à morte por inanição.

E tudo isto é lógico, é coerente, é incoercível. Desde que para a discriminação dos livros sagrados e para a sua interpretação não existe critério superior ao puro subjetivismo individual, "à operação interior," não haverá extravagância, excentricidade ou absurdo que se não possa acobertar com o véu das inspirações do alto. E não há possibilidades de coibir lògicamente o fanatismo religioso. Se cada qual condena em virtude da sua "operação interior" a interpretação do vizinho, não se lembra que a êste assiste o mesmo direito de desprezar tôdas as interpretações dicordantes da sua. Vá dizer-se, por exemplo, ao Sr. ERNESTO (o que LUTERO aproximadamente dizia de S. Tiago na sua epístola) que as suas interpretações apocalípticas do Anticristo são um exemplo típico de clerofobia delirante!

Mas há ainda mais. O critério proposto pelo professor paranaense, além de ser arbitrário, perigoso e ridículo, en-

http://www.obrascatolicas.com

volve ainda uma contradição imanente, interna. na própria doutrina protestante. Com efeito, outros discordam do ilustre professor. Enquanto o Sr. ERNESTO apela com alguns correligionários para a "operação interior" do Espírito Santo. outros vêem na tradição da Igreja o principal critério da canonicidade dos livros sagrados. Falem autoridades competentes entre os protestantes. MELANCHTON: "Alguns petulantes, quando forjam suas novidades de trechos da Escritura contorcidos desprezam completamente o *consenso da verdadeira igreja* e todos os concílios sem discernimento" (1). CHEMNIZ, um dos mais conhecidos teólogos protestantes da geração post-tridentina: "Esta atestação da Igreja primitiva sôbre as escrituras inspiradas foi, a seguir, em sucessões contínuas transmitida *por tradição* à posteridade e conservada com diligência em documentos certos da antiguidade, de modo que a igreja seguinte fôsse a guarda do depoimento da primitiva igreja acêrca da Escritura" (2). Várias confissões protestantes adotam igualmente o critério da tradição e autoridade da Igreja. Lembremos apenas a Confissão da Boêmia (1535), a Confissão de Wittemberg de 1555, os artigos da igreja *anglicana,* etc. (3).

(1) "Quaedam petulantiora ingenia, cum fingunt ex dictis Scripturae male detortis novas opiniones, prorsus aspernantur consensum verae Ecclesiae et omnes synodos sine discrimine." MELANCHTON, *Opera omnia, Corpus Reformatorum,* XXIII, 595. Cfr. ainda XXI, 604 e sgs. Falta-nos o tempo para pôr em relêvo tôdas as contradições internas de MELANCHTON, neste ponto.

(2) "Haec vero testificatio primitivae Ecclesiae de Scripturis divinitus inspiratis postea perpetua successione per manus tradita est posteritati et in certis antiquitatis historiis diligenter conservata, ita ut sequens ecclesia custos esset testificaionis primitivae Ecclesiae de Scriptura." M. CHEMNIZ, *Examen Concilii tridentini,* Francoforte no M., 1578, p. 52.

(3) São Escrituras sagradas, diz a Confissão boêmia "Quae in bibliis ipsis continentur et a Patribus receptae auctoritateque canonica dotatae sunt." *Conf. Wirttemburgica*: "Sacram Scripturam vocamus eos canonicos libros V. et N. T. de quorum auctoritate nunquam in Ecclesia dubitatum est." Mesma expressão no art. 39 da Igreja Anglicana.

Como vê o Sr. ERNESTO, nada menos certo entre os próprios "evangélicos" do que o critério preferido. Ora, tôdas as vêzes que há dúvida, o único árbitro das controvérsias, ensina ainda a doutrina protestante, é a Escritura. Mas a Escritura em nenhum lugar promete a cada indivíduo uma *operação interior discriminatória de livros sagrados*. Logo, o critério proposto é em si mesmo contraditório. Os protestantes acham-se na impossibilidade radical e insanável de organizar coerentemente o próprio cânon das Escrituras; clamam e reclamam "A Bíblia, só a Bíblia, nada mais que a Bíblia" e não nos sabem lògicamente dizer o que é a Bíblia.

Demos um passo adiante. Suponhamos, por impossível, constituída sem o auxílio da tradição, o cânon da Escritura Sagrada. As dificuldades longe de estarem resolvidas começam a multiplicar-se. Se o livre exame individual é o único critério da fé, quem não pode ou não sabe ler, fica *ipso facto* excluído do cristianismo. O intermediário que se deseja suprimir entre a alma e a Palavra de Deus não poderá eliminar-se senão quando todo o mundo estiver alfabetizado. Pela doutrina protestante, o cristianismo apareceu no mundo alguns milhares de anos antes do tempo. O leitor, que dispuser de dois minutos, poderá reler, mais desenvolvido, êste argumento (IRC, pp. 244-247) que o nosso crítico julgou prudente passar em silêncio.

Tôda a humanidade finalmente sabe ler e tem a sua Bíblia na mão. Estão vencidos os obstáculos? Menos que nunca. Então é que começaria o caos da mais irremediável Babel. Pela própria natureza das cousas, são tantas as dificuldades da Escritura que, isolada, sem uma autoridade au-

http://www.obrascatolicas.com

têntica e infalível a interpretá-la, nunca poderá servir de base exclusiva a uma religião de unidade e de paz. Enunciamos claramente tôdas estas dificuldades. Que fêz o Sr. ERNESTO?

Primeiro, uma operação diversiva. Em vez de uma defesa, um contra-ataque. "Se à Sagrada Escritura, com tais dificuldades, acrescentarmos a babel das tradições, acaso não aumentaremos enormìssimamente o total dessas dificuldades? Tal é o que fêz a Igreja de Roma!" p. 24. — Engano, erudito professor, tal é o que *não* fêz a Igreja de Roma que tem pelo menos o direito de que lhe não deformem as doutrinas, sob o pretexto de refutá-las. Quando a Igreja ensina que a tradição é regra de fé, refere-se à tradição *ativa*, isto é, ao magistério vivo, autêntico, visível, instituído por Jesus Cristo para perpetuar os seus ensinamentos. "Quem vos ouve a mim ouve." Lc. X, 16. "Quem não ouvir a Igreja seja como o étnico ou o publicano." Mt. XVIII, 17. "Ensinai a todos os povos... eu estarei convosco todos os dias até à consumação dos séculos." Mt. XXVIII, 20. "A Igreja de Deus vivo que é coluna e firmamento da verdade." I. Tim. III, 15. Eis a regra de fé: o ensino vivo e autêntico da Igreja. O cristão, uma vez convencido da sua instituição divina, crê e recebe os seus ensinamentos com tôda a confiança de quem sabe que Deus não falta às suas promessas nem à fidelidade de sua palavra. Provar por meio da Escritura e da tradição *objetiva* (complexo de documentos em que se fixou a fé dos séculos passados) é um trabalho científico, ulterior, utilíssimo; não, porém, necessário; poderá fazê-lo quem quiser e para isto dispuser de tempo e de competência. A ninguém negou jamais a Igreja o direito de verificar e aprofundar os seus ensinamentos. Mas se todos têm o dever de ser cristãos nem todos têm a obrigação de se elevar a teólogos. — Isto agora de pôr diante de cada homem um livro ou um monte de livros e dizer-lhe que os examine livremente para formar o seu credo é teoria especìficamente

protestante. O Sr. ERNESTO, portanto, não conseguiu mostrar a inconveniência da doutrina católica senão desnaturando-a e pervertendo-a na outra que ela combate.

A contra-ofensiva fracassou. A defesa direta, esta desfecha no ridículo. "A Egreja romana, porém, ensina, pelo Rev. Franca (1), que a divina Palavra tem dificuldades de *autenticidade*, de *genuinidade*, de *canonicidade*, dificuldades *históricas*, dificuldades *etnográficas*, dificuldades *lingüísticas*, dificuldades *críticas*, dificuldades *gramáticas*, dificuldades *exegéticas*... mil e uma dificuldades e que, por essa causa, só devem lê-la os membros do magistério infalível da Igreja de Roma", p. 24 (2). E à p. 30, depois de repetir a mesma enumeração exclama: "Vade Retro com as suas dificuldades!"

— O engenheiro paranaense viu diante de si um exército de objeções em linha de batalha. Travar peleja não lhe pareceu prudente. Perfila-se e comanda: Dificuldades, meia volta! volver. Vade retro. — Mas as idéias, professor, não se tratam como as baionetas dos recrutas bizonhos. As di-

(1) A Bíblia ensina a mesma cousa. Das epístolas de S. Paulo diz S. Pedro haver nelas algumas cousas "difíceis de entender que os indoutos e inconstantes torcem, como também as outras Escrituras, para sua própria perdição." 2 Petri, III, 16. Se para os contemporâneos de S. Pedro já havia cousas difíceis, como não as haverá para os que vivemos há quase dois mil anos da época em que foi escrito o último livro sagrado?

(2) À p. 25 repete-se a mesma falsa acusação: "Ao passo que o Rev. Franca *desaconselha* a leitura do livro santo por acenar-nos com as suas mil e uma dificuldades." — Onde desaconselhei tal leitura, honesto crítico? Dizer que um livro encerra dificuldades e desaconselhar-lhe a leitura são cousas muito diferentes; só as pode confundir um preconceito obcecado. A conclusão que tirei foi outra, e esta o Sr. ERNESTO calou, a saber que um livro nestas condições não pode ser a *única* regra de fé de uma religião revelada para a universalidade dos homens. Não teria sido mais elegante que o professor de Curitiba discutisse a conclusão que tirei expressamente e não me atribuísse insidiosamente outra que não é minha?

http://www.obrascatolicas.com

ficuldades não obedeceram; aí estão elas tão perfiladas e tão importunas como antes. Alinham-se agora nas pontas dêste dilema: Existem ou não existem, na interpretação e reta inteligência dos livros sagrados, as dificuldades que apontamos? Não existem? Então pedimos ao politécnico de Curitiba que se vá matricular em *qualquer* faculdade bíblica dos grandes centros científicos da Europa e da América e depois de por lá freqüentar durante um ou dois anos as cadeiras de Introdução ao Antigo e ao Novo Testamento, retomaremos a discussão. Existem? E como então estabelecer, como regra de fé, um livro cuja compreensão é sujeita a condições, pela natureza das cousas, irrealizáveis para a maior parte dos homens?" (1).

Com esta bravura do *Vade Retro* terminou o Sr. ERNESTO o heroísmo das suas defesas. Tudo debalde. Aí ficam de pé tôdas as objeções formuladas anteriormente. Resumimo-las com as palavras do mais douto talvez dos teólogos luteranos da Escandinávia moderna. "A Bíblia não pode ser o princípio único do conhecimento religioso. A sua própria natureza o impede; nenhum dos seus textos o prova; muitos o contradizem; por mais que se remonte na história, nunca o foi, por mais longe que se vá no futuro, nunca o será. É mister ao lado e ao alcance de todos, uma garantia segura de sua origem, de sua pureza, de sua autenticidade, da segurança do seu texto no conjunto e nas minúcias, da segurança também de sua tradução, enfim do valor certo de sua interpretação. Sem isto, nosso princípio bíblico não tem

(1) Numa nótinha, aposta à p. 43 do livro do Sr. ERNESTO, o Sr. E. W. KERR afirma que várias vêzes lendo alguns passos da Escritura (e enumera êstes passos) às pessoas rudes e cultas "jamais encontrou quem declarasse não compreender a Divina Palavra nesses passos." — Nota fora do propósito. Ninguém afirmou nunca que tôda *a Bíblia* é difícil, que não haja trechos de compreensão mais chã e acessível. Mas ao lado dêstes há outros; e para quem não tem como norma de crer senão a Bíblia quem lhe assegura que

mais consistência que uma *frase vazia*" (1). Numa palavra, o princípio fundamental do protestantismo é internamente contraditório, contrário à Escritura, à história e à razão. São argumentos, Sr. ERNESTO, e contra argumentos, *vade retros* agastados são ridículos e inoperantes.

precisamente num dêstes passos não se acha revelada uma verdade fundamental e indispensável à salvação? Sôbre a instituição da Eucaristia, o *mysterium fidei*, por excelência, não aventuram os protestantes umas duas ou três centenas de interpretações?

(1) *Krogh-Tonning, Le Protestantisme contemporain*, p. 16.

http://www.obrascatolicas.com

CAPÍTULO III

Conseqüência do princípio fundamental do protestantismo

As conseqüências são a prova de fogo dos princípios. Quatro séculos de história aí estão a demonstrar a eficácia corrosiva do critério individualista, aplicado pelos primeiros reformadores ao domínio religioso. A sua fôrça deletéria acabou minando radicalmente o cristianismo como doutrina revelada. "A Reforma, escreve um historiador protestante, foi um movimento destruidor do cristianismo positivo e do princípio de autoridade em matéria de fé; não há autoridade nem certeza dogmática fora da tradição eclesiástica representada pelo catolicismo, e o *protestantismo outra cousa não é senão uma série ou coleção de formas religiosas do livre pensamento*" (1).

Aí está em que veio parar o esfôrço de reconduzir o cristianismo à "integridade primitiva do puro Evangelho": substituição dos ensinamentos de Cristo pelas mil formas cambiantes do pensamento individualista. Se a desagregação das seitas ainda não atingiu o extremo da atomização completa, é porque, na prática, o protestantismo renegou o seu princípio. Ao livre exame individual preconizado substituiu para as massas o ensino por via de autoridade. Em vez de dar a

(1) *Revue historique*, t. XLIX, Mai-Août, 1892, p. 103.

Bíblia a cada crente confiando-lhe a interpretação à "operação interior" do alto, cada seita organizou a sua confissão de fé, reuniu os seus sínodos, elaborou o seu catecismo, fulminou anátemas e tentou impor aos seus membros a unidade doutrinal por via de um magistério humano. Além disto, os reformadores procuraram no poder civil o amparo que lhes faltava na desorganização do próprio cristianismo mutilado. Por tôda a parte, na Alemanha, na Inglaterra, na Suíça e na Escandinávia, os príncipes empunharam o báculo e entraram a reger os negócios eclesiásticos, definindo dogmas e impondo símbolos. A unidade comprometida pelo livre exame era assim assegurada pela energia organizadora do sabre.

Ao estudo desta situação contraditória e humilhante do protestantismo consagramos um parágrafo inteiro (pp. 252-259) que passou completamente despercebido ao crítico diligente da Escola Politécnica do Paraná. Já observamos quantas vêzes lhe é grato recorrer a esta eficacíssima entre as respostas polêmicas: a resposta do silêncio.

Em defesa, porém, da unidade do protestantismo aqui e ali aventou tìmidamente algum esbôço de apologia. A sua tática desenvolve-se, como há pouco, em dois momentos, um de contra-ataque, outro de defesa.

Na contra-ofensiva contesta o Sr. Ernesto a unidade da Igreja católica pelo prazer de alguns espíritos paradoxais de negar a evidência da luz solar. Abordoando-se na autoridade de um correligionário seu, o Sr. Miguel Tôrres, afirma que nada são as divisões protestantes em confronto das que outrora afligiram a Igreja. Aos católicos que lembram os nomes das inúmeras seitas protestantes, batistas, calvinistas, luteranos, etc., podem os protestantes mimosear as divisões sectárias de que fala S. Agostinho: simoniani, menandriani, arabici, helvidiani, etc., etc. (p. 102).

http://www.obrascatolicas.com

Esdrúxula maneira de argumentar! CARLOS PEREIRA vira na diversidade das ordens religiosas o paralelo da multiplicidade de seitas protestantes, como se franciscanos ou agostinianos plasmassem a bel-prazer sua confissão dogmática e não obedecessem, na fé, na moral e na disciplina, à única autoridade estabelecida por Jesus Cristo. O Sr. ERNESTO, que teve o bom senso de abandonar a causa perdida do seu cliente, foi, porém, afuroar outro argumento ainda mais ridículo e ineficaz. Contra a unidade da Igreja são agora chamados a depor os que saíram desta unidade. Para demonstrar que no Brasil não se fala só o português alega-se o exemplo da Bolívia e da Venezuela onde se fala castelhano. Tôdas aquelas seitas, preclaro professor, *não são católicas*, saíram do seio da Igreja, e pereceram como perecem todos os ramos que se destacam do tronco onde circula a seiva da vida. Que no curso da história tenham surgido indivíduos, disseminadores de discórdias, a oporem à integridade da doutrina revelada o particularismo dos seus erros, é cousa muito sabida e compreensível. Há de haver heresias, disse S. Paulo, I Cor. XI, 19. Mas foi precisamente para que estas heresias não dilapidassem o patrimônio da verdade revelada que Cristo instituiu um magistério vivo e autêntico ao qual prometeu a infalibilidade de sua assistência. A Igreja examinou e condenou aquelas seitas; e os seus adeptos, ou, numa submissão nobre, voltaram à unidade de que haviam saído, ou, numa revolta de orgulho obstinado, foram prolongar numa igrejinha de despeitados a agonia dos que se destacaram do princípio de vida. Na Igreja Católica há sempre uma *unidade de direito*, que assegura e perpetua, não obstante as tentativas das paixões humanas, a *unidade de fato*. No protestantismo, não. Não há autoridade capaz de decidir as controvérsias; a Escritura, cada qual a interpreta a seu modo e nenhum indivíduo ou nenhuma igreja pode impor a outrem a própria interpretação. De *direito* e de *fato* o protestantismo é um conglomerado de seitas que tendem a aumentar indefinidamente e a divergir de modo cada vez mais radical. Ora, uma religião que, de direito e de fato, é a discórdia crescente não se pode apresentar como a expressão de uma verdade divina. É uma coleção de formas religiosas do livre-pensamento. Se o Sr. ERNESTO não percebe o abismo de diferença que há entre a unidade católica e a babel protestante é porque lhe faltou meio minuto de reflexão desapaixonada.

Em outros lugares de seu livro cita ainda o professor contra a unidade da Igreja a diversidade de interpretações exegéticas dos teólogos católicos. Outro equívoco (1). A unidade de fé não implica *identidade de opiniões teológicas*. Na Igreja há a mais perfeita unidade de fé. Nenhum católico, teólogo ou não, pode riscar um só dos dogmas explìcitamente propostos pelo magistério infalível da Igreja. Todos recitamos hoje, no mundo inteiro, o mesmo símbolo de S. ATANÁSIO, de *Nicéia* ou o *Apostolicum*. Fora dêste domínio, que abraça as verdades da fé, no terreno da sua sistemati-

(1) Equívoco acompanhado de deformações palmares da doutrina que se pretende combater sinceramente. Expondo ou maltratando o ensino católico da tradição, diz o Sr. ERNESTO que foram declaradas "com o mesmo valor que a Sagrada Escritura para regra de fé aos cristãos do mundo habitado, dentre os orientais, as obras de Sto. Atanásio, de S. Basílio", etc., p. 31. — Onde é que o Sr. ERNESTO ouviu tal cousa? Meia página adiante transcreve um trecho do nosso livro em que se resumiam as condições para que o testemunho coletivo dos SS. Padres constituísse a prova de uma tradição autêntica e divina, e começa a transcrição omitindo estas três linhas que a precedem: "Diremos então que as obras dos Santos Padres *tomadas singularmente são documentos infalíveis, equiparáveis à Escritura? De modo nenhum*", p. 227. O Sr. ERNESTO leu estas afirmações categóricas e, sem que lhe doesse a consciência, escreveu que, segundo a doutrina católica, os ensinos dos SS. Padres "têm o mesmo valor e autoridade como base e regra de fé, quanto a Sagrada Escritura", p. 31. Inútil fazer comentários; mas não podemos deixar de elevar a 11 as deformações visíveis e deliberadas do puritano polemista.

http://www.obrascatolicas.com

zação teológica ou na interpretação de passos da Escritura, cujo sentido não tenha sido oficialmente interpretado pelo magistério eclesiástico, os teólogos podem discordar e discordam inúmeras vêzes. Pode dar-se o caso de tratar-se ainda de uma verdade de fé, sôbre a qual, antes de explìcitamente definida, tenham levantado dúvidas alguns Padres ou Doutores. Mais tarde, quando suficientemente esclarecida, sobrevém uma definição autêntica, cessam as hesitações e reafirma-se a unidade. Esta é precisamente a razão de ser do magistério vivo instituído por Cristo; sem êle, era inevitável que a revelação salvadora acabasse pulverizada pela instabilidade, pelas paixões e pelos interêsses dos homens.

Quando, portanto, o Sr. ERNESTO Luís sob a epígrafe enfática de "exemplo memorável" cita um trecho em que Belarmino honestamente resume as diferentes exegeses dadas a um texto difícil, não faz senão pôr ainda uma vez à evidência o total desconhecimento da doutrina que pretende criticar. Exemplos "memoráveis" como êste, há-os em barda. Nunca porém, a Igreja afirmou que os seus doutores interpretam sempre unânimemente a Escritura; disse apenas — e o Sr. ERNESTO havia, de próprio punho, copiado o passo em que explicávamos o ponto — que o testemunho dos Padres, *quando em consenso moralmente unânime,* constitui a prova de uma tradição divina (1). São cousas tão diferentes que só não as entende quem fecha obstinadamente os olhos à luz da verdade.

Não; não é possível negar a nossa admirável unidade de fé; é êste um dos sinais com que Cristo distinguiu a sua Igreja, e êste sinal não resplende senão na fronte da Igreja Católica. Só aí se conservou a organização divina com a qual determinou o Redentor perpetuar a luz dos seus ensinamentos. Reconheceu-o ainda há pouco o pastor HAENSEL,

(1) As razões desta doutrina, encontrará o leitor, expostas, em IRC, p. 228. O Sr. ERNESTO calou-as como de costume. Atacou a conclusão e omitiu as provas. Delicadezas de polemista!

no projeto apresentado pela Alta Igreja luterana à assembléia eclesiástica constituinte da Prússia: "A direção episcopal da Igreja foi sempre para ela, durante quase dois mil anos, uma fonte de bênçãos, enquanto a supressão do episcopado foi a desgraça da nossa igreja evangélica alemã. Podemos pensar o que quisermos das igrejas não evangélicas; à igreja romana em particular podemos recriminar vários usos não conformes ao Evangelho. Uma cousa, porém, é certa; na sua unidade que abraça povos e nações, ela leva sôbre nós uma vantagem imensa; nesta unidade, ela vê com certa razão um índice de sua origem divina; mas esta unidade de fé, de culto, de disciplina, tem no seu episcopado o seu fator. Derrui esta coluna e tôda a construção da Igreja entrará a vacilar. Esta desgraça trágica foi a nossa, a da igreja evangélica alemã. A abolição do episcopado resolveu-se para nós num malôgro completo, e as massas se afastaram da nossa Igreja" (1).

Negar a unidade de fé na Igreja católica era um atentado contra a evidência; defendê-la, entre os protestantes, um paradoxo inconcebível. O Sr. ERNESTO não recuou ante esta façanha impossível. CARLOS PEREIRA já nos falara da "harmonia fundamental" que reina entre as diferentes frações do protestantismo, tôdas unânimes em conservar o símbolo dos apóstolos. Não era difícil desfazer esta ingenuidade sem nome. Consagramos-lhe, porém, mais de 30 páginas (IRC. pp. 259-292) para não adiantarmos afirmação sem lhe acrescentarmos a prova ao lado. Reunimos assim uma documentação de fatos e textos capaz de levar a evidência a qualquer espírito sincero. O Sr. ERNESTO Luís não julgou digno de sua alta consideração todo êste trabalho positivo e

(1) *Warum ist fuer unsere Kirche die bischoefliche Verfassung zu fordern,* 1921, p. 5.

http://www.obrascatolicas.com

documentado. A defesa da "unidade espiritual do protestantismo" não chegou a consagrar 3 páginas inteiras. Para assunto tão importante e para responder a tantas alegações precisas e fatos provados é realmente muito pouco. O professor precisava de mais de 50 páginas para provar que o papa era o Anticristo e outras tantas para copiar um artigo da *"Grande Encyclopédie française"* sôbre a eucaristia. Para replicar ao livro anterior faltou-lhe naturalmente o espaço; no entretanto, o subtítulo do seu trabalho prometia outra cousa, "Réplica ao livro: a Igreja, a Reforma e a Civilização", etc.

Mas enfim o Sr. ERNESTO disse alguma cousa; cumpre que examinemos a sua defesa. Das inúmeras citações por nós acumuladas, êle desfaz-se com uma penada elegante: "O que chama o Rev. Franca de "dissolução dogmática do protestantismo" não passa de um amontoado de opiniões de anarquistas, ateus, livres-pensadores que, de forma alguma, podem representar qualquer das confissões do protestantismo", p. 100 (1).

E a prova, preclaro professor? — Quem quer que não seja de todo leigo na moderna literatura dogmática protestante terá reconhecido nos autores citados os nomes de *pastôres* e de *professores* de *teologia* nas faculdades "evangélicas", dos mais acatados, dos que dirigem as grandes correntes do pensamento religioso entre os descendentes de LUTERO. A "aliança Evangélica" riscou a divindade de Cristo da fórmula dos dogmas cristãos; 1.500 dos 1.800 *pastôres* da igreja holandesa deram a sua adesão pública ao livro de Renan. Eram ateus? eram anarquistas? mas então os pastôres protestantes podem negar tudo, Cristo, Deus, o Evangelho e *continuar a ser pastôres das suas igrejas!* É precisamente o que dizíamos; é precisamente o que nos afirmava há pouco o *pastor* W. MONOD: o protestantismo não passa de uma coleção de formas religiosas do livre-pensamento. O que na realidade prova a asserção do Sr. ERNESTO e a do seu correligionário KERR (p. 8), é ou uma ignorância completa do mundo intelectual protestante, ou o propósito assentado de negar conscientemente a evidência da verdade.

(1) O Sr. E. W. KERR, no prefácio, já apontara o estratagema fácil. A resposta ao nosso livro devera denunciar... "a inclusão de escritores materialistas, agnósticos e anarquistas entre os inculcados no livro como protestantes", p. 8. Veja-se a resposta no texto, em todo o resto dêste capítulo.

Recomeçaremos a nossa demonstração com outro material (1); e dá-la-emos quantas vêzes quiserem com documentação sempre nova. É uma verdade tão incontestável e tão fácil de evidenciar-se que não é preciso grande esfôrço de erudição para encher, de fatos e textos, volumes inteiros.

Depois de se desfazer dos textos incômodos com aquela evasiva miserável, passa o professor a afirmar ainda: "A unidade do Protestantismo se demonstra pelo seguinte e significativo fato: várias denominações têm compendiado a sua doutrina em artigos de fé: aí está a confissão de fé de Augsburgo, a Tetrapolitana, a Polaca, a Saxônica, a Boêmia, a de Witemberg, a Palatina, a Helvécia, a Francesa, a Holandesa, a Inglêsa e a Escocesa. A harmonia dessas declarações de fé, diz SAMUEL EDGARD (Variat. of the Popery, pp. 27 e 28) é verdadeiramente admirável e constitui um evento extraordinário na história do homem. Os anais da religião e da filosofia não apresentam exemplo de uma harmonia semelhante. Em países diversos, separados pelos rios, pelas montanhas, pelos mares; de povos, costumes e línguas diferentes, sem a menor combinação prévia, no gôzo de tôda a inde-

(1) E desta vez poremos diante de cada nome o respectivo título de pastor ou professor de teologia protestante, para poupar ao Sr. ERNESTO a vergonha daquele subterfúgio, filho de uma ignorância injustificável.

http://www.obrascatolicas.com

pendência, sem coação alguma, os cristãos evangélicos apresentaram ao público as doutrinas da Sagrada Escritura, em forma de confissões, as quais depois de lidas parecem obra de um só autor, escritas no mesmo lugar e dia. Êsse acôrdo, em todo o seu processo, manifesta o dedo do Céu (!!) e a conduta providencial de Deus. Tinham todos êles na verdade uma luz, a Palavra de Deus. Guiados por essa lâmpada os protestantes escreveram as suas confissões, as quais, exceto em um ponto, para exibirem a fraqueza humana, mostram a mais perfeita uniformidade! E até essa única divergência sôbre a significação do sacramento eucarístico desapareceu completamente nos tempos modernos", p. 101.

— Até aqui já nos havíamos convencido de que o professor da Escola Politécnica de Curitiba desconhecia completamente o catolicismo que criticava; agora, para lhe não atribuirmos uma deformação consciente da verdade, devemos admitir que ignora de todo em todo a história e a doutrina do seu próprio protestantismo.

Tôda a gente, exceto o Sr. Samuel Edgard e o seu discípulo brasileiro, sabe como e por que pulularam, com tanta fecundidade, as confissões protestantes. Houvera unidade doutrinal e não havia mister reeditar cada país o seu credo com pequenos intervalos de tempo. Nasceram os símbolos da interminável e insanável discórdia dos primeiros chefes da Reforma. A própria idéia de propor uma "confissão de fé" já era uma contradição ao princípio do exame individual exercido sôbre a Bíblia e só a Bíblia. Entre a Palavra escrita — que o Sr. Ernesto julga tão sem dificuldades — e o crente, os reformadores julgaram dever interpor o intermediário de uma confissão formulada por teólogos sem credenciais. Era uma contradição que a necessidade de viver introduziu logo nos costumes do protestantismo contra os seus princípios. Mas o que num país ou a um reformador parecia verdade inconcussa a outro se afigurava heresia detestável. As necessidades políticas de coligações contra os católicos levava também os partidos a negociarem alianças a custo de artigos de fé que se cortavam ou se atenuavam. As "confissões" voltavam de novo à incude e saíam modificadas, conforme exigiam os interêsses do momento.

Citemos um ou outro dêstes fatos edificantes. Trabalhava-se em Augsburgo na confissão que leva o nome desta cidade, a célebre *Augustana*, redigida por Melanchton de acôrdo com Lutero. Zuínglio, discordante, redige também êle a sua confissão. Melanchton assim a julga numa carta a Lutero de 14 de julho: "Zuínglio acaba de enviar aqui uma confissão de fé. Ao vê-la *di-lo-iam doido, dicas simpliciter mente captum esse*. Sôbre o pecado original e os sacramentos renova as antigas heresias; fala num verdadeiro vasconço, isto é, num dialeto suíço bárbaro e incompreensível; quer abolir tôdas as cerimônias; sustenta com violência sua doutrina sôbre a Eucaristia, não quer tolerar de modo algum os bispos" (1). Apesar das oposições de Zuínglio saiu em 1530 a Augustana: 10 anos mais tarde nova edição diferente, a *Confessio variata* de 1540 que suscitou intermináveis discussões.

No entretanto os zuinglianos não desarmaram. Estrasburgo e mais 3 cidades quiseram também a sua confissão de fé "cautelosa e hipócrita" no dizer de Brenz. Redigiram-na Bucero e Capito; ao ler esta *Confessio tetrapolitana*, disse o Imperador: "Desta confissão ressalta, como fomos exatamente informados, que essas 4 cidades se separam, pela fé, não só de tôdas as outra cidades do Império, mas ainda de tôda a nação alemã e ainda da cristandade inteira" (2). E assim a cada nova discórdia das vontades e desacordo das inteligências surgia uma nova confissão de fé. Grotius, protestante, juiz competente e perspicaz: "Elaboraram-se em vários países confissões variadas e contraditórias (*inter se pugnantes*); as partes antigas não só nunca puderam entre

(1) *Corpus Reformatorum*, t. II, p. 193.
(2) *Neue Sammlung der Reichsabschiede*, t. II, p. 309, § 8.

http://www.obrascatolicas.com

si coagmentar mas de dia para dia iam surgindo novas partículas tão numerosas que já ninguém lhes pode contar o número" (1).

Destas discórdias entre as primeiras confissões surgiu a idéia das *fórmulas de concórdia*. Em 1567, uma; em 1570 outra; em 1573, ainda outra, em 1574 mais outra, em 1575 outra mais; enfim dezenas... A de 1576 é das mais célebres; é a *Solida Declaratio*, nascida "das lutas teológicas e eclesiásticas que na segunda metade do século XVI ofuscaram o rosto do Protestantismo alemão" (2). Estas palavras lêem-se no *próprio livro das Confissões protestantes*. O entusiasmo a princípio foi grande. Ao trabalho conciliador dos teólogos e principalmente de Andréia chamou João Haintzel, burgomestre de Augsburgo "o último milagre antes do juízo final" (3). Não tardaram, porém, as críticas e as decepções. Um bom número dos que haviam admitido a Augustana rejeitou a *Formula Concordiae*. Frederico II, rei da Dinamarca e luterano zeloso, queimou, com as próprias mãos, o exemplar de luxo que lhe fôra enviado e "proibiu aos seus súditos sob pena de morte comprá-la ou conservá-la em casa" (4). Os teólogos de Bremen escreveram que em Andréia, "Satã se transformara em anjo de luz." Ursinus, teólogo de João Casimiro, refutou-a sèriamente mostrando as contradições internas do novo símbolo e as oposições evidentes à Escritura; em vez de trazer à Igreja e ao Estado a paz e a concórdia só traria a divisão e a perturbação. Foi o que aconteceu. Se entre os luteranos a fórmula não foi bem recebida, entre luteranos e calvinistas abriu fonte de novos dissentimentos. "O abismo entre luteranos e calvinistas, escreve um contemporâneo, foi tão totalmente alargado e aprofundado que quase já se não pode alimentar esperança de ver as cousas durarem longo tempo no mesmo estado. A guerra está à porta e correrá sangue" (1).

(1) H. Grotius, *Votum pro pace Ecclesiae, Opera theologica*, Basileae, 1732, t. IV, p. 654.

(2) "Ist aus den theologischen und kirchlichen Kaempfen erwachsen, die das Bild des deutschen Protestantismus in der zweiten Haelfte des 16. Iahrhunderts verduestern." J. Mueller, *Die symbolischen Buecher, der evangelisch-lutherichen Kirche*, 12 ed. Gutersloh, p. LXVI.

(3) Gillet, J. F., *Crato von Crafftheim und seine Freund, Franchort* a M. 1860-1861, t. II, p. 243.

(4) Duplessis-Mornay, *Mémoires et correspondances pour servir à l'histoire de la Réformation et des guerres civiles et religieuses en France*, Paris, 1824-25, t. II, pp. 110-113.

Estas profundas e incompatíveis diferenças doutrinais entre luteranos e calvinistas *vêm indicadas nos próprios livros das confissões*. Abra o Sr. Ernesto e leia da p. 779 à 784. Aí depois de ver a "pura et vera doctrina" dos luteranos sôbre a *Ceia*, a *Pessoa de Cristo*, o *Batismo*, a *Predestinação* e a *Providência*," terá a surprêsa de verificar como *"sequitur falsa et erronea doctrina calvinistaraum,"* sôbre os mesmos pontos fundamentais. O Sr. Ernesto abriu alguma vez um livro de confissões? Não? E como se atreve a falar do que não sabe? Sim? E como ousa afirmar que "os anais da religião e da filosofia não apresentam exemplo de uma harmonia semelhante?" (p. 101)

Mas enfim aí estão as confissões; é abri-las e lê-las para se convencer logo como "parecem obra de um só autor, escritas no mesmo lugar e dia."

Como se conhecem os livros sagrados? Qual o critério de canonicidade das Escrituras? A tradição, respondem os 39 artigos da Igreja anglicana, a *confessio Wirttemburgica* e a boêmia: são livros do Antigo e do Novo Testamento aquêles que, como tais têm sido comumente recebidos na Igreja (2). Não, contesta a Confissão das Igrejas de França no seu art. 4: "Nós conhecemos que êstes livros são canônicos e a regra certa de nossa fé, não tanto pelo comum acôrdo e consentimento da Igreja, quanto pelo testemunho

(1) *Beitraegen zur Evangelischen Concordiae*, 1717, pp. 49-50.

(2) As palavras textuais deixamo-las citadas há pouco.

http://www.obrascatolicas.com

e persuasão interior do Espírito Santo que no-lo faz discernir dos outros livros eclesiásticos." Assim, na Boêmia ou na Inglaterra, um critério objetivo: o consenso da tradição eclesiástica; na França, um critério subjetivo, a persuasão interior do Espírito Santo. LUTERO, rejeitando por esta persuasão íntima a epístola de S. Tiago, é ortodoxo aquém Reno e herege além. Realmente, estas confissões parecem escritas no mesmo lugar e no mesmo dia por um só homem... que fizesse da contradição e do absurdo a lei fundamental do seu pensamento.

Até que ponto se estende a inspiração dos autores sagrados? Abro a *Formula Consensus helvetica* de 1675; são inspirados no Antigo Testamento até as consoantes, as vogais e os pontos (1). Todos êstes sinais, que os massoretas lá pelo século VIII introduziram no texto hebraico para lhe facilitar a leitura, passaram a ser do Espírito Santo. E esta fórmula de fé foi imposta aos predicantes sob pena de multa, cárcere e exílio. Volto 50 anos depois, em 1725: a confissão acabava de ser abrogada. Já não era herege quem negasse aos massoretas o carisma dos hagiógrafos. Coerência de um só homem que escreve na mesma hora duas contradições!

E os exemplos poderiam continuar indefinidamente. Não há quase dogma de fé sôbre o qual se não possam apontar variações e contradições fundamentais nos símbolos protestantes. É trabalho já feito e conclusão assentada, entre os que sabem. Perguntamos agora ao professor de Curitiba: leu as confissões protestantes? Não? e como ousa falar do que não conhece? Sim? e com que consciência afirma que "até a única divergência sôbre a significação do sacramento eucarístico desapareceu completamente nos tempos modernos?" Ou uma insciência inconcebível ou uma inconsciência inexplicável.

---

(1) "In specie autem Veteris Testamenti Codex quem ex traditione Ecclesiae judaicae, cui olim oracula Dei commissa sunt, accepimus hodieque rettinemus, tunc quoad consonas tum quaod vocalia, sive puncta ipsa sive punctorum saltem potestatem, et tum quoad res tum quoad verba Θεοπνευστος." NIEMEYER, *Collectio confessionum in ecclesiis reformatis publicatarum*, Lipsiae, 1840, p. 730. Cfr. E. RABAUD, *Histoire de la doctrine de l'inspiration des Saintes Escritures dans les pays de langue française*, Paris, 1883, pp. 128-132.

Mas por que analisar o conteúdo das confissões protestantes? Ainda que fôssem harmoniosamente coerentes como documentos escritos por um só homem num só dia, que provariam elas em favor da "unidade doutrinal" do Protestantismo? Quem ignora que as confissões entre os evangélicos não passam de "farrapos de papel," que cada qual pode impunemente desrespeitar? Que fôrça obrigatória podem ter êstes símbolos de fé propostos por chefes ou sínodos desqualificados aos adeptos de uma doutrina pela qual a *única regra* de fé é a Bíblia, livremente interpretada por cada indivíduo? O valor dêstes formulários é apenas conservar nas massas dóceis e incapazes de livre exame certo vínculo de unidade doutrinal mais ou menos despòticamente imposta pelos pastôres. A lógica está absolutamente com ROUSSEAU: "A Igreja de Genebra não tem e não deve ter, como reformada, nenhuma profissão de fé precisa e comum a todos os seus membros. Se se quisesse ter uma, com isto se ia ferir a liberdade evangélica, *renunciando ao próprio princípio da Reforma*... Se estas igrejas e êstes sínodos... pretenderam prescrever aos fiéis o que êles deviam crer, com estas decisões não provaram estas assembléias outra cousa, senão que ignoravam a própria religião" (1). Ante as suas confissões, os pastôres e teólogos protestantes tomaram tôdas as suas legítimas liberdades. Em 1905, num congresso "evangélico" reunido em Berlim, o *pastor* RADE, diretor do *Christliche Welt*, periódico *protestante* e teólogo liberal atirou aos conservadores êste cartel de desafio: "Citem-me os ortodoxos um só professor culto que em nossos dias siga à letra as con-

(1) J. J. ROUSSEAU, *Lettres de la montagne*, 2e. Lettre.

http://www.obrascatolicas.com

fissões de fé e as Escrituras." Ninguém levantou a luva (1). De fato, uma após outras, tôdas as doutrinas, que ainda hoje se têm nas fôlhas mortas destas exomologeses, foram caindo às rajadas do livre exame e da crítica dos que não querem renunciar ao direito hereditário de protestar. A predestinação absoluta era um dos dogmas essenciais de Calvino e sôbre o qual mais insistem os primeiros símbolos dos reformados. Hoje, escreve um *teólogo calvinista* (note bem, Sr. ERNESTO, vou sublinhando os títulos dos autores citados): "Nenhuma flor dos herbários dogmáticos está mais fenecida, murcha e denegrida" (2). Já em 1831, outro *professor de teologia protestante,* natural de Genebra, assim julgava o mestre: "O calvinismo está em oposição com o Evangelho"; "de tôdas as formas que tomou a religião numa consciência de homem é a mais repelente e nos tempos modernos a mais odiosa" (3). "De todos os países, afirma outro *professor de teologia de Genebra,* que foram transformados pela reforma de Calvino, Genebra é hoje o centro do globo menos calvinista" (4). "Na igreja protestante, declara o *pastor* FULLIGUET, o dogma está submetido a uma revisão perpétua" (5).

Na Alemanha, na França e na Inglaterra são os mesmos acentos que ouvimos na Suíça. Na França fale a autoridade

(1) Já havíamos citado êste fato muito significativo (p. 270) ao lado de inúmeros outros. O Sr. ERNESTO cerra os ouvidos e continua a cantar as suas nênias sôbre a unidade doutrinal do Protestantismo.

(2) E. DOUMERGUE, *Vie de Calvin,* 1910, t. IV, p. 412.

(3) JACQUES-CATON-CHENEVIÈRE, Essais de théologie, Genève, 1831, t. II, pp. 499-501.

(4) MONTET, Cit. por G. GOYAU, *La Ville-Eglise,* t. II, p. 212.

(5) FULLIGUET, *Précis d'histoire des dogmes,* Genève, 1913, p. 215. Já se vê a distância percorrida depois de Lutero que escrevia: "Os artigos de fé não podem ser modificados" (Weimar, XXX, 421). "O Espírito Santo não é cético, não inscreve dúvidas ou opiniões no coração, senão afirmações mais categóricas e mais inabaláveis que tôda a experiência e tôda a vida." Weimar, XVIII, p. 606.

do *professor de teologia* C. DOUMERGUE: "De dia para dia se ouve sempre mais dizer que já não há pontos essenciais fundamentais... Para os que não podem, no seu bom senso, admitir que uma Igreja não tenha doutrina, é então a dúvida, a hesitação, a inquietude, o mêdo" (1). Eis o estado de espírito dos que *conhecem a situação* real do protestantismo. E esta situação é um corolário dos seus *próprios princípios fundamentais*. Demos a palavra a outro grande mentor do pensamento protestante em França, AUG. SABATIER: "Assistimos com interêsse e até com simpatia às tentativas feitas para determinar certo número de dogmas imutáveis e absolutos numa ou noutra das igrejas protestantes. Para isto trabalharam os teólogos mais sutis: *todos fracassaram*. Êste fracasso foi tão ruidoso e inevitável na igreja anglicana e no luteranismo alemão, muito próximos do catolicismo (!!), como nas igrejas reformadas da França, da Suíça, da Escócia ou da América. É que *por tôda a parte a tentativa implica contradição*" (2). Por tôda a parte, a babel dogmática, e esta babel, conseqüência lógica do protestantismo.

Quase simultâneamente encontramos o mesmo pensamento em Ad. HARNACK, *professor de teologia em Berlim*: "Se nos objetam: estais divididos, quantas cabeças, tantas doutrinas; respondemos: *é verdade,* mas não desejamos outra cousa; pelo contrário, desejamos mais liberdade, mais individualismo na crença ou na expressão" (3). Livre ao protestantismo de desejar mais anarquia doutrinal, mas então renuncie a apresentar-se ao mundo como a Palavra de Deus:

(1) *Foi et Vie,* N.º de 1 de junho de 1922.

(2) AUG. SABATIER, *Esquisse dune philosophie de la religion,* 8 ed., Paris, Fischbacher, 1897, p. 188. Já desde 1659 o célebre SPANHEIM, na sua *Disputatio Prima de capitibus fidei fudamentalibus,* publicada em Heidelberg, desesperava de qualquer concórdia que, dizia êle "seria muito para desejar, mas impossível de esperar, *optandam quidem esse, sperandam nunquam.*"

(3) *Ad. Harnack, Das Wesen des Christenthuums,* tr. fr. p. 328.

http://www.obrascatolicas.com

esta é certa, absoluta, infalível e imutável. Depois dêstes testemunhos gerais que, se fôr mister, multiplicaremos ainda, poderíamos descer aos dogmas particulares e mostrar como, uns após outros, foram desaparecendo na evanescência da dúvida e da negação. Fá-lo-emos apenas de dois, mas êsses capitais.

O primeiro é a *divindade de Cristo*. Negá-la é solapar todos os fundamentos do cristianismo. O que citamos no nosso livro anterior é decisivo. Acumulamos numerosos testemunhos de *professôres de teologia protestantes* dos mais conhecidos e influentes nas universidades alemãs, lembramos grandes afirmações coletivas de *pastôres e igrejas inteiras*. Tudo isto, Sr. ERNESTO, não se destrói com uma afirmação insulsa e incompetente de que se trata "de um amontoado de opiniões de anarquistas, ateus e livres-pensadores". p. 100. De tôdas as faculdades de teologia protestante, onde se formam os ministros que vão depois pastorear almas, apenas duas, Erlangen e Rostock, ensinam a divindade de Cristo; e serão as faculdades evangélicas covis de anarquistas e ateus? Em Genebra, já em 1816, a *Companhia dos Pastôres* recomendava o silêncio e a prudência sôbre êste ponto e censurava os demasiadamente zelosos. Na Holanda, de 1.800 pastôres, 1.500 aderiram pùblicamente à *Vida de Jesus* de Renan. Em Baden, LAENGIN, pastor em Karlsruhe, negou que Cristo era Deus; 99 dos seus companheiros deram-lhe a sua adesão pública. Serão todos êstes *pastôres*, centenas e milhares, suíços, holandeses, alemães, um bando de ateus, anarquistas e livres-pensadores? Tôda a gente que lê, sabe neste ponto as opiniões extremadas de SABATIER, MÉNÉGOZ e H. MONNIER, mentores do pensamento protestante, em França, professôres nas suas faculdades teológicas, e o último dêles (MONNIER), apresentado para a cadeira de teologia da Sorbonne pelos consistórios protestantes por uma maioria de 62 votos contra 39. Não passarão êstes consistórios de assembléias de ateus e livres-pensadores? Será que

a ortodoxia protestante não sobrevive senão no peito intemerato do ingênuo professor de Curitiba que assim afronta a mais incontestável das evidências e abusa visìvelmente da ignorância dos seus correligionários brasileiros?

Outro dogma fundamental entre os mais fundamentais, principalmente para o protestantismo, é *a inspiração da Escritura*. Outrora as suas confissões insistiam sôbre o seu caráter sobrenatural de livro inspirado, pressuposto indispensável a um livro que deve servir de regra de fé infalível; algumas até foram ao exagêro de afirmar inspiradas as vogais hebraicas, as consoantes e os pontos.

Tempos idos, extintos luzimentos!

Bem outra é hoje a linguagem da quase totalidade dos mestres em protestantismo. Citamo-los em barda: O Sr. ERNESTO excomungou-os irritado: são ateus! são anarquistas! — Não! preclaro professor, são lentes de teologia, são colaboradores das revistas protestantes, são historiadores honestos que preferem e registram, às vêzes com dor, a pura realidade das cousas. Quer ouvir-lhes ainda uma vez as afirmações verídicas? H. BOIS, *professor de teologia protestante,* no número da *Revue de Métaphysique et Morale,* comemorativo do centenário de LUTERO: considera a Escritura como "documento da experiência cristã, não código infalível" (1). W. HERMANN: o princípio escriturário é um princípio contraditório que hoje já ninguém admite (2). Abriu-se há pouco um inquérito sôbre as crenças dos ministros e futuros ministros protestantes, nos Estados Unidos. Entre os 200 seminaristas interrogados, 8 % defenderam a inspiração li-

(1) *Revue de Métaphysique et Morale,* Sept. Dez. 1918, p. 704.

(2) Die heute niemand vertreten mag. *Die Kultur der Gegenwart.* Teil I, Abt. IV, *Die Christliche Religion,* II HAELFTE, *Systematische Christliche Theologie,* p. 588.

http://www.obrascatolicas.com

teral da Bíblia (1). Aí estão Sr. ERNESTO, os futuros ministros evangélicos, um exército de "ateus, anarquistas e livres-pensadores", a cuja ação evangélica deseja o preclaro professor entregar o futuro do cristianismo brasileiro.

ROHNERT, que escreveu uma monografia especialmente consagrada ao nosso assunto, afirma que os modernos professôres "se ocupam açodadamente em dilacerar as páginas inspiradas dos livros divinos... Quem mais, quem menos, quase todos os lentes de universidade [em nota excetua um só] concordam em afirmar que a Escritura é falível, inquinada de defeitos, erros e contradições... Daí as desavenças, as discussões eternas entre os professôres de teologia, dos quais um destrói o que outro assevera como certo" (2). ROHNERT deplora semelhante estado de cousas, mas não o nega; é um homem de ciência e de consciência; informa-se antes de afirmar para saber o que diz.

Aliás, a eliminação da Escritura estava na lógica interna do protestantismo. Destruíram a Igreja visível com o seu magistério doutrinal sob o pretexto de que entre a alma e Deus não devia haver nenhum intermediário. Mas há intermediário mais incômodo do que um livro morto? É a palavra de Deus! E Deus não havia prometido também dirigir as almas pela voz dos seus representantes na terra: quem vos ouve, a mim ouve? Quem suprime hoje um magistério vivo assistido por Deus não hesitará em abolir amanhã um livro sem vida, inspirado por Deus. Foi o que fêz o protestantismo moderno.

Nesta pulverização crescente e incoercível de dogmas houve um momento em que os protestantes, para salvar a

(1) G. H. BETTS, *The Beliefs of 700 Ministers and their Meaning for Religious Education*, New York, Cincinnatti, Chicago, 1928. Cfr. *Les Documents de la Vie Intellectuelle*, t. V (1930), p. 71.

(2) ROHNERT, *Was lehren die derzeitigen deutschen Professoren der evang. Theologie ueber die hl. Schrift nud deren Inspiration*, Leipzig, 1892, pp. 2-3.

unidade doutrinal nas seitas que se multiplicavam, inventaram a teoria dos artigos fundamentais. Os protestantes concordam nestes artigos e discordam nos outros. Refutamos esta velha e insustentável teoria e sôbre ela não voltaríamos se não houvesse uma insistência do Sr. ERNESTO. Negáramos a existência de um fundamento bíblico para semelhante distinção. Fala o professor de Curitiba: "Venha a resposta da sua própria pena: "A Unidade e a Trindade de Deus, a Encarnação, Paixão e morte de N. S. J. C. chamam-se mistérios principais ou dogmas fundamentais de nossa fé, não porque os outros se possam impunemente negar, senão porque constituem como o centro da doutrina cristã, em tôrno do qual gravitam todos os outros dogmas." Evidente é a contradição do Rev. Franca consigo mesmo!" 103-104 — Manifestamente o preclaro professor está sofrendo de um daltonismo incurável. Antes das palavras nossas acima transcritas havia uma frase que êle teve o cuidado de omitir: "dizemos *no sentido protestante,* porque *em outro sentido a distinção é admissível." O sentido protestante* é que os dogmas fundamentais se devem crer, os outros se podem negar impunemente. *Neste sentido,* que destrói a noção de dogma ou verdade revelada por Deus, dissemos que a distinção é fictícia e contraditória e sem nenhum fundamento na Escritura. Em *outro sentido,* isto é, no *sentido lógico,* nada mais inteligível de que haja dogmas que, por sua natureza, precedem outros e os condicionam; assim a Redenção tem como antecedente e fundamento lógico a Encarnação; a Providência pressupõe a existência de Deus, etc., etc. Aqui se afirma apenas uma relação de procedência *lógica,* não uma liberdade dos fiéis de negar uma verdade manifestada por Deus. Nestas duas afirmações tão distantes uma da outra, vê o Sr. ERNESTO "uma contradição evidente." É fazer pouco caso na perspicácia dos leitores.

Continua o professor: "Mas acaso sancionará a Santa Escritura esta milagreira distinção? Sem nenhuma dúvida:

http://www.obrascatolicas.com

"Recebei aquêle que é fraco na fé, sem disputa de opiniões. Um crê que pode comer tôdas as cousas, outro que é fraco só come legumes. Que aquêle que come não menospreze aquêle que não come... Um considera um dia maior que os outros; outro considera iguais todos os dias. Que cada um esteja plenamente convicto da sua opinião"! Rom. XIV, 1 e sgs.", p. 104. — O Sr. ERNESTO estava visìvelmente distraído quando transcreveu êste texto paulino que *não trata absolutamente de dogmas* ou verdades reveladas que se podem rejeitar impunemente. Na primeira linha o professor escreveu com o próprio punho: sem disputa de *opiniões*. *De opiniões,* Sr. ERNESTO, não de dogmas. E os exemplos que se seguem esclarecem ainda mais o pensamento do Apóstolo: comer carnes ou legumes nunca foi *dogma de fé,* senhor. Julgar um dia maior que os outros nunca foi *verdade revelada,* senhor! E S. Paulo continua: que cada um esteja plenamente convicto *de sua opinião*. De sua *opinião,* senhor! ainda uma vez, trata-se de opiniões individuais que cada um pode conservar a seu bel-prazer: *unusquisque in suo sensu abundet*. Com que coragem científica ousa apresentar-se êste passo da epístola aos Romanos para mostrar que há dogmas de credibilidade obrigatória e dogmas de credibilidade livre? Dir-se-ia que o professor de Curitiba não tem sequer idéia do que é uma demonstração exegética.

Quer ver a doutrina de S. Paulo quando fala *de dogmas,* de verdades pregadas em nome de Cristo, como o Evangelho da Boa Nova? Abra a Epístola ao Gálatas I, 5 e sgs.: "Admiro-me que tão cedo vos afasteis daquele que vos chamou à graça de Cristo (para passar) a outro evangelho... *Se alguém... fôsse um anjo do céu, vos anunciasse outro evangelho diferente do que vos anunciei, seja anátema.*" 1 Cor. I. 10: "Peço-vos, irmãos, em nome de N. S. J. C. que *digais todos a mesma cousa,* que entre vós *não haja cismas;* sêde perfeitos no mesmo espírito e no *mesmo sentir.*" Como agradaria a S. Paulo esta florescência interminável de seitas que

dilaceram, com cismas intermináveis, a unidade e integridade do corpo místico de Cristo! *Efés.* IV, 3 sgs.: "Sêde solícitos em conservar a *unidade* do espírito no vínculo da paz; *um corpo,* e *um espírito... um* Senhor, *uma fé,* um batismo." E o apóstolo freme ante o pensamento dos que negando êste ou aquêle dogma, *decaíram da verdade*. As suas palavras (as de Himeneu e Fileto) circulam entre os irmãos "como um cancro." II Tim. II, 17. Assim falava S. Paulo quando se tratava de dogmas.

Se me detive um instante nesta questão vencida foi só para satisfazer aos reparos inconsistentes do Sr. ERNESTO. A situação hoje é muito mais trágica. Não só o livre exame, na sua incoercível eficácia de corrosão, foi minando, uns após outros, todos os dogmas do cristianismo, fundamentais e não fundamentais; mas chegou até a destruir a própria noção de dogma.

Tôda a gente sabe a orientação profunda que imprimiram ao moderno pensamento protestante os trabalhos de LESSING, KANT, SCHLEIERMACHER, HEGEL e RITSCHL. A vida religiosa consiste principalmente no sentimento. A crença, ou as verdades que se admitem, não importa. Os dogmas são apenas o revestimento simbólico e precário da riqueza sentimental da consciência religiosa. Nascem, vivem e morrem como as fôlhas das árvores. Hoje, já não se nos dá de saber o que Cristo ensinou; mas que imitemos as atitudes de sua piedade, ainda que discordemos completamente dos seus ensinamentos e da sua concepção do mundo. A verdade, que vale sabê-la?

Nestas grandes linhas já terá visto o leitor erudito os traços doutrinais mais importantes de ala esquerda do protestantismo moderno, conhecido também com o nome de protestantismo liberal. Ora, o protestantismo liberal, há mais de um século, não tem feito senão aumentar o número

http://www.obrascatolicas.com

de seus adeptos, que, em alguns lugares, já constituem pela quantidade e pela qualidade, a fração dominante.

Assim, em França, pertencem a êste grande movimento os nomes de E. MÉNÉGOZ, AUG. SABATIER, H. MONNIER, STAPFER, RÉVILLE, JEANMAIRE, ROBERTY, COQUEREL, ASTIÉ, RAUL ALLIER, *todos professôres de teologia ou pastôres protestantes*. Jesus, escreve SABATIER, "não promulga nenhuma lei, nenhum dogma; não funda nenhuma instituição oficial" (1). PAULO STAPFER: "Já que tantas vêzes caducaram crenças, deixemo-las cair e não as substituamos. Façamos melhor; abandonemos sobretudo êste êrro que a *verdade* das crenças religiosas é essencial ao cristão" (2). É o que há de mais sintomático e perigoso: o *desprêzo da verdade*. MÉNÉGOZ: "eu ensino que nós somos salvos pela *fé* independentemente das *crenças*. Eis a minha fórmula, a fórmula autêntica do fideísmo. É a única que autorizo os meus contraditores a me atribuírem" (3). Pouco antes assegurava "que esta teologia era um elemento de concórdia (sôbre que se poderia ainda discordar!) e sôbre esta base, a igreja reformada de França poderia encontrar a coesão interna que, *hoje com grande detrimento, lhe falta.*" Assim alargados os limites da credibilidade cabem dentro do protestantismo "ateus, anarquistas e livres-pensadores." "Se pregassem nas nossas cátedras a doutrina de Buda, não ficaria surpreendido", escrevia em 1899, um *pastor evangélico* de Genebra, H. SECRÉTAN (4). Outro *pastor*, W. MONOD, julga certo ateísmo "mais religioso" que o teísmo e a ortodoxia tradicional (5).

(1) A. SABATIER, *Esquisse d'une philosophie de la religion*, Paris, Fischhacher, 1, II, c. II, § 3. MÉNÉGOZ saudou nesta obra: "o maior livro dogmático da teologia protestante depois da "*Instituição cristã* de Calvino."

(2) PAUL STAPFER, *L'inquiétude religieuse*, Paris, 1912, p. 131 e segs.

(3) E. MÉNÉGOZ, *Le salut par la foi*, p. 36.

(4) *Lettre a M. Louis Emery, Lausanne*, 1899, pp. 9, 19-20.

(5) W. MONOD, Aux croyants et aux athées.

Na *Inglaterra*, o protestantismo liberal tem feito enormes progressos nestes últimos anos. A própria *High-Church* contempla, impotente, esta anarquia doutrinal que lhe devora o seio. O *Hibbert Journal* e o *Modern Churchman* são os dois grandes órgãos da corrente liberal-modernista. O Rev. H. D. MAJOR, superior de Ripon Hall, colégio de teologia anglicana em Oxford, escreve: "A experiência cristã provou e prova que, enquanto alguns cristãos precisam de dogmas, outros os acham nocivos à sua vida espiritual; o mesmo verifica-se nos sacramentos e nos regulamentos... (Por isso) a igreja católica (a do futuro) não exigirá dogmas, nem sacramentos como essenciais para os seus membros" (1). Crê quem quer; quem não quer não crê e todos são igualmente cristãos e admitem a Palavra de Deus!! A esta corrente pertence ainda o célebre W. R. INGE, deão da igreja de S. Paulo de Londres, que, depois de recitar na liturgia os símbolos tradicionais, sobe ao púlpito para pregar a sua negação absoluta. "Enquanto nós honramos êstes símbolos antigos, escreve em nome das igrejas livres o Dr. SELBIE, e os conservamos no culto divino, não faremos dos credos uma condição necessária para pertencer às igrejas reunidas" (2). Vários bispos anglicanos, o de Dusham e o de Birminghan pelo menos, pertencem à nova corrente que se avoluma de dia para dia. O último dêstes bispos, o Dr. BARNES não crê no pecado original nem na Redenção. E todos êstes professôres, ministros, pastôres e bispos continuam pacìficamente na Igreja anglicana, que cobre tôda esta anarquia doutrinal com a elasticidade indefinida da sua *comprehensiveness*.

Nos *Estados Unidos* é a eloqüência maciça dos grandes números. As últimas estatísticas dão 20 milhões de católicos, 27 milhões de protestantes divididos entre mais de 200

(1) *Modern Churchman*, Jan. 1925. O *Rev.* MAJOR é o diretor da Revista.

(2) *Lambert Report*, A discussion by various contributors, p. 81.

http://www.obrascatolicas.com

seitas (1) e cêrca de 75 milhões de habitantes que não pertencem a nenhuma religião positiva. Na grande república do Norte onde o apoio do Estado não conservou ao protestantismo, como na Europa, certa unidade exterior, o vírus corrosivo do livre exame desenvolveu-se sem restrições e acabou destruindo quase por completo o patrimônio doutrinal do cristianismo. Mais de 70 milhões de americanos já não encontram satisfação nem paz em nenhum dos inumeráveis credos "evangélicos" e preferem procurar no mais completo subjetivismo a solução do seu problema religioso.

Na *Alemanha,* pátria de quase tôdas as idéias que se coagmentaram no sistema do adogmatismo completo, o protestantismo liberal tem-se desenvolvido como em terreno nativo. Em vez de citações isoladas — que já multiplicamos neste e no trabalho anterior, — preferimos aduzir aqui o resultado de um inquérito, entre os *professôres de teologia nas faculdades protestantes,* feito em 1913 e publicado no n.º 29 da *"Reformation"*. Verificou-se então que na Prússia havia 48 teólogos positivos e 64 liberais, fora da Prússia 29 positivos e 44 liberais. O protestantismo liberal constitui, portanto,

(1) Ao lado dos metodistas, batistas, presbiterianos, luteranos, seitas mais numerosas, subdivididas cada uma delas em muitas outras, há uma legião de capelinhas insignificantes, decoradas de grandes nomes a ocultarem minúsculas realidades. Os *"General Six Principles Baptists"* com 6 edifícios de culto e 456 membros; a *Church of Daniel's Band* com 5 edifícios e 392 membros; a *Church transcendent* com 91 membros; os *Tow Seed in the Spirit Predestination Baptists* com 36 edifícios e 679 membros; os *Friends* com 60 adeptos. Fecho estas estatísticas e abro S. Paulo: "Fomos batizados *num só Espírito,* para formar *um só corpo,* judeus e pagãos, escravos e livres... Deus dispôs o corpo... a fim de que nêle não houvesse divisão, *ut non sit schisma in corpore,* mas que os membros tenham igualmente cuidado recíproco uns dos outros." I Cor. XII, 13 sgs. Do corpo de Cristo, onde não devia haver divisão, fizeram os reformadores do século XVI esta anarquia doutrinal e êste caos social a que se não pode aplicar senão o nome negativo de quem se revolta: protestantismo.

a grande maioria dos catedráticos em cujos ensinamentos se formam os pastôres evangélicos. Mas as perspectivas para o futuro são ainda mais carregadas. Entre os livres-docentes, para 9 positivos encontram-se na Prússia 20 liberais, e, fora da Prússia, 4 positivos para 5 liberais. Entre os professôres extraordinários a razão é, na Prússia, de 7 para 12; fora da Prussia, de 2 para 8. Ao todo, no mundo dos jovens professôres contam-se 45 liberais contra 22 positivos; mais de 2/3 dos atuais formadores da mentalidade protestante, rejeitam, portanto, todo e qualquer dogma positivo.

O Sr. ERNESTO, depositário infalível da ortodoxia evangélica, fulmina os seus anátemas sôbre quase todos os seus colegas e os elimina da discussão com um expediente de cirurgia: não são protestantes, são "anarquistas, ateus, livres-pensadores." Esquece o preclaro professor que os seus correligionários assim tão maltratados, com o mesmo direito virão amanhã anatematizar as preferências teológicas do engenheiro curitibano. Foi o que de fato sucedeu imediatamente. Pouco depois de publicado o livro do Sr. ERNESTO, saiu, nos jornais protestantes daqui uma série de artigos sôbre os "graves erros de interpretação da Bíblia" contidas na sua obra. Num dêles lêem-se êstes tópicos: "A Igreja de Éfeso talvez seja a Igreja Presbiteriana (Sinodal) do Brasil ou Brasileira, como queira, com seu batismo infantil, presbitérios anômalos que em *contradição à Bíblia* não são pastôres e bispos, seu complexo sistema *antibíblico* de sínodos e assembléias gerais sôbre as igrejas, seus *credos rígidos*... A Igreja de Filadélfia talvez seja a Igreja metodista do Brasil com seus bispos que são, *antievangèlicamente* superiores aos pastôres, com suas *doutrinas de apostasia* e *arminianismo*... Outra seria a Igreja Luterana com sua doutrina semi-católica, quase católica romana da consubstanciação, sua predileção pela fornicação com o Estado que é a união da Igreja e Estado, seu mandarismo e *semi-infidelidade*

http://www.obrascatolicas.com

quanto à Bíblia"... (1). O Sr. ERNESTO, alma ingênua que ignora tudo quanto se passa neste mundo sublunar, escreve confiadamente: "Apesar da aparente diversidade das "seitas" protestantes, relativamente aos pontos essenciais da fé, há entre elas muito mais unidade doutrinal que na Egreja de Roma... o que diferencia um presbiteriano de um batista, é uma cerimônia exterior", pp. 101-103. Mal lhe caíram as palavras incautas da pena sai-lhe pela proa um bom batista para o qual presbiterianos, metodistas e luteranos são antibíblicos, anti-evangélicos, mundanos, semicatólicos (!!) semeadores de doutrinas de apostasia, etc., etc. Aos batistas, retrucam naturalmente os alvejados com as mesmas amabilidades. É a admirável "unidade doutrinal do Protestantismo", Sr. ERNESTO; é a harmonia destas confissões de fé que parecem escritas por "um só autor no mesmo lugar e dia."

Fechemos êste capítulo com mais uma prova contemporânea e solene desta insanável anarquia doutrinal que pesa sôbre o protestantismo como uma vingança da verdade que êle desprezou.

Não há quem não tenha ouvido falar na célebre Conferência de Lausane, convocada em 1927 para a reunião das igrejas cristãs. Dois anos antes, em 1925, reunião idêntica se havia congregado em Estocolmo. O objetivo dominante em 1925 foi *Vida e Ação, Life an Work*. Pareceram maduros os tempos para entrar no vivo da doutrina e da organização social. *Faith and Order,* foi o tema reservado para Lausane. Em Estocolmo cantara vitória o cristianismo prático; em Lausane era um esfôrço de concentração interior que se tentava. Afluíram 600 delegados, representantes de cêrca de 90 confissões protestantes. Que magnífico ensejo de dar ao mundo a prova insofismável da "unidade doutrinal!" Os assuntos não podiam prestar-se com mais oportunidade. Sob

(1) O *Jornal Batista,* 7 de janeiro de 1932, p. 15.

a orientação geral de Fé e Ordem deveriam tratar-se os argumentos seguintes: *Apêlo à unidade, o Evangelho mensagem da Igreja ao Mundo, a Natureza da Igreja, a Confissão de fé da Igreja, o ministério da Igreja, os Sacramentos, a Unidade da Cristandade e as igrejas existentes*. Sôbre êstes temas haviam sido preparadas antecedentemente, com a maior habilidade na redação, umas tantas declarações que deveriam reunir a unanimidade dos sufrágios. Apenas começaram os debates, patenteou-se a irredutível diversidade das concepções cristãs dos congressistas. Discutiu-se com cortesia; não se conseguiu votar uma conclusão unânimente aceita sem equívocos. Logo, na primeira Declaração doutrinal sôbre o *Evangelho, mensagem da Igreja,* os reformadores decidiram abster-se em massa. Para evitar um fracasso ruidoso o célebre Soederblom propôs que, em vez de se votar sôbre a substância da doutrina, os sufrágios decidissem sôbre a remessa dos textos às Igrejas. Foi o que se fêz. Enquanto os protestantes discordavam, os Gregos, que em Estocolmo haviam sofrido uma dolorosa humilhação, aproveitaram o ensejo para um desforra em regra. Sem tergiversações declararam que era sua intenção conservar-se fiéis à *Igreja* fundada por Jesus Cristo, que não sacrificavam nenhum dos 7 sacramentos, que acreditavam na transubstanciação, que, ao lado das santas Escrituras reconheciam a autoridade da "santa tradição da Igreja" e na utilização dos livros sagrados rejeitavam a liberdade de interpretação ou o livre exame. É de prever com que atitudes consternadas ouviram os discípulos de LUTERO e de CALVINO essas declarações que lhes vinham, precisas e altivas, dos confins do Oriente. Para todos, a Conferência foi uma decepção profunda. Ao terminá-la, no discurso de encerramento, o metropolita GERMANOS acentuou-a em frases melancólicas e corteses. Seu desejo e sua esperança era "que as igrejas estranhas à igreja ortodoxa oriental pudessem efetuar uma reunião *parcial;* tanto mais que então, para a nossa igreja ortodoxa, seria

http://www.obrascatolicas.com

mais fácil discutir a reunião com igrejas já unidas numa mesma fé, do que discutir com muitas igrejas, cada qual com uma fé diferente." Não se podia exprimir com mais delicadeza a impressão dolorosa produzida pela babel dogmática das igrejas protestantes.

A nota final enviada às igrejas, depois da dissolução do Congresso, não obstante todos os seus eufemismos e rodeios, traduz o mesmo sentimento. "Esta conferência foi convocada para examinar as questões de Fé e Organização. Ela afirma não ter tentado definir as condições da união futura. Seu objeto foi registrar o nível aparente dos acordos fundamentais manifestados no seio da Conferência e os pontos de graves desacordos que subsistem, bem como indicar certas direções que, para o futuro, poderão facilitar acordos mais extensos." Numa palavra: divergências tão profundas e radicais que não permitiram sequer a possibilidade de assentar as condições de uma união futura. Pela milésima vez, na história, malograva fragorosamente a tentativa de uma *formula Concordiae*. "A Reforma, escreveu um seu historiador protestante, a Reforma nasceu na divisão, na desunião e na discórddia e a sua vida tem sido digna do seu nascimento" (1).

É para lamentar que na grande conferência de Lausane não tivesse tomado parte o Sr. Ernesto Luís de Oliveira. No momento mais crítico, quando após tantas discussões estéreis e irredutíveis se fôssem retirar, humilhados e desiludidos os doutos congressistas, o delegado brasileiro tomaria a mão: *"Vos nescitis quidquam,"* e sacando da algibeira um papelzinho com uma citação anacrônica de Samuel Edgard, diante dos 600 pastôres e professôres, maravilhados, leria impávido e solene: "a harmonia dessas declarações de fé é verdadeiramente admirável e constitui um evento extraordinário na história do homem... parecem obra de um só autor, escritas no mesmo lugar e dia!" E reforçando por sua conta a afirmação de Samuel, acrescentaria: "a única divergência sôbre a significação do sacramento eucarístico desapareceu completamente nos tempos modernos", p. 101. Ante a evidência da prova inédita cederiam os ilustres representantes do protestantismo mundial; após 4 séculos soara alfim a desejada unificação; o professor da Escola de Curitiba ter-se-ia imortalizado com glória singular. Colombo descobrira a América; Ernesto de Oliveira revelara à Europa o reino unido do protestantismo.

(1) W. Cobbett, *A history of the Protestant Reformation*, C. VII, n. 202. Dos protestantes alemães, escreve um dos mais notáveis pedagogos escandinavos de nossos dias, Lars Eskeland: "Por sua natureza a igreja luterana não pode viver, porque está fundada num vulcão." *Per Skansen, Le grand éducateur Lars Eskeland*, nos Etudes, t. 200 (1929), p. 449.

Um olhar ao Evangelho antes de pôr o fecho a êste capítulo.

Aos seus apóstolos Cristo só lhes fala de um reino, de um rebanho, de uma igreja, *ecclesiam meam*. Quando lhes anuncia a conversão dos gentios, a existência de outras ovelhas que Êle devera trazer a si, termina com estas palavras: e haverá *um só rebanho e um só pastor* (Joan. X, 16). No seu último discurso, no testamento do seu amor, é sôbre a unidade dos seus que insiste, é esta unidade que pede ao Eterno Pai: "Pai santo, conserva-os em teu nome... que sejam *uma só cousa*, como nós... E não oro só por êstes, mas também por aquêles que, pela sua palavra, hão de crer em mim: que todos *sejam uma só cousa*, como tu Pai, em Mim e Eu em Ti; assim sejam êles *um* em nós; para que o mundo creia que tu me enviaste" (*Joan* XVII, 11 sgs.). Eis o que a oração eficaz de Cristo impetrava para os seus: a mais perfeita unidade, análoga à da Trindade Santa, unidade das inteligências pela fé e das vontades pelo govêrno; uma unidade *visível*, porque deveria servir ao mundo de mo-

http://www.obrascatolicas.com

tivo de credibilidade na missão de Cristo (para que o mundo creia); uma unidade indestrutível: sem diferença de tempo Cristo ora pelos Apóstolos e por todos os que hão de crer por meio dêles na sua palavra.

O que ensinou o Salvador, repetiram-no os seus mensageiros fiéis. "Rogo-vos, diz S. PAULO (*Eph.* IV, 1 sgs.) eu, o prêso do Senhor, que andeis como é digno da vocação *com que sois chamados*... solícitos em conservar a *unidade* do Espírito no vínculo da paz. Um só corpo, um só espírito, como fôstes chamados numa só esperança da vossa vocação." Afirma-se como próprio da vocação cristã a unidade, unidade da sociedade visível (*unum corpus*) e unidade do espírito interior (*unus spiritus*). E o Apóstolo continua: "um só Senhor, *uma só fé*, um só batismo, um só Deus e Pai de todos os homens." Eis a economia magnifíca da Igreja de Cristo, *igreja essencialmente una*, una no seu aspecto social visível (*unum corpus*); no princípio formal que o anima, o Espírito de Deus; na fé comum que lhe serve de regra e norma exterior; no rito batismal que lhe dá origem e crescimento; na glória de Deus, sua razão de ser suprema. Neste corpo devem unir-se todos os fiéis, *solícitos uns dos outros*: "Somos *um só corpo* em Cristo, cada um de *nós, membros uns dos outros.*" Rom. XII, 5. Êste corpo é orgânico; nêle há diferença de funções, membros diversos. "Em um corpo temos muitos membros mas nem todos os membros têm a mesma operação" (Rom. XII, 4). "Há diversidade de ministérios, mas o Senhor é o mesmo". 1 Cor. XII, 5. Esta multiplicidade de órgãos e de funções em nada diminui a unidade vital do corpo "porque todos fomos também batizados em um Espírito *para um corpo*, judeus e gentios, servos e livres." Não há portanto igrejas nacionais. "Há muitos membros, porém um *só corpo* (1)... para que não haja divisão no

(1) Ouçamos o Sr. ERNESTO. "Podemos definir a fôrça do Protestantismo pelas seguintes sentenças: 1.º) quanto mais subdividido, tanto melhor; 2.º) quanto menos união orgânica e hierárquica tanto melhor; 3.º) quanto mais unidade em amor, tanto melhor; 4.º) quanto mais democracia, tanto melhor", p. 91. — Cristo diz: que sejam uma só cousa; ERNESTO LUÍS, quanto mais subdividido, melhor. Cristo diz: um só rebanho e S. Paulo: um só corpo; ERNESTO LUÍS: quanto menos união orgânica e hierárquica tanto melhor. Podemos definir a fraqueza do Protestantismo na sua mais perfeita antítese com os ensinamentos do Evangelho...

corpo, *ut non sit schisma in corpore.*" A diversidade das funções — apóstolos, doutores, profetas, os que *governam* (v. 28), — funde-se na unidade orgânica de um só todo.

Na Igreja primitiva, a unidade foi sempre a menina dos olhos dos fiéis discípulos de Cristo. A heresia e o cisma apareceram sempre como pecados particularmente diabólicos. Leiam-se S. CLEMENTE, S. INÁCIO, o Pastor de HERMAS, S. IRINEU, S. CIPRIANO, TERTULIANO, CLEMENTE ALEXANDRINO e ter-se-á a impressão nítida do que representava para os cristãos dos primeiros séculos a unidade da fé, a unidade do govêrno, a unidade do corpo místico de Cristo, a sua túnica inconsútil.

Abramos por último as grandes *Confissões de fé protestantes*: A confissão *Augustana*, art. VII: Ensinamos que a santa igreja, *una*, há de durar perpètuamente... Para a verdadeira unidade da Igreja basta consentir na doutrina do Evangelho e na administração dos sacramentos" (1). Aí está a unidade da Igreja proclamada como uma de suas características indestrutíveis, unidade visível, manifestada pelo *consenso na doutrina* e na *administração dos Sacramentos*. O *Catecismo Maior* II, III, 51: "Creio que há na terra uma comunhão formada só pelos santos... convocada *numa só fé, no mesmo sentir e julgar, unânime no amor e em tudo concorde, sem seitas, nem cismas*" (2). Mais explícita, a *For-*

(1) J. MUELLER, *Die Symbolischen Buecher der evangelisch-lutherischen Kirche*, 12 ed. Gutersloh, 1928, p. 40. Se a Igreja *una* deve durar perpètuamente, onde estava a Igreja una antes de Lutero?

(2) "in una fide, eodem sensu et sententia, in amore unanimem et per omnia concordem, sine sectis et schismatibus." MUELLER, p. 457.

http://www.obrascatolicas.com

mula Concordiae: "É absolutamente necessário que, aprovada por unânime consentimento haja uma fórmula compendiada ou modêlo em que *se encontre a doutrina comum*" (1).

Eis a unidade da Igreja, tal qual no-la representam os Evangelhos, a pregação dos apóstolos, os ensinamentos dos primeiros cristãos, o testemunho oficial dos próprios reformadores. Nada mais evidente. A unidade é o sigilo da verdade. Uma revelação divina que varia, se corrige, se retrata é uma palavra humana, precária e falível.

Possui o protestantismo esta indispensável unidade? Acabamos de demonstrar à saciedade que não. Negar a anarquia doutrinal, confessada implícita ou explìcitamente pelas próprias assembléias protestantes, é fechar teimosamente os olhos para não ver a luz meridiana. O protestantismo não possui nem poderá possuir nunca a harmonia da fé. Falta-lhe o princípio formal da unidade. Por sua própria regra, pelo livre exame individual aplicado às Escrituras, as discórdias, que estalaram incoercíveis nos primeiros dias, ir-se-ão agravando, com o correr dos tempos, cada vez mais profundas e irredutíveis. A razão o demonstra; os fatos aí estão a confirmá-la. A fragmentação progressiva só terminará com a mais perfeita pulverização individualista. Então da doutrina de Cristo não subsistirá mais uma só verdade para luz e paz das consciências humanas. O protestantismo introduziu, com a sua regra de fé, um êrro fundamental e, por meio dêle dilapidou todo o patrimônio do cristianismo. Estamos bem lònge da verdadeira Igreja de Deus, *columna et firmamentum veritatis*. O que se eleva ante os nossos olhos consternados é uma tôrre de Babel.

(1) MUELLER, p. 568. São verdadeiras estas declarações doutrinais? Então o protestantismo, que não lhes corresponde, é falso. Não são verdadeiros? Então o protestantismo começou a errar pelos seus primeiros símbolos de fé.

EXCURSUS B

A leitura da Bíblia e os católicos

Várias vêzes no seu livro acusa o Sr. ERNESTO à Igreja de proibir aos seus filhos a leitura dos livros sagrados e exalta a Reforma por haver aberto aos povos as fontes da Palavra divina. À pp. 44-45 cita um trecho magnífico em que o pranteado Cardeal ARCOVERDE exorta instantemente os fiéis à leitura dos Santos Evangelhos. O fato pareceu-lhe tão novo que, sem perceber o ridículo a que se expunha, não hesitou em qualificar "de protestantíssima essa pastoral do Rev. Cardeal Brasileiro, porque bem longe está de exprimir o sentimento da Igreja de Roma, com referência à leitura da Sagrada Escritura, como passamos a demonstrar", p. 45. Em outras palavras, o eminente Pastor Brasileiro desgarrava da ortodoxia ou cometia uma falta de indisciplina.

É realmente de lamentar a leviandade com que o professor de Curitiba trata assuntos tão graves. Esquece-lhe até o ler com atenção. Nesta mesma pastoral, neste mesmo trecho que êle acabava de transcrever, lembrava Sua Eminência o exemplo de "diversos senhores bispos (que) inflamados de apostólico zêlo em doutas pastorais e piedosos mandamentos recomendam com instância *aos fiéis, às famílias, aos homens de tôdas as classes sociais* a preciosa e salutar leitura dos Santos Evangelhos." E êste movimento dos bispos era impulsionado "pelas bênçãos e animações do au-

http://www.obrascatolicas.com

gusto e magnânimo Leão XIII." — Mas tanto Leão XIII quanto os cardeais e bispos católicos "estão bem longe de exprimir o sentimento da Igreja de Roma." Êsse, conhece-o bem o protestante de Curitiba, que se prontifica até a no-lo demonstrar.

A demonstração prometida é a evocação do cânon 14 do concílio de Tolosa reunido em 1229, no qual se proíbe aos fiéis ler dos livros sagrados mais do que se acha no Saltério e nas Horas da Virgem.

Lastimamos apenas que o Sr. ERNESTO esquecesse de advertir aos seus leitores: 1.º) que o concílio de Tolosa é *particular* e suas decisões não obrigam senão uma pequena região da cristandade; 2.º) que esta medida disciplinar foi *momentânea* e não perpétua; 3.º) que a motivaram *razões da maior importância*. Devastavam então os albigenses o sul da França; nenhuma doutrina era mais perniciosa à ordem social, civil e religiosa. Matrimônio, família, propriedade, tudo era subvertido por êsses revolucionários que DOELLINGER chamou "os comunistas do tempo." Para fanatizar as multidões, um dos meios empregados era a leitura da Bíblia, sôbre cuja interpretação descabelada se pretendia firmar a renascença religiosa dos novos tempos. Que muito se impusessem as restrições do concílio de Tolosa como medida salutar de disciplina, de ordem, de defesa social? (1) Por que não explicou o Sr. ERNESTO tôdas estas circunstância aos seus leitores? Por que afirmou que antes da Reforma "êsse livro foi sonegado ao povo e era crime de morte possuí-lo" e por isso "a humanidade caiu em espêssas trevas?", p. 48.

Para que se veja com que precipitação o professor adianta as afirmações mais cerebrinas, basta lembrar o zêlo com que a Igreja procurou sempre tornar acessíveis ao povo

(1) Pouco adiante cita o Sr. ERNESTO proibições de Pio IX sem alegar textos, nem contextos, nem fontes, conforme o seu louvável costume. Mais tarde diremos duas palavras destas proibições.

o Livro Divino. Apesar de ser o latim, na Idade Média, língua ao alcance de quase todos os leitores, bem cedo *em todos os países da cristandade* se multiplicaram *as traduções vernáculas* da Bíblia que se reproduziam em manuscritos cada vez mais numerosos. Os estudos recentes já nos permitem seguir a história destas traduções de que daremos aqui um brevíssimo compêndio.

A Bíblia foi um dos primeiros livros que se tentaram traduzir em *francês;* os primeiros ensaios que *datam do século XII* pertencem à idade de ouro da literatura francesa. Já em 1100 encontramos duas traduções do Saltério em dialeto *normando*. Pouco a pouco se foram traduzindo os outros livros sagrados. No reinado de S. Luís (século XIII) apareceu a Bíblia francesa completa, de que hoje possuímos dois manuscritos. De grande popularidade gozou mais tarde a *"Bible historiale complété,"* que, foi a primeira Bíblia francesa *impressa* em 1487.

Na *Espanha,* o perigo albigense inspirou proibições análogas às do concílio de Tolosa. Exconjurado o perigo, AFONSO X de Castela (1252-1286), providenciou para que se traduzissem em espanhol os livros santos. A *Bíblia Alfonsina,* que é do século XIII, foi seguida nos dois séculos imediatos de várias outras versões anônimas, feitas umas sôbre o texto latino de S. JERÔNIMO, outras sôbre o original grego ou hebraico. Como se vê, exceto os 30 ou 40 anos que durou a ameaça albigense, a vulgarização da Bíblia, antes da Reforma, foi animada e facilitada na Espanha. Ao lado da Bíblia espanhola surge bem cedo a *Bíblia catalã,* cujo manuscrito mais antigo, ainda hoje existente, remonta ao século XIV. O tradutor foi o dominicano ROMEU DE SABRUGUERA, professor de teologia da Universidade de Paris em 1306 e provincial da Província de Aragão em 1312.

Portugal, apesar da semelhança de idioma facilitar nêle o uso das versões espanholas, teve também muito cedo a sua tradução vernácula. FERNÃO LOPES na sua *crônica d'El-Rei*

http://www.obrascatolicas.com

D. João refere que êsse rei (1385-1433) mandara traduzir quase todo o Novo Testamento, e já sob o reinado de D. Diniz os monges de Alcobaça com uma *"história d'abreviado Testamento Velho"* haviam também vertido os *Atos dos Apóstolos*. Remontam, portanto, aos princípios do século XIV as primeiras versões portuguêsas dos Livros Santos de que temos atualmente conhecimento.

Na *Inglaterra* ascendem ao século VII (Poemas de Cardmon) os primeiros ensaios de vulgarização dos Livros Santos. No começo do século VIII S. Aldelmo, bispo de Sherborne, traduziu os Salmos. No século X já conhecemos uma versão dos *evangelhos* em anglo-saxônico. Traduções e paráfrases dos outros livros santos encontram-se por todo o século XIII e XIV. A heresia de Wiclef, um dos precursores do protestantismo, veio criar dificuldades no século XIV à maior vulgarização da Bíblia inglêsa.

Entre os *holandeses*, como precursores das versões pròpriamente ditas, encontramos as *biblias historiaes* que remontam ao século XIII. A mais antiga, a *Ryembyebel*, de Jacob van Maerlant, é de 1271. Foi uma destas bíblias a primeira que se imprimiu em 1477. O *Novo Testamento*, e sobretudo as coleções de *epistolários* e *Evangeliários* (coleções dos textos litúrgicos) multiplicaram-se extraordinàriamente. Conhecemos edições de 1478, 1481, 1482, 1484, 1486, 1488 (duas), 1489, 1490, 1493, 1496 (duas). Todo o povo podia assim seguir em vernáculo a liturgia oficial da Igreja. Com o aparecimento do protestantismo redobrou a atividade dos editôres católicos. Só Guilherme Vosterman, entre 1528 e 1546, publicou 6 edições da Bíblia completa e 6 outras do Novo Testamento. Neste mesmo intervalo, por outros editôres católicos, foram impressas mais de 15 edições do Novo Testamento.

Entre os *eslavos*, conversão ao cristianismo e tradução da Bíblia foram simultâneas. S. Cirilo e S. Metódio que no século IX anunciaram o Evangelho no Oriente europeu,

foram ao mesmo tempo os fundadores da sua literatura eclesiástica e nacional. A Bíblia vertida em paleo-eslavo constitui o mais notável dos seus monumentos primitivos. Entre os *polacos* já encontramos no século XIII um *Saltério* traduzido e mais tarde a *Bíblia inteira*. Da chamada *"Bíblia da Rainha Sofia,"* conserva-se na Hungria um manuscrito que remonta a 1455. Os *húngaros* já no começo do século XI traduziam para o *magiar* os *Salmos* e os *Evangelhos*. No século XV, um eremita da ordem de S. Paulo, falecido em 1456, da família dos príncipes de Transilvânia, vertia para a língua do país a Bíblia inteira.

Não se contam os manuscritos das *versões italianas* da Bíblia, anteriores à Reforma. No século XIV e XV dominicanos e principalmente franciscanos vulgarizavam entre o povo a leitura da Bíblia na liguagem vernácula. É interessante o caráter popular e leigo que ainda hoje se lê em muitos dêstes manuscritos antigos. Um dêles é copiado em 1369, por um prisioneiro político "in civitate Venetiarum in carcere quo nominatur Schiava," uma daquelas terríveis enxovias dos doges de Veneza, situadas para além da *Ponte dei Sospiri*, que ainda se vê em nossos dias; outro é também trabalho de um encarcerado que presta êste serviço a um grande senhor de Veneza "ad petitionem domini." Outro ainda que se conserva na *Laurenciana* foi copiado "di propria mano" por "Piero di Gieri del Testa Girdami" em 1479. — A Bíblia andava nas mãos de todos, sacerdotes e leigos, senhores e plebeus. Apenas inventada a tipografia, foi logo impressa a Bíblia italiana para facilitar-lhe a vulgarização. Só em 1471 apareceram em Veneza duas grandes edições.

A *Alemanha*, pátria de Lutero e do protestantismo, é talvez a nação da Europa em que mais difusa se achava a leitura dos livros santos, tanto em latim como em vulgar. Os primeiros fragmentos bíblicos vertidos para o baixo-alemão ascendem ao *século VIII*. No século IX encontramos a tradução dos *Salmos* e a composição das *Biblias historiaes*

http://www.obrascatolicas.com

que tornavam mais acessível ao povo o conteúdo histórico dos dois Testamentos. No século XI, um monge de S. Gall, Notker Labeo (m. 1022) e um abade de Ebersberg, Villiram (m. 1085) dão-nos novas traduções de vários livros do A. T. Estas traduções parciais tornam-se mais freqüentes com o tempo e é certo que nos primeiros anos do século XV, antes da invenção da imprensa, já existia em língua vulgar, uma versão integral da Bíblia. A invenção dos tipos facilitou extraordinàriamente a difusão dos livros sagrados. *Antes de* 1477 já se haviam impresso *5 edições* da Bíblia. (Mogúncia, 1472; Strassburgo, 1466, (duas) Nuremberg, 1470; Augsburgo, 1475). De 1477 a 1522 saíram mais 9 *edições* (7 em Augsburgo, 1 em Nuremberg, 1 em Estrasburgo). Nesta mesma época publicaram-se mais 4 edições completas da Bíblia, em baixo-alemão. (Colônia (duas) 1480; Lübeck, 1494; Halberstadt, 1522). Da Vulgata, — e o latim era então língua acessível à maioria das pessoas instruídas — até 1500, já se haviam tirado *quase 100 edições*. A primeira obra d'arte que saiu das oficinas do célebre editor Koburger foi uma Bíblia magnífica, ilustrada com mais de 100 gravuras em madeira. Em 10 anos, de 1479 a 1489, Koburger publicou ainda *15 edições* da Bíblia e Amerbach, 9. Êste número extraordinário de reimpressões dos livros santos mostram, com uma difusão admirável da instrução popular, o interêsse que despertava a sua leitura em sacerdotes e leigos de tôdas as camadas sociais. A fim de facilitar aos mais deserdados da fortuna o conhecimento da história sagrada, começou-se a publicar na segunda metade do século XV a chamada *Bíblia dos pobres*, séries de 48 ou 60 imagens, tiradas do Antigo e do Novo Testamento acompanhadas de curtas explicações. Em pouco tempo e de modo instrutivo, aos simples e rudes podia explicar-se à história dos fatos mais interessantes à vida cristã.

A leitura da Bíblia, que assim se difundia entre o povo,

a Igreja era a primeira a estimular os fiéis com os seus conselhos. "Tudo o que ensina a santa Igreja, lê-se na *Porta do céu* publicada em 1513, tudo o que ouves nos sermões e outras instruções, tudo o que está escrito nos livros espirituais, tudo o que cantas para a glória de Deus, as orações que fazes para obter a salvação de tua alma, as contradições e provas por que passas, tudo deve excitar-te a ler com humildade e devoção as Santas Escrituras, as Bíblias que agora se acham traduzidas e impressas em língua alemã e espalhadas *por tôda a parte em grande número*, completas ou abreviadas e que se podem hoje comprar por pouco dinheiro" (1). O *Pequeno Jardim abençoado* de 1509 aconselha: "Lê e medita com zêlo a S. Escritura, principalmente as epístolas e os evangelhos dos domingos e dias de festa" (2). O editor da *Bíblia de Colônia*: "Todo o cristão deve lê-la com devoção e respeito. A gente instruída deve servir-se da tradução latina de S. Jerônino; mas as pessoas sem letras, os homens simples... devem servir-se da presente Bíblia em versão alemã" (3). Em edições menores, como já dissemos, reuniam-se muitas vêzes os textos bíblicos empregados na liturgia. O fim dêstes *Evangelíários*, dizia-se expressamente muitas vêzes, era "levar os fiéis à leitura assídua e amada da Bíblia, particularmente do Evangelho que, em fôrça e verdade, sobrelevam as outras partes da Escritura."

Os inúmeros testemunhos positivos da época dão a ver como de fato era muito comum entre o povo a leitura da Bíblia. João Eck afirma de si que, aos 10 anos, já a havia lido tôda. Adão Potken, na sua infância (1470-1480) aprendera de cor os 4 evangelhos e, mais tarde, aos seus alunos de 11 ou 12 anos lia todos os dias alguns capítulos do An-

---

(1) Hasak, *Der christliche Glaube de deutschen Volkes beim Schluss des Mittelalters*, Regensburg 1868, p. 19.

(2) *Id. op. cit.*, p. 12.

(3) Cfr. Geffken, *Der Bildercatechismus des 15 Iahrhunderts*, Leipzig, 1855, pp. 8-9.

http://www.obrascatolicas.com

tigo e do Novo Testamento. Ao humanista CONRADO CELTES escrevia a célebre abadessa de Nuremberg, CARIDADE PIRKHEIMER: "A Bíblia é o campo do Senhor; a ciência divina nela tira a amêndoa da casca, o espírito da letra, o óleo do rochedo, a flor dos espinhos" (1).

Com que consciência ousa então escrever o Sr. ERNESTO, que antes da Reforma "êsse Livro foi sonegado ao povo e era crime de morte possuí-lo?" Onde viu que "para multiplicarem as cópias dêsse Livro, *os protestantes inventaram a arte de imprimir?*" Será possível tanta ignorância! Conhecia o professor êstes fatos? Se os não conhecia, com que consciência acusar e falar em assunto que se ignora? Se os conhecia, como sobrepor assim uma paixão sectaria aos interêsses da verdade? É triste e doloroso!

Resumindo. *Antes da Reforma,* com raras exceções, locais e momentâneas (sul da França e Espanha, no tempo dos albigenses. Inglaterra, depois de Wiclef), por tôda a parte, a Igreja facilitou e promoveu a leitura das Escrituras Sagradas. Muito e muito antes que surgisse o protestantismo, *já a Bíblia havia sido traduzida em tôdas as línguas faladas na cristandade*. Apenas inventada a imprensa, imediatamente em todos os países os prelos católicos foram multiplicando prodigiosamente as edições do Livro sagrado, assim em latim como em vulgar. *São fatos*.

Só *depois da Reforma* apareceram as primeiras medidas restritivas de caráter geral. O *Indice Tridentino* na sua Regra 4 diz: "como a experiência mostra que a leitura da Bíblia em vernáculo concedida — *a todos e sem discrição,*

(1) Cfr. JANSSEN, *Geschichte des deutschen Volkes,* t. I, c. II.

passim et sine discrimine, — produz, pela temeridade dos homens, mais detrimento que vantagens à decisão, neste ponto, fica a juízo do bispo ou do pároco," que poderão permitir essa leitura a quantos nela encontrarem alimento à sua fé e piedade. Esta medida geral de Pio IV é de 1564; em outros países, disposições análogas haviam sido tomadas anteriormente. Possuímos hoje um exemplar de uma Bíblia portuguêsa em que na primeira página se concede a SÁ DE MIRANDA a autorização de usá-la.

Com ligeiras variantes estas disposições se foram modificando até chegarmos à disciplina atualmente em vigor. Em nossos dias, todos os católicos podem ler a Bíblia em vernáculo, contanto que se trate de edição aprovada pelas autoridades eclesiásticas e acompanhada, nos pontos difíceis, de notas e esclarecimentos. Pela primeira destas condições assegura-se a integridade dos Livros sagrados que não se abandona aos caprichos do primeiro editor; pela outra, facilita-se a quem não fêz estudos especiais de exegese a reta interpretação dos passos mais obscuros. Preenchidas estas cláusulas, inspiradas no bom senso mais elementar, a todos os fiéis é, não só permitida, senão ainda aconselhada a leitura dos livros santos, sobretudo do Novo Testamento que mais de perto interessa à vida cristã. Não há língua moderna em que os católicos não encontrem, em magníficas edições, traduzida tôda a Bíblia. Dizer depois disto que a Igreja fecha aos seus fílhos as páginas inspiradas da Palavra de Deus é faltar conscientemente à verdade e à justiça.

Os motivos que inspiraram as medidas restritivas promulgadas depois do Concílio de Trento cifram-se no abuso inqualificável que das Sagradas Escrituras fêz o protestantismo. LUTERO arvorara cada cristão em árbitro soberano de sua fé e de sua moral. A interpretação dada pelo indivíduo

http://www.obrascatolicas.com

aos textos da Escritura constituía para êle a norma inapelável do seu cristianismo. Não houve impiedade nem imoralidade que não se acobertasse com algum texto sagrado. Que o diga um predicante contemporâneo: "Com a Bíblia na mão devastaram os hussitas as regiões; justificaram os calvinistas a sua teocracia e com a mesma Bíblia condena o piedoso LUTERO qualquer movimento democrático e popular, prova o seu direito divino de ser tido por homem de ordem superior" (1). Com a Bíblia na mão praticaram-se não só as maiores atrocidades mas justificaram-se todos os erros e blasfêmias. Não há seitazinha protestante — das centenas e centenas a pulularem por tôda a parte — que para defender as suas excentricidades não tenha encontrado algum testemunho dos livros divinos, por ela infalìvelmente interpretado em virtude "da operação interior" de que nos fala o Sr. ERNESTO.

Mas as irreverências não se limitaram à interpretação dos livros inspirados, foram até ao desrespeito de sua integridade. Ouçamos os contemporâneos. "Para os calvinistas, dizia o luterano HUBER, a Sagrada Escritura é uma gaita de fole com que cantam, afinam e instrumentam como bem lhes parece. Com êste sistema de contínuas transposições acabar-se-á fàcilmente transformando o Antigo Testamento num Alcorão e o Alcorão em Novo Testamento" (2). Os calvinistas não ouviam calados, nem lhes faltava resposta afinada na mesma solfa. "Desde que existe a Igreja, nenhum hereje teve a audácia de falsificar, dilacerar e disfigurar a

(1) A. KALTHOFF, *Das Zeitalter der Reformation,* Iena, 1917, p. 85.

(2) S. HUBER, *Rettung des Sgruches Rom.,* VIII wider die alten unr nuen *Calvinischen Raupen,* Ursel, 1598, pp. 27-28. No mesmo ano outro luterano, PRETORIUS, escrevia: "A palavra de ordem de todos os calvinistas, ei-la: falsificar a Escritura Sagrada, blasfemar, negar a verdade, enganar e empalmar a gente simples." *Calvinische Gasthaus,* 1598, F. A. — A. 2.

Sagrada Escritura, como os luteranos, que no entanto querem passar por verdadeiros profetas do Senhor; vai-lhes a vida em perturbar e desvairar a consciência dos crédulos" (1).

Para sancionar estas falsificações e mutilações blásfemas da Escritura, os exemplos vinham de mais alto. Os patriarcas da Reforma foram também neste ponto os modelos imitados e superados pelos seus sucessores. ZUÍNGLIO, para defender as suas heresias eucarísticas, onde o texto original dizia: êste *é* o meu corpo, traduziu em 4 lugares diferentes, isto *significa* o meu corpo (2). LUTERO, na sua tradução, falseou quantas vêzes lhe aprouve, o texto sagrado. Quando a palavra divina podia suscitar dificuldades à sua doutrina, êle as amoldava suavemente e, se era mister, introduzia novos têrmos que alteravam radicalmente o sentido. S. Paulo escrevia aos Romanos: "Julgamos que o homem se justifica pela fé, sem as obras da Lei." LUTERO transpondo a ordem das palavras e acrescentando por sua conta um

(1) *Ein christlich Gesprech zwischen einem Landfarrherr und einem Gelehrten des Rechts,* 1599, f. A. 3.

(2) O teólogo protestante Conr. SCHLUESSELBURG escrevia em fins do século XVI: "Não é possível de modo algum excusar êste crime de ZUÍNGLIO; a cousa é por demais manifesta; no texto grego não se lê *significat* mas ἐστί ." *Theologia calvinista,* Francofurte, a M. 1592, 1. 2, f. 43 b. E na fôlha seguinte f. 44 a: "Não o podeis negar nem ocultar porque andam pelas mãos de muitos os exemplares dedicados por ZUÍNGLIO a FRANCISCO, rei de França, e impressos em Zurique no mês de março de 1525, in 8.º. Na aldeia de Munder, na Saxônia, no ano 60 eu vi na casa do reitor do colégio, HUMBERTO, não sem grande maravilha e perturbação, exemplares da Bíblia alemã, impressa em Zurique, onde verifiquei que as palavras do Filho de Deus haviam sido adulteradas no sentido dos sonhos de ZUÍNGLIO. Em todos os 4 lugares (Mt., 26; Mc.,14; Lc., 22; 1 Cor., 11) em que se referem as palavras da instituição do Filho de Deus, o texto achava-se assim falseado: Das bedeutet meinen Leib, das bedeutet meinen Blut, isto *significa* o meu corpo, isto significa o meu sangue."

http://www.obrascatolicas.com

só, põe a principal fôrça da frase na justificação *só* pela fé (1). E falsificações neste gênero encontram-se inumeráveis na versão alemã da Bíblia que ao protestantismo legou o seu fundador. Confessa-o abertamente PAULSEN: "Convém observar que Lutero não se atreve de modo algum à letra e à interpretação gramatical do texto escrito; serve-se da letra quando esta é por êle e contra os outros, por exemplo, contra os suíços. Quando não é por êle, continua seguro de si e sabe o que deve estar na Escritura. É bem conhecido com que liberdade submete à sua censura cada um dos livros sagrados e lhes aquilata o valor pela harmonia com a sua doutrina, chegando até a ajudar o texto quando não lhe parece oferecer com a necessária decisão a pura doutrina da justificação só pela fé" (2).

Ante esta inundação de Bíblias falsificadas, ante esta intemperança de interpretações esdrúxulas e perniciosas, haveria atitude mais prudente e mais salutar que a tomada pelo catolicismo? Antes, como depois da Reforma, ainda que

(1) Eis a tradução de LUTERO "So halten wir es nun, dass der *Mensch* gerecht werde, ohne des Gesetzes Werke, *allein* durch den Glauben." — Outras *habilidades* de tradutor. Da palavra *Igreja, Kirche,* só se serve LUTERO no Antigo Testamento para designar os lugares em que se adoravam os ídolos; no Novo Testamento para significar a Igreja de Cristo emprega o têrmo "comunidade". *Gemeinde*. Era preparar jeitosamente no povo o ódio à Igreja e prejudicar a sua autoridade invocada contra as inovações luteranas.

— Nos trechos em que os têrmos — justo, justificar — contrariavam a sua doutrina da justificação exterior pela fé, verte-os equivocamente por *fromum,* piedoso. Por exemplo, Apoc. 22, 11: qui justus est, justificetur adhuc, Wer fromm ist, der sei immerhin fromm. Destas escamoteações está cheia a versão alemã de Lutero, a que, aliás, não faltam qualidades literárias incontestáveis.

(2) F. PAULSEN, *Geschichte des Gelehrten Unterrichts*, Leipzig, 1919, t. I, 2.ª ed. pp. 206-207.

de modo diferente por serem diferentes as circunstâncias, ninguém zelou com mais cuidado, com mais carinho, com mais respeito pela integridade e conservação das Escrituras sagradas do que a Igreja católica. É a verdade pura e incontestável.

http://www.obrascatolicas.com

LIVRO III

NAÇÕES CATÓLICAS E NAÇÕES PROTESTANTES

CAPÍTULO I

Grandeza econômica e política dos povos católicos e dos povos protestantes

§ 1. *Nações católicas*

A suposta superioridade das nações protestantes sôbre as católicas tem sido amplamente explorada, nos meios de cultura intelectual inferior, como argumento popular contra a Igreja. Nada mais fácil do que deslumbrar os ingênuos com a grandeza da Alemanha, da Inglaterra e dos Estados Unidos e, depois, por uma associação espontânea às crenças religiosas dêsses povos, concluir apressuradamente: Aí está a eficiência civilizadora da Reforma; os povos protestantes marcham na vanguarda do progresso; os católicos aí estão definhando num estiolamento de árvores raquíticas, sem seiva e sem porvir.

O argumento é fácil e impressiona; tão fácil e tão impressionante que qualquer espírito pausado entra logo a refletir e a duvidar. No intuito de alhanar o exame destas conclusões precipitadas, submetemos as suas premissas a uma análise mais esmiuçadora. Não há fato tão complexo como a civilização de um povo; não há efeito em que entrem tantas e tão variadas causas como a formação e o desenvolvimento de uma nacionalidade. Reduzir a grandeza de um povo a algumas cifras de comércio e explicá-las pelo fator religioso é simplificação pueril, que poderá fazer mossa nas turbas irrefletidas mas que a um espírito crítico parecerão ridículas infantilidades.

A primeira dúvida que surge imediatamente ao espírito é a da própria existência de nações católicas e de nações protestantes. De que povo se pode dizer com verdade que estêve sujeito nestes últimos três séculos à influência exclusiva de uma ou outra destas confissões religiosas? Com a facilidade do moderno intercâmbio intelectual, com a circulação de idéias e de livros, os povos já não são hoje unidades isoladas, plasmadas pela influência de uma só religião ou sistema fechado de filosofia. Há um pouco de tudo em tôda a parte. No caso concreto que estudamos não se trata só de comunhão de idéias que se difundem livremente; são as próprias nações que na sua constituição demográfica se acham largamente divididas entre os diferentes credos religiosos. Na *Holanda* os católicos representam 35 % da população (2.836.000), os protestantes 52 % (3.983.000). O papel que nos destinos do país têm desempenhado os primeiros, várias vêzes à frente do govêrno, é bem conhecido por quantos sabem a história contemporânea. Com que justiça chamar, sem restrições, a Holanda um país protestante?

Na *Alemanha,* a proporção entre as duas confissões, apesar dos desfalques da guerra (as províncias perdidas no Oriente, e no Ocidente, eram de maioria católica) é pouco inferior: 32 % de católicos e 64 % de protestantes. O "Centro" tem representado na política do país uma função de primeira importância. Nos tempos difíceis, que há 15 anos vem atravessando a nação, quase todos os chefes de govêrno — von Hertling, Wirth, Marx, Bruening, têm sido católicos. Será eqüidade não ver na Alemanha senão um fruto da influência protestante?

Na *Suiça* é ainda maior o contingente católico, quase

http://www.obrascatolicas.com

40 %; as diferentes seitas reformadas elevam os seus adeptos a 56 %. Será justo afirmar, sem grandes ressalvas, que a Suíça é um país protestante?

Nos *Estados Unidos* só a Igreja católica conta um número de membros (20 milhões) quase igual ao de tôdas as centenas de seitas protestantes que reunidas não atingem 30 milhões. O progresso do catolicismo tem sido magnífico, paralelo ao progresso material da nação e à decadência correlativa do protestantismo confessional. Em 1790, quando foi consagrado o primeiro bispo católico, o antigo jesuíta JOHN CARROLL, os católicos eram apenas 40.000, cêrca de 1 % da população total. Em 1852, reuniu-se o primeiro concílio plenário de Baltimore; eram 5 arcebispos e 26 bispos; os católicos, 2.500.000, já representavam 10 % da população. Hoje são mais de 20.000.000, isto é, cêrca de 17 % dos habitantes da grande República. Quem poderá sem injustiça não ver nos Estados Unidos senão a influência do protestantismo?

Acêrca das nações católicas têm cabida as mesmas ressalvas. Ao lado de um grande núcleo que se conserva fiel às crenças avitas, há o contingente forte de adeptos de outras religiões, de incrédulos e de livres-pensadores, que, não raro, exercem na orientação dos negócios públicos uma influência desproporcionada ao seu número.

Se a divisão dos povos em categorias rijas de católicos e protestantes presta o flanco a tôdas estas críticas bem fundadas, maiores são ainda as restrições que se impõem quando se trata do conceito de civilização de um povo. Muito freqüentemente com êste vocábulo se designa o bem estar material ou a grandeza terrena; o que para logo ocorre é a prosperidade econômica, o desenvolvimento industrial, o poderio militar, a influência política. Mais raramente se quer com

êle aludir à pureza dos costumes e à elevação moral da vida. Ora êstes dois aspectos da civilização, longe de ser solidários, andam não poucas vêzes divorciados. Não é exceção encontrar um povo no apogeu do seu esplendor material, e carcomido já até à medula pelos vícios que um dia o levarão à ruína total, à dissolução e à morte. Com as nações verifica-se o que a cada passo vemos nos indivíduos: os mais ricos nem sempre são os mais honestos; os de músculos mais rijos não primam necessàriamente pela delicadeza de sentimentos e nobreza d'alma. O valor especificamente humano está muitas vêzes na razão inversa das qualidades animais.

Ora, nestes dois aspectos da civilização a influência do fator religioso é muito diversa. Sôbre as virtudes e os atributos morais de um povo influem mais diretamente a bondade e a elevação de suas convicções religiosas. No desenvolvimento de sua prosperidade material, esta influência, indireta pela natureza das cousas, é, por isso mesmo, mais reduzida e limitada por barreiras intransponíveis. Aqui os fatôres que figuram em primeiro plano são os próprios agentes da ordem material. As riquezas naturais, a bondade do clima, as facilidades de comunicação com as grandes vias de comércio, a perspicácia política dos estadistas, a competência e a fortuna dos grandes cabos de guerra exercem uma ação decisiva nos destinos humanos das nações. Ao filósofo da história cabe examinar a intervenção destas causas, a sua variação e interdependência, para explicar, senão na sua totalidade, ao menos, em grande parte, o diagrama da evolução dos povos. Isolar uma nação no seu apogeu de prosperidade material, dos fatôres históricos que lhe condicionaram o desenvolvimento para daí concluir a verdade de suas crenças religiosas é um processo apologético que nem o Evangelho, nem a razão, nem a história sancionam. Poderíamos assim provar sucessivamente a excelência do politeísmo romano sôbre o monoteísmo judaico, do maometismo árabe sôbre o cristianismo antigo, do catolicismo sôbre o

http://www.obrascatolicas.com

protestantismo, etc. Basta deslocar no correr dos séculos a aplicação do critério superficial para obter os resultados mais inverossímeis e contraditórios. No século XVII as grandes nações católicas — França, Espanha, Itália, Portugal, pelo seu poder político e militar, pela cultura das ciências e das artes, pela extensão dos seus domínios coloniais, estavam à frente da civilização enquanto os povos protestantes se debatiam em guerras intestinas, sob o despotismo religioso implantado pela Reforma. Nos séculos X e XI os árabes, embriagados pela conquista, elevaram ràpidamente o edifício de uma grandeza social que em muitos pontos sobrelevava ao das nações cristãs, trabalhadas por males internos de que só um ou dois séculos depois conseguiram desembaraçar-se. Não façamos, pois, da momentânea prosperidade material de um povo um critério de suas crenças religiosas.

Estas observações, de ordem metodológica, são de importância decisiva. Por elas se vê que não é possível tirar em favor de um credo nenhum argumento apologético da situação material de atraso ou prosperidade dos povos que o abraçaram. Uma prova eficaz da verdade do protestantismo exigiria que se evidenciasse a superioridade dos povos protestantes, no *ponto de vista moral,* precisamente *desde que e porque* abraçaram a Reforma; enquanto os povos católicos nunca atingiram igual elevação na prática das virtudes cristãs *precisamente porque se conservaram sempre fiéis aos princípios do catolicismo*. Ora, de semelhante demonstração, *exigida pela crítica mais óbvia,* nunca se tentou sequer um esbôço. "Après cela qu'on nous parle de la décadence des nations latines, vieux cliché digne d'un mauvais instituteur de village... cela n'a pas d'importance, et ceux qui savent ce que pèsent ces discours, laissent à la vie le soin d'en montrer le mensonge" (1).

Sôbre estas exigências de método que condicionam a própria possibilidade da demonstração, o Sr. Ernesto teve

(1) Pierre Charles, *La Robe sans couture,* Bruges, 1923, p. 123.

por melhor não fazer observação alguma. Na sua aplicação ao estudo da evolução histórica dos povos católicos é que êle julgou poder revidar com vantagem. Nunca, porém, a sua crítica foi mais deficiente, superficial e pueril. Dir-se-ia que estamos argumentando com um preparatoriano de 15 anos, que se põe a filosofar com os seus conhecimentos rudimentares de compêndio. Citamos fatos, analisamos influências de idéias, fomos quanto possível às fontes primeiras e mais autorizadas do assunto. O professor contenta-se com fazer umas observações desconexas, incoerentes, apelando, quase sempre, para terceiros mediante enormes transcrições de trechos que julga favoráveis às suas posições. E' precisamente o método de perpetuar controvérsias recusando, de caso pensado, o esclarecimento definitivo da verdade. Estudam-se as fontes, reconstitui-se a história com os documentos contemporâneos, desfazem-se balelas infundadas. Dir-se-ia que se deu um passo decisivo para a solução final do debate. Qual! O adversário foge o corpo, declina a discussão no domínio dos documentos e vai entrincheirar-se de novo na mesma barricada, onde se defende com a citação de um autor escolhido a dedo e dois ou três séculos posterior aos acontecimentos que se estudam. E como há em história autores para tôdas as opiniões (não foi debalde que escreveram os Quinets, os Michelets e outros) as questões eternizam-se, alimentadas pelo desamor consciente da verdade e pelas paixões do sectarismo intratável.

Sem submetermos todo êste estudo, que já fizemos particularizadamente, a uma nova análise crítica, não deixaremos de salientar êste feitio de argumentação do Sr. Ernesto em três ou quatro casos determinados.

Espanha. Para explicarmos a decadência política da Espanha no século XVIII e XIX apontamos as causas inerentes à sua própria formação nacional, os erros de política

http://www.obrascatolicas.com

econômica e financeira cometidos por Filipe II e seus sucessores, os grandes desastres navais, às desvantagens da situação geográfica que a obrigava a combater às vêzes simultâneamente nos Países Baixos, na Itália e no Ultramar, o trabalho de solapamento social dos princípios da revolução e finalmente a guerra injusta com os Estados Unidos. Todos êstes fatôres explicam naturalmente a diminuição de influência política e militar sem apelar para os princípios religiosos. Quando êsses agentes ainda não atuavam, e o catolicismo era mais profundo, a Espanha elevara-se à altura de uma das maiores potências do mundo e escrevera as glórias de uma história que difìcilmente será igualada. Nenhum outro povo deu à civilização tantas nações por êle formadas.

Sem discutir a influência dêstes fatôres, o Sr. ERNESTO faz algumas observações, que convém examinar.

"S. Revma. aponta causas econômicas, geográficas, políticas, militares, intelectuais e sociais, quando é certo que ao poder espiritual, sôbre todos os mais, cabe orientar e consolidar a nação para enfrentar e remover tôdas essas causas de decadência", p. 331. — Assim é; ao poder espiritual cabe remover as distâncias entre a Itália e os Países Baixos; amainar os ventos desencadeados em tempestades; criar, no subsolo, minas de carvão de pedra, indispensáveis à indústria; abrir escolas de economia política e obrigar Carlos V ou Filipe II a seguir-lhe os ensinamentos; persuadir eficazmente aos protestantes norte-americanos que não se empenhem numa guerra, originada de uma "grande calúnia seguida das maiores injustiças", p. 330, no dizer do próprio Sr. ERNESTO. Evidentemente o professor de Curitiba não conhece os homens, nem sabe o que é a história. Bem folgara de saber que conselhos o "poder espiritual" da Igreja Anglicana murmura aos ouvidos de Mac-Donald para resolver a questão da índia, ou que exortações eficazes fêz o luteranismo alemão a Guilherme II para impedir a catástrofe de 1918, que desgraçará ainda por vários decênios uma grande nação.

— "Em vez de serem de ordem natural, as causas da decadência da Espanha são visìvelmente de ordem sobrenatural", p. 331. Isto, diz ainda o Sr. ERNESTO, é o que se conclui das catástrofes navais que por várias vêzes desarvoraram e devoraram as suas armadas. Nelas vê piedosamente o autor as manifestações irrecusáveis do dedo de Deus a castigar a Espanha pelo seu catolicismo. — Observamos que estas vistas sôbre a Providência são de todo subjetivas e, portanto, fogem a qualquer discussão. Com igual direito poderá alguém ver no desastre de 1918 o dedo de Deus a castigar o luteranismo alemão, e na derrota de Nassau a humilhação providencial dos reformados holandeses. — E foi também de ordem sobrenatural a recusa à Espanha de riquezas carboníferas, etc. E' um providencialismo de vistas muito curtas.

— "Junte-se a êsses desastres de ordem natural, mas desencadeados pelo céu, a expulsão e o extermínio dos judeus e o *assassinato de um milhão de protestantes com quem estava a fina flor da cultura intelectual e a capacidade espiritual e moral* da nação e nenhum mistério haverá em que tal nação tenha entrado em franca decadência", p. 332. — Aí está explicado o grande mistério! *Um milhão de protestantes espanhóis assassinados!!!* O homem que talvez até agora escreveu mais apaixonadamente contra a Inquisição espanhola foi LLORENTE, sacerdote interdito, revoltado, traidor de sua pátria, expulso da Espanha em 1814 e da França em 1822, libelista rancoroso e sem consciência. Arquivista do célebre tribunal durante muitos anos, escreveu-lhe uma história que êle mesmo se incumbiu de desacreditar de antemão. Para subtraí-la a qualquer verificação crítica queimou os documentos de que se servira. Pois bem, LLORENTE, em pessoa, calcula em 30.000 as vítimas da Inquisição, durante *três séculos e meio,* incluindo neste número judeus, mouros cristãos e herejes de tôdas as categorias (1). Os trabalhos

(1) LLORENTE, *Histoire critique de l'inquisition d'Espagne,* t. IV, p. 271.

http://www.obrascatolicas.com

mais recentes da crítica alemã calculam que êste total deve ser reduzido pelo menos de 2/3. Os executados pelo odiado tribunal não chegam a 10.000 em 350 anos. LEA, protestante e pouco benévolo para os católicos, confessa que: "o número de execuções foi muito menor do que se imagina e, se os documentos não foram destruídos, ficaríamos surpreendidos de ver quão poucos herejes foram condenados ao fogo... Os inquisidores ocupavam-se de fato muito mais em obter conversões do que em fazer mártires" (1).

Um milhão de protestantes assassinados! Mas o Sr. ERNESTO nunca abriu uma página de história espanhola. Em todo o tempo que durou a Inquisição, os protestantes nunca passaram de poucas unidades dispersas e adventícias. Mas o professor de Curitiba contou-os, encontrou, só de *assassinados, um milhão!!!* Mais; estas vítimas são-lhe conhecidas de perto; eram a fina flor da cultura e da virtude castelhana!!! Não sei se o consciencioso historiador paranaense queimou os seus arquivos depois de utilizados. Se lhe esqueceu

(1) H. LEA, *Histoire de l'Inquisition au Moyen Age*, t. I, pp. 489, 619. Hoje já se descobriram novos documentos para o estudo da Inquisição; à sua luz, os cômputos de LLORENTE não passam de "frívolos cálculos de probabilidade." O. PESCHEL, *Das Zeitalter der Entdeckungen*, p. 151. Não seria inoportuno lembrar aqui as inumeráveis violências dos protestantes. "A impiedosa repressão dos camponeses na Alemanha em 1525 fêz 100.000 vítimas, destruiu mais de 1.000 conventos, várias centenas de burgos e aldeias (Cfr. JANSSEN, *l'Allemagne et la Reforme*, t. II, p. 596). No saque de Roma, em 1527 os luteranos mataram para cima de 6.000 romanos (Cfr. ibid., t. III, p. 139). O balanço da perseguição na Inglaterra sob Henrique VIII e Isabel, conta-se por milhares de vítimas (Cfr. COBBETT, *Lettres sur la Reforme*)... Na França a ouvi-los (os protestantes) dir-se-ia que nunca houve outras matanças afora da noite de S. Bartolomeu em 1572; muito antes, porém, os huguenotes haviam pôsto o país a fogo e sangue; matanças de St. Giles (1562), matanças de Nîmes, de Augoumois, de Saintouge... (Cfr. GAFFRE, *Inquisition et inquisitions*, p. 427, com referências)." LANDRIEUX, *l'Inquisition*, Paris, 1911, p. 157.

êste auto-da-fé cauteloso, mande imediatamente aos grandes centros da erudição européia todos êstes documentos de valor inapreciável. Por lá ninguém sabe que a Espanha teve um milhão de protestantes na sua população, e muito menos que tôda esta fina flor de inteligência e de bondade pereceu numa hecatombe de que não há memória na história. Decididamente para o glorioso professor, mais um título à imortalidade neste descobrimento original!

— Última causa da decadência espanhola. "Quem é culpado de ter êsse povo em pleno século XX mais de metade da sua população de analfabetos?" — Naturalmente, os católicos e os frades. Adivinhou o leitor perspicaz. "Que fazem lá tantos milhares de frades e de freiras que não ensinam o povo a ler? Rezem menos e cumpram com êsse elementarísimo dever inerente ao poder espiritual, e farão jus, de certo modo, às esmolas de que vivem", p. 332.

Quando escrevo estas linhas, a República espanhola, imitando os dignos exemplos da Reforma protestante, acaba de inaugurar na Península o regímen da liberdade, expulsando os que desejam viver segundo a sua consciência e instaurando o respeito a todos os direitos com a confiscação dos bens alheios. Tenho, por isto, diante dos olhos alguns dados recentes do que faziam os "frades" no domínio da instrução. Citarei um ou outro. Nas *Escolas Pias* dirigidas pelos Escolópios, educavam-se mais de 31.000 crianças, quase tôdas gratuitamente. Os jesuítas, não só na cidade de Madrid, por si ou pelas associações por êles fundadas ou dirigidas repartiam a instrução a 27.351 crianças pobres, sem nenhuma espécie de remuneração. Em todo o país, sobem a centenas de milhares os meninos de um e outro sexo, instruídos e educados pelos religiosos que sabem rezar e... trabalhar para o bem do próximo (1).

(1) "O Rev. Franca acusa injustamente o povo espanhol da incapacidade para o comércio, para a agricultura e para a indústria... para as ciências experimentais", p. 332. — Onde é que o

http://www.obrascatolicas.com

Precisamos ainda mais êstes dados interessantes. Aqui vai uma estatística dos meninos que, no ano de 1931, freqüentaram as escolas mantidas pelos religiosos de um e outro sexo:

RELIGIOSAS

Carmelitas da Caridade	41.919	dos quais	14.799	gratuitos
Irmãs de Caridade	104.727	" "	87.793	"
Servas de S. José	5.283	— —		—
Escravas do Sagrado Coração	9.710	— —		—
Terciárias franciscanas	5.132	" "	3.793	"
Filhas do Cristo Rei	6.638	— —		—
Irmãs da Doutrina Cristã ..	3.950	— —		—
Irmãs da Imaculada Conceição	3.110	" "	1.000	"
Religiosas do Serviço Doméstico	2.531	" "	2.331	"
Jesus-Maria	3.242	" "	1.192	"
Religiosas do Sagrado Coração	3.340	" "	1.642	"

RELIGIOSOS

Maristas	19.350	" "	4.121	"
Salesianos	10.603	" "	9.164	"
Sagrado Coração	1.450	— —		—
Jesuítas	9.981	" "	7.321	"
Irmãos da Doutrina	19.796	" "	9.960	"
Agostinianos	2.368	— —		—
Irmãos das Escolas Cristãs ..	32.024	" "	30.524	"
Religiosos da Instrução Cristã	1.925	— —		—
Total	287.079		173.640	

Sr. ERNESTO leu semelhante acusação? Eis o que dissemos: "Só no terreno das ciências experimentais, comparada com a da Itália e a da França, a sua produção tem sido relativamente insignificante. Talvez a inferiodade industrial do país não tem pôsto à prova da concorrência os recursos do seu gênio inventivo", p. 324. Entre afirmar que a produção nas ciências experimentais não tem sido tão importante quanto a de outros países, e isto talvez porque o pouco desenvolvimento industrial não estimulou o *seu gênio inventivo*, e acusar o povo espanhol de *incapaz* para a indústria — vai uma distância que só não enxerga a precipitação do Sr. *Ernesto*. Poucas linhas antes, o diligente professor havia copiado êste período do nosso: "e a todos conhecido o seu (da Espanha) ressurgimento econômico, industrial e político para nêle insistirmos longamente", p. 324. — Mais uma falsificação consciente: já estamos na dúzia!

Estas informações são ainda muito deficientes, não só nos dados que se referem às próprias congregações ensinantes mencionadas mas principalmente pela omissão de inumeráveis outros institutos religiosos, dos quais não foi possível colhêr indicações precisas. Mas ainda assim o total é imponente. A quase 300.000 crianças ministravam os religiosos o ensino, quando os surpreendeu o decreto liberal da nova democracia espanhola, e dêsse total quase 70% recebiam instrução gratuita.

O quadro seguinte dá-nos o número de alunos educados *gratuitamente* durante os últimos cinqüenta anos, nas escolas e colégios dirigidos pelas 8 — apenas 8 — congregações ou ordens religiosas seguintes:

Irmãos das Escolas Cristãs	400.000	
Irmãos da Doutrina Cristã	500.000	
Salesianos	150.000	
Jesuítas	100.000	
Carmelitas da Caridade	300.000	
Religiosas do Serviço Doméstico (operárias)	130.000	
Filhas da Caridade	1.025.000	
Associação Católica das Damas de Madrid	400.000	(1)
Total	3.005.000	

Mais de 3 milhões de alunos educados gratuitamente pela ação dos religiosos.

Antes de insultar a generosidade dessa dedicação, Sr.

(1) Êstes dados encontramo-los nos *Documents de la Vie Intellectuelle*, t. XII, (1932), pp. 37-38.

http://www.obrascatolicas.com

ERNESTO, não fôra mais elegante informar-se escrupulosamente da verdade? Que nome tem uma acusação feita antes do exame dos fatos, contrária à realidade dos fatos?

Depois destas gloriosas façanhas de alta crítica, o professor recolhe-se na sua devoção apocalíptica e conclui: "Rogamos a Deus que tenha piedade dessa nobre nação e não vingue nela o sangue de um milhão de mártires ali sacrificados ao fanatismo e à crueldade do grande Dragão Vermelho de sete cabeças e dez cornos", p. 333.

O que pedimos é que Deus arranque as escamas dos olhos e os preconceitos do coração a êstes ânimos apaixonados, infundindo-lhes mais escrúpulos nas afirmações e mais respeito aos direitos da verdade, superior aos interêsses de sectarismos acanhados.

Portugal. Disséramos que as causas da decadência política de Portugal eram análogas às de Espanha e com ligeiras alterações se lhe podiam aplicar as considerações anteriores. Comenta o professor: " Com ligeiras alterações, aplica o Rev. Franca a Portugal as considerações feitas a respeito de sua irmã ibérica... Com extrema *ligeireza* aliás... Onde as tempestades que lhe submergissem as naus e os marinheiros? As guerras mal sucedidas? As emprêsas mal administradas? Bem ao contrário. Aos portos de Portugal chegavam navios cheios de ouro e, do Oriente, navios repletos de especiarias: houve até excesso de riquezas!", p. 335.

Onde as tempestades? — Mas é só o Sr. ERNESTO que ignora a história naval lusitana! Nunca ouviu falar talvez num livro clássico de BERNARDO GOMES DE BRITO intitulado *História trágico-marítima,* em que se escrevem cronològicamente os naufrágios que tiveram as naus de Portugal? — "E as riquezas fabulosas da Índia? sumiam-se, escreve um dos melhores historiadores contemporâneos, sumiam-se, como em voragem na construção, aprestos e equipamento

de tantas armadas, nos *naufrágios sucessivos* que lançavam para o fundo do mar naus, riquezas e vidas" (1).

As guerras mal sucedidas? — Mas Alcácer-Quebir, senhor, onde Portugal perdeu a sua independência, passando pouco depois para a coroa de Espanha, justamente no momento em que neste país se aplicava uma política econômica desacertada e ruinosa.

"Chegavam navios cheios de ouro... excesso de riqueza". — Precisamente, êste foi o grande mal. Descuidou-se a economia pela finança. O ouro foi-se em armadas sôbre armadas, o luxo enervara a firmeza dos ânimos; mas o país ficava pobre... A miragem das aventuras atraía os entusiasmos e o país, sem braços (2), ia descuidando as fontes sólidas de sua riqueza. Nenhum país, já notava em 1535 o flamengo CLENARDO, descuidou tanto a agricultura como Portugal (3). Como se vê as causas da decadência portuguêsa foram análogas às da Espanha e, em que pese ao Sr. ERNESTO, "com ligeiras alterações" se lhe podem aplicar as considerações acima.

Mais particularmente sensível a Portugal foi a desproporção entre a pequenez da metrópole e a vastidão do seu império colonial. — "E o caso da Inglaterra?", p. 333, pergunta, entre parêntesis, o nosso crítico. O caso da Inglaterra é muito diverso. A sua superfície é *quase quatro vêzes;* a sua população, *oito vêzes maior* que a de Portugal. Inglaterra é, por isto, na Europa, uma grande potência; Portugal sempre foi um pequeno estado. Mais. O caso da Inglaterra

(1) FRANCISCO RODRIGUES, *História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal,* Pôrto, 1931, t. I, vol. I, p. XCIII.

(2) O velho de Rastelho já se insurgia contra a viagem da Índia:

Por quem se despovoe o reino antigo
Se enfraqueça e se vá deitando a longe. *Lusíadas,* IV, p. 101.

(3) "Si usquam neglectui habita fuit agricultura, id potissimum locum apud nos habuit." *Epist.* p. 17. Évora, 15 de março de 1535.

http://www.obrascatolicas.com

ainda não está liquidado. O seu império colonial começou muito depois que o do minúsculo reino lusitano; durará tanto quanto êste? Só o futuro o dirá com certeza. Antes, é imprudência invocar o caso inglês. O exemplo que deveria ter naturalmente ocorrido ao professor curitibano é o da Holanda, de população sensìvelmente igual à de Portugal. Também ela se expandira ràpidamente no Oriente e no Ocidente; mas o mesmo desequilíbrio entre a cabeça e o corpo provocou num e noutro caso a mesma crise. O grande império colonial de Holanda protestante, acha-se hoje reduzido quase às mesmas proporções, e pelas mesmas causas, que o de Portugal católico. Aliás, êste fator da decadência lusitana, não o fomos descobrir nós para necessidades ocasionais da polêmica. E' ponto liquidado entre os historiadores e sociólogos portuguêses que não vêem os fatos sociais através das lentes deformadoras do sectarismo estreito. "A seiva da árvore social, escreveu HERCULANO, esgotou-se no bracejar descomposto. A Ásia e a África perderam-nos" (1). "O ímpeto expansionista da enérgica nação, insiste mais recentemente MALHEIRO DIAS, projetara-se às distâncias inverossímeis. Mais tão desmarcadas emprêsas já lhe causavam o ofêgo e arquejo da fadiga" (2).

O Sr. ERNESTO salta por cima de tôdas estas realidades: "o que produziu a decadência de Portugal foi o analfabetismo e as crônicas de santos... de tal maneira é prejudicial essa leitura que quantos a ela se dedicam exclusivamente, ainda

(1) ALEX. HERCULANO, Opúsculos, VI, 40.

(2) MALHEIRO DIAS, *O Piedoso e o Desejado*, 11. FRANCISCO RODRIGUES, que os cita, reforça-lhes a opinião com o pêso de sua autoridade. *Op. cit.*, XCII. Um historiador protestante, que se esforçou por fazer justiça aos jesuítas, escreveu também: "Política colonial em desproporção com as fôrças do país dizimava a população e foi a causa da ruína total. "BOEHMER, *Les Jésuites*, p. 86. Sôbre as causas da decadência portuguêsa ver o estudo de NEWTON DE MACEDO, *O início da decadência, na História de Portugal*, edição monumental da Portucalense editôra.

com o mero escopo de estudar a nossa língua, são feridos pelo espírito de minúcias e pela esterilidade mental", p. 335. — Por êste motivo provàvelmente o ilustre professor se impôs, nesta matéria, um regime ascético de jejum completo. Assim se furtou à influência dos exemplos edificantes da santidade e às lições oportunas do bom escrever.

Para demonstrar num "precioso flagrante", a decadência portuguêsa, remata o adversário a sua crítica citando um largo trecho... de Camilo Castelo Branco. O grande romancista fôra passar uns tempos numa aldeia do Minho; teve lá suas rusgas com o Vigário e... vingou-se escrevendo umas páginas cômicas sôbre os costumes dos seus minhotos e suas minhotas. No gênero, um escritor galhofeiro, como Camilo, poderia divertir-se do mesmo modo com qualquer aldeia de qualquer país. O que realmente nenhum homem sensato poderia nunca esperar era que um professor de Escola Politécnica quisesse resolver questões de filosofia da história com... romances de Camilo!!!

Mas já que o Sr. ERNESTO gosta do gênero leia também estas páginas. São de HERCULANO e valem muito mais que as do seu contemporâneo. "Quando os inglêses se rirem de êles terem muito dinheiro e nós pouco, torçamos a orelha e choremos como crianças pelas barbas abaixo... Mais quando compararem as venturas do homem de trabalho inglês com a triste sorte do peão português, risada. Quando opuserem as virtudes e ilustração das suas classes ínfimas à barbaria e estupidez das nossas, duas risadas. Quando encherem as bochechas das suas velhas liberdades (do tempo de Ricardo III, de Henrique VIII, de Isabel, de Cromwell e de Carlos II) das suas leis de propriedade em particular, e da clareza, simplicidade e retidão de tôdas as suas leis em geral, e nos atirarem à cara o absolutismo dos nossos antigos monarcas, a bruteza da nossa ordenação, a intolerância dos

http://www.obrascatolicas.com

inquisidores, trinta risadas. Quando enfim nos oferecerem, em escambo das nossas crenças e dos nossos costumes religiosos, os seus costumes e a sua crença, que esboroa há mais de dois séculos em quatrocentas crençazinhas, com seus nomes mui arrevezadinhos, quatrocentas risadas, ou antes, uma risada só, mas retumbante, maciça, inextinguível, como aquelas famosas gargalhadas de Homero. O caso é disso. Se caíssemos na troca, ficávamos logrados" (1). E por aí vai, tomando pouco depois mais gravidade no pensamento e na forma. Como historiador, HERCULANO vale mais que Camilo. E poderíamos ainda citar CASTILHO, OLIVEIRA MARTINS, RAMALHO ORTIGÃO, etc., etc. Não enverede o Sr. ERNESTO por êste caminho.

— Detivemo-nos um pouco mais nestes dois países, porque nêles a nossa posição era menos favorável. Sôbre os outros deslizaremos mais rápidamente, fazendo uma ou outra pequena observação para analisarmos mais do espaço o caso da Irlanda.

A propósito da *França,* uma defesa de caráter mais pessoal, indispensável. Disséramos o grande mal que à pátria de S. Luís fizera a apostasia oficial de seus governos, que, desde a Revolução francesa, com raros intervalos, tem tomado atitudes subdola ou abertamente hostis à influência católica. — Os desastres sociais que desta descristianização crescente resultaram, registam-no imparcialmente historiadores e sociólogos de todos os matizes; muitos dentre êles afirmam sem reticências que só na volta aos princípios cristãos encontrará a França o segrêdo de sua conservação e

(1) ALEX. HERCULANO, *Lendas e narrativas,* Lisboa, 1903, t. II, pp. 183, 184. Leia-se todo o "excurso patriótico" seguinte (pp. 185-208), onde em tom sério o historiador confronta o culto católico e o protestante.

prosperidade. Entre êstes citamos LE PLAY, TAINE, BOURGET, LEROY-BEALIEU, BRUNETIERE, VOGUÉ e outros. Sôbre a citação de TAINE observa o Sr. ERNESTO com uns tons misteriosos de quem acabara de colhêr o flagrante de uma fraude: "Não desejamos qualificar como merece a citação de Taine que acabamos de ler pela pena do Rev. Franca. Jamais vimos tão magistralmente aplicada a doutrina da Egreja católica romana que autoriza o emprêgo de têrmos equívocos para (diz ela que *sem mentir!*) induzir os outros a uma persuasão contrária à verdade. A citação de Taine é textual; não difere do original por uma vírgula sequer. Entretanto quem a ler no Rev. Franca será levado a pensar que quando falava êle do *Cristianismo* referia-se ao *Catolicismo romano*", p. 343. — Eis, pois, o princípio de crítica firmado pelo honesto professor: quando Taine fala de cristianismo só se refere ao protestantismo. Por quê? Páginas antes transcrevera o nosso crítico uma página, cheia de entusiasmo juvenil, em que TAINE, na sua *História da literatura inglesa,* descrevia, entre idílios e retóricas, a transformação maravilhosa por quê passara a Inglaterra, abraçando a Reforma. "Fica assim demonstrado, conclui muito convencido o Sr. ERNESTO, que quando TAINE diz que "só o Cristianismo seria capaz de salvar a França" referia-se e sem nenhuma dúvida àquele que êle próprio apontou como o fato da grandeza da Inglaterra e da Alemanha, ou seja, ao Cristianismo como representado pelo Protestantismo", p. 343. — A crítica não é o forte do nosso engenheiro. A interpretação por êle apaixonadamente aventada (sem nenhuma dúvida!! fica demonstrado!!) *está em aberta contradição com o contexto imediato de* TAINE. O Sr. ERNESTO, que foi ao historiador francês para verificar se eu não havia cortado alguma vírgula, não leu o período que precede imediatamente ao citado? Ei-lo aqui: "Hoje, *depois de* 18 *séculos,* nos dois continentes, do Ural às Montanhas Rochosas, nos *mujiques* russos e nos *settlers* americanos, o Cristianismo opera como outrora nos artífices

http://www.obrascatolicas.com

da Galiléia... Êle é ainda para 400.000.000 *de criaturas humanas* o órgão espiritual, o grande par de asas indispensável", etc. (1).

O Cristianismo que existe *há* 18 *séculos* é o protestantismo de Henrique VIII ou de Israel? O Cristianismo que alimenta a vida espiritual dos *camponeses russos,* é o protestantismo de Lutero e de Calvino? O Cristianismo que é o grande par de asas para 400 milhões de criaturas humanas é o protestantismo, que nesta época contava pouco mais de 100 milhões de adeptos? "Fica assim demonstrado, sem nenhuma dúvida" que o Sr. ERNESTO *não sabe ler*.

Mas não é mister *inferir* do que TAINE afirma qual o seu pensamento; êle o deixou exarado da maneira *mais explícita e insofismável*. "Hoje, escreve êle com tôdas as letras, depois de 18 séculos, nos dois continentes... sob o seu invólucro *grego, católico* ou *protestante* [o cristianismo] é ainda para 400 milhões de criaturas humanas o órgão espiritual, etc." (p. 146). Aí está, evidente como a luz do sol meridiano; não é preciso saber pensar, basta saber ler. E o Sr. ERNESTO viu estas palavras!! E o Sr. ERNESTO teve a audácia de escrever depois: "fica assim *demonstrado*... sem *nenhuma dúvida*... que TAINE referia-se... ao Cristianismo como representado pelo Protestantismo"!!

Mas ainda há mais luz. TAINE, a princípio, referia-se ao cristianismo, em geral, sob a tríplice forma por êle mesmo expressamente discriminada. Aplicando mais tarde as suas conclusões gerais ao caso particular da França mirava naturalmente a forma de cristianismo que lhe plasmara a nacionalidade e lhe dera os seus grandes dias de glória, o cristianismo de Clóvis, de S. Luís e de S. Joana d'Arc, de Bossuet e de Racine, de Fénelon e de Corneille.

E' continuar a leitura do grande historiador e ouvi-lo lamentar a atitude dos elementos oficiais contra a religião nacional. "Sob a primeira como sob a terceira República o

(1) TAINE, *Origines de la France Contemporaine,* XI, p. 146.

Estado vê na Igreja uma rival e um adversário e, por isso, entra a persegui-la ou a molestá-la; e vemos hoje com os nossos olhos como a minoria que governa pode ferir, contìnuamente e por longo tempo e num ponto sensível, a maioria governada, como dissolve as congregações de homens e enxota de suas casas a cidadãos livres cujo único delito é querer viver, orar e trabalhar em comum; como expulsa as religiosas e os religiosos dos hospitais e das escolas, com que prejuízo para os hospitais e para os doentes, para a escola e as crianças, com que repugnâncias e descontentamentos do médico e do pai de família, com que profusão inepta dos dinheiros públicos e com que sobrecarga gratuita do contribuinte já tão onerado... Outros inconvenientes do sistema francês são ainda piores", p. 171. Aí está o cristianismo a que aludia TAINE, o cristianismo que mantinha com os seus religiosos as escolas e os hospitais, o cristianismo que uma minoria sectária e obcecada perseguia com violências e expulsões. Não era *"sem nenhuma dúvida"* o protestantismo.

Passa em seguida o autor das *Origens da França contemporânea* a expor algumas características doutrinas do catolicismo (nem sempre com exatidão objetiva) e termina com esta reflexão: "Há cem anos a roda gira, sem parar, neste sentido [o da repaganização das massas] e isto é grave, mais grave ainda para a nação do que para a Igreja. No mais, em França o cristianismo interior, pelo duplo efeito de seu invólucro *católico* e francês, reafervorou-se no clero, sobretudo no clero regular, mas esfriou no mundo e é principalmente no mundo que é necessário o seu calor", p. 188.

Têm aí os leitores os elementos necessários para julgar com que objetividade citamos o pensamento de TAINE.

E o Sr. ERNESTO DE OLIVEIRA que, havendo visto tudo o que acabamos de citar, afirmou impàvidamente aos seus clientes que "sem nenhuma dúvida", "ficava demonstrado", se referia TAINE ao protestantismo, queremos tranqüilizar a delicadeza puritana dos seus receios. Não hesite, escrupuloso professor, qualifique como merece a citação de TAINE, ver-

http://www.obrascatolicas.com

gaste como é de justiça esta aplicação magistral da doutrina de Igreja católica que autoriza o emprêgo de equívocos. Fica-lhe tão bem esta atitude de Catão! Ninguém dirá que o ilustre apologista do protestantismo induz "outros a uma persuasão contrária à verdade."

— Sôbre a *Austria* havíamos notado a dificuldade insuperável de conservar por longo tempo uma grande unidade política resultante de tantas heterogeneidades étnicas e históricas. Comenta o professor: "E' interessante observar que a mesma causa que levou uma nação protestante à unidade política conduziu uma católica ao esfacêlo e à desintegração! Êste fato registado pelo Rev. Franca vale sòzinho pela mais cabal apologia. O livre-pensamento conduz à unidade política, ao passo que a unidade dogmática, imposta *ex-cathedra*, produz a desintegração, a morte. Está certo! Registre-se!", p. 347.

Registre-se mais êste descaso pelas demonstrações dadas, e mais esta superficialidade de raciocínio. Não havíamos apenas indicado um fato; apontáramos também a sua explicação natural. O império dos Habsburgos era o mais heterogêneo conglomerado político que se conhecia na história moderna. Dentro dos limites da monarquia dual falavam-se 10 línguas! magiares, tchecos, croatas, rutênios, polacos, eslovenos, rumenos e italianos fremiam sob a coroa de Francisco José numa ânsia incoercível de autonomias e independências. Na Alemanha, era a diversidade dos regimes políticos, mas, com insignificantes exceções, a unidade da língua e da raça. O Sr. Ernesto fecha os olhos a tudo e vai repetindo o seu estribilho inconsciente: a unidade dogmática produziu a desintegração da Áustria; o livre-pensamento, a unidade da Alemanha!

O livre exame unificou a Alemanha! Que ironia histórica! Conhece o ilustre professor a evolução da grande nação germânica? O protestantismo nela só aparece como fator de discórdia, divisão e decadência. Aos documentos.

Quase 40 anos depois da revolta de Lutero, em 1553, escrevia um contemporâneo, Melchior Ossa: "A nobre nação alemã está dilacerada, devastada, saqueada pelas guerras intestinas. Os arcebispados de Treviri e de Mogúncia, os bispados de Spira, de Worms e de Eichstaedt foram lamentàvelmente despojados... o inimigo da fé cristã, o Turco, ameaça a nossa pátria com os seus furores... mas o pior de tudo é que já não há entre nós nem lealdade, nem honra, e os vícios de dia para dia tomam maior ascendência" (1). Na mesma data, em despacho de 25 de fevereiro de 1553, dizia o Imperador: "De memória do homem e mesmo de há muitos séculos, nunca estêve tão má e tão comprometida a situação da nobre nação alemã." "No espaço de 30 anos, depois de destruir a unidade da fé, o fogo atirara-se com extrema violência sôbre o poder interno e externo do Império, cujo prestígio tinha desaparecido. *O bem estar e a prosperidade da pátria não passavam de uma lembrança.* A Alemanha que nos fins do século XV era a primeira nação da Europa, na agricultura, nas minas, no comércio e na indústria, via declinar a sua grandeza. Já os soberanos estrangeiros humilhavam a Hansa e lhe punham o pé no pescoço. A agricultura e tôda a vida rural estavam no estado mais deplorável. A ciência e as artes, que a doutrina da Igreja, sôbre a eficácia das boas obras, outrora estimulava a sempre novas conquistas, haviam caído no último desprêzo" (2). Camerario, o célebre filósofo, amigo de Melanchton, escrevia 5 anos depois da paz de Augsburgo: "A religião, a ciência, a disciplina, a lealdade, parecem-me condenadas a uma ruína fatal. A Alemanha está ameaçada do mais lamentável destino, menos pelos seus inimigos externos do que pelos seus

(1) Langenn, *Melchior von Ossa*, p. 132.

(2) K. Lanz, *Correspondenz des Kaisers Karl V*, aus den k. Archiv und der Bibliotheque de Bourgogne zu Brussel, Leipsik, 1844-1846; t. III, p. 543; t. I. p. 57.

http://www.obrascatolicas.com

próprios filhos. Que dirão as outras nações ou que já não dizem"? (1).

Passavam os anos e a situação, longe de melhorar, agravava-se de dia para dia. "O povo alemão, escrevia em 1570 LÁZARO DE SCHWENDI, vê declinar o seu nome antigo, o poder imperial quase não existe, não passa de um fantasma." A impressão produzida nos estrangeiros era das mais tristes e dolorosas. Em 1561 o conde de Luna, embaixador da Espanha, escrevia a Filipe II. "Em verdade, a Alemanha está num estado miserável; não só os negócios religiosos vão de mal a pior, mas o soberano já não é obedecido; já ninguém lhe é fiel; o prestígio do rei romano, menos que medíocre, é nulo" (2). Por seu lado o enviado da República de Veneza tinha a Alemanha do seu tempo na conta do "estado mais corrompido e menos policiado da Europa, *guastissimo et corrutissimo*" (3). A um dos seus amigos em Paris, escrevia em 1556, GUILHERME DE MÉNANDER: "Aumenta a desordem, apesar da paz de Augsburgo; já não há segurança pública, o que prejudica imensamente ao comércio e à indústria; bandos de malfeitores percorrem as províncias extorquindo impunemente somas dos habitantes dos campos" (4). Nos fins do século, com o exacerbar-se das lutas intestinas, escrevia PERELLIUS: "Estamos alarmados ao ver que as chamas da discórdia, que já incendiavam boa parte da Europa, entre nós aumentam de intensidade cada dia... As autoridades estão cada vez mais divididas, temos pouca esperança de ver o Império sair dêste oceano de aflições e contendas, e de

(1) Outras expressões análogas de CAMERARIO, ap. DOELLINGER, *Die Reformation*, t. II, pp. 586-594. BULLINGER escrevia a CALVINO em 1550: In Germania, omnia convulsa sunt.

(2) SCHMIDT, *Allgemeine Zeitschrift fuer Geschichte*, t. VIII, pp. 21-22.

(3) SCHMIDT, *M. J. Neuere Geschichte des Deutschen*, Frankental, 1785-86, t. II, p. 146.

(4) *Miszellanen gemeinnuetzigen Inhaltes*, pp. 72-3.

ver renascer na Alemanha a paz e a concórdia religiosa" (1). No ano de 1617, precisamente no primeiro centenário da introdução do protestantismo, um observador que estudava profundamente o seu tempo, assim nos pinta a situação da sua desolada pátria. "Que alemão leal, que amigo sincero da pátria, católico ou protestante, poderá contestar-me neste ponto?... Na antiga Igreja, nossos pais, unidos durante tantos séculos numa mesma fé e num mesmo sentimento, tinham fundado inumeráveis institutos de beneficência para alívio dos pobres, leprosos e necessitados, estabelecido universidades e escolas. Graças à sua liberalidade, os pintores e escritores haviam enriquecido a nossa pátria de obras-primas e a Alemanha era objeto de espanto e admiração das outras nações; Deus dera-lhe poder, glória e prosperidade; e ela ocupava o primeiro lugar entre os povos cristãos. — Hoje, que é de nós? Tudo destruído, tudo aniquilado" (2). E as citações poderiam multiplicar-se indefinidamente (3).

Eis o que da Alemanha fêz o livre exame protestante. A primeira nação da cristandade, no século XV, entrou a decair e a debater-se num caos de discórdias, guerras intestinas, revoluções continuadas, em que a prosperidade econômica, a cultura intelectual e artística, a morigeração dos costumes sofreram um longo eclipse *de mais de dois séculos!*

(1) *Ein Kurtzes anmuhtliches Gespraech zwischen einem Edelmann und einem Bauer ueber der Welt Laeuften und sonderliche Conjuncturen*, 1617, p. f. D. 1-C-2.

(2) A. WOLF, *Lucas Geizkofler und seine Selbstbiographie*, 1550-1621, Wien, 1878, p. 11-12, 20.

(3) Ao estudo da decadência intelectual e moral provocada pela Reforma consagramos cêrca de 40 páginas (394-418; 439-459) onde acumulamos, às dezenas, as citações mais insuspeitas de testemunhas contemporâneas. De nada nos custará ampliar e multiplicar ainda estas provas; é trabalho fácil para quem entrou em relações diretas com as fontes históricas dêste período. Se há tese verdadeira e documentadamente averiguada é a que aqui defendemos.

http://www.obrascatolicas.com

Só recentemente é que a grande nação entrou a convalescer do mal imenso que lhe causou a Reforma. A sua moderna unificação de govêrno, deve-a, não ao livre exame que a desagregou por tanto tempo, mas à ambição que tinha a seu serviço o gênio político de Bismarck. Confederaram-se então os estados alemães, mas a unidade nacional, profunda e sincera, a unidade das inteligências e dos corações, essa não sabemos quando a poderá reconquistar o grande povo, que teve incontestàvelmente, no protestantismo, uma das maiores remoras de sua prosperidade e grandeza.

Bélgica. Contra a admirável organização econômica e industrial, contra o incontestável progresso, em todos os domínios, da pequenina Bélgica, um dos países mais católicos do mundo, o Sr. ERNESTO não achou que objetar. Mas tentou diminuir-lhe a fôrça demonstrativa e achou uma explicaçãozinha para o fato, como êle a sabe encontrar. A Bélgica assim se desenvolveu por estar ao lado de países protestantes. "A um lado a Alemanha protestante, do outro a Inglaterra protestante, do outro a Holanda protestante e do outro, afinal, a França leiga e livre-pensadora. Daí que o seu catolicismo deve ser um catolicismo liberal... um quase protestantismo; eis por que não se apresenta com o mesmo caráter deletério que nos outros povos", p. 362.

Aqui estão dois irmãos, fortes, gordos, robustos; qualquer higienista de fracas posses explicaria o fato, apelando para a mesma hereditariedade sadia e para o mesmo regime de alimentação e de vida. O professor de Curitiba encontrou outra explicação; os dois irmãos estão assim viçosos, porque todos os dias, quando vão à escola, se sentam um ao lado do outro, no mesmo carro. A Bélgica não se desenvolveu, econômica e industrialmente, por possuir os mesmos recursos naturais que os seus vizinhos mas por confinar com êles. Nela, por exemplo, há menos pobres que em qualquer outro país por achar-se ao lado da Inglaterra onde o pauperismo multiplica, de maneira incrível, as suas horrendas devastações.

Mas nem nessa explicação a geografia lhe foi propícia. A Bélgica confina com a Holanda protestante, mas as províncias holandesas limítrofes (o Brabante e o Limburgo) são *das regiões mais católicas do mundo*. A Bélgica limita com a Alemanha protestante, mas os territórios alemães que dela se extremam (Províncias Renanas) são das que se conservam mais fiéis à antiga fé e às antigas tradições do catolicismo. A Bélgica raia ainda com o Luxemburgo e o Luxemburgo é um estado profundamente católico. Engana-se pois, uma vez, o Sr. ERNESTO quando julga que a juxtaposição protestante explica a grandeza da Bélgica; engana-se segunda vez e mais redondamente quando crê que o catolicismo belga é um quase protestantismo. Nenhum povo mais profunda e mais sinceramente católico; nenhum mais devoto da Virgem (os santuários de Nossa Senhora pululam no pequenino território do rei Alberto), nenhum mais zeloso de suas imagens e das relíquias de seus grandes santos; nenhum mais assíduo na freqüência dos sacramentos; nenhum mais devotamente submisso ao Pai comum dos fiéis. Vá, Sr. ERNESTO, veja, e aprenda, antes de falar; é o único meio de não maltratar a verdade (1).

---

(1) E' extremamente doloroso ver a caricatura que das magnificências do culto e da vida católica faz aqui o professor de Curitiba: "Imaginemos um indivíduo católico romano morando entre três protestantes e um livre-pensador. Êste católico há de necessàriamente mandar os seus filhos à escola, pelo simples fato de ver assim fazerem os seu vizinhos. No dia que sair-se com alguma milagreira, com alguma relíquia, com alguma *"Nossa Senhora da Aparecida"*, ou quejandas superstições, apiedar-se-ão da sua credulidade os seus vizinhos protestantes, mas o seu vizinho livre-pensador soltar-lhe-á em plena face uma gargalhada. Quando quiser despender seu dinheiro na compra de alguns ossos de santos, de algum pacotinho de *"leite da Virgem Maria"*, de alguma indulgên-

http://www.obrascatolicas.com

— Ainda, a propósito da Bélgica, julgou o crítico pilhar-nos em flagrante delito de contradição. "Decaem os países mais tradicionalmente católicos: são causas naturais! Aparece um com tôdas as condições naturais a seu favor e progride: é a religião!", p. 363. — Mas onde afirmamos que a religião era a causa do desenvolvimento econômico e industrial da Bélgica? Eis as palavras em que colocamos a questão. "A sua situação geográfica, a atividade da raça, a riqueza de suas minas, a fertilidade do solo (*causas tôdas de ordem natural*), tudo a talhava para um grande povo num pequeno território. O catolicismo de suditos e govêrno *impediu-lhe* porventura o surto do progresso? E' de ver." IRC, p. 334. Aí está, em tôda a sua coerência, a tese que desenvolvemos uniformemente em todo o nosso estudo. A grandeza econômica e industrial de um povo depende diretamente de agentes de ordem natural; o catolicismo não os supre onde a natureza é avara; onde é generosa, não lhes impede o desenvolvimento espontâneo. O Sr. ERNESTO citou o primeiro dos períodos acima para provar que o fenômeno tinha a sua explicação em condições naturais, *omitiu o segundo* em que precisávamos a influência do fator religioso, para concluir com o epifonema triunfante que acima transcrevemos (1).

---

cia ou de alguma benzedura... não lhe faltará quem lhe diga ser mais proveitoso comprar com êsse dinheiro um pão para os seus filhos. Nem ainda poderá êle freqüentar os bordéis, mentir, jurar com restrições mentais, etc., cousas justificadas pela moral católica... provocará escândalo", p. 362. — Sem comentários. Parece-nos ouvir a intemperança de linguagem e as acusações inacreditáveis dos primeiros predicantes do século XVI que andavam quebrando imagens e queimando igrejas em nome do "puro Evangelho." Em quatro séculos o protestantismo não aprendeu cousa alguma, nem quanto à verdade das doutrinas nem quanto à delicadeza das expressões. E' triste!

(1) E' mais uma falsificação visível do pensamento de um autor que o Sr. ERNESTO tem debaixo dos olhos no próprio momento em que escreve. São 13!

Irlanda. O Sr. EDUARDO PEREIRA, no seu paralelo entre países protestantes e católicos, confrontara a situação de irlandeses e escoceses para concluir a superioridade dêstes sôbre aquêles. Era desconhecer tôda a história da desditosa Irlanda. Lembramos em resumo algumas páginas do martírio indizível a que a Inglaterra submetera por séculos a vizinha mais fraca. "Em nenhum capítulo, replica o Sr. ERNESTO, se evidenciou no mais alto grau o método do Rev. Franca de mistificar a História", p. 350. Como assim? "Consistiu a sua consumada habilidade em tomar guerras de índole inteiramente política como guerras religiosas, para então culpar os protestantes dos horrores delas; fêz mais ainda, creditou aos protestantes crimes de papas e de reis católicos" (1).

---

(1) Neste capítulo declara o Sr. ERNESTO que "sôbre a sua mesa estão os 25 vols. da *Historians, History of the World*, editada pelo *Times* de Londres, obra esta tida e havida, por justos motivos, como o maior monumento da História Universal até hoje publicado no mundo... E' com as informações dessa fonte autorizada que confutaremos as balelas veículadas pelo Rev. Franca", p. 350. — Trata-se de uma obra de vulgarização científica, em que os próprios editores declaram, a princípio, resumir os trabalhos dos historiadores mais autorizados. No tomo XX e no XXI, que tratam da Inglaterra, as principais autoridades indicadas são AUBREY, BUCKLE, BURKE, BURNET, GREEN, GUIZOT, HUME, MACAULAY, L. RANKE, etc., etc. Como se vê, é um trabalho de simples compilação, sem indicação de fontes primárias, sem nenhuma originalidade científica, sem outra pretensão que pôr ao alcance do público os resultados disseminados em muitas obras de mais difícil acesso. Obra de alta vulgarização destas que tão freqüentemente se encontram em todos os gêneros na velha Europa. O nosso provinciano, deslumbrado, proclamou-a infantilmente: "o maior monumento de História Universal até hoje publicado no mundo." Dir-se-ia que o professor de Curitiba nunca entrou numa biblioteca histórica! — O pior, porém, é que o Sr. ERNESTO não soube sequer ler o seu prodigioso monumento. Para reconstituir a verdade deturpada só nos serviremos das autoridades por êle mesmo tão enfàticamente preconizadas.

http://www.obrascatolicas.com

Dois capítulos de acusação; examinemos um depois do outro, começando pelo segundo.

— Das desventuras da Irlanda são responsáveis os papas e reis católicos.

O Papa? Sim; porque Adriano IV, por uma bula de 1155 vendeu a Irlanda ao rei da Inglaterra e "permitiu a êsse rei que conquistasse a ilha *a ferro e fogo* (1), com todo o seu catolicismo", p. 354.

Antes de tudo, sôbre êste suposto documento pontifício pairam as mais bem fundadas dúvidas de autenticidade. Já no século XVII Stephen White e John Lynch, autor do *Cambrensis eversus,* levantavam as primeiras suspeitas que a crítica moderna iria corroborar. Adversário decidido da genuinidade é o Prof. Thatcher, da universidade de Chicago, nos seus *Estudos sôbre Adriano IV*. Ferdinando Lot afirma sem mais que se trata de um documento espúrio *"fabriqué aprèss coup."* Com efeito, nos manuscritos conhecidos nota-se a ausência da data e da assinatura; o primeiro historiador que o pôs em circulação, Giraldus Cambrenisis goza de reputação que não é das melhores. Não nos é possível entrar aqui nos pormenores de uma discussão crítica que iria longe, e que não é necessária.

Trata-se, pelo menos, de um documento duvidoso. Mas, que fôsse autêntico! Tôda a gente que conhece o direito público de outras eras sabe como assistia ao suzerano de um estado a faculdade de transmitir a outrem os seus direitos de suzerania, como de uma coroa para outra passaram freqüentemente territórios inteiros pelos enlaces matrimoniais

(1) No documento, que o Sr. Ernesto transcreve imediatamente lêem-se estas palavras: "permitiremos que entre nessa ilha para alargamento dos limites da Igreja, repreensão dos vícios, correção da moral e avançamento da religião de Cristo... e salvação do país... esforça-te por incutir nesse povo uma boa moral..." O professor exato traduz e resume estas expressões na permissão de conquistar o país a *ferro e fogo!*

entre príncipes. Hoje, estas transferências fazem-se por conquistas militares, por ocupações pacíficas, ou conchavos entre as nações que podem. Segue-se, porventura, que a transmissão de uma província ou de um estado, feita, segundo as regras do direito internacional vigente de uma soberania para outra, outorgue a essa a licença de oprimir, exilar, matar e perseguir de todos os modos os novos súditos? Em que direito público leu o nosso crítico semelhante desconchavo? Daqui a 4 séculos, *quod Deus avertat!* um govêrno protestante, implantado no Brasil, entende protestantizar esta terra de Santa Cruz pelos processos clássicos na história do protestantismo e ainda hoje discretamente preconizados pelo Sr. Ernesto de Oliveira. Começa o doloroso rosário de perseguições, atentados e violências. Os habitantes do Acre, invictamente fiéis às tradições religiosas da nação, resistem com valor à violação de suas consciências. São expoliados, espingardeados, deportados em massa. De quem a culpa? Talvez do govêrno que assim posterga todos os direitos naturais e positivos? Não; assim pensam os que costumam mistificar a história. Os representantes em 2300 da escola crítica recentemente fundada pelo professor de Curitiba lerão por outra cartilha. Irão desenterrar das prateleiras empoadas do Itamarati o venerando tratado de Petrópolis e das iníquas opressões infligidas aos heróicos acreanos pelo govêrno protestante de 2300 responsabilizarão... o Barão do Rio Branco que em 1903 ao Brasil anexou definitivamente o território outrora litigioso.

— Ao lado do Papa, são também culpáveis pelos males da Irlanda, os reis católicos. Como assim? "Isto se demonstra (!) na *Irish History and Irish Character* de Goldwin Smith, onde se lê: "Outra fonte de desgraças (para a Irlanda) foi a disposição da Cristandade no período da Reforma e a terrível guerra religiosa que se seguiu. *A Irlanda tornou-se, então, uma vítima das tentativas de Luís XIV, para destruir a religião de Inglaterra por intermédio dos seus súditos da casa dos Stuarts"*. Depois desta citação comenta

http://www.obrascatolicas.com

o Sr. ERNESTO: "Fica *assim demonstrado* (!!) que os irlandeses foram ainda uma vez vítimas dos reis católicos manobrados já se sabe por quem, seus amigos ursos, que se serviram dêsses infelizes como da mão do gato para destruírem o Protestantismo nascente na Inglaterra", pp. 356-7.

— Aí está! Em Goldwin, uma afirmação vaga, imprecisa, sem citação de nenhum fato determinado, de nenhum documento digno de fé; no Sr. ERNESTO outra acusação sem provas, visìvelmente apaixonada, feita na vulgaridade de um estilo menos digno... Fica assim demonstrado!!!

Mas suponhamos real todo o fundamento aludido; tenhamos por certo que as intervenções de Luís XIV tenham agravado a situação irlandesa. A culpa é da França ou, ainda mais, do Papa? Uma pobre nação, fraca, pequena, é expoliada de todos os seus direitos, tratada como nenhum outro povo foi tratado na história (1); na ânsia mais legítima de paz e liberdade implora o auxílio de outros povos mais fortes que talvez lhe possam pôr um têrmo ao seu insuportável martírio. Ah! o responsável não é o povo opressor, é a nação que lhe estende a mão amiga!! Um viàjante honesto é salteado por um bandido; trava-se uma luta desigual; cruza pelo horizonte um guarda-civil; o inocente apita por socorro; redobram as violências do malfeitor. A culpa?

(1) Para que o leitor tenha presente, em resumo, a dolorosa história da infeliz Irlanda, pedimos queira reler IRC., pp. 336-341, ou com documentação mais rica L. PAUL-DUBOIS, *l'Irlande Contemporaine et la question d'Irlande*. "Estas guerras, escreve êle, são na realidade guerras de extermínio. Matam-se os irlandeses como bêstas-feras." E lembrando nômes dos principais agentes do poder inglês continua: "Nada iguala, no século XVI, a barbaria fria e prolongada dêstes lugar-tenentes da "boa rainha Bess", SUSSEX, MONNTJOY, RALEIGH, PELHAM, GREY, CAREW; os pormenores que nos subministraram os inglêses, como o próprio CAREW, SPENCER, HOLINSHED ou Sir J. DAVIES, dão arrepios." E tudo isto acontecia quase um século antes... que Luís XIV entrasse no cenário da política européia!! Mas estas questõezinhas incômodas de cronologia, só as levanta quem gosta de mistificar a história!

tôda da polícia. — Fica assim demonstrado... como creditamos "aos protestantes *crimes de papas e reis católicos!*" Isso sim, que não é mistificar a história!

Vai mais longe a minha "consumada habilidade." Apresentei "guerras de *índole inteiramente política* como guerras religiosas."

— Novos equívocos do diligente professor. Que entre a Irlanda e Inglaterra haja profundas animosidades nacionais, tão antigas quase como as origens modernas dos dois povos, é o que nem sequer de longe pensamos em contestar. Mas a estas divergências de ordem social e política veio a Reforma protestante acrescentar outras, não menos profundas, de *ordem religiosa*. A opressão do irlandês por irlandês, seguiu-se a perseguição do irlandês porque católico. As leis intolerantes e vexatórias impostas pelos poderes inglêses começaram a distinguir, na própria Irlanda, entre cidadão e cidadão, favorecendo o *irlandês protestante* e expropriando, oprimindo, matando, o *irlandês católico*. O Sr. ERNESTO, quando tentou evadir por aquêle subterfúgio ridículo, tinha diante dos olhos o quadro dessas leis hediondas. "Um católico não podia possuir um cavalo cujo valor passasse de 5 esterlinas e se um protestante pudesse asseverar que excedia esta soma era autorizado a apoderar-se do animal, pagando 5 esterlinas (1696); nenhum católico podia comprar bens fundiários nem arrendar terreno por mais de 30 anos (1703); se o lucro obtido das terras assim alugadas ultrapassava um têrço das entradas, o protestante que o descobrisse podia apropriar-se do excesso (1710); morrendo um católico, se na sua descendência havia algum protestante, êste era declarado único herdeiro dos bens com exclusão de todos os parentes católicos ainda mais próximos... proibição aos protestantes de instruir católicos e a êstes de abrir escolas ou enviar os filhos ao continente em busca de instrução e ciência; autorização

http://www.obrascatolicas.com

aos magistrados de enviar os filhos das famílias católicas à Inglaterra para se instruírem nos princípios da Reforma... nas famílias católicas se a mãe se declarava protestante, o pai perdia o direito de educar catòlicamente os filhos; os sacerdotes fiéis, condenados ao exílio, os apóstatas, amparados oficialmente com honorários anuais de 20, 30 e 40 esterlinos (1704-1705)." IRC. pp. 339-340.

Nas próprias guerras inspiradas por motivos políticos e nacionalistas, um era o tratamento dos irlandeses católicos, outro o dos protestantes.

Nos tempos de ISABEL (1558-1603): "O domínio absoluto da Irlanda era essencial à segurança de Isabel; para êste fim ela teve... depois de 1569 de sustentar *uma guerra constante contra a religião dos habitantes do país!* Estas palavras do historiador irlandês bem servem como de chave *para tôda a história da Irlanda durante o reino de Isabel.*" E' o que se lê no "maior monumento de História Universal até hoje publicado no mundo", t. XXI, p. 406.

Nos tempos de JAIME I (1603-1625): "Embebido de idéias absolutistas, JAIME não era para tolerar dissentimentos religiosos. Em 1605 saiu um decreto de expulsão dos sacerdotes romanos; seguiu-se-lhe uma perseguição geral e ativa, que, tão longe estêve de dar resultados, que êles continuaram a afluir de fora. As mais severas leis inglêsas contra os leigos católicos não tinham sido repromulgadas na Irlanda; na ausência de leis, lançaram mão de meios ilegais para constranger à uniformidade. No conjunto, o protestantismo fêz pouco progresso, ainda que o número dos colonos protestantes aumentasse." Aí está outro texto que escapou aos olhos distraídos do Sr. ERNESTO, quando manuseava o seu monumento sem par no mundo, t. XXI, p. 421.

Tempos de CROMWELL (1649-1650): "Medidas de grande severidade foram tomadas *contra os sacerdotes católicos;* diz-se, porém, que CROMWELL tinha grande número dêles a seu serviço, que o tinham bem informado. *Tôdas as classes de protestantes foram tolerados* e Jeremias Taylor pregou sem ser molestado", t. XXI, p. 425 (1). Ainda estas palavras se lêem no "maior monumento da História" que deveria confutar "as balelas veiculadas pelo Rev. Franca."

O Sr. ERNESTO tinha diante dos olhos tôda aquela legislação penal *contra os católicos;* leu todos êstes trechos da sua monumental história em que se vê a desigualdade de tratamento infligido aos súditos irlandeses, precisamente por *causa da diferença de seus credos*. Como explicar então que o escrupuloso professor tenha afirmado que eu tomei como guerras religiosas *"guerras de índole inteiramente política?"* Não, decididamente o Sr. ERNESTO não mistifica a história!

---

(1) O professor paranaense mostra grande interêsse em exculpar a CROMWELL das atrocidades praticadas na Irlanda. "Quanto a CROMWELL, o único genuíno protestante entre os referidos, êle só expropriou os bens dos que foram apanhados em armas, em franca revolta contra a república. Tinha o direito de fazê-lo? Ninguém o nega", p. 358. À p. 360: "Na sua mensagem ao Parlamento inglês dando conta das suas vitórias, diz CROMWELL: "Não massacrei, não destruí, não bani da Irlanda alguém que não fôsse apanhado com armas na mão." — Santa ingenuidade! Sôbre as grandes acusações formuladas contra CROMWELL, o testemunho invocado como decisivo é o do próprio CROMWELL, numa relação oficial ao Parlamento!! A história sabe algo mais. "Conforme outras relações feitas por escritores realistas e até parlamentares, a carnificina não durou só dois dias, mas oficiais, descobertos após 5 ou 6 dias durante os quais haviam sido escondidos pela humanidade de alguns soldados, *foram mortos a sangue frio;* e durante a matança, *mulheres e crianças tiveram a mesma sorte que os homens em armas*"... "CROMWELL ficou na Irlanda mais de 9 meses, e a guerra não se extinguiu ainda por dois anos depois de sua partida. De passo, perguntaremos à vista *dêstes sacerdotes enforcados, dêstes religiosos promìscuamente abatidos,* que significa o desafio de CROMWELL a que lhe apontem "o exemplo de um só homem que desde a sua chegada à Irlanda tivesse sido assassinado, destruído ou exilado, sem estar com armas na mão", t. XX, p. 99, 101. E o Sr. ERNESTO leu estas verdades no "maior monumento da História"; e afirmou o que o leitor acaba de ver!!

http://www.obrascatolicas.com

— Por outra tentativa de coarctada procurou o advogado do protestantismo aliviar o seu cliente das grandes responsabilidades nas desgraças da Irlanda. "O anglicanismo em seus primórdios era, por suas doutrinas e suas práticas, essencialmente católicos romano, com uma única diferença: um papa inglês em vez de um papa romano. O anglicanismo só paulatinamente aceitou alguns princípios do credo reformado e isso após intensa luta, durante vários séculos. As páginas de Taine, acima transcritas, no-lo mostram claramente. Assim é que os opressores da Irlanda eram católicos, tão católicos, como os de Roma. E só de tal laia poderiam ter sido as atrocidades descritas pelo Rev. Franca", pp. 353-4.

A defesa não podia ser mais radical. Pena é que o Sr. Ernesto tenha em somenos consideração a capacidade retentiva dos seus leitores. "As páginas de Taine acima transcritas" dizem cousa bem diversa da que precisa o nosso advogado para a sua defesa. Descrevendo-nos a transformação social e religiosa produzida pela Reforma na Inglaterra, aponta-nos o historiador francês as suas diferentes causas.

"Henrique VIII permitiu a publicação da Bíblia inglêsa. A Inglaterra tinha agora o seu livro" (1), p. 291 — Estamos *em tempos de Henrique VIII* (1509-1547).

"Não basta ter ouvido ao Rei, é necessário responder-lhe. E a religião não se completa senão quando a prece do povo se vem juntar à revelação de Deus. E assim, em 1549, das mãos de Cramer, Pedro Martir, Bernardo Ochin, e Melanchton, recebeu a Inglaterra o seu *Livro de Orações*", p. 294 (1). — *Estamos em tempos de Eduardo VI*, em 1549.

"Uma coisa falta ainda para a completa caracterização desta religião viril: o raciocínio humano... Com *Latimer e seus contemporâneos* a prédica, como a religião, muda de objeto e de caráter", p. 297 — "Latimer e seus contemporâneos" *viveram sob Henrique VIII*.

E resumindo a evolução espiritual do povo inglês, termina Taine: "Nada há então de admirável em que *com a ascensão de Isabel* entrasse a Inglaterra de velas desfraldadas no Protestantismo", p. 303.

A impressão que nos fica das "páginas de Taine acima transcritas" onde êle "descreve *magistralmente* o início e a razão de ser da Reforma protestante", p. 277, é que, separando-se de Roma com Henrique VIII, a Inglaterra começou a orientar-se para o protestantismo; recebeu a Bíblia, renovou a sua religião, introduziu os grandes elementos de seu progresso social, e, após algumas flutuações, entrou de velas desfraldadas no Protestantismo *com a ascensão de Isabel* que governou de 1558 a 1603. Eis o de que ainda se lembravam os leitores não desmemoriados. Ora, a perseguição contra a Irlanda, as leis atrozes de opressão e violência contra os católicos da ilha dos santos, entraram a multiplicar-se *justamente no reinado da "rainha Virgem"* e continuam quase ininterruptamente sob os seus sucessores, Jaime I (1603-1625), Carlos I (1625-1649), Jaime II (1685-1689) Guilherme III (1689-1702), etc., etc. (2). A Inglaterra tor-

(1) Taine engana-se apenas de 250 anos. Data de 1290 a tradução inglêsa da Bíblia. Estas páginas de Taine estão inçadas de erros históricos, inúmeros e palmares; não os analisamos por miúdo por nos faltar o espaço e sobretudo por não ser necessário. O leitor da IRC tem nas mãos os *documentos originais, as fontes* de primeira mão, para tirar àquele trecho todo o seu efeito de literatura fôfa.

(1) E' interessante como as mais belas orações louvadas por Taine são tiradas *quase à letra da velha liturgia católica*. Mas para Taine que ignorava tôdas as doutrinas e a história da Igreja, tudo é novo, tudo saiu da prodigiosa Reforma, como Minerva da cabeça de Júpiter.

(2) E' importante frisar, na faina de perseguição contra os católicos, não só o papel dos reis protestantes, mas da *propria Igreja anglicana*. Demos a palavra a William Cobbet: "Foi depois de Jaime II que o código penal se tornou realmente horrível. E aqui

http://www.obrascatolicas.com

na-se mais ferozmente perseguida quando entrou "de velas desfraldadas no Protestantismo." Os reis mais protestantes são os que precisamente fazem na história a figura mais odiosa.

Que fazer? O Sr. ERNESTO adota um alvitre extremo. Esquece tudo o que transcrevera de TAINE e... muda a história. A Inglaterra não é protestante; só aceitou paulatinamente alguns princípios reformados após *"vários séculos"* de luta. (Quantos, preclaro professor? 4 ou 5?) Os opressores da Irlanda eram católicos, tão católicos como os de Roma, por que só de tal lado poderiam sair as atrocidades conhecidas contra a Irlanda. Queimem-se todos os tratados de história até hoje conhecidos. Diga-se doravante que Isabel, Jaime I, Guilherme III eram católicos, tão católicos como os de Roma!

Diante destas afirmações nada há que responder. O Sr. ERNESTO revolucionou tôda a escala de valores conheci-

---

é da maior importância para a causa da verdade que encontramos os verdadeiros autores dêste código, a saber *o clero da Igreja estabelecida*. E' cousa que ressalta com bastante evidência de tôda a história desta igreja; mas até ao reino de Jaime II o soberano pertencia à religião da Igreja de modo que as perseguições pareciam vir dêle ou dela. Agora, porém, que o rei era pela suavização do código penal e pela tolerância, viu o mundo quais eram os perseguidores reais... Jaime II desejava acabar com o código penal (contra os católicos); seu desejo era uma tolerância geral. Promulgou um decreto suspendendo tôdas as leis penais relativas à religião e assegurando a todos os seus súditos a liberdade de consciência. Êste foi o seu crime, pelo qual, êle e sua família foram para sempre postos à margem. E' o que ninguém pode negar. O clero da Igreja pôs-se contra êle. Seis bispos apresentaram-lhe uma petição insolente contra o exercício dessa prerrogativa que haviam possuído e exercitado todos os seus predecessores... Êles foram os mais ativos e encarniçados adversários dêste rei desventuroso cujo único delito real foi querer dar a todos os seus súditos a liberdade de consciência." *A history of the Protestant Reformation in England and Ireland,* c. XV, n. 432-33.

dos. A tantas outras descobertas originais no campo da história, o professor de Curitiba acaba de acrescentar mais esta; é ainda um novo título às glórias da sua imortalidade!!

§ 2. *Nações protestantes*

Paralelo ao estudo da evolução econômica e política das nações católicas, esboçamos outrossim uma análise semelhante do desenvolvimento dos povos que se dizem protestantes. Os dois parágrafos se completavam como duas metades de uma demonstração integral. A propósito das nações católicas o Sr. ERNESTO fêz as observações que acabamos de ver; acêrca das outras calou discretamente.

Ao falar, porém, de Henrique VIII, esboçou algumas tentativas de justificação da intolerância inglêsa contra os católicos. Não queremos deixá-las sem resposta.

Dos seus bons tempos de católica, trazia a Inglaterra, a jovial Inglaterra de outrora, *merry England,* com as mais belas tradições de liberdade, as instituições mais originais da sua vida social e política. A *Magna Carta* é de 1215, o *Parlamento britânico* de 1268.

A *Reforma,* neste, como em tantos outros pontos, assinalou um regresso lamentável. Com ela estabeleceu-se um regime de tirania e de opressões que por três séculos desonram a história das liberdades inglêsas. As leis então votadas e executadas não fariam má figura ao lado dos editos imperiais de perseguição dos imperadores romanos. O professor de Curitiba procurou lavar o protestantismo dessas responsabilidades criminosas. As razões alegadas são dignas de ouvidas.

— Antes de tudo "HENRIQUE VIII nunca foi protestante", p. 304. — Que HENRIQUE VIII não abraçasse as doutrinas de LUTERO ou de CALVINO, de acôrdo; que êle não rompesse com a Igreja católica e, pela cisma, não levasse a Inglaterra ao seu protestantismo, nada mais falso. HENRIQUE VIII ne-

http://www.obrascatolicas.com

gou o primado do Papa, rompeu a unidade visível da Igreja, pilhou os mosteiros e atribuiu-se a plenitude de poder para dogmatizar e legislar em matéria religiosa. E' a essência do protestantismo. Foi o que fêz LUTERO na Alemanha e CALVINO na Suíça. Nos dogmas que conservou do catolicismo, o rei inglês distancia-se do frade alemão, como êste se extrema do reformador suíço. Em Londres julgaram bem manter a transubstanciação; em Wittemberg, inventou-se a consubstanciação; Genebra repeliu uma e outra. Nunca os protestantes conseguiram formular um credo homogêneo; a parte positiva de suas crenças varia de chefe para chefe, de país para país; no seu elemento negativo, concordam: ruptura com o centro da unidade cristã, faculdade de cada qual organizar a seu jeito um novo símbolo. Eis o que já se encontra em germe no reformador inglês. E por que não abraçou Henrique VIII as doutrinas protestantes do continente? Por motivo de ordem pessoal. Quando LUTERO rompeu com a Igreja, HENRIQUE, ainda católico, assumiu uma atitude definida contra o frade revoltado e contra êle escreveu uma obra que lhe mereceu o título de *Defensor fidei*. Retratar-se, agora, não ficava bem. As mesmas vantagens dos protestantes continentais — independência de Roma para tôdas as liberdades e licenças morais, e confiscação dos bens dos mosteiros, êle podia usufruí-los sem a identidade das outras doutrinas.

Mais; HENRIQUE VIII não podia deixar de ter ressentimentos profundos contra os chefes do protestantismo alemão que o haviam insultado da maneira mais atroz. Dêle escrevera LUTERO, entre outras amenidades, esta, de cuja transcrição pedimos vênia ao leitor: "Êste louco, êste excremento de porco e de asno, quer sujar com as suas imundícies a coroa do meu Rei celeste; contra êle é preciso atirar lama e monturo, contra êste libertino mentiroso, contra êste doido

rematado" (1). MELANCHTON, mais comedido no tom, porém mais violento nas idéias, aconselhava abertamente o assassínio do rei: "O tirano inglês mandou matar Cromwell e quer romper o casamento com Ana Cleves. Tem razão o poeta trágico: nenhum sacrifício poderia ser mais agradável aos deuses que o de um tirano. Que o Senhor inspire êste espírito a um homem de coração e de energia" (2). Compreende-se como HENRIQUE VIII não sentisse nenhum desejo de se inclinar agora diante das infalibilidades dogmáticas de inovadores contra os quais tanto fel se lhe havia acumulado n'alma. Na sua vaidade, não quis ser um pedíssequo vulgar, aspirou a ser chefe também êle, na sua ilha, como outros o eram no continente.

Mas — e a observação é decisiva — não foi Henrique VIII o único a perseguir os católicos. Já o deixamos demonstrado; foi precisamente quando a Inglaterra, com Isabel, "entrou de velas desfraldadas no protestantismo" que a perseguição se tornou mais cruel, mais sistemática, mais inexorável. O leitor já conhece o terrível arsenal de leis fabricado contra os católicos pela intolerância do protestantismo inglês.

Não, atalha o Sr. ERNESTO, não é ao protestantismo que cabe esta responsabilidade, é ao anglicanismo; prova é

---

(1) Cfr. WEIMAR, t. X, II, p. 180 sgs.; p. 227 sgs. O leitor desculpará esta linguagem desbriada; LUTERO é assim. Repugna-nos freqüentemente só o transcrevê-lo.

(2) *Corpus Reformat.* t. III, p. 1076. Mais tarde, quando HENRIQUE se separou de Roma, LUTERO mudou de clave. No seu *Aviso de 3 de setembro de* 1531, sôbre o divórcio de Henrique VIII, depois de se declarar nìtidamente pela indissolubilidade do casamento, acrescenta, para contentar o *rei,* que obtida a permissão da primeira mulher "êle poderia casar com outra rainha a exemplo dos patriarcas que tiveram várias espôsas." ENDERS, IX, p. 88. MELANCHTON afina pelo mesmo diapasão: "O rei pode estar tranqüilo em consciência (*tutissimum est regi*) se tomar uma segunda mulher, conservando a primeira." E' a sanção oficial da poligamia!

http://www.obrascatolicas.com

que os protestantes também foram perseguidos. "A Igreja protestante tem sido perseguida na Inglaterra, até mui recente data... Basta um exame superficial dessas leis, nas próprias citações feitas, para verificar-se que atingiam tanto aos católicos como aos protestantes que não reconheciam a supremacia da Igreja católica (!!) anglicana, os chamados não conformistas", p. 309) (1).

— Mas foi sempre assim, preclaro professor; o protestantismo mostrou-se sempre e em tôda a parte intolerante, intolerante com todos, com os católicos, em primeiro lugar, depois com todos os outros irmãos em protestar. Mal um chefe ou uma seita se sentiu bem firmada e com poderes superiores às demais, entrou logo a perseguir as rivais. E' a história de todo o protestantismo, que lamentamos sinceramente seja um livro fechado com sete sigilos para o seu ilustre advogado do Paraná.

Que homem foi mais intolerante que LUTERO? Quem aconselhou mais enèrgicamente o emprêgo da violência? Não falemos das suas invectivas célebres contra os católicos, já amplamente conhecidas. Estamos na guerra dos camponeses que excitados pela "palavra de Deus" iniciaram a revolução social que tanto sangue derramou na Alemanha. LUTERO excita os príncipes a vinganças sangrentas: "desembainhai o sabre, batei, estrangulai o mais que puderdes." "Foi mister cortar-lhes as orelhas a golpes de arcabuz a fim de que os miolos saltassem pelos ares. A tais alunos, tal

(1) Não é exato. Muitas delas só atingiam os católicos: 1581, pena de morte ao sacerdote que ouvisse confissão; 1585, pena de morte ou confiscação dos bens contra todo sacerdote, jesuíta ou seminarista que ousasse permanecer ou entrar em território inglês; mesma pena contra quem ousasse hospedá-los ou protegê-los; 1677, católicos privados do direito de voto; 1688, expulsão de todos os católicos do território inglês; 1700, prêmio de mil esterlinas a quem prendesse sacerdote ou bispo católico ou provasse que havia celebrado missa. Não é pois "apenas uma que não está nas condições" acima, p. 309.

palmatória." "O asno quer ser batido; o povo, governado pela fôrça. Deus o sabia, e por isso não deu aos governos uma cauda de rapôsa mas uma espada" (1). Em 1527, escrevia a seu amigo SPALATINO: "Até aqui, numa louca esperança presumia dos homens algo de sobre-humano, isto é, que êles se pudessem guiar com o Evangelho. Mas a experiência mostra que, desprezando o Evangelho, devem ser constrangidos com a lei e a espada" (2).

Contra os judeus são as suas expressões inacreditáveis de desprêzo e violência. "E' um povo obstinado, incrédulo, orgulhoso, perverso, maldito, um caldo de iniqüidades." O seu desejo era atear-lhes fogo a tôdas as sinagogas e escolas, atirar-lhes enxôfre e pimenta e se nelas se pudesse pôr o fogo do inferno, melhor. O que não pudesse queimar deveria ser enterrado, de modo que ninguém lhe pudesse ver os restos. "Eis como se deve agir para honrar a Nosso Senhor e a cristandade inteira: é por êstes atos que se verá se somos sinceramente cristãos. Abaixo as suas casas; tirem-se-lhes todos os livros de oração, o Talmude e a Bíblia; proíba-se, sob pena de morte, aos rabinos de ensinarem; interdiga-se-lhes a usura; arranquem-lhes das mãos tôdas as mercadorias, as jóias de ouro e prata... E se tudo isto ainda não basta, expulsem-se para o campo como cães danados." E terminando a apóstrofe: "Fiz o que dependia de mim; veja cada qual onde está o seu dever; eu fiz o meu!" (3).

Com os seus colegas os sacramentários e zuinglianos, não era menor a violência. Já conhecemos algumas das suas manifestações de rancor. Quando se tratava de elaborar a confissão de fé de Augsburgo (1530) BUCERO escrevia: "Não se pode imaginar ódio mais implacável, mais atroz e mais cruel de que o que nos votam os luteranos." A respeito de MELANCHTON, em carta de 17 de julho: "Acabo de ouvir que

(1) WEIMAR, XVIII, 396-397.
(2) ENDERS, VI, 6.
(3) ERL. XXXII, pp. 217, 233-36, 252-4; 259-60.

http://www.obrascatolicas.com

esta noite FILIPE escreveu a alguém: não é possível restituir a paz à Alemanha senão mandando-nos à morte" (1). Quando os zuinglianos, derrotados pelos católicos, foram por êstes tratados com moderação e tolerância, LUTERO deplorou-o: "A bem dizer, a vitória dos suíços sôbre os zuinglianos não nos deve alegrar muito; não vale a pena enaltecê-la tanto, porque os católicos toleram a crença zuingliana como êles a chamam, e não condenam heresia tão manifesta; ao lado da própria fé que declaram infalível, suportam outra, o que evidentemente deve consolar e confirmar os sacramentários" (2).

Na Suíça, mesmo regime. Na intolerância, CALVINO não se deixa vencer por LUTERO. Apenas se foi firmando em Genebra o seu poder, saiu logo uma "Confissão de fé" "laquelle tous bourgeois et habitants de Genêve et subjetz du pays doyvent jurer de garder et tenir." As doutrinas de Calvino condensadas em símbolo são impostas a todos os genebrinos *"sob juramento."* Quase todos se submetem, alguns reagem. Aos recalcitrantes notifica o Conselho que "se não quiserem jurar a reforma, *ils aient á vider la ville et aillent demeurer autre part où ils vivront á leur plaiser."* Calvinismo ou exílio. Que o diga BOLSEC: discordou da doutrina da predestinação do mestre; enxovia, destêrro. Em Genebra, escreve um erudito calvinista contemporâneo: "é o Conselho que aprova a confissão de fé, que ordena e recolhe as adesões, é o secretário do Conselho que sobe ao púlpito de S. Pedro para exigir o juramento; os cidadãos que o não quiserem prestar serão punidos com o exílio" (3).

(1) "Nihil potest fingi Lutheranorum odio implacabilius, nihil aeque atrox et dirum." ZWINGLII, Opera, XIII, 459-473; "Audio hac nocte Philippum scripsisse cuidam: non posse pacem restitui Germaniae nisi nobis internecioni datis." BRUGGER, *Zeitschrift fuer Kirchengeschichte*, t. IV, p. 623, n. 3.

(2) DE WETTE, IV, 349.

(3) E. DOUMERGUE, JEAN CALVIN, t. II, p. 237.

Na esteira aberta pelos primeiros reformadores navegaram os discípulos, dignos êmulos das primeiras tradições. Por tôda a parte, o protestantismo implantou-se pela violência e as seitas vão destronando umas às outras, a poder de exílios e mortes. Um ou outro exemplo.

Em 1583 sobe JOÃO CASIMIRO, calvinista, ao govêrno do Palatinado, luterano. Em outros tempos, os discípulos de LUTERO haviam carregado a mão sôbre os de Calvino. Agora "abria-se outro capítulo." Os pastôres residentes foram expulsos, mais de cem predicantes tiveram que expatriar-se; na universidade os antigos teológos foram demitidos e substituídos por outros, partidários da confissão triunfante. Como os eleitores da Saxônia e do Brandeburgo recriminassem a JOÃO CASIMIRO os seus rigores excessivos, respondeu-lhe o administrador que não fizera senão expulsar um bando de indignos exploradores, blasfemadores, ímpios, homens, quase todos, pelos seus costumes execráveis e doutrinas falsas, incapazes de prestarem a menor utilidade à Igreja de Deus; todos êsses "farsantes, intumescidos de orgulho, cúpidos, ambiciosos, egoístas, bêbados" arruinavam as suas ovelhas pelos seus excessos gastronômicos, pela sua paixão do jôgo, da dança e do luxo (1).

FREDERICO IV, eleitor Palatino, que, constrangido pelo seu tutor, abraçou, ainda criança, o calvinismo, resolveu mais tarde "dotar o seu país, o seu povo, e, se fôra possível, a cristandade inteira, da única doutrina ortodoxa do reformador francês." Os meios foram naturalmente os mais enérgicos e eficazes. Neumark, luterana, foi submetida pelas armas em 1592 e teve que acolher um presidente calvinista, impôsto. Em Tirschenreuth, o lugar-tenente Valentim WINDSHEIM ameaçara os habitantes, que recalcitravam "de ir convertê-los à frente de um exército de lansquenetes." As violências de palavras e de fatos multiplicaram-se em cenas

(1) A. KLUCKHOHN, *Die Ehe des Pfalzgrafan Iohann Casimir* mit Elisabeth von Saxen, Munchen, 1874, pp. 147-148.

http://www.obrascatolicas.com

vergonhosas de ferocidade e depravação. "Os calvinistas, escrevia ALBERTO D'HELBACH, capelão do conde luterano de Simmern, não cessam de tratar os nossos de canibais, vampiros, comedores de Deus, ciclopes, pelagianos, guardas de porcos, cães, epicureus, etc." (1).

No *Hesse-Cassel,* o calvinismo entrou a ser religião de estado quando o landgrave MAURÍCIO, depois de o abraçar (1604), "se sentiu levado a participar aos seus súditos a própria felicidade." "Tenho direito, declarara êle aos predicantes luteranos, de exercer em minhas terras o poder episcopal... meus predecessores regularam as coisas religiosas conforme a palavra de Deus; o poder que êles exercitaram também eu, por minha vez, o possuo." E citava a Escritura (os reis de Israel, Ezequias, etc.). Os "poderes episcopais" entraram logo em ação. No Alto-Hesse 60 predicantes refratários foram exilados. Para a senhoria de Smalkalde, onde se esboçava uma resistência mais organizada, foram enviados 2.000 soldados e 6 peças de artilharia. Destruição das imagens, devastação dos templos, multas, reféns, torturas levaram a bom têrmo "a reforma," em nome do livre exame (2).

Um dia é da caça, outro, do caçador. Ontem os calvinistas; hoje os luteranos. Que o diga o chanceler KRELL, a quem, pouco antes de sua morte, o predicante NICOLAU BLUM recriminava de haver falsificado a Bíblia de LUTERO e ter tido "a intenção perversa de introduzir secretamente no Eleitorado tôdas as sutilezas venenosas de CALVINO." KRELL foi executado em Dresden a 9 de outubro de 1601. Na espada que o decapitou lia-se esta inscrição: "desconfia dos calvinistas Dr. N. Krell." Neste dia lúgubre um discípulo de LUTERO parafraseou assim o Salmo 2: "Eu disse aos luteranos:

(1) *Reus trepidans,* p. 61. Lembra-se o Sr. ERNESTO da sua admirável "uniformidade doutrinal."?

(2) H. HEPPE, *Einfuehrung der Verbesserungspunkte in Hessen von* 1604-1610, Cassel, 1849, pp. 133-154.

vós sois os meus filhos; eu não gerei os calvinistas e os quebrarei com cetro de ferro" (1). O eleitor CRISTIANO II exigiu então de todos os seus súditos, leigos ou eclesiásticos, um juramento em que declaravam "ficar firmemente aderentes à pura doutrina do Formulário da Concórdia, nada empreender contra ela, em segrêdo ou em público, e, no caso de descobrir em outros a veleidade de passar ao papismo ou ao calvinismo, manifestá-lo imediatamente ao eleitor, sem se deixar intimidar por nenhuma ameaça, receber suas ordens e pôr-se às suas disposições."

Ao ler a defesa do Sr. ERNESTO poderia ainda o leitor ser levado a crer que a perseguição dos católicos na Inglaterra foi um caso isolado e excepcional, explicável, segundo o engenheiro curitibano, pelo caráter católico conservado pelo anglicanismo, que apenas substituiu ao papa romano, um papa inglês. Não se poderia fazer mais violência à história. O protentantismo foi sempre e em tôda a parte de uma intolerância violenta e agressiva. A perseguição aos católicos estêve, durante séculos, na ordem do dia de todos os estados que aderiram à Reforma. Citemos apenas um ou outro fato dos inumeráveis que bastariam para encher volumes. Iremos escolhendo não nos primeiros anos que se seguiam à revolta religiosa: todos sabem com que fúria iconoclasta foram então perseguidos os católicos, devastadas as suas igrejas, confiscados os seus bens. Recuaremos de cêrca de um século para encontrarmos a perseguição e a intolerância sistematizadas em regulamentações jurídicas.

Na *Escócia* presbiteriana, em princípios do século XVII era severamente proibido alugar casa a quem fôsse suspeito de católico; três cidadãos de Edimburgo, por haverem hospedado a um sacerdote foram condenados à morte, mas a sentença não foi executada; João Logan pagou com 5.000

(1) STROBEL, *Neue Beytraege zur Literatur, Besonders des sechzehnten Iahrhundert, Nuremberg,* 1790-1794, t. V, p. 401.

http://www.obrascatolicas.com

esterlinas o "delito" de ouvir missa; quem houvesse cometido o mesmo crime no estrangeiro perdia para si e para os seus herdeiros todos os bens que passavam para a Coroa. Em 1615 João Ogilvie, por ser sacerdote e jesuíta, foi executado em Glasgow.

Na *Dinamarca,* Colen, sacerdote católico, foi em 1624 expulso do país e um negociante que o havia acolhido em sua casa, justiçado. Um decreto real de 18 de fevereiro do mesmo ano proibia a todos os sacerdotes e religiosos a estadia no país, sob pena de morte. Assim se implantou e se defendeu na Dinamarca a religião do livre exame.

Na *Holanda* renovavam-se periòdicamente as disposições legais contra os católicos. A luteranos e calvinistas, anglicanos e anabatistas reconhecia-se o direito a exercício público do próprio culto; aos holandeses fiéis à religião dos seus pais, não. Em 1612 os Estados Gerais expediram decretos contra a atividade dos eclesiásticos e a freqüência de escolas católicas; aos ofícios públicos era em quase tôda a parte vedado o acesso aos católicos. Quando os calvinistas que triunfaram no sínodo de Dordrecht subiram ao poder os antigos editos penais contra os católicos foram renovados e agravados. A 26 de fevereiro de 1622 fechava-se a entrada na Holanda a qualquer eclesiástico estrangeiro e proibia-se, sob as mais severas multas o culto católico, ainda de caráter privado. Êste edito foi renovado em 1624, em 1629 e ainda em 1641. Em Utrech proibia-se sob pena de 50 florins o antigo costume de pôr-se um rosário nas mãos dos defuntos; em 1644 foi vedado às senhoras católicas que não tinham filhos fazer testamento. Que regime liberal para propagar e defender uma religião cujo princípio era o direito individual ao livre exame!

Tal é a história do protestantismo; se não nos minguara o espaço continuaríamos a citar fatos sôbre fatos; não é a documentação que nos falta. Por tôda a parte, a Reforma se implantou com a violência, violência contra os católicos,

violência de uma seita contra as outras. Quando, portanto, o Sr. Ernesto acusa o anglicanismo de perseguir os *não conformistas* e não ser, por isso, protestantismo, engana-se; o fato inglês é apenas mais um capítulo de uma história geral (1). Em nome do livre exame não conformistas foram vexados na Inglaterra como na Suíça, na Alemanha como na Suécia e na Holanda.

— Citáramos entre outras leis inglêsas de opressão a que obrigava os súditos a reconhecer a supremacia espiritual da rainha. — "Essa lei, retruca o crítico, atingiu muito mais profundamente aos protestantes que jamais reconheceram a supremacia espiritual de alguém que não fôsse Jesus Cristo", p. 309. E na página anterior: "Os protestantes fiéis ao mandamento de J. C.: Dai a César o que é de César e a Deus o que é de Deus!... negavam-lhe (ao Rei) peremptòriamente qualquer direito de intervir nos negócios do reino de J. C. cujo único cabeça é o Divino Espírito Santo."

Ou o professor de Curitiba ignora de todo em todo a história e a doutrina do Protestantismo ou abusa indignamente da boa-fé dos seus leitores. O que fizeram imediatamente os protestantes por tôda a parte foi criar o seu papa, fardado, entregando aos príncipes o báculo e dando a César-Pontífice o domínio das consciências.

Lutero, a João, príncipe eleitor da Saxônia: "Agora que no principado de V. A. cessaram a coação e a autoridade do papa... *a vós como a chefe supremo incumbe o dever de regulamentar também tôdas estas cousas*" (2).

---

(1) O que se fazia na Inglaterra era explìcitamente aprovado no continente. A 22 de outubro de 1548 escrevia Calvino ao duque de Somerset, então regente, que lhe incumbia o dever de exterminar com a espada todos os que se opusessem ao restabelecimento da nova Igreja. *Opera,* XXIII, p. 81.

(2) De Wette, III, p. 136.

http://www.obrascatolicas.com

MELANCHTON: "Os príncipes piedosos não só devem fundar escolas mas também *escolher a doutrina*... com autoridade certa e firme. Nêles e na Igreja requer Deus esta diligência." Ao senado de Humburgo, em 1550: "E' certíssimo que *pertence às atribuições do Senado* que a Igreja seja bem ensinada (*recte doceatur*) e que se não espalhem dissídios" (1).

JURIEU: E' certo que os príncipes são os *chefes natos da igreja cristã, senhores assim da religião* como do estado." Para resolver as eternas controvérsias entre as seitas alvitra que: "os teólogos falem como advogados, os *políticos* ouçam e *julguem sob a autoridade dos príncipes*" (2).

KNOX, um dos chefes reformadores da Escócia: "*Ao magistrado civil* compete de modo especial a ordenação e reforma da Religião" (3).

E "os protestantes nunca reconheceram a supremacia espiritual de ninguém que não fôsse Jesus Cristo!!"

Os fatos responderam aos ensinamentos dos grandes chefes. "E' incontestável, confessa JURIEU, que a reforma foi feita *pelo poder dos príncipes*. Assim, em Genebra, foi o Senado; em outras partes da Suíça, o Grande Conselho; na Holanda, os Estados-Gerais; na Suécia, Dinamarca, Inglaterra, Escócia, foram os reis e os parlamentos" (4). A segunda confissão de fé da Escócia leva por título: Confissão geral da verdadeira fé cristã segundo a palavra de Deus e *as atas do nosso Parlamento*. — E os protestantes "fiéis ao mandamento de J. C. dai a César etc. negavam peremptòriamente, etc."!!

(1) *Corpus Reformat.* XI, 328; VII, 666.

(2) Ver estas e outras citações em BOSSUET, *Hist. des variations*, addit. ao liv. XIV.

(3) *Westminster Review*, t. LIV, p. 453.

(4) Cfr. ALZOG, *Universalgaschichte der christlichen Kirche*, Mainz, 1860, p. 841. O leitor que desejar mais pormenores e documentos pode reler IRC., 221-226; 255-259.

Passemos aos mais oficiais entre os documentos protestantes: às suas confissões de fé.

Confissão Helvética posterior (1562), art. XXX: "Ensinamos que o cuidado da religião *pertence antes de tudo ao magistrado santo*. Que êle tenha nas suas mãos a palavra de Deus."

Confissão hungárica (1562), art. XXXII: "nada deve estar mais a peito dos magistrados cristãos do que ter a Igreja constituída segundo a palavra de Deus, e defender e vingar-lhe a autoridade contra os que a desprezam e perturbam."

Confissão escocesa (1560), art. XXIV: "Afirmamos que o dever principal dos reis, príncipes e outros magistrados é conservar a religião pura e purificá-la de suas manchas, quando adulterada. Não só para conservar a ordem civil senão também para a defesa da religião foram êles instituídos."

Confissão de Westminster (1647), c. XX. n. 4. Os que publicarem ou defenderem opiniões que "são destrutivas da ordem e paz externa que Cristo estabeleceu na sua Igreja, podem ser legalmente chamados a juízo e contra êles se poderá proceder com as censuras da Igreja e o poder do magistrado civil" (1).

E "os protestantes jamais reconheceram a supremacia espiritual de ninguém"!!

Como explicar no Sr. ERNESTO esta afirmação tão em contraste com os ensinamentos dos pais da Reforma, da história do protestantismo e de suas fórmulas oficiais de fé!! Não há nenhuma desculpa para o professor de Curitiba. Todos êstes e muitos outros documentos já se haviam citado na IRC. O advogado do protestantismo leu-os, calou-os e...

(1) E. F. K. MUELLER, *Die Bekenntnisschriften der reformierten Kirche in authentischen Texte*, Leipzig, 1903, pp. 220, 447; 261-2; 586-7; 853. E' a coleção autêntica das confissões das igrejas reformadas.

http://www.obrascatolicas.com

repetiu a afirmação. Ainda uma vez, chamamos a atenção do leitor sereno para êstes processos de polêmica visìvelmente sectária. Não se procura a verdade, não se levam em consideração desapaixonada os argumentos aduzidos, não se toma conhecimento dos fatos mais indiscutìvelmente averiguados e alegados. Afirma-se, afirma-se, afirma-se, o que é falso, o que é demonstradamente falso, o que é conhecidamente falso... porque assim o exigem os interêsses que se defendem. Eternizam-se as discussões e a verdade fica desesperadamente imolada aos preconceitos de seita.

— Por último, desculpa o Sr. ERNESTO o rigor das leis inglêsas porque "só diferem pela sua benignidade excessiva das que foram promulgadas *pelos papas contra os protestantes*", p. 311. — E pouco depois reproduz alguns cânones do 4.º Concílio lateranense. (1215). Já estava tardando uma tirada sôbre a Inquisição, "acessório gasto da tragicomédia do fanatismo anticleral" (1).

Neste assunto o professor discorre com a inocência de quem ignora tudo o que se escreveu até hoje sôbre o argumento. Êle não conhece os *albigenses,* destruidores de tôda a ordem social e civil, anarquistas violentos e incendiários, contra os quais foram promulgados êstes decretos (Cfr. IRC. p. 155); êle ignora tôda a constituição social da Idade Média, o direito penal então vigente, o papel das autoridades civis e das eclesiásticas. Tudo isto é história e doutrina. O que êle quer é reunir meia dúzia de acusações para desfazer no leitor a impressão inevitàvelmente dolorosa da legislação do protestantismo inglês e não inglês. — Se é necessário mesmo falsificar a cronologia e romancear a história, êle não hesita. S. FERNANDO, rei de Espanha, aparece-nos carregando lenha e assoprando fogo nas fogueiras da Inquisição, provàvelmente para queimar mais depressa o *milhão de protestantes;* Luís VIII, rei da França, é elevado às honras dos altares; S. Pio V, que foi Papa nos fins do século XVI, convoca o concílio de Narbona em 1235, e os decretos do concílio de Latrão *em* 1215 são aduzidos em prova da "benignidade excessiva das leis que foram promulgadas pelos papas *contra os protestantes*"!!

(1) E. PRADO, *Collectaneas,* S. Paulo, 1906, t. IV, p. 225.

Não teria sido muito mais proveitoso para a polêmica que o Sr. ERNESTO tivesse encarado com mais sinceridade as 35 páginas consagradas à evolução das nações protestantes? Aí mostramos como sob o catolicismo se haviam formado êstes grandes povos. Dos seus bons tempos de católica trouxe a Inglaterra as suas instituições mais liberais, as suas grandes universidades, a suas melhores tradições. O protestantismo abriu nela um parêntese odioso de intolerância, opressão e tirania de que só, aos poucos, ao cabo de três séculos conseguiu convalescer.

A Alemanha era a primeira nação da Europa nos fins do século XV. Agricultura, comércio, indústria, instrução, tudo nela florescia admiràvelmente. Veio a Reforma, começou o despotismo, a discórdia civil, a decadência de tôda a vida econômica, industrial e intelectual. Também aqui, sôbre a grande nação de outrora, dividida, dilacerada e convulsa, fêz o protestantismo pesar as dolorosas conseqüências de suas devastações por mais de duzentos anos.

Nos Países Escandinavos — Suécia, Noruega e Dinamarca — mesma paralisia ou retrocesso do movimento civilizador. A tirania dos soberanos, a escravidão das classes populares, a divisão e desarmonia civil acompanharam a passagem para o protestantismo.

Eis o efeito, constante e geral, da Reforma nos países que a abraçaram. Demonstramo-lo amplamente (IRC, 342-378) com a história na mão. Esquecer tudo isto, envolvendo

http://www.obrascatolicas.com

esta verdade num grande sofisma de omissão, para diluir panegíricos ao progresso econômico das nações anglo-saxônicas *no século XIX*, é explorar a inconsciência dos leitores na maior parte irrefletidos e desaparelhados para as grandes análises históricas. O progresso dos povos protestantes nos tempos modernos é devido a causas extrínsecas à sua religião. Indicamo-las por miúdo no outro livro; sôbre uma delas apenas chamamos agora a atenção. A prosperidade econômica dos povos foi condicionada no século passado pela máquina de vapor e a atividade triunfadora da máquina pelo preço e abundância do combustível. Os povos ricos em jazidas carboníferas acharam-se em situação singularmente favorável de desenvolvimento industrial. Católicos ou protestantes tomaram naturalmente o passo sôbre os concorrentes menos dotados pela natureza. Foi a Inglaterra protestante e foi a França (nordeste) católica; foi na Alemanha a Renânia católica ao lado da Saxônia protestante. Foram a católica Bélgica, a católica Tchecoslováquia que não cederam no desenvolvimento das indústrias à Escócia presbiteriana. Em todo êste progresso, nenhuma influência dos credos religiosos; simples conseqüência econômica do jôgo espontâneo de fatôres naturais. Os progressos recentes de eletrodinâmica vão permitindo substituir na ação dos maquinismos a energia hidrelética à calorífera. E aí está, em nossos dias, a Itália católica, desprovida de minas de carvão mas rica de quedas d'agua, a conquistar ràpidamente um dos primeiros lugares entre os maiores países industriais do mundo.

— E' êste esquecimento das causas mais óbvias da prosperidade econômica dos povos que sugere ainda ao Sr. ERNESTO as mesquinhas observações da p. 364: "Se o Rev. Franca tivesse se lembrado de comparar o Brasil com os Estados Unidos... todos os fatôres naturais capazes de explicar a superioridade de um povo sôbre outro são, no Brasil, mais favoráveis a nós do que a êles... Nós com todos os fatôres naturais mais por nós que por êles, e ainda, com a extraordinária vantagem de sermos mais inteligentes (!!), por que não apresentamos um desenvolvimento relativo igual senão porque a religião católica romana tem amesquinhado com crendices e superstições a mentalidade brasileira?" — Numa palavra, o Brasil é naturalmente mais rico e mais inteligente que a América do Norte; se não se desenvolveu tanto é porque somos católicos, e os norte-americanos, protestantes.

Se lêramos êste paralelo superficialíssimo sob a pena de um jornalista sem responsabilidades, não nos maravilháramos; mas assinado por um engenheiro, que se diz lente numa faculdade superior do país, é de pasmar!

Tome uma carta geográfica, preclaro professor; esqueça o seu protestantismo e observemos.

A primeira diferença, capital para a civilização de um povo, é que o território norte-americano se estende de oceano a oceano; o trabalho de colonização e utilização do solo pôde ser atacado simultâneamente dos dois extremos, estimulado pelo comércio aqui com a Europa, ali com a Ásia. No Brasil, o mar só nos banha a fronteira oriental; a grande serra que para logo se eleva dificultou extraordinàriamente a penetração para o interior. As nossas cidades rendilharam a costa; a população distribuiu-se por uma estreita faixa marítima; e quase todo o imenso território pátrio, por falta de comércio possível, ficou e ficará ainda, por largo tempo, quase despovoado e inexplorado.

Mais. Tôda a gente conhece a relação entre a extensão das linhas da costa de um país e o seu desenvolvimento econômico. África, o mais atrasado dos continentes, conta apenas 1 quilômetro de costa para 1420 quilômetros qua-

http://www.obrascatolicas.com

drados de terra. LAPPARENT oferece-nos a seguinte tabela comparativa. Por um quilômetro de costa:

	Quilômetros de território
África	1420
Ásia	763
América do Sul	689
Austrália	534
América do Norte	407
Europa	289

Enquanto os Estados Unidos vêm imediatamente após a Europa, a América do Sul só leva vantagem à África e à Ásia. Se no continente sul-americano distinguirmos o Brasil (7920 km de costa, 8.307.218 km² de área) encontraremos para cada km de costa uma superfície de 1.048 km², o que nos coloca no penúltimo lugar, superior apenas ao do continente negro, e incomparàvelmente abaixo da posição norte-americana (1).

Passe agora, professor, a observar as coordenadas geográficas. O imenso território da República do Norte está na zona temperada; a quase totalidade do brasileiro, na zona tórrida. O que representa o clima na beleza e saúde da raça, na capacidade de trabalho, na resistência à fadiga, no espírito de iniciativa, sabem-no todos os higienistas e sociólogos, exceto o Sr. ERNESTO LUÍS.

Outro passo. A civilização americana não é autóctona; é uma civilização de empréstimo, importada do Velho Mundo. Ora, a distância que separa os Estados Unidos da Europa é, pelo menos, duas vêzes menor que a que medeia entre o Brasil e os grandes focos da cultura antiga. Rapidez e economia nas comunicações muito mais favoráveis aos do Norte. Por essa circunstância e, mais, pela semelhança do clima,

(1) Cfr. E. PRADO, *Collectaneas*, t. IV.

as grandes correntes imigratórias dirigiram-se de preferência para a pátria do dólar. De 1840 e 1914 mais de 30 milhões de europeus desembarcaram nos portos norte-americanos. Era o braço do homem indispensável para valorizar as riquezas brutas da natureza. Entre estas riquezas, muito superiores às nossas (1), salientamos as jazidas de carvão de pedra e de petróleo, cuja influência preponderante no desenvolvimento econômico, acabamos há pouco de assinalar.

E aí está, como, não um estudo profundo, mas uma simples inspeção de um mapa, põe por terra todos os castelos de cartas do professor curitibano. A sua economia política, atacada de um daltonismo incurável, não viu nenhuma destas diferenças capitais, e escreveu muito despachada: "*todos os fatôres naturais* capazes de explicar a superioridade de um povo... são mais favoráveis a nós do que a êles." O único fator decisivo foi, aos seus olhos, o religioso. Os Estados Unidos, neste ponto, são como tôda a gente sabe, a maior babel que conhece o mundo. Nesta confusão inextricável há, ao lado de 20 milhões de católicos, uns 30 milhões de protestantes, divididos e subdivididos em dezenas e centenas de seitazinhas diversas, cada qual com o seu credo, o seu culto, a sua organização eclesiástica diferente. Eis o grande fator, o único fator da civilização norte-americana!!

E que foi o que, neste esplendor de cultura, mais impressionou o protestante brasileiro? Estará lembrado o leitor como o Sr. NAPOLEÃO ROUSSEL (cfr. IRC. p. 303), para provar a superioridade da Escócia sôbre a Irlanda, pôs-se numa

(1) Já se foi o tempo em que um patriotismo ingênuo e pueril decantava as opulências da nossa natureza em ditirambos de arrôjo andaluz: E' o melhor país do mundo! é o mais rico do planêta! — A ciência fria da vida aconômica já reduziu muitos dêsses entusiasmos infantis às suas justas proporções. Cfr. E. PRADO, *Coletâneas*, IV, p. 123 e sgs. O Sr. ERNESTO LUÍS ainda está na fase dos idílios pré-científicos.

http://www.obrascatolicas.com

aldeia a contar o número dos talheres e dos candeeiros, dos gansos e das peruas. ERNESTO LUÍS é mais moderno. Em 1928, escreve êle, havia nos EE. UU.: "18 milhões de banheiras, 15 milhões de ferros elétricos de engomar, 5 milhões de máquinas de lavar roupa, 5 milhões de ventiladores elétricos, 5 milhões de fogareiros elétricos, 755 mil refrigeradores elétricos", p. 364. — Bem-aventurado o povo protestante! O protestantismo lhe multiplica logo os automóveis e telefônios, as banheiras e os ferros de engomar!! Creio que não é precisamente êste o objeto do sermão da montanha.

Deslembrado pelas grandes cifras norte-americanas, por que o ilustre professor não levantou um pouco mais alto a sua atenção? Por que não contou os suicídios? São poucos os países que levam a palma ao coeficiente norte-americano. Por que não enumerou os divórcios? São 200.000 cada ano. Nenhum povo da cristandade pode competir com o da república estrelada no número de lares desmantelados pela infidelidade conjugal, pela deserção de um dos cônjuges, pelas injúrias e sevícias graves. Por que não estudou a delinqüência geral e, sobretudo, a criminalidade infantil? Também aqui as cifras avultam em proporções edificantes. Para estudar a influência do fatôr religioso não teria sido êste um domínio mais favorável que o das banheiras e dos ventiladores? Assim não o julgou, na sua alta prudência, o ilustre advogado do cristianismo "puramente evangélico." Que a família se desagregue numa dissolução alarmante, que o número dos indivíduos a terminar, num ato de desespêro, uma existência sem finalidade e sem energia, que entre as gerações a subir se multipliquem os candidatos à delinqüência, são nonadas desprezíveis. Há muitos automóveis? há muitos telefônios? O protestantismo não se preocupa de outra cousa.

CAPÍTULO II

A Igreja e a instrução

Depois da prosperidade econômica e da grandeza política, a cultura intelectual. As benemerências incontestáveis da Igreja neste importante domínio, a imensa perturbação e decadência dos estudos ocasionadas pela Reforma, estudamo-las amplamente em 40 páginas, onde, em lugar de afirmações e declamações, cedemos a palavra à voz dos fatos e dos documentos contemporâneos de irrecusável autoridade.

A êste extenso capítulo o Sr. ERNESTO LUÍS replicou, como era bem em tempos de crise: com grande parcimônia. *Duas páginas* e não mais (367-368). Mas neste pequêno espaço não lhe faltou a habilidade rara de inserir uma meia dúzia de falsidades.

"Nada mais fácil ao Rev. Franca do que demonstrar que na Idade Média só a Igreja de Roma ensinava", p. 367. Ainda bem; não favorecia a ignorância. Mas pequeno merecimento é êste aos olhos do professor, "porque também quase só ela aprendia." E como argumento lá vem a citaçãozinha de um artigo da *Revue des Deux Mondes* em que o Visconde de G. d'Avenel "explica amplamente êste fato." "Sabe-se que na Idade Média os homens da Igreja eram os únicos a ensinar e quase os únicos a aprender. Destinados aos clérigos e não a todos — não se cuidava de ministrá-la aos irmãos conversos, obreiros agrícolas das abadias, a cultura intelec-

http://www.obrascatolicas.com

tual por tal forma conservou êsse cunho de exclusividade que o filho de um servo não podia pretendê-la..." "E na verdade, acrescenta por sua conta e risco o nosso crítico, ir à escola era o mesmo que ingressar na clericatura", p. 367.

Numa palavra, só o clero sabia; só êle aprendia, só êle ensinava. Suponhamos por um instante que fôsse verdade. Que inferir daí contra a Igreja? Não era mais uma prova de sua benemerência no domínio do progresso intelectual? Numa época em que os povos recém-saídos da barbaria não presavam senão a fôrça bruta e a habilidade no manejo das armas, a Igreja, com a sua influência, com o exemplo de seus ministros, teria conservado bem alto o prestígio da inteligência. Nos presbitérios e nos mosteiros se conservavam os preciosos tesouros da antiguidade e se perpetuavam as tradições do magistério que aumenta e transmite o patrimônio da cultura humana. Por êste título teria a Igreja merecido menos da civilização moderna?

Mas o fato é històricamente falso. Afirmando-o o Sr. Ernesto, ainda uma vez assumiu a grave responsabilidade de quem contesta a verdade conhecida como tal.

Em tôdas as escolas, adidas às catedrais ou aos mosteiros, havia duas subdivisões franqueadas respectivamente aos clérigos e *aos seculares*. A legislação eclesiástica de tôda a Idade Média insiste sôbre a necessidade de facilitar e difundir a instrução. No século VIII, Teodolfo, bispo de Orleans, baixava o seguinte decreto: "Os sacerdotes mantenham escolas *nas aldeias e nos campos;* e se *qualquer* (*quislibet*) dos fiéis lhes quiser confiar os seus filhos para aprender as letras não os deixem de receber e instruir... nem por isso *exijam salário ou recebam recompensa alguma...*" (1). Êste decreto foi adotado, palavra por palavra, pelos regulamentos eclesiásticos da Inglaterra. E quase todos os concílios da época reproduzem estas ou outras leis semelhantes

(1) Sirmond, *Concilia Galliae,* II, 215.

concernentes à difusão do ensino *popular*. Lembremos os de Aix-la-Chapelle (789), Thionville (805), Mogúncia (813), Paris (829), Meaux (845), Paris (846), Valência (855). O Concílio de Saponnière ordena em 859 que *"se fundem em tôda a parte escolas públicas,* ubicumque constituantur scholae publicae" (1). Leis universais reforçavam para tôda a Igreja os decretos dos bispos, dos sínodos diocesanos e dos concílios particulares. Eugênio II escrevia: "E' preciso esforçar-se por estabelecer professôres capazes de ensinar as *artes liberais* e o dogma católico em *todos os bispados* e em *tôdas as paróquias*" (2). O concílio ecumênico de Latrão, em 1179 assim legislava no seu cânon 18 para a Igreja universal: "Ordenamos que em tôdas as igrejas catedrais se proveja um benefício conveniente a um mestre, encarregado de ensinar *gratuitamente* aos clérigos dessa igreja e a *todos os alunos pobres*" (3). — Leu bem, professor, esta legislação da Igreja? — Ensino *para todos* — ricos e pobres, clérigos e leigos; ensino *gratuito;* ensino distribuído por tôda a parte, nos bispados e nas paróquias, nas *cidades,* nas *aldeias* e nos *campos,* e isto em tempos em que a invenção da imprensa ainda não havia facilitado extraordinàriamente a transmissão dos conhecimentos humanos! Como entender que o Sr. Ernesto, *conhecendo êstes documentos* (já citados quase todos na IRC) ousasse escrever que "ir à escola era o mesmo que ingressar na clericatura?" Como admitir esta resistência obstinada e impenitente à luz da verdade?

Continuemos a observar os fatos. Aí ficam as leis; vejamos as realizações. São magníficas. A Igreja inundara a Europa de estabelecimentos de ensino. Ao lado de cada igre-

(1) *Concilia* (Ed. Labbe), VIII, 674.

(2) *Annales Ordinis S. Benedicti,* II, p. 505.

(3) *Mansi, Conciliorum Collectio,* XXII, 227-228. A abadia de Salzburgo, para frisar a *gratuidade* do ensino que nela se administrava, mandara gravar na entrada êste verso: Discere si cupis, gratis quod quaeris, habebis. (ML. t. CI, p. 757.)

http://www.obrascatolicas.com

ja, uma escola; todo o centro de piedade era ao mesmo tempo um foco de irradiação intelectual. "A antiga França não contava menos de 60.000 *escolas* (poucas mais conta a moderna); cada cidade tinha seus grupos escolares como se diz em Paris, cada paróquia, seu pedagogo, seu *magister,* como se diz no Norte. No século XIII *todos os camponeses da Normandia sabiam ler e escrever*... Antes de 89 não havia menos de 19 cidades universitárias para onde afluíam numerosos alunos. Os nobres não menos *que os plebeus* não eram hostis ao saber e às letras... O ensino público *era muito florescente na Idade Média*. A guerra de 100 anos e as guerras de religião lhe deram um golpe fatal" (1). Atendeu bem o Sr. ERNESTO? Ensino *público muito florescente;* 60.000 *escolas; todos os camponeses* sabiam ler e escrever; e esta admirável organização dos bons tempos medievais, desmantelada pelas guerras que se seguiram à cisão religiosa do protestantismo.

Passemos à *Alemanha*. "O *catolicismo* enchera a Alemanha como o *resto da Europa,* de escolas populares; decretara que o clero admitisse nessas escolas os *filhos dos servos* e dos livres; que todo o sacerdote encarregado de cura das almas exercesse o magistério ou por si ou por meio de um clérigo; que os bispos nas suas visitas procurassem abrir escolas onde não existissem; que o pastor de cada paróquia subministrasse aos pobres o ensino *gratuito*... A Igreja católica fizera mais. Antecipando o pensamento de S. João BATISTA DE LA SALLE, os discípulos de GERARDO VON GROOTE ensinavam aos pobres a ler e escrever, a religião e as artes mecânicas. Dos Países Baixos onde havia sido fundada a Ordem, levaram êstes irmãos no século XIV a luz da ciência e da caridade a ambas as margens do Reno, à Vestfália, à Saxônia, à Pomerânia, à Prússia e à Silésia. No mesmo tempo, os mosteiros de religiosas subministravam *às filhas*

(1) *Ch. Louandre, Les études historiques en France depuis la guerre,* na Revue des Deux Mondes, 15 Janv. 1877, pp. 452-3.

do povo as professôras *que a Reforma lhes havia de tirar*... Destarte o catolicismo havia lançado a pedra angular do ensino, constituindo assim para o povo como para os literatos a *base da civilização germânica*" (1).

RENDU aludiu há pouco às escolas fundadas pelos *"Irmãos da vida comum" de* GERARDO VON GROOTE; a atividade dêsses beneméritos educadores, animados e protegidos pelos papas Eugênio IV, Pio II, Sixto IV e pelo célebre Cardeal NICOLAU DE CUSA, manifesta-se com evidência no grande número de alunos que afluíam às suas escolas. Em Zwolle oscilavam entre 800 e 1.000; em Alkmaar eram 900; em Herzogenbusch 1.200; em Daventer, lá pelo ano 1500, elevaram-se a 2.200 (2). Sob o papado, escrevia LUTERO: "o demônio havia estendido as suas rêdes por meio dos mosteiros e das *escolas* de tal maneira que sem um milagre de Deus *não era possível que delas escapasse uma criança.*"

Os estudos históricos mais recentes não têm feito senão confirmar e documentar mais ricamente essas conclusões. PAULSEN, professor em Berlim e o mais abalizado historiador da pedagogia alemã: "Pode afirmar-se, escreve, que, no fim da Idade Média, cada cidade que não fôsse muito pequena tinha uma ou mais escolas. Nas cidades maiores encontra-se um grande número delas, eclesiásticas ou civis, umas ao lado das outras; nos antigos bispados, como Colônia, Worms, Strassburgo, Hildesheim predominam as escolas catedrais e monacais; nas novas grandes cidades burguesas como Burnberg, Hamburgo, Lubeck são mais numerosas as municipais." Pouco antes escrevera: que os últimos séculos da Idade Média não são de decadência, "mas, pelo contrário, um período de poderoso surto da civilização em todos os domínios; ver-

(1) E. RENDU, *De l'éducation populaire dans l'Allemagne du Nard,* Paris, 1855, pp. 6-7.

(2) DELPRAT, *Die Bruederschaft der gemeinsamen Lebens,* Leipzig, 1840, pp. 32, 37, 47. Em Magdeburgo e Eizenach Lutero freqüentara estas escolas gratuitas.

http://www.obrascatolicas.com

dade que, em nenhum dêles, se deixa ver mais claro que no campo da instrução pública" (1).

Multiplicavam-se as escolas e a Igreja urgia o dever das famílias de bem educarem os filhos. Num catecismo, escrito em baixo-alemão e impresso em 1470 (o leitor está lembrado que para o Sr. ERNESTO foram os protestantes que inventaram a imprensa!), lê-se, entre outras cousas, no capítulo dos deveres dos pais: "Devem mandar-se os filhos bem cedo à escola de mestres conceituados para que sejam formados ao respeito, não aprendam cousas indignas na rua e não cometam pecado" (2).

Com êste zêlo, não é de maravilhar a difusão da cultura na Alemanha antes do protestantismo. Apenas inventada a imprensa, as edições dos bons livros se foram multiplicando e a avidez da leitura acentuando-se de dia para dia. "Em nossos tempos, lê-se no *Guia d'alma,* tôda a gente quer ler e escrever; o que, em se tratando de bons livros, é bom e louvável." "Só no território de Utrecht, escrevia, JOÃO BUCH reformador católico do século XV (1479), há mais de 100 associações livres de Irmãs e Beguinas que possuem um número considerável de livros alemães (estamos nos primeiros dias da imprensa!), e os lêem todos os dias, em particular, ou, em comum, no refeitório." "Os nobres do nosso país, bem como *a gente do povo, homens e mulheres,* têm muitos livros onde lêem e estudam." "Em Zwolle, Zutphen e Daventer, por *tôda a parte,* nas cidades e nas *aldeias,* lêem-se e ouvem ler-se livros alemães." "Em Windesheim e em outros conventos já havia nesta época *bibliotecas alemãs populares, à disposição de todos*" (3).

(1) FR. PAULSEN, *Geschichte des gelehrten Unterrichts,* Leipzig, 1919, t. I, pp. 20-21, p. 17.

(2) JANSSEN, *Geschichte des deutschen Volkes,* t. I, c. II.

(3) J. BUSCHIUS, *Liber reformationis monasteriorum quorundam Saxoniae,* in LEIBNITZII, *Script. Rer. Brunschw.* Hannoverae, 1710, p. 926; K. GRUBE, Johannes Busch, Freib. i. B. 1881, p. 163.

Estas bibliotecas multiplicam-se em todo o país e não deixa de ser interessante investigar a origem popular de muitas delas. Em Xantem, é um mestre carpinteiro, MATEUS HOLTHOF, que deixa a sua casa e jardim a uma associação de Irmãos "para que, com o dinheiro apurado, comprem bons livros cristãos que possam ser úteis às almas dos leitores; e êstes devem rezar pela pobre alma do doador." Um oleiro de Francoforte sôbre o Meno dá a soma de 335 florins de ouro para a biblioteca do convento dos Carmelitas "a fim de que esta biblioteca contribua para a glória de Deus, de sua santa Mãe, para a *utilidade de todos,* e para que os livros *sejam conservados com honra*" (1477). Em Ulm, desde 1450, uma família burguesa funda uma biblioteca para a cidade, a primeira dêste gênero na Alemanha (1).

Com razão, pois, escreve PAULSEN: "Na Idade Média a cultura foi *popular*. Todos tinham uma língua, uma fé, uma poesia, uma Igreja, uma arte."

Veio a Reforma com a violência destruidora de um imenso cataclisma social. "O *diruantur* dos artigos de Smalcada, esta palavra bárbara e cruel, soa como o martelo dos demolidores onde quer que penetre a Reforma" (2). Demolição de igrejas, pilhagem de mosteiros, destruição de imagens, expulsão de religiosos, devastação, saque e morte foi o fúnebre cortejo que acompanhou a implantação do protestantismo em tôda a parte. Se com a profunda convulsão sofreu a vida religiosa, moral e econômica, não menos desorganizada ficou a instrução popular. Os testemunhos contemporâneos são unânimes. "As escolas vão caindo em completa ruína," "já não se cuida de aprender cousa alguma", "deixam pere-

(1) Cfr. JANSSEN, t. I, c. III.

(2) PIERRE CHARLES, *La Robe sans couture,* Bruges, 1923, p. 133. Dos colégios de cônegos e cenóbios que não pudessem ser convertidos em uns tantos usos, diziam êstes artigos que "se abandonassem depois de devastados ou se destruíssem, vasta deserantur aut diruantur." MUEHLER, *Symb. Buecher,* p. 306.

http://www.obrascatolicas.com

cer as escolas", "faltam sacerdotes e escolas" para a educação dos pobres. "Os homens do povo afastam-se das escolas e retiram de todo os seus filhos dos estudos." São expressões de LUTERO e, semelhantes a estas, encontram-se inúmeras outras em todos os seus contemporâneos e correligionários (1).

Esta triste situação de decadência intelectual *continuou e agravou-se por séculos*. Quase *duzentos anos* após o advento da Reforma, nos fins do século XVII, escreve PAULSEN: "as universidades alemãs caíram no *mais baixo estado que ainda se viu* na estima pública e na influência sôbre a vida espiritual do povo alemão" (2).

O professor de Curitiba, que não podia deixar de ter lido todos os documentos coevos (que citamos) de uma eloqüência incontestável, deixou-os na sombra de um silêncio culpado para afirmar aos seus leitores, *contra a verdade conhecida*, que em LUTERO e CALVINO repontavam "as origens da cultura moderna que o Protestantismo nobremente mantém na vanguarda da civilização contemporânea", p. 368 (3). Com um homem assim, é possível uma discussão sincera?

---

(1) O leitor poderá relê-los na IRC., 400-413.

(2) PAULSEN, *Die deutschen Universitaeten und das Universitaetsstudium*, Berlim, 1902, pp. 49-50.

(3) E' admirável êste protestantismo. A êle se deve a cultura moderna; a êle, a invenção da imprensa (!!); a êle, a forma republicana na Suíça (!!). Mais! "se alguém entrar no vale dos gloriosos Valdenses, cujas tradições protestantes remontam aos dias dos apóstolos (!!!) [Por que não a Adão e Eva?] não encontrará um analfabeto sequer, nem homem, nem mulher, nem criança!!!" p. 368. Dêste passo, os filhos de protestantes brevemente serão alfabetizados antes de nascer!! Maravilhoso protestantismo!

— Com a afirmação acima lança o Sr. ERNESTO a ponte para os tempos modernos. "O quadro seguinte, escreve êle, fala por si e dispensa qualquer comentário (p. 368):

Analfabetos

Europa	%	*América*	%
Alemanha	0,05	E. Unidos	7,7
Dinamarca	0,2	Canadá	11,0
Suécia	0,2	Terra Nova	35,2
Suíça	0,3	Uruguai	39,8
Holanda	0,8	Cuba	43,4
Escócia	1,6	Chile	49,9
Inglaterra	1,0	Argentina	54,4
Bélgica	7,9	Pôrto Rico	66,5
França	14.1	México	70,7
Áustria	18,7	Colômbia	73,0
Itália	37,0	Costa Rica	80,2
Espanha	58,7	Bolívia	82,9
Portugal	68,9	Brasil	85,2
Rússia	69,0		

O Sr. ERNESTO julgou que êste quadro "dispensava qualquer comentário." O noviço mais leigo em matéria de estatística dirá pelo contrário que poucos quadros estatísticos exigem tantos comentários. Antes de tudo, qual a fonte em que foram hauridas estas cifras? Não se nos diz. Esta exigência elementar em qualquer trabalho sério e absolutamente indispensável num escrito de índole polêmica, foi de todo descurada. Não duvidamos da sinceridade do ilustre professor, mas ir às fontes é um direito e em consultá-las imediatamente nunca se perde tempo.

Mais. A que ano se referem aquelas percentagens? São tôdas do mesmo período e portanto equiparáveis? ou, pelo contrário, pertencem a épocas diferentes e compara-se o Brasil de 1870 com os Estados Unidos de 1930, a França de

http://www.obrascatolicas.com

1880 com a Holanda de 1910? Não no-lo diz o Sr. ERNESTO, e esta omissão é profundamente deplorável num engenheiro, num professor de Escola politécnica! Dir-se-ia que o ilustre profissional nunca manejou estatísticas na sua vida. Que vale uma estatística sem data?

Mais ainda. O quadro dá-nos as percentagens dos analfabetos. Percentagens sôbre quê? sôbre a população total? sôbre a população escolar, a começar de 5, 6, 7, 10 ou 15 anos? Também o descaso desta indicação, que condiciona *de modo essencial* a comparabilidade entre os diferentes países, revela um escritor inteiramente leigo em matéria de estatística. Tôda a gente sabe que alguns países dão a percentagem dos analfabetos na população total, outros na população que se supõe já suscetível de instrução. O limite mínimo desta capacidade não é igualmente avaliado pelos diferentes departamentos estatísticos. Há estatísticas dos Estados Unidos em que a percentagem dos que sabem ler é calculada sôbre a população de *idade superior a* 10 *anos;* na Europa, de regra, êste limite é mais baixo: 5 anos na França, Portugal, Espanha, 6 na Polônia, 7 na Bélgica e na Tchecoslováquia. A diferença nos resultados é considerável. Um país que conta os analfabetos na população total terá sempre a sua percentual representada por várias unidades (10 a 12%) enquanto nos países suficientemente cultos em que se toma como têrmo de comparação a população em idade escolar de 5, 8 ou 10 anos para cima. Assim por exemplo, na Hungria a percentagem de analfabetos em tôda a população é de 23%, na população superior a 6 anos, de 15% (1).

(1) Cfr. *Annuaire statistique hongrois,* t. XXXVII, 1929, Budapest 1931, p. 341. Assim a Finlândia em 1929 apresentava apenas 1% de analfabetos, mas êstes eram contados, contra o costume de todos os outros países, na população *de idade superior a* 15 *anos*. Compreende-se agora o que vale a afirmação do Sr. ERNESTO: "como todos os outros povos protestantes, a Finlândia não tem analfabetos", p. 363.

Uma vez, porém, que se descuram tôdas estas exigências fundamentais e se nos calam as fontes misteriosas dêsses números, não nos resta senão recorrer diretamente às estatísticas oficiais para lhes verificar, a exatidão. Tomo o *Aperçu de la démographie des divers pays du monde,* publicado pelo Ofício permanente do Instituto Internacional de Estatística, com sede em Haya; infelizmente sôbre a instrução as informações não são completas. Dos países citados pelo Sr. ERNESTO apenas 4 se encontram mencionados, e em 3 dêstes, as cifras aduzidas pelo professor *são inteiramente falsas*. A percentagem relativa à Bélgica é sensìvelmente a mesma. Na Espanha, a percentagem de analfabetos era, em 1920, de 46%, o Sr. ERNESTO elevou-a para 58%; na França, na mesma data, 9%, o Sr. ERNESTO aumentou-a para 14; no Chile, a percentagem era de 42 %, o Sr. ERNESTO subiu-a a 49. Aumento de 12 unidades no primeiro caso; de 5, no segundo, de 7 no terceiro (1). Abro o *Annuario Statistico Italiano,* e encontro para 1921 a percentagem de 28 % de analfabetos, que o Sr. ERNESTO eleva de 9 unidades para 37% (2).

Não há, pois, fiar-nos dos números indicados. Procuremos outros meios de avaliar a difusão comparada do ensino, e, de passagem, se nos oferecerá o ensejo de apontar os vários fatôres naturais que podem contribuir para a diminuição dos analfabetos sem apelar para o protestantismo (3).

(1) *Aperçu,* etc. p. 87.

(2) *Annuario Statistico Italiano,* ano 1928, VI, p. 71.

(3) Os dois quadros seguintes são tirados da *Estatística da Instrução,* I Parte, Estatística Escolar, Vol. I. pp. CCXX, Rio, 1916. Os dados referem-se aos anos de 1907-08, ou imediatamente próximos. Aí encontrará também o leitor, em longa nota, a indicação das fontes oficiais dos diferentes países de que foram extraídos os dados que utilizamos.

http://www.obrascatolicas.com

Número de alunos por 1.000 *habitantes*

E. Unidos	203	Suécia	139
Bélgica	188	Espanha	122
Canadá	185	Japão	114
Holanda	172	Itália	110
Grã-Bretanha	171	Argentina	98
França	161	Uruguai	79
Alemanha	158	Chile	68
Suíça	158	Finlândia	61
Noruega	157	Portugal	59
Dinamarca	155	México	57
Áustria-Hungria	146		

Já começa a desaparecer aquela gradação invariável, visìvelmente *arranjada* para uma apologia do protestantismo. A crermos nas tabelas do Sr. ERNESTO tanto na Europa como na América, os primeiros lugares eram todos dos protestantes, os últimos, sem exceção, dos católicos. Aqui a católica Bélgica ocupa o primeiro lugar da Europa, o segundo depois dos Estados Unidos, muito acima das suas colegas protestantes, Suécia, Noruega, Dinamarca, etc. Acima também dêstes povos está a França, como a Áustria está acima da Suécia e a protestante Finlândia desce a um dos últimos lugares, depois do Chile e imediatamente antes de Portugal.

Encaremos o assunto sob outro aspecto.

Número de escolas por 10.000 *habitantes*

E. Unidos	30	Dinamarca	16
Suécia	27	Suíça	16
Itália	24	Portugal	13
França	22	Holanda	11
Bélgica	20	Alemanha	10
Irlanda	19	Argentina	10
Espanha	17	México	9
Finlândia	17	Equador	9

Chile	9	Rússia	7
Uruguai	9	Japão	6
Grã-Bretanha	8		

Aqui dos 7 primeiros lugares, 5 pertencem a países católicos. Êste quadro, porém, tem outro valor instrutivo mais importante: mostra-nos de que fatôres naturais depende a difusão de um ensino no país. A Alemanha e a Argentina, por exemplo, têm o *mesmo número de escolas* por 10.000 habitantes. No entanto enquanto a Alemanha instrui 158 alunos pos 1.000 habitantes, a Argentina, consegue apenas distribuir a instrução a 98. E' que a superfície do território alemão é 6 *vêzes menor* que o argentino, e a densidade da população quase 40 *vêzes maior*. Para obter o *mesmo resultado,* a república sul-americana deveria despender um esfôrço financeiro e administrativo muito maior que o antigo império europeu.

E aí temos as causas naturais da desigualdade de instrução nas diferentes nações. Onde a população é mais densa, a alfabetização é mais fácil. Os países industriais levam, neste ponto de vista, grande vantagem aos agrícolas: nos grandes centros urbanos, onde se acumula o operariado, é mais fácil abrir escolas que disseminá-las pelas populações rurais, naturalmente mais dispersas e rarefeitas. Apliquem-se êstes critérios à distribuição do analfabetismo num e noutro continente e ver-se-á, talvez sem nenhuma exceção, que a difusão popular do ensino é função da densidade demográfica e da maior ou menor industrialização do povo. E aí está por que, de modo geral, há menos analfabetos no norte da Europa que no sul. As minas de carvão de pedra industrializaram todos os povos — católicos e protestantes — e permitiram-lhes com muito menos despesas generalizar a instrução popular. A Tchecoslováquia, católica (80%), porém mais industrial apresentava em 1920 apenas 7% de analfabetos enquanto a vizinha Estônia, mais protestante (76%) que a Alemanha ou a Holanda, contava, na mesma

http://www.obrascatolicas.com

data e nas mesmas condições de avaliação, quase 13% de iletrados (1).

A Itália, que até há poucos anos era essencialmente um país agrícola, sem grandes centros urbanos, mantinha por 10.000 habitantes, um número de escolas (24) muito maior que a Dinamarca (16), a Suíça (16) e a Holanda (11), mas com resultados, na difusão real do ensino, muito inferiores.

O quadro seguinte porá em maior evidência, o influxo dêstes fatôres. Nêle vemos distribuída pelas diferentes províncias da Itália a percentagem dos esposos, que, no ato do casamento, sabiam ler e escrever (2).

Piemonte	99,06	Úmbria	82,99
Ligúria	97,88	Lácio	88,67
Lombardia	99,05	Abruzzos	76,82
Venezia Tridentina	99,69	Campanha	74,06
Vêneto	95,29	Puglia	71,85
Venezia Giulia	90,85	Basilicata	65,58
Emília	93,96	Calábria	61,43
Toscana	90,08	Sicília	74,70
Marcas	83,33	Sardenha	68,50

As regiões industriais do norte apresentam uma percentagem de analfabetos, comparável à dos melhores países do mundo. No Piemonte, na Lombardia, na Venezia — os grandes centros da indústria italiana, a taxa dos que não sabem ler não chega a 1%. Na Toscana, na Úmbria e no Lácio — mais agrícolas, — vai crescendo o número dos ignorantes do alfabeto, e a sua percentagem atinge as cifras mais elevadas na Sicília e na Sardenha, onde a população é mais rarefeita e a agricultura, a quase exclusiva ocupação dos habitantes. Que tem que ver com tudo isto o fator religioso? São, porventura, menos católicos que os sicilianos, os filhos da Venezia, da Lombardia ou do Piemonte?

(1) Cfr. *Annuaire statistique hongrois*, p. 341.

(2) A estatística refere-se ao ano de 1926. Cfr. *Annuario Statistico italiano*, p. 71.

Outra confirmação não menos interessante. Antes que, no século XIX, a máquina de vapor e o carvão de pedra que lhe condiciona a atividade, houvessem modificado a situação econômica dos países do Norte da Europa, eram a Alemanha e a Inglaterra, precisamente quando mais protestantes, que apresentavam, em relação à França e à Itália um número maior de analfabetos. Citemos uma estatística interessante de um zeloso presbiteriano que viajou pelos países católicos no primeiro quartel do século XIX: "Em tôdas as ruas de Roma, a pouca distância umas das outras, encontram-se escolas primárias para a educação dos meninos da classe média e ínfima. Roma com uma população de 158.678 almas tem 372 escolas primárias, 452 mestres e 14.099 alunos. Berlim com uma população *duas vêzes maior* conta apenas 264 *escolas*. Roma possui uma universidade freqüentada por 600 estudantes e os Estados do Papa com uma população de 2 milhões e meio contam 7 universidades. A Prússia protestante conta apenas 7 para uma população de 14 milhões. O fato que Roma tem pelo menos 100 *escolas mais que Berlim*, bem que a sua população seja a metade, basta para dissipar tôdas as calúnias" (1). Eis a diferença entre países católicos e protestantes, antes da era do carvão de pedra. Não foi o protestantismo que alfabetizou os povos!

Para o insinuar aos seus leitores o Sr. Ernesto esqueceu a influência natural de outros fatôres, apagou completamente da lembrança a história dos dois séculos que se seguiram imediatamente à Reforma e falseou as estatísticas contemporâneas. Não é por êstes processos que se costuma defender a verdade!

(1) Laing, *Notes of a traveller*, Cit. por Haulleville, *Dell' avvenire dei popoli cattolici*, pp. 215-216.

http://www.obrascatolicas.com

CAPÍTULO III

A Igreja, a Reforma e a moral

Com a moral entramos no domínio da influência direta da religião. Não é contando automóveis nem banheiras que se aprecia a grandeza religiosa de um povo. Cristo, com a sua Boa Nova, não nos veio comunicar o segrêdo do "confôrto;" veio trazer-nos o princípio de uma vida sobrenatural mais elevada: *ego veni ut vitam habeant et abundantius habeant*. Mais respeito à consciência, mais grandeza d'alma, mais heroísmo no sofrimento, mais amor do próximo, mais temor de Deus, maior fidelidade na prática dos seus mandamentos, mais perseverança no cumprimento dos deveres domésticos e sociais, eis o campo próprio em que diretamente se exerce a eficácia civilizadora da vida religiosa. O verdadeiro cristianismo achar-se-á onde houver mais santidade, não onde se contarem mais dólares nem se armarem mais canhões.

E no entretanto, — quem tal o crera? sôbre êste ponto, silencia completamente o advogado paranaense do protestantismo!

Havíamos demonstrado que o primeiro efeito da ruptura religiosa do século XVI foi um desencadeamento da mais dissoluta imoralidade. Acumulamos, umas sôbre outras, as citações, citações de *autores protestantes e contemporâneos*, citações dos próprios protagonistas da Reforma. *"Depois da pregação da nossa doutrina,* escreve LUTERO, os homens entregaram-se ao roubo, à mentira, à impostura, à crápula, à embriaguez e a tôda espécie de vícios. Expulsamos um demônio e vieram *sete piores*. Príncipes, senhores, nobres, burgueses e agricultores perderam de todo o temor de Deus" (1). Babilônia, Sodoma e Gomorra, a corrupção que precedeu o dilúvio são os têrmos de comparação freqüentemente empregados pelos escritores do tempo para descrever a depravação de costumes entre os novos evangélicos. Vinte páginas (IRC., 439-458) enchemos de documentos e provas históricas de primeira mão e ao terminá-las nos comprometemos "a reconstruir uma e muitas vêzes o quadro bosquejado acima com o mesmo número de referências autênticas e contemporâneas" (p. 457). Contestou, porventura o Sr. ERNESTO, a autenticidade de uma só das nossas citações? Não. Aduziu um só documento, contemporâneo da época estudada, que pudesse não digo destruir mas sequer atenuar o efeito desastroso daquele côro uníssono de vozes a se sucederem como o dobre fúnebre que anunciava à posteridade o indiscutível fracasso moral da Reforma? Tampouco. O professor protestante, tão diligente em levantar estatísticas de carvão e petróleo, em contar ventiladores e fogareiros, emudeceu sôbre êste ponto capital.

E não paramos aqui as nossas investigações. Depois de indicarmos as causas de uma reabilitação parcial dos costumes nos povos "reformados", levamos a nossa investigação ao estudo paralelo da moralidade atual entre as nações católicas e as protestantes. As estatísticas nos subministravam um instrumento de observação social mais preciso e rigoroso, e sobretudo independente do subjetivismo das apreciações e da parcialidade na escolha de fatos isolados ou particulares. O resultado a que chegamos foi que, em todos os fenômenos sociais em que as cifras nos podem informar sôbre a moralidade de um povo, — natalidade ilegítima, divórcio, suicídios — as populações católicas, em identidade de outras

(1) WEIMAR, XXVIII, 763.

http://www.obrascatolicas.com

condições, se avantajam notàvelmente às protestantes (cfr., IRC., pp. 459-509).

Que opõe o Sr. ERNESTO a tôda esta demonstração de importância capital e decisiva? Nem uma só página! Prevendo talvez o efeito desastroso que esta omissão produziria no ânimo dos seus leitores, terminou o seu prefácio com estas palavras: "As mentiras estatísticas, aventadas pelo Rev. Franca, terão por certo muito valor, mas não para nós: acaso não bastará a demonstração de que a maior parte das citações que passaram pela sua pena saíram com a marca da fábrica? Eis por que passamos por algumas delas um tanto sumàriamente", p. 20. Neste trechinho de ouro se desenha todo o perfil moral de um polemista. De cêrca de 500 autores e de 1.000 citações que alegamos no nosso trabalho, o Sr. ERNESTO não provou a falsidade *de uma só*. Mas é bom que, desde as primeiras páginas, já vá o leitor sugestionado com "a demonstração (!!) de que a *maior parte* (!!!) das citações que passaram pela minha pena saíram com a marca da fábrica." Os números, porém, são ainda mais rebeldes, e as estatísticas menos amolgáveis que as citações. Que fazer? Processo eficacíssimo: "passar por algumas delas *um tanto sumàriamente.*" Mas, apesar disso, os nossos números são averbados delicadamente de *"mentiras estatísticas."* Mentira, professor? Como o sabe? Verificou-as? tem provas de sua falsidade? Então, por que não aduzir estas provas? Por que dar de "mentiroso" a um autor, e não justificar cabalmente o uso de qualificativo tão pouco parlamentar? Se havia assunto, sôbre o qual a ética profissional exigia que se não passasse "um tanto sumàriamente" era precisamente êste.

Mentiras? Não, ilustre professor, não são mentirosas as estatísticas que citamos. Lá encontrará as fontes onde as bebemos. Não enfileiramos cifras, calando-lhes a origem. Haurimo-las das *fontes oficiais* publicadas pelos Departamentos estatísticos das diferentes nações; haurimo-las dos mais conceituados mestres na ciência, mestres de reputação mundial ilibada, como OETTINGEN, G. VON MAYR, MASARIK, BERTILLON, KROSE, etc., etc., que, todos por sua vez, indicam os documentos de origem oficial dos quais transcreveram os seus quadros. Não, professor, não são mentiras; são verdades e verdades que duram ainda. Há cêrca de 10 anos foi escrito o livro a que o senhor teve intenção de replicar. As conclusões, então firmadas, continuam a ser exatas. Com material inteiramente novo, com documentação recente poderíamos refazer tôda a demonstração anterior chegando ao mesmo resultado. Ontem, como hoje, continua a ser *verdadeiro* e *estatìsticamente demonstrável,* que muito maior entre protestantes que entre católicos é o número de divórcios, de suicídios, de fraudes conjugais, etc., etc. O católico, nas adversidades da vida, encontra na sua religião uma fonte de energias mais profundas, uma capacidade de resistência mais forte que o protestante. Na fidelidade aos deveres conjugais, na restrição artificial da natalidade, a superioridade eficaz da moral católica é também de uma evidência matemática. Hoje, todos os povos protestantes, *sem exceção de um só,* apresentam um índice de natalidade insuficiente para lhes conservar a população num nível estacionário. — Entraram na fase do declínio. *E' um fato*. Se a civilização ocidental não perecer na imensa catástrofe de um suicídio criminoso, só o deverá à ação eficazmente preservadora da Igreja.

Mentiras? não, professor; são verdades, verdades amargas, verdades que destroem todos os castelos de cartas das afirmações inconsistentes da superficial apologética protestante, verdades destas que se não podem contestar senão passando por elas "um tanto sumàriamente" e chamando de "mentiroso" ao adversário, mas sempre verdades, verdades, verdades.

Não queremos mal ao professor de Curitiba pelas amabilidades com que nos mimoseou. A culpa não é dêle, é da causa que defende. Semelhantes processos de polêmica não irritam nem desconsideram um humilde mas sincero defensor da Igreja; ao protestantismo, sim, comprometem-no irremediàvelmente.

http://www.obrascatolicas.com

ANTES DE CONCLUIR

Quatro páginas, antes da conclusão, dedica o Sr. Ernesto ao "problema religioso no Brasil." Pouco espaço para tão grande assunto. Mas nêle cabem tôdas as idéias do autor que neste ponto são poucas e elementares. A fim de protestantizar a Terra de Santa Cruz, é preciso começar por descatolicizá-la e para êste objetivo não há meio mais eficaz que uma intervenção enérgica dos poderes civis na vida religiosa da nação. O professor não ousa dizer os seus planos com clareza, lança mão de circunlóquios, de eufemismos aveludados, afirmando menos nas letras de fôrma e sugerindo mais nas entrelinhas.

A princípio, uma declaração indispensável: "como protestante e genuíno discípulo de Calvino somos e devemos ser propugnadores pela liberdade do pensamento ampla e completa para todos os credos religiosos, políticos e sociais", p. 369. Nesta liberdade "ampla e completa", onde há sombra amiga para tôdas as opiniões em todos os domínios, cumpre, porém, abrir uma exceção grave. "Nem por isso deixamos de reconhecer que o Catolicismo romano, em certos países, necessita de ser severamente enquadrado num instituto legal." Singular maneira de respeitar as liberdades alheias! Sob o sol do direito comum, nesta imensa pátria livre, poderá respirar desafogadamente o protestantismo e... quem o protestantismo quiser agraciar com um "pode viver." A Igreja católica não foi julgada digna dessa benevolência; entre "todos os credos religiosos, políticos e sociais", merecedores indistintamente do respeito legal não há lugar para a Igreja; a religião que plasmou a nossa nacionalidade, que se identifica com a história da nossa formação espiritual e a vida das nossas tradições mais gloriosas, a religião da quase totalidade dos brasileiros, essa não pode respirar o ar puro da liberdade de todos. Enquadrem-na severamente num instituto legal; lancem-lhe uma camisa de fôrça; peiem-lhe a espontaneidade dos movimentos, sufoquem-na legalmente numa asfixia lenta e progressiva. E' assim que "os protestantes e genuínos discípulos de Calvino" entendem a liberdade.

E qual seria a natureza destas molduras legais e severas que deveriam enquadrar a Igreja?

Antes de tudo, guerra às ordens religiosas. A Monarquia já havia resolvido extingui-las por "constituírem um perigo nacional." A república "entregou tôdas as suas propriedades nas mãos da Igreja de Roma." — Perdão, professor, não entregou cousa alguma, respeitou apenas os princípios mais comezinhos da justiça; procedeu como procede todo govêrno honesto que não se apodera do que lhe não pertence. Vieram depois os frades estrangeiros, "exércitos de milhares e milhares"; "uma verdadeira nuvem, negra como a noite, escureceu o Sol e o Ar do Brasil." E que "fazem aqui êstes exércitos estrangeiros? Recolhem as rendas dos imensos patrimônios que lhes foram doados, esmolam e engordam", p. 370. Nunca se formulou requisitório mais formidável contra as instituições religiosas. Verdade histórica dos fatos, sentimentos de direito e de justiça, respeito à fama e à honra do próximo, tudo converge para fazer da acusação do protestante uma obra-prima de veracidade, eqüidade e delicadeza. E o professor paranaense conclui, satisfeito e tolerante: "Não deixa de ser crime gravíssimo abrigar um país em seu seio um exército de solteirões que nada produzem, e que, nem ao menos concorrem oficialmente (!!) com a sua prole

http://www.obrascatolicas.com

para a potencialidade da nação; é mais que crime, é pecado", p. 370. O leitor que tire as conseqüências destas premissas.

Mas o pior é que êsses religiosos ensinam e educam os brasileiros. Poderá haver crime mais irresgatável? Devem ser brasileiros "os que plasmam e dirigem consciências de brasileiros. E' assim nó México; é assim no Japão; e assim deve ser no Brasil", p. 369. Quanto ao Japão, engana-se o Sr. ERNESTO. Lá ensinam os religiosos como aqui. Jesuítas lá e jesuítas cá. Em vez do Japão, poderia o professor substituir a Rússia. Rússia e México: aí estão dois modelos de liberdade, de paz, e de grandeza social, dignos de serem imitados pela nossa República. "E' assim no México... assim deve ser no Brasil."

Entre católicos não creio, seja grande o prestígio do Sr. ERNESTO; entre os seus correligionários é de presumir sejam mais acatados os seus pareceres e mais dòcilmente seguidas as suas sugestões. Ignora porventura o Sr. ERNESTO que existem nó Brasil vários colégios protestantes, dirigidos *por estrangeiros,* residentes aqui ou *fora daqui?* Ignora que êstes mentores da mocidade brasileira se acham, muitas vêzes, pela religião, pela raça, pelos interêsses econômicos e políticos, em contraste com os mais profundos interêsses da unidade espiritual e da paz e harmonia da família brasileira? Abrir fogo contra êles, denodado professor. Imediatamente, um memorial ao govêrno da República, pedindo sejam incontinenti fechados êstes estabelecimentos. "Sejam brasileiros os que plasmam e dirigem consciências de brasileiros." E' uma questão de coerência e de sinceridade de convicções. Comece, pois, pelos seus a sua ação purificadora de xenofobia nacionalista. Quanto aos colégios católicos, as inúmeras famílias brasileiras que lhes confiam de preferência os seus filhos aí estão a assegurar-nos que não constituem "um perigo nacional."

Na sua reação anticatólica o Sr. ERNESTO atira a barra mais longe. E' preciso que o govêrno entre nas suas vistas,

"êsse problema... é nacional. E necessita de urgente estudo e solução! Em caso contrário, teremos de seguir passo a passo a trilha do México", p. 372. Mais de uma vez se nos agita ante os olhos o exemplo da infeliz República latina do Norte. Todos estamos ainda lembrados das vergonhosas páginas com que o despotismo dos seus governos nodoou a civilização contemporânea. Bispos exilados, sacerdotes espingardeados, mulheres e crianças deportadas, jovens crucificados; pilhagens, desterros, opressões inauditas, execuções sumárias, roubo, carnificina e morte; parecíamos transportados às épocas mais tristes da história. Todo o mundo civilizado execrou, com os estigmas mais candentes, os excessos de uma tirania que já se não julgava possível em nossos dias. O professor de Curitiba vê por outro prisma. "O que ao mundo pareceu uma perseguição religiosa, outra coisa não era que legítima defesa", p. 372. E como no Brasil estamos ameaçados do mesmo perigo, ou o govêrno toma a iniciativa da opressão legal, ou, num exercício de legítima defesa, "teremos de seguir passo a passo a trilha do México" (1).

Não se enganou o nosso crítico, afirmando que era pela liberdade de pensamento como "protestante e genuíno discípulo de CALVINO." Por uma admirável hereditariedade todo o sangue do reformador suíço corre nas veias do seu admi-

(1) O clero italiano sobretudo desperta os temores do Sr. ERNESTO. "O Brasil deve lembrar-se de que o clero italiano já não é o representante apenas de um poder espiritual; mas também o de um poder político estrangeiro, que nem sempre poderá ter seus interêsses em concordância com os nossos e ser-nos amigo", p. 371. — Realmente o perigo é grave e cumpria denunciá-lo à cegueira dos nossos governos. Estamos sob a ameaça iminente de vermos amanhã os couraçados do Papa a bombardearem as nossas capitais e as bandeiras pontifícias a tremularem nas nossas alfândegas. — Outros missionários estrangeiros que aqui vêm espargir bíblias e se abrigam à sombra de um pavilhão imperialista a projetar sua sombra inquietante sôbre tôdas as nações menos armadas, êsses não impressionam a hiperestesia nacionalista do patriota de Curitiba.

http://www.obrascatolicas.com

rador curitibano. CALVINO entendia de modo bastante original a liberdade de pensamento. A sua profissão de fé protestante, êle a impôs compulsòriamente e sob juramento, a uma cidade que, poucos anos antes, era tôda católica. Quem a recusasse jurar, cadeia, exílio. Com Miguel Servet o respeito do livre exame chegou até às amabilidades da fogueira. O protestante brasileiro é um genuíno discípulo do grande Mestre. CALVINO em Genebra, CALLES no México — magníficas perspectivas que no horizonte das liberdades nacionais rasga o Sr. ERNESTO LUÍS DE OLIVEIRA!

CONCLUSÃO

Aí está o livro que a imprensa protestante anunciou ao Brasil como "colossal," "estupendo," "argumentação fulminante," "uma das mais brilhantes defesas do Evangelho," "o livro mais notável da atualidade."

No ponto de vista da ciência, nada mais miserável. Não houve disciplina que não fôsse pelo Sr. ERNESTO maltratada sem dó nem piedade. Geografia e história, teologia e exegese, economia política e estatística saíram doloridas a sangrarem por todos os poros das desumanas flagelações que lhes infligiu o crítico sem compaixão.

No ponto de vista da moralidade profissional do polemista, nada mais triste. Nenhum escrúpulo em calar argumentos, em desrespeitar verdades evidentemente demonstradas, em repetir acusações vitoriosamente rebatidas, em omitir referências indispensáveis, em deformar e falsear visível e conscientemente pensamentos dos autores citados. Nenhum respeito aos direitos superiores e intangíveis da verdade. Em vez de uma crítica serena, o libelo de um sectarismo apaixonado.

Fechemos, desconsolados, êste livro infeliz. E falemos aos protestantes como sempre lhes quiséramos falar, num ambiente de sinceridade completa que nenhuma preocupação polêmica venha perturbar.

http://www.obrascatolicas.com

Já lá se vão quatro séculos que o protestantismo, separando-se da Igreja, rompeu a unidade espiritual do Ocidente. E' tempo de cair a poeira levantada pelos primeiros combates e tomarem os contendores consciência sincera de suas respectivas posições. Cessem os protestantes de repetir as suas velhas acusações demonstradamente falsas; cessem de confundir o culto dos santos com a idolatria, o govêrno dos sucessores de S. Pedro com a tirania de uma vulgar ambição humana; cessem de encarar a Igreja católica com esta hostilidade intratável, pouco evangélica e ofuscadora das verdades objetivas. Com uma franqueza meritória, é o conselho dado recentemente pelo pastor JENDERZOK, de Lietzen: "Amigos ou inimigos da Igreja romana, devemos absolutamente aprender a melhor conhecê-la. Se quiserdes compreender a essência do catolicismo, comprai um catecismo romano. Êle vos mostrará que riquezas espirituais possui esta Igreja" (1). Outro protestante, GUENTHER, pastor adjunto de Oberloessnitz: "Temos muito que tomar da vida espiritual tão rica do catolicismo romano. Sem dúvida, convém provar tudo conforme o princípio do Evangelho. Mas em face da Igreja romana, que, enfim de contas, é a nossa Igreja-mãe devemos conservar a atitude mais irênica" (2). Esta atitude pacífica — mais racional e mais cristã, — levará a um conhecimento real da verdadeira Igreja católica e fará tombar a barreira de preconceitos levantados pelos primeiros ódios e pelas primeiras paixões, que se não podem eternizar sem detrimento da verdade.

Conhecimento mais sincero do catolicismo e exame mais

(1) *Die Hochkirche,* 1921, p. 338.

(2) Ibid. p. 337: "Der roemisch-katholischen gegenueber... die doch unsere Mutterkirche ist, muessen wir eine klare Irenik halten." *Die Hochkirche* é o órgão de uma nova igreja luterana, a *Alta Igreja,* que pretende também reagir (cfr. Ibid. p. 363) "contra a estreiteza da igreja evangélica de viver só protestando contra Roma e multiplicando puras negações que não satisfazem a ninguém."

leal do protestantismo. Depois de quatrocentos anos a Reforma não fêz senão dividir e separar. Aí estão as seitas às centenas; aí está a fé cristã mutilada em mil crenças diversas e mutáveis ao sabor das fraquezas e ignorâncias humanas. Ora, a unidade de fé é uma condição essencial de uma religião revelada, *una fides;* a união da comunidade cristã é o desejo supremo de Quem fêz da caridade e do amor o seu grande mandamento: *ut sint unum*. No próprio protestantismo, sentem-no tôdas as inteligências mais elevadas, tôdas as consciências que ainda não perderam de todo o senso do cristianismo. Numa alocução pronunciada ante a Federação protestante em Paris, W. MONOD, resumindo o espírito da conferência de Estocolmo, dizia em 1925: "Trata-se de reformar a Reforma, de levar a têrmo um esfôrço de concentração, de reorganização, trata-se de lutar contra o *anarquismo* no sentido próprio por uma volta decisiva ao princípio de ordem e de unidade... Numa palavra é um retôrno ao senso do universalismo e da catolicidade... A Conferência quis quebrar a corrente centrífuga da dispersão protestante" (1). HARNACK, na Alemanha, em alocução pronunciada no seu jubileu, dissera estas palavras graves: "Desde a separação da Igreja católica, tornou-se, entre protestantes, muito fraco o senso de uma confraternização real e eficaz dos homens pelo Evangelho e o esfôrço pela realização do pensamento: um só pastor, e um só rebanho. O verdadeiro católico sente a bênção de uma grande comunhão cristã muito mais vivamente, o cisma da cristandade com muito mais dor, e o dever da reunião com muito mais intensidade... O grande pensamento de que pelo cristianismo se há de reconstruir a unidade dos povos não pode ser substituído por outros ideais. Alegramo-nos quando vemos brilhar no mundo dos interêsses materiais um nobre patrio-

(1) Cfr. H. MONNIER, *Vers l'Union des Eglises,* Paris, 1926. p. 78.

http://www.obrascatolicas.com

tismo. Mas que miserável é o homem que no patriotismo saúda o seu mais alto ideal... Com tôdas as fôrças devemos esforçar-nos pela unidade cristã dos homens... (que não é) sonho de sonhos mas um objetivo inseparável do Evangelho. Que estejamos hoje tão embotados, é uma conseqüência da nossa separação... e só um protestante de vista muito curta poderá desconhecer que ela não só prejudicou aos nossos adversários mas também a nós" (1).

E ante êste espetáculo de ruínas, de divisões, de discórdias e de incertezas sofrem as almas verdadeiramente cristãs. Um grande convertido, descendente de uma das mais nobres famílias de Genebra, protestante desde os tempos de Calvino, notou-o com justeza: "E' um fato, já muitas vêzes observado, que, enquanto, no catolicismo, as almas quanto mais sentem a necessidade da religião e da fé mais se confirmam na sua fé e melhor praticam a religião, no protestantismo, pelo contrário, a alma, quanto mais elevada, quanto mais inclinada às cousas espirituais, tanto mais sofre e hesita, quanto mais sêde de certeza sente a inteligência, tanto mais é trabalhada pela dúvida" (2).

E a nostalgia da unidade e o desgôsto pelas intermináveis divisões descem das almas superiores para as massas que se vão gradualmente afastando das organizações eclesiásticas protestantes. Nos Estados Unidos há cêrca de 70 milhões de habitantes que não pertencem a nenhuma denominação cristã, como por lá dizem. Na Alemanha, o mal vai-se agravando de geração em geração. Quando foi do centenário de Lutero, confessou-o nestes têrmos um pastor-chefe (Hauptpastor) de Hamburgo, o Prof. Dr. HUNZINGER:

(1) A. HARNACK, *no Internat. Monatschrift fuer Wissenschaft, Kunst und Technik,* Heft, 11, 1917, pp. 1350-1353. Citações como estas poderíamos colhê-las sem dificuldade em quase todos os protestantes de alma elevada.

(2) THEÓDORE DE LA RIVE *De Genève a Rome,* Paris, 1895, Préface, p. XVII.

"Há mais de meio século atravessam as igrejas regionais evangélicas uma crise que atinge no presente o seu ponto culminante. Desta crise há um aspecto mais externo, outro interior. Externamente é a diminuição progressiva da organização eclesiástica (Kirchlichkeit é intraduzível), internamente o afrouxamento do caráter confessional" (1). Outro personagem célebre, outrora pregador da côrte imperial, DRYANDER, define a situação das almas nas igrejas protestantes, "um grave embrutecimento moral e um afastamento progressivo da igreja" (2).

Ora esta situação dolorosa, resultante de um mal progressivo e irremediável, é a conseqüência lógica e histórica do princípio fundamental do protestantismo. Enquanto não houver um *centro de unidade,* enquanto o livre exame individual fôr soberano inapelável em matéria de fé, não há como coibir "a corrente centrífuga da dispersão," nem lutar vitoriosamente contra "o anarquismo no sentido próprio." Cumpre reformar a Reforma, mas reformá-la radicalmente, voltando ao cristianismo tal qual o fundou Cristo.

O Salvador prometeu a sua assistência divina aos apóstolos para que continuassem a pregar até a consumação dos séculos *tudo* quanto Êle nos havia ensinado; assegurou-nos ainda que as portas do inferno não haviam de prevalecer contra a *sua Igreja,* fiel depositária incorruptível da fé. Mas para isto deu-lhe um fundamento indestrutível, levantou-a sôbre a rocha de Pedro. Naquele momento solene, em Cesaréia de Filipe, ante os olhos do Salvador extasiado passavam, umas após outras, as gerações cristãs sequiosas de verdade e

(1) HUNZINGER, *Deutschland unter Kaiser Wilhelm II,* p. 976.

(2) "Eine schwere moralische Verwilderung, eine zunehmende Entkirchlichung." *Aufgabe der Kirche.* Ein Wort in ernster Zeit, Berlim, 1919, p. 2.

http://www.obrascatolicas.com

de vida, e para que o tesouro a todos chegasse intato e puro, tôdas elas teriam o seu Pedro eternamente vivo, a sua rocha, sôbre o qual, descansando, a Igreja haveria de vencer os assaltos dos poderes inferiores. "E aí temos o sentido profundo e religioso do fato da determinação de Pedro para rochedo sôbre o qual se deveria construir a Igreja: tu és o Cristo, filho de Deus vivo." Fé em Cristo, Igreja, Pedro, tudo é solidário. Onde não há Pedro, onde se denunciou a fidelidade a Pedro, aí também se desmoronou a comunhão da fé, e, com a comunhão da fé, a própria fé em Jesus Cristo. Sem Rocha, não há Igreja nem Cristo... No Cristo, a fonte da vida divina foi aberta uma vez para tôdas, a vida cheia de graça e de verdade. Para os povos como para os indivíduos não poderá haver vida duradoura e fecunda que se não venha alimentar nesta vida divina primordial. No nôsso Ocidente não pode haver comunhão de espíritos nem unidade de almas que nesta fonte divina não venha haurir os seus surtos, as suas aspirações e esperanças. O Cristo é, e não poderá deixar de ser, o Coração da humanidade, a sua única e verdadeira pátria. Nêle só poderá ela encontrar o repouso de sua alma. Estamos convencidos que ao Ocidente não resta outra alternativa senão a de desaparecer com a sua civilização — já se ouvem os profetas de sua morte — ou regenerar-se n'Aquêle que é nossa vida. E só lhe poderá trazer a vida do Cristo a Igreja edificada sôbre Pedro por Cristo, porque só ela recebeu a promessa de que as portas do Inferno não prevaleceriam. Ela só possui o penhor da duração, só a ela pertence o futuro... Na agitação que separa, desloca e seca as almas no Ocidente só ela é portadora de um ideal comum, de fôrças religiosas que permitem construir, de energias morais positivas e de um verdadeiro surto vital... Olhando ao passado ou ao futuro, fora da Igreja de Pedro não vemos nenhuma unidade dinâmica interna, nenhuma história seguida e coerente, mas um emaranhar-se de acontecimentos sem finalidade, convulsões de um corpo que já não tem alma. Para viver, precisamos da Igreja" (1).

Onde estiver a Igreja aí está Cristo; onde estiver Pedro, aí está a Igreja.

LAUS DEO.

(1) K. ADAM, *Das Wesen des Katholizismus*, tr. fr., pp. 126-8.

http://www.obrascatolicas.com

ÍNDICE ALFABÉTICO

dos

ASSUNTOS TRATADOS

Agostinho S. — e o seu "protestantismo", 117-126.

Alemanha, protestantismo liberal, 192; instrução na Idade Média, 274; trad. da Bíblia, 205; dividida e prejudicada pelo protestantismo, 234-238; intolerância protestante, 254-256; 257-259.

Bíblia, falseada pelos protestantes, 158-161; 210-212; que lhe não podem estabelecer o cânon, 155-157;161-162; e lhe negam a inspiração, 185; sua leitura entre católicos, 201-211.

Calvino, perfil moral, 137-141; intolerância, 256.

Cesarpapismo entre os protestantes, 259-264.

Concílio de Jerusalém e o primado de S. Pedro, 70-71.

de Nicéia e o primado do bispo de Roma, 90-95.

de Constança e a infalibilidade do papa, 103-107.

de Tolosa e a proibição da leitura da Bíblia, 202.

de Trento e a leitura da Bíblia, 208-209.

Confissões de fé protestantes, contraditórias, 175-180; e o poder civil, 262-263.

Dissolução do protestantismo, 173-200.

Divindade de Cristo negada por protestantes, 184-185; 297-298.

Espanha, tradução da Bíblia, 203; causas de sua decadência, 219-231; instrução e os religiosos, 223-227.

Estados Unidos, dissolução do protestantismo, 191-192; paralelo entre — e o Brasil, 267-270.

França, protestantismo liberal, 190-191; tradução da Bíblia, 203; instrução na Idade Média, 274.

Galileu e a infalibilidade do Papa, 111-115.

Holanda, tradução da Bíblia, 204; intolerância prot., 259-260.

Honório I e a infalibilidade do Papa, 111-115.

http://www.obrascatolicas.com

Igreja fundada sôbre Pedro, 31-52; 78; indefectível, 94-98; na teologia de S. Agostinho, 117-126; promove a instrução, 271-278.
Infalibilidade, necessária à Igreja, 97-100; falseada em seu conceito pelos adversários 100-102; 115-116; objeções históricas contra a, 102-115; S. Agostinho e a, 122-126; S. Jerônimo e a, 154, nota.
Inglaterra, protestantismo liberal, 191; intolerância protestante, 253; tradução da Bíblia, 204; oprime a Irlanda, 240-247; quando se fêz protestante, 246-250; 251-254.
Inquisição, 221-223; 263-265.
Instrução e os religiosos, na Espanha, 223-227; na Idade Média, 271-274; nos tempos modernos, causas do analfabetismo, 278-285.
Intolerância protestante na Irlanda, 244-247; na Inglaterra, 253; na Alemanha, 254-256; 257-259; na Suíça, 256; na Escócia, 259; na Dinamarca, 259; na Holanda, 259; no Brasil, 290-294.
Irlanda oprimida pela Inglaterra, 240-247.
Itália, tradução da Bíblia, 205; instrução popular, 283-285.
Lausanne, Conferência de, 194-197.
Livre exame, suas conseqüências, 158.
V. *Regra de fé.*
Lutero, costumes desregrados, 128-136; remorsos pungentes, 135; falseia a Bíblia, 210; — e Henrique VIII, 252; sua intolerância, 254; — e o poder civil, 261.
Papa, necessário à Igreja, 80-82; sucessor de S. Pedro, 82.
V. *Infalibilidade, Primado.*
Paulo S. e o primado de S. Pedro, 61, 69.
Pedro S. V. *Primado.*
Portugal, tradução da Bíblia, 204; causas de sua decadência, 226-230.
Primado de S. Pedro, no Evangelho, 31-52; na Igreja primitiva, 41, 59-74; na história da Igreja, 52-59; em S. Agostinho, 117-120; — e S. Paulo, 61-69; confessado pelos protestantes, 36-38; 74.
Regra de fé protestante, contrária à Escritura, 145-148; à história do Cristianismo, 151-154; 121-126; à razão, 155-162.
Samaria, missão de S. Pedro à, 59-62.
Suíça, imoralidade desencadeada pela Reforma, 48-49; 158; origem católica de suas instituições republicanas, 49, 50.
Tradição na Bíblia, 147-152; 163-165; em S. Agostinho, 122-126; na história da Igreja, 151-155; reconhecida pelos protestantes, 152.
Unidade da Igreja vãmente contestada, 169-173; inculcada no N. T., 197-200.

ÍNDICE ONOMÁSTICO

Adam, K., 301.
Agostinho S., 27, 49, 53, 57, 67, 82, 83, 117, 126, 153.
Aleandro, 133.
Alford, 37, 38.
Allier, 190.
Alzog, 262.
Aman, 103.
Ambrósio S., 51, 53.
Afraates S., 53.
Astério, 54.
Astier, 190.
Atanásio S., 93, 153.

Basílio S., 153.
Bernardo S., 50.
Betts, 186.
Bloomfield, 38.
Boehmer, 228.
Bois, 185.
Bolsec, 256.
Bonifácio I, 82.
Brieger, 133.
Brugger, 256.
Bullinger, 236.
Burkardt, 135.
Buschius, 276.

Calixto S., 82, 83.
Calvino, 256.
Camerario, 235.
Camões, 227.
Cayré, 118.
Cassiano, 54.
Charles P., 218, 277.
Chemniz, 162.
Chenevière, 182.
Clemente S., 82, 83, 86-89, 153.
Clenardo, 227.
Cobbett, 196, 222, 249.
Coquerel, 190.
Courderc, 98, 99.
Cipriano S., 28, 53, 82, 83.
Cirilo de Alexandria S., 53, 153.
Cirilo de Jerusalém S., 54.

De la Rive, 141, 155, 298.
Delprat, 275.
De Maistre, 13, 82, 83.
Denifle, 107, 108.
Descartes, 114, 115.
D'Herbigny, 47.
Doellinger, 236.
Doumergue, 182, 256.

Efrém S., 53.
Epifânio S., 53, 54, 153.
Estêvão S., 82, 83.
Eusébio de Cesaréia, 54, 91, 92.

Fabri, 113.
Félix II, 82, 83.
Flacius, 130.

http://www.obrascatolicas.com

Figueiredo A. P., 45, 54, 92.
Firmiliano, 54.
Franzelin, 52.
Fromont, 113.
Fulliguet, 182.

Galiffe, 138, 139.
Garrucci, 50.
Gaspar, 152.
Gassendi, 114, 115.
Gaudêncio, 54.
Geffken, 207.
Gelásio I, 108.
Gelásio de Cízico, 93.
Gerson, 106.
Gillet J. F., 178.
Goyau, 182.
Gouthier, 115.
Gregório de Nazianzo S., 53.
Gregório de Nissa S., 53, 153.
Grotius, 177.
Grube, 276.
Guenther, 296.
Gury, 14.

Haensel, 168.
Haintzel, 168.
Harnack, 75, 89, 95, 152, 183, 298.
Hasak, 206.
Hase K. v., 38.
Hausrath, 137.
Hayer, 133.
Héfele, 90-93, 95, 106.
Helbach, 258.
Heppe, 258.
Herculano A., 228, 230.
Hergenroether, 106.
Hermann W., 185.
Hilário S., 153.
Hoe, 130.
Holtzmann H. J., 37, 151.
Honório I., 110-111.
Huber, 210.
Hunzinger, 298.

Inácio S., 82-86; 153.
Inge, 191.
Inocêncio I., 82, 83.
Irineu S., 82, 83, 86, 153.

Jalaguier, 38.
Janssen, 21, 207, 222, 276, 277.
Jeanmaire, 190.
Jenderzok, 296.
Jerônimo S., 37, 53, 82, 83, 153.
João Crisóstomo S., 53, 57-59, 68, 72, 153-154.
João Damasceno S., 153.
Juelicher, 38.
Júlio I, 82, 83.
Jurieu, 262.

Kattenbusch, 74.
Kalthoff, 209.
Keil, 38.
Keim, 38.
Kerr, 10, 16, 166, 174.
Kluckhohn, 257.
Knabenbauer, 38.
Kneller, 50.
Knox, 262.
Kolde, 135.
Krogh-Tonning, 167.
Kuinoel, 38.

Lacordaire, 128.
Laing, 285.
Lamennais, 142.
Landrieux, 222.
Langenn, 235.
Lanz, 235.
Lea, 222.
Leão Magno S., 53, 82, 83.
Le Bachelet, 98, 99.

Leibniz, 29.
Lightfoot, 63, 89.
Llorente, 222.
Loesche, 134.
Loisy, 39, 56.
Louandre, 274.
Lutero, 15, 97, 128-157, 159, 161, 182, 252-256, 260-287.

Macário, 54.
Macedo N. de, 228.
Major, 191.
Malheiro Dias, 228.
Mallock, 98, 99.
Mansi, 273.
Mansel, 38.
Mathesius, 134.
Máximo S., 53, 54.
Melanchton, 132, 134, 162, 177, 253, 262.
Ménander, 236.
Ménégoz, 184, 190, 191.
Meyer H. A. W., 37.
Monnier, 38, 184, 190, 297.
Monod, 175, 190.
Montet, 182.
Mueller J., 178, 199, 200, 263, 277.

Niemeyer, 180.
Nilo S., 53.

Occo, 21.
Optato de Milévio S., 53, 82, 83.
Orígenes, 53, 153, 154.

Pastor, 98, 99, 106.
Paul-Dubois L., 244.
Paulsen, 212, 276, 278.
Paulus, 135.
Perellius, 236.
Per Skansen, 196.
Peschel O., 222.
Pfleiderer O., 38.
Pistorius, 130.
Policarpo S., 153.
Prado E., 264, 268, 269.
Prat F., 63, 66.
Pretorius, 210.
Proclo, 54.

Rabaud, 180.
Ranft, 153.
Rendu, 275.
Réville, 190.
Riccioli, 113.
Roberty, 190.
Rodrigues F., 227, 228.
Rohnert, 186.
Rosenmueller, 38.
Rousseau, 181.
Rufino, 91.

Sabatier, 183, 184, 190.
Salembier, 106.
Samponi, 111.
Schelling, 37.
Schluesselburg, 211.
Schmidt, 236.
Schmidt M. J., 236.
Schrevel, 63.
Seeberg, 151.
Simplício, 82, 83.
Sirício S., 82, 83.
Sirmond, 272.
Sixto V, 103.
Sócrates, 94.
Sohm, 89.
Sozomeno, 93.
Spanheim, 183.
Stapfer, 190.
Strobel, 259.

http://www.obrascatolicas.com

Taine, 231-233, 248.
Tertuliano, 53, 127, 153.
Teofilacto, 53.
Thiel, 109.
Thompson, 38.

Veith, 130.
Vicente de Lerins S., 153.
Vítor S., 82, 83.
Vitorino, 54.

Weiss, 38.
Weizsaecker, 74.
Wellhausen, 38.
Wendland, 38.
Wiseman, 39.
Wolf A., 234.

Zorell, 49.
Zósimo, 82, 83.
Zuínglio, 256.

ÍNDICE ANALÍTICO

Prefácio 9

LIVRO I

INTRODUÇÃO

CAPÍTULO I

O PRIMADO DE S: PEDRO NO NOVO TESTAMENTO

§ 1 — *O Primado de Pedro no Evangelho* 31-59
Tu es Petrus 31
As chaves do Reino dos Céus 39
Tudo o que ligares na terra 42
Confirma os teus irmãos 46
Apascenta as minhas ovelhas 49
A voz dos séculos 52

§ 2 — *O Primado de Pedro na Igreja Primitiva* 59-79
Missão a Samaria 59
S. Paulo "campeão anti-papal" 61
Exercício do Primado de Pedro 69
Conclusão 79

http://www.obrascatolicas.com

CAPÍTULO II

O PRIMADO DE S. PEDRO NA HISTÓRIA

§ 1 — *O Sucessor de S. Pedro* 80-98
Perenidade do primado 80
Discussão do testemunho de S. Inácio 83
Discussão do testemunho de S. Clemente 86
O concílio de Nicéia 90
Onde a verdadeira Igreja? 94
§ 2 — *O magistério infalível dos sucessores de S. Pedro* .. 98-116
Infalibilidade necessária 98
Deformações repetidas da doutrina católica 100
Erros dos papas 102

EXCURSUS A

"O protestantismo" de S. Agostinho 117-126

LIVRO II

A REFORMA PROTESTANTE

CAPÍTULO I

ORIGENS DA REFORMA

Os fundadores do protestantismo: Lutero 127
Calvino 138
Zuínglio 140

CAPÍTULO II

PRINCÍPIO FUNDAMENTAL DA REFORMA

A nova regra de fé 144
A luz da Bíblia 145
Da história 151
Da razão 154

CAPÍTULO III

CONSEQÜÊNCIAS DO PRINCÍPIO PROTESTANTE

Dissolução do protestantismo 168
A unidade católica 169
A babel protestante 172
As confissões de fé 173
Dissolução dogmática 175
Adogmatismo completo 181

EXCURSUS B

A leitura da Bíblia e os católicos 201-213

LIVRO III

NAÇÕES CATÓLICAS E NAÇÕES PROTESTANTES

CAPÍTULO I

GRANDEZA ECONÔMICA E POLÍTICA DOS POVOS CATÓLICOS E DOS POVOS PROTESTANTES

§ 1 — *Nações católicas* 214 251
Observações preliminares 214
Espanha 219
Portugal 226
França 230
Áustria 234
Bélgica 238
Irlanda 241

§ 2 — *Nações protestantes* 251-270
Inglaterra; intolerância protestante 251
O protestantismo e o poder civil 261
Alemanha, Suécia e outros países protestantes 265
Estados Unidos e Brasil 266

http://www.obrascatolicas.com

CAPÍTULO II

A IGREJA, A REFORMA E A INSTRUÇÃO

Na Idade Média, instrução popular 271
Nos tempos modernos, analfabetismo 279

CAPÍTULO III

A IGREJA, A REFORMA E A MORAL

Silêncio significativo 286
Estatísticas falsas? 288
ANTES DE CONCLUIR 290
CONCLUSÃO 295

Índice alfabético dos assuntos tratados 303
Índice onomástico 305
Índice analítico 309

frágil argumento de superioridade do protestantismo sôbre o catolicismo em razão da suposta vantagem econômica e política dos povos onde dominam as seitas reformadoras; a Igreja e a instrução, e a Igreja, a Reforma e a Moral constituem objeto dos capítulos finais da obra. Em cada um dêles, o Pe. Leonel Franca como que abstrai da menor valia e falta de importância dos argumentos da réplica, para estender-se e aprofundar-se no exame dos problemas sugeridos, realizando, dessa forma, outros tantos ensaios, onde já se antecipam os grandes temas que desenvolveria depois, em alguns livros monumentais ("A Crise do Mundo Moderno", por exemplo), tais como os conceitos de civilização e cultura, as relações entre Teologia e Filosofia, entre Filosofia e Ciência, entre Moral e Política. O interêsse do leitor vai, em razão disso, concentrar-se menos no embate e no choque de idéias — que afinal inexiste, dada a ausência de proporção entre os combatentes — mas na magnitude e beleza da apologia do cristianismo que ressalta das páginas desta grande obra.

Bom polemista, rijo e certeiro nas invectivas e objurgatórias, leu no entanto, com palavras de cariciosa inspiração que o Pe. Leonel Franca termina o seu CATOLICISMO E PROTESTANTISMO. Fala aos protestantes, como — diz o autor — "sempre lhes quiséramos falar, num ambiente de sinceridade completa que nenhuma preocupação polêmica venha perturbar." E sua palavra é um convite à união, que se segue ao apêlo por um conhecimento mais sincero do catolicismo e um exame mais leal do protestantismo. Os quatrocentos anos que já nos separam da Reforma são suficientes para propiciar o momento em que os contendores devem deixar cair a poeira levantada pelos primeiros combates e tomar consciência sincera de suas respectivas posições. Em declarações de alguns próceres contemporâneos da Reforma surpreende a "nostalgia da unidade e o desgôsto pelas intermináveis divisões". Daí porque lhes dirige o significativo apêlo: "Cumpre reformar a Reforma, mas reformá-la radicalmente, voltando ao cristia-

http://www.obrascatolicas.com

OBRAS COMPLETAS do Pe. LEONEL FRANCA S.J.

Podemos agora dar o plano definitivo de publicação das obras do grande filósofo e sábio brasileiro, que serão editadas e reeditadas pela AGIR, indicando as datas prováveis de seus lançamentos:

I — *Noções da História da Filosofia* — 354 pgs. — 13.ª edição — Cr$ 75,00.

II — *A Igreja, a Reforma e a Civilização* — 480 pgs. — 6.ª edição — Cr$ 90,00.

III — *Polêmicas* — aproximadamente 480 pgs. — a ser lançado em novembro de 1952. Preço provável Cr$ 90,00.

IV — *Divórcio* — 332 pgs. — 7.ª edição — Cr$ 60,00.

V — *Alocuções e Artigos* — aproximadamente 480 pgs. — a ser lançado em dezembro de 1952. Preço provável Cr$ 90,00.

VI — *Catolicismo e Protestantismo* — 314 pgs. — 2.ª edição — Cr$ 60,00.

VII — *O Protestantismo no Brasil. Lutero e o Sr. Frederico Hansen* — aproximadamente 350 pgs. — a ser lançado em outubro de 1952. Preço provável Cr$ 75,00.

VIII — *A Psicologia da Fé* — 240 pgs. — 6.ª edição — Cr$ 50,00.

IX — *A Crise do Mundo Moderno* — 248 pgs. — 3.ª edição — Cr$ 55,00.

X — *O Método Pedagógico dos Jesuítas* — 240 pgs. — 1.ª edição — Cr$ 50,00.

XI — *O Livro dos Salmos* (tradução) — 331 pgs. — 1.ª edição — Cr$ 60,00.

XII — *Liberdade e Determinismo* (inédito) — aproximadamente 250 pgs. — a ser lançado em janeiro de 1953. Preço provável Cr$ 50,00.

XIII — *O Problema de Deus* (inédito) — aproximadamente 300 pgs. — a ser lançado em março de 1953. Preço provável Cr$ 60,00.

XIV — *A Imitação de Cristo* (tradução) — aproximadamente 250 pgs. — a ser lançado em dezembro de 1952. Preço provável Cr$ 50,00.

A coleção das "Obras Completas" também poderá ser adquirida encadernada em pano-couro azul-marinho. Aos interessados enviaremos prospetos sôbre esta coleção.

No mesmo formato e com as mesmas características gráficas das "Obras Completas", será publicada, em dezembro de 1952, a biografia do grande jesuíta, escrita pelo Pe. Luiz Gonzaga da Silveira D'Elboux, S. J., com cêrca de 480 pgs. Preço provável Cr$ 90,00.

Peçam êstes livros à livraria de sua preferência ou à

Livraria AGIR *Editôra*

Rua Bráulio Gomes, 125
(ao lado da Bib. Mun.)
Tel.: 34-8300
Caixa Postal 6040
São Paulo, S. P.

Rua México, 98-B
Tel.: 42-8327
Caixa Postal 3291
Rio de Janeiro

Av. Afonso Pena, 919
Tel.: 2-3038
Caixa Postal 733
Belo Horizonte
Minas

PREÇO DÊSTE VOLUME CR$ 60,00

http://www.obrascatolicas.com